



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE TEORIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

MODERNIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO NORDESTE BRASILEIRO:
as escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000)

Recife
2019

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

MODERNIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO NORDESTE BRASILEIRO:
as escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Educação.

Área de Concentração: Teoria e História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Amanda Ganimó, CRB-4/1806

N244m Nascimento, Edvaldo Francisco do.
Modernização e educação escolar no Nordeste Brasileiro: as escolas da
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco: Chesf (1949-2000) / Edvaldo
Francisco do Nascimento. – Recife, 2019.
439 f. : il.

Orientador: Edilson Fernandes de Souza.
Coorientador: Justino Pereira de Magalhães
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa
de Pós-graduação em Educação, 2019.
Inclui Referências.

1. Escolas – Paulo Afonso (BA). 2. Companhia Hidro Elétrica de São
Francisco. 3. Institucionalização escolar. 4. UFPE - Pós-graduação. I.
Souza, Edilson Fernandes de (Orientador). II. Magalhães, Justino Pereira de
(Coorientador). III. Título.

371 (23. ed.) UFPE (CE2019-082)

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

MODERNIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO NORDESTE BRASILEIRO:
as escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Educação.

Aprovada em 23/9/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães (coorientador)
Universidade de Lisboa – ULisboa

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Josefa Eliana Souza (examinadora externa)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof. Dr. José Vieira da Cruz (examinador externo)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Dedico este trabalho às pessoas que construíram Paulo Afonso, especialmente as oriundas dos sertões do nordeste brasileiro.

Aos ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários das escolas da Chesf pelas vivências, sentimentos e aprendizados. Por transformarem a realidade de uma região pela via da educação escolar.

AGRADECIMENTOS

A caminhada é árdua. Enfrentamos as dificuldades impostas por um sistema que historicamente utiliza a educação na perspectiva de perpetuação dos interesses de uma minoria, detentora de poder político e econômico. No entanto, a educação, quando pensada e vivenciada na perspectiva da emancipação humana e a caminhada do educador é guiada pelo sonho de um mundo justo, fraterno, ela se torna uma atividade prazerosa. É assim que aliviamos as dores e enfrentamos os obstáculos que aparecem no percurso da nossa vida de educador e acadêmico.

Quem vivencia o processo de formação acadêmica, ao concluir cada etapa, já não é mais o mesmo. É um processo de mutação que nos renova. Isso ocorre porque nossa leitura sobre diversos aspectos do mundo os reconstrói. É um processo doloroso. É um caminho sem volta. Vamos nos refazendo. O conhecimento transforma.

No percurso de pesquisador, recebemos a contribuição de pessoas que, às vezes, mesmo sem saberem, nos fazem continuar caminhando. São elas que nos alimentam de esperança, sonhos e generosidade. Tornam-se imprescindíveis na nossa caminhada. Muitas foram as pessoas que seguraram em minhas mãos quando pensei em desistir. Que afagaram a minha alma quando a solidão da leitura e escrita estavam me consumindo.

Foi pelo apoio, compreensão e generosidade de todos os que me rodeiam que consegui alcançar a linha de chegada. Concluir essa etapa. Portanto, não há como não ser grato a tantas pessoas, principalmente a família, que paga o preço das nossas escolhas. A nossa ausência em momentos da vida social e familiar é um deles.

A Edilson Fernandes de Souza, orientador desta tese, minha gratidão eterna, por acreditar no meu trabalho, por acolher-me como orientando e dar-me o privilégio de sua amizade. Agradeço pelos sonhos e projetos de mundo que partilhamos. Pelas valiosas contribuições, ensinamentos, lições de generosidade e humildade, nem sempre comuns nas instituições acadêmicas e relações orientador-orientando. Tais virtudes tornam-lhe um ser humano muito especial. Sem seu apoio, incentivo, orientações, este trabalho não seria possível.

A Justino Pereira de Magalhães, que me orientou no estágio de doutoramento intercalar na Universidade de Lisboa, minha gratidão. Honra-me ter vivenciado com

um pesquisador da sua grandeza tão fértil aprendizado. Suas orientações sempre foram regadas de inteligência e generosidade. Sua contribuição às pesquisas em História da Educação são imensuráveis. Seu olhar sobre a história da educação me levou a refazer caminhos (ainda estou em processo). Encontrar um novo modo de olhar o mundo. De fazer pesquisa. De pensar a história da educação. Obrigado pela oportunidade de vivenciar no seu país uma experiência que marcou a minha vida.

A Josefa Eliana Souza, dedico, em caráter especial, este trabalho por ter sido responsável em vários momentos dessa caminhada por me alimentar de sonhos e esperanças na educação. Pela forma generosa e atenciosa de sempre me ouvir e apontar caminhos para esta pesquisa. Por mostrar-me ser possível fazer da pesquisa um ato leve, prazeroso. Pelas valiosas indicações de leituras. Pelo carinho e dedicação aos seus orientandos. Pelo compromisso com a justiça social. Por me acalmar nos muitos momentos de angústia acadêmica e pessoal.

À banca examinadora, pelas valiosas críticas e contribuições. Pela disponibilidade de contribuir com esta pesquisa e minha formação. Na qualificação e na defesa, a banca nos remete a um dos momentos de maior aprendizado neste processo. Por isso, a cada um, meus agradecimentos pela forma carinhosa que me acolheram e pelas valiosas sugestões para esta tese: Edilson Fernandes de Souza, Justino Pereira de Magalhães, Josefa Eliana Souza, Márcio Ananias Ferreira Vilela e José Vieira da Cruz.

A Maria das Conceições dos Reis e Henrique Gerson Kohl pelas contribuições na qualificação desta tese meus agradecimentos.

Ao corpo docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pela dedicação e compromisso. Por fazerem desta instituição uma das referências no país: Adriana Maria Paulo da Silva, Alexandre Simões, Ferdinand Rohr, José Luís Simões, Alfredo Macedo Gomes, Alexandre Sião de Freitas, Karl Schurster e Ramon de Oliveira.

À antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcante Barros, pelo apoio; por não me permitir desistir. Por me mostrar os sertões do Nordeste pelo olhar da antropologia. Pelas parcerias intelectuais. Pela amizade. Pelos ensinamentos de vida.

Ao meu eterno e inesquecível mestre e orientador Élcio de Gusmão Verçosa (*in memoriam*). Intelectual que marcou com suas pesquisas várias gerações de pesquisadores e a história da educação de Alagoas. O primeiro a acreditar no meu

sonho e desejo de ser pesquisador. A ele, devo a influência da escolha para enveredar nos caminhos das pesquisas em história da educação. Foi muito mais que um orientador, foi amigo, mestre. Partilho com sua esposa, Ivanilda Soares Verçosa, e família minha gratidão.

Ao professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (professor visitante PPGH/UFPE), e à professora Sara Martha Dick (CE/UFBA), que me aceitaram como aluno em suas disciplinas e muito contribuíram para a minha formação.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, especialmente Karla Reis Gouveia, Morgana Marques e Leandro Barbosa, meus agradecimentos pela atenção e compromisso nas orientações e organização da nossa vida acadêmica. Em nome desses servidores públicos, levo minha gratidão a todos os funcionários da UFPE.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio para a realização do estágio de doutoramento em Portugal.

À Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), por meio do Cdoc e Memorial Chesf.

Ao Governo de Alagoas e à Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, principalmente aos trabalhadores da educação destes Estado e Município, expresso minha gratidão e dedico este trabalho.

Aos ex-professores, ex-alunos, ex-diretores das escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco pela disponibilidade de prestar depoimentos, ceder documentos e, principalmente, pelo compromisso e amor devotado à causa da educação.

Aqui, nominarei algumas pessoas que generosamente dedicaram tempo e atenção para prestar informações e conceder entrevistas que muito foram úteis para esclarecer fatos, dirimir dúvidas e confrontar informações com outras fontes: Luiz Fernando Motta Nascimento, Lourival Burgo Mucinni (*in memoriam*), Maria Helena Frazão Galindo, José Carlos Alves Galindo, Silvanda Netto da Silva, Nanci Eliandia Coelho Santos, Maria das Graças de Souza Alcântara e Silva, Manoel Carlos Formigli Souza (*in memoriam*), Gilberto de Barros Pedrosa Júnior, Maria de Nazaré Brandão Dantas, Antônio Rodrigues, Mário Santos, Vilma Bagdeve de Oliveira, Ana Creuza, Dirce Georgina, José Antônio Feijó de Melo, Maria Mercedes de Oliveira Pereira (*in*

memoriam), Maria Amélia de Souza, Enilda Virgulino de Medeiros Duarte, Rosenita Queiroz de Souza, Marcos Pinheiro e Ana Minar.

Especialmente ao meu mestre Antônio Galdino da Silva, minha gratidão pelos ensinamentos, disponibilidade de material e paciência. Por sua paixão pela memória do Sertão do São Francisco.

A Edson Mendes, Willian Edmundson, Ivanilda Soares Gusmão Verçosa e Giullia Dandara Rocha Nascimento, pelo apoio nas traduções dos resumos e contribuições neste trabalho.

Não posso deixar de citar Bebel Luz, pela acolhida em Lisboa e por dividir suas vivências na capital lusitana.

A Sérgio Alencar, pelas muitas acolhidas em Recife e pela força nesta caminhada.

A Jorge Pá Pá Pá, Rosália Lomanto e Ângela Cristina Novaes Lomanto pelo apoio e acolhida em minhas atividades em Salvador/BA.

Aos amigos chesfianos Augusto César Vieira de Souza, Lázaro Luiz Carvalho Galvão, Gilberto Barros Pedrosa Júnior (Maninho), Roberto Ricardo do Amaral Reis e Flávio José Ataíde Motta.

De forma especial, agradeço ao amigo João Paulo Maranhão Aguiar, por me levar às pessoas que fizeram e fazem a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, abrindo uma importante frente de contatos para este estudo. Também pelo exemplo de cidadão e servidor público que se tornou para mim e todos que lhe conhecem.

A Luiz Fernando Motta Nascimento, a quem reputo ser o maior conhecedor da história da Chesf. À sua memória privilegiada e ao seu compromisso com o povo nordestino devemos a preservação de parte significativa do acervo fotográfico do Memorial Chesf. A ele, sou imensamente grato por ter sido leitor deste trabalho e das muitas sugestões e correções que apontou para que não incorresse em equívocos. Suas orientações e sugestões para este trabalho foram inestimáveis. Esta pesquisa é parte da história que você ajudou a construir junto com outros milhões de brasileiros e estrangeiros.

Ao amigo José Ronaldo Medeiros, minha gratidão por todo apoio e incentivo para que seu seguisse nessa caminhada. Por caminharmos juntos e partilharmos das mesmas lutas em prol de um mundo melhor.

Ao camarada Enio Lins de Oliveira, que incentivou-me a fazer o doutoramento. Por todo apoio. Por ser fonte de inspiração para mim e para muitos. Por tocar em cada um de nós através de seus gestos de humanidade plena. Por utilizar todos os espaços de atuação para servir a sociedade.

A Thiago Vasconcellos Modenesi, Cecília Maria Bezerra de Oliveira, Sérgio Alencar, Alderiva Santana Oliveira, Maria Liciane Peixoto, Janaina Santos Firmino, Veruscka Alcântara Silva, Ruth Graziela, José Luciano Barbosa da Silva, Liliane Keruen Ramos Santos, Cherla Teixeira de Oliveira, Marcos Antônio Queiroz Pires, Luiz Rubem Alcântara Bomfim, João de Souza Lima, Dorival Pereira Oliveira, Gilberto Gonçalves, Edileuza Bezerra Patriota, Maria Aparecida Bezerra dos Santos, Alaíde Maia Carneiro Rocha, Fernando José da Silva, Eliete Oliveira de Souza e Dilton Santos Cândido Maynard meu muito obrigado. Este trabalho tem a contribuição de cada um de vocês.

A meu querido irmão Edson Francisco do Nascimento (*in memoriam*), a Estevão Vasconcelos de Oliveira (*in memoriam*), Magda Almeida de Araújo (*in memoriam*) e Antônio Sapucaia da Silva (*in memoriam*).

À minha mãe, Maria Cícera do Nascimento, a meu pai, José Francisco Sobrinho, e a meus irmãos, Evaldo Francisco do Nascimento, Edinaldo Francisco do Nascimento, Erivelton Francisco do Nascimento, Franclerison Francisco dos Santos, Franciara Francisca dos Santos e José Jackson da Silva Sobrinho.

Aos sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, primos e primas e minhas filhas Giullia Dandara Rocha Nascimento e Eloisa Vitória Vieira do Nascimento, dedico a tese e o meu amor.

A Edilene Vieira Nunes, minha gratidão por cuidar tão bem da nossa filha Eloisa Vitória.

A Idnelma Lima da Rocha, por cuidar de Giullia Dandara e por fazer parte da minha história.

A Jaqueline Bezerra dos Santos, pelos ensinamentos e apoio nos momentos de dificuldade.

A Marcella Tarcila de Oliveira Félix, por chegar à minha vida resgatando o mais nobre dos sentimentos humanos – O AMOR.

Paulo Afonso não é somente uma fábrica de energia para o Nordeste do Brasil, mas também um núcleo de civilização, no seu conceito mais largo, a levantar o nível de cultura, de saúde e instrução dos sertanejos que defendem o seu lugar ao sol, às margens do São Francisco (ANDRADE, 1969).

RESUMO

Esta tese de doutoramento investigou o processo de escolarização de populações sertanejas em Forquilha, atual Município de Paulo Afonso (Bahia), no Sertão do São Francisco, Nordeste brasileiro, por meio do estudo da criação e institucionalização de escolas fundadas e mantidas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) no período de 1949 a 2000. Parti do pressuposto de que a construção de escolas no acampamento da empresa instituiu ritos escolares que implicaram na institucionalização de um sociocultural educativo instaurando uma nova forma de viver dessa população e operando incorporações-transformações de novos “*habitus*”. Embora em dado momento o projeto educativo tenha direcionado os objetivos educacionais às necessidades e interesses da empresa para formação de mão de obra, o projeto educacional que foi instituído pela Chesf tomou contornos maiores, promovendo mudanças socioculturais de caráter local, regional e nacional. Busco explicar a existência histórica da institucionalização de um projeto de escolarização de populações sertanejas integrado à realidade mais ampla do sistema educativo nacional, imbricando-a no quadro da dinâmica processual de uma comunidade e de uma região, o que possibilitou (re)escrever os caminhos da história da educação no Nordeste brasileiro, considerando nesse itinerário sua multidimensionalidade. Para construir esse caminho, dialoguei com os historiadores da Escola dos Annales por considerar que esse grupo deu importante contribuição para o que passa a ser chamada *la nouvelle histoire* - história nova. A contribuição de historiadores, como Bloch (2001), Braudel (1976; 1978; 1982) e Le Goff (2003), de diferentes gerações dos Annales, situa nosso percurso teórico dentro da historiografia. Assim como caminhamos pela história cultural de Burke (1992; 2004; 2005; 2010) e Pesavento (2005), seja pelo relevo dado à “cultura” e pela abordagem do passado em termos simbólicos. O debate sobre as categorias *habitus* e modernidade, centrais nesta tese, tem as contribuições de Bourdieu (1989; 2011), Giddens (1991), Habermas (2017) e Le Goff (2003). Como esta pesquisa situa-se no campo da história da educação, o debate sobre escola, rito escolar, cultura escolar, instituição/institucionalização, categorias que são alicerces teórico-metodológicos nesta tese, recorreremos às contribuições de Magalhães (2010) e outros. Este estudo comprova que a institucionalização do educacional escolar exerceu função de

modernizadora da sociedade sertaneja, instituiu ritos, gerou expectativas, dando-lhe significado educativo e civilizacional. O número de escolas instituídas em Forquilha/Paulo Afonso, as modalidades educacionais da educação infantil ao ensino técnico profissionalizante, o número de profissionais da educação envolvidos, a infraestrutura moderna das escolas e a quantidade de alunos dessas escolas, além do volume dos recursos envolvidos, dão uma dimensão do tamanho desse projeto educativo. No entanto, seu maior significado são as mudanças que vão ser operadas através das escolas, com a institucionalização de processos educacionais responsáveis pela introdução de um modo de vida no Sertão de caráter transformador de forma definitiva.

Palavras-chave: Institucionalização escolar. *Habitus*. Sertão. Chesf. Modernização.

ABSTRACT

This doctoral thesis is an investigation into the process of the schooling of *sertanejo* (backcountry) populations in Forquilha, Paulo Afonso (Bahia), located in the *Sertão* region of São Francisco, in the Brazilian northeast, by means of a study of the creation and institutionalisation of schools founded and maintained by the Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (the regional electricity board) in the period from 1949 to 2000. We start from the presumption that the construction of schools on the lands of the company established scholarly customs that were implicit in the institutionalisation of an educational sociocultural entity installing itself as a new way of living of this population, and bringing about incorporation-transformations of new characteristics (*habitus*). Although, at a given moment, the educational project directed the educational objectives to the needs and interests of the company in the professional preparation of labour, the educational project that was established by Chesf took on a greater profile, promoting sociocultural changes of local, regional, and national character. I set out to explain the historical existence of the institutionalisation of a project for the schooling of backcountry populations, integrated into the wider reality of the national educational system, overlapping it in the framework of the processional dynamic of a community and a region, which made it possible to (re)write the paths of the history of education in the Brazilian northeast, considering in this itinerary its multidimensionality. In order to construct this path, I sought a dialogue with the historians of the School of Historical Records, since I consider that this group has given an important contribution to what has come to be called *la nouvelle histoire* - the new history. The contribution of historians such as Bloch (2001), Braudel (1976; 1978; 1982) and Le Goff (2003), of different generations of the Historical Records school place our theoretical route within the study of historical methodology. Just as we walk with the cultural history of Burke (1992; 2004; 2005; 2010) and Pesavento (2005). Whether it is with the stress given to ‘culture’, and by the approach to the past in symbolic terms. The debate about the categories of *habitus* and of modernity central to this thesis have the contributions of Bourdieu (1989; 2011), Giddens (1991), Habermas (2017) and Le Goff (2003). Since this research finds itself in the field of the history of education, the debate about school, school customs, school culture, institution/ institutionalisation, categories that are the theoretical-methodological

foundation of this thesis, we have turned to the contributions of Magalhães (2010), among others. This study proves that the institutionalisation of school education has exerted a function as moderniser of the *sertanejo* society, has set up customs, generated expectations, providing it with educational and civilising significance. The number of schools established in Forquilha/Paulo Afonso, the educational modalities, from primary education to technical-professional teaching, the number of educational professionals involved, the modern infrastructure of the schools, and the quantity of pupils studying in these schools, apart from the volume of the resources involved, already gives the dimension of the size of this educational project. However, it is the changes that will be operated through the schools with the institutionalisation of educational processes responsible for the introduction of a way of life in the *Sertão* of a transformational character of definite shape.

Keywords: School institutionalisation. *Habitus*. *Sertão*. Chesf. Modernisation.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat portait sur le processus de scolarisation des populations *sertanejas* de Forquilha, Paulo Afonso (Bahia), situé dans le *Sertão* du São Francisco, au nord-est du Brésil, à travers l'étude de la création et de l'institutionnalisation d'écoles fondées et gérées par la Compagnie Hydroélectrique du São Francisco (Chesf) de 1949 à 1990. Nous avons supposé que la construction d'écoles dans le camp de l'entreprise avait institué une tradition scolaire qui impliquait l'institutionnalisation d'une éducation socioculturelle établissant un nouveau mode de vie de cette population et opérant l'incorporation-transformation de nouveaux "*habitus*". Bien que, à un moment donné, le projet éducatif ait orienté les objectifs éducatifs vers les besoins et les intérêts de l'entreprise pour la formation de la main-d'œuvre, le projet éducatif mis en place par Chesf a pris davantage de relief, favorisant des changements socioculturels de caractère local, régional et national. Ainsi, expliquer l'existence historique de l'institutionnalisation d'un projet de scolarisation des populations *sertanejas*, en l'intégrant dans la réalité plus large qu'est le système éducatif, le contextualiser, l'imbréger dans le cadre de la dynamique processuelle d'une communauté et / ou d'une région, a permis d'écrire les chemins de l'histoire de l'éducation dans le Nord-Est brésilien, en considérant dans cet itinéraire sa multidimensionnalité. Construire ce dialogue avec les historiens de *l'École des Annales*, en considérant que ce groupe a apporté une contribution importante à ce que l'on appelle maintenant "*la nouvelle histoire*". Pour justifier les contributions qui m'ont amené à faire ce choix, je cite le remplacement du récit traditionnel des événements par une histoire-problème, en considérant l'histoire de toutes les activités humaines et pas seulement la politique et ouvert à la collaboration avec des disciplines telles que la sociologie, géographie, anthropologie, économie et autres. Bien qu'il soit important de dire que ce n'est pas une école uniforme et donc les divergences entre ses membres ne peuvent pas être ignorées. La contribution d'historiens tels que Bloch (2001), Braudel (1976; 1978; 1982) et Le Goff (2003), de différentes générations des *Annales* placent notre cours théorique dans l'historiographie. En parcourant l'histoire culturelle de Burke (1992; 2004; 2005; 2010) et Pesavento (2005). Que ce soit l'accent mis sur la "culture" ou l'approche du passé en termes symboliques. Le débat sur les catégories d'*habitus* central et de modernité dans cette thèse aux contributions de

Bourdieu (1989; 2011), Giddens (1991), Habermas (2017). Comme cette recherche se situe dans le champ de l'histoire de l'éducation, le débat sur l'école, le rite de l'école, la culture de l'école, l'institution / instituant / l'institutionnalisation, les catégories qui constituent le fondement théorique et méthodologique de cette thèse s'appuieront sur les contributions de Magalhães (2010), entre autres. Cette étude prouve que l'institutionnalisation de l'école éducative fonctionnait comme une société sertaneja modernisante, des rites institués, des attentes suscitées, lui conférant une signification éducative et civilisationnelle. Le nombre d'écoles créées à Forquilha/Paulo Afonso, les modalités pédagogiques, de l'éducation préscolaire à l'enseignement technique professionnel, le nombre de professionnels de l'éducation impliqués, l'infrastructure scolaire et le nombre d'élèves étudiant dans ces écoles, ainsi que le volume de ressources utilisées donnent déjà une dimension de la taille de ce projet éducatif. Cependant, ce sont les changements qui se produiront dans les écoles avec l'institutionnalisation des processus éducatifs responsables de l'introduction d'un mode de vie dans le *Sertão*, de caractère transformateur, de forme définitive.

Mots clés: Institutionnalisation scolaire. *Habitus*. Sertão. Chesf. Modernisation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Getúlio Vargas em visita a Paulo Afonso (1952).....	66
Figura 2 –	Presidente Eurico Gaspar Dutra em visita às obras de Paulo Afonso (1950).....	69
Figura 3 –	Presidente Café Filho chegando para a inauguração da Usina Hidroelétrica Paulo Afonso I (1955).....	89
Figura 4 –	Usina Piloto construída na margem direita do rio São Francisco pela Divisão de Águas no Lugarejo de Forquilha-Bahia (1952).....	164
Figura 5 –	Sala de aula da escola improvisada em 1949, denominada Escola Alves de Souza.....	166
Figura 6 –	Terreno doado pela Chesf para a construção do Ginásio Paulo Afonso, no bairro General Dutra (1950).....	190
Figura 7 –	Vista panorâmica do acampamento da Chesf no lugarejo de Forquilha (atual Paulo Afonso).....	239
Figura 8 –	Entrada principal para as obras e para o acampamento da Chesf no lugarejo de Forquilha (1950).....	241
Figura 9 –	Vista aérea do acampamento da Chesf na Vila Operária.....	242
Figura 10 –	Casa existente no lugarejo de Forquilha antes da instalação da Chesf em Paulo Afonso.....	245
Figura 11 –	Presidente da Chesf, Antônio José Alves de Souza, visita casa na Vila Poty (1952).....	249
Figura 12 –	Crianças e adultos moradores da Vila Poty.....	251
Figura 13 –	Crianças a transportar latas com água do chafariz construído pela Chesf na Vila Poty (1962).....	253
Figura 14 –	Moradores da Vila Poty a transportar água em potes de barro (1958).....	254
Figura 15 –	Moradores da Vila Poty aglomerados para receber água fornecida em carro-pipa da Chesf (1958).....	255
Figura 16 –	Vista da Rua da Frente (atual Av. Getúlio Vargas) da Vila Poty.....	256

Figura 17 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira, primeira construída no acampamento (Vila Operária) da Chesf.....	260
Figura 18 –	Planta da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira.....	261
Figura 19 –	Escola Murilo Braga na Vila Operária do Acampamento Chesf (1952).....	263
Figura 20 –	Planta da Escola Murilo Braga.....	264
Figura 21 –	Escola Alves de Souza, na Vila Alves de Souza, no Acampamento Chesf.....	265
Figura 22 –	Planta da Escola Alves de Souza (1955).....	266
Figura 23 –	Ginásio Paulo Afonso (depois, Colégio Paulo Afonso) no bairro General Dutra (1952).....	267
Figura 24 –	Planta do Ginásio Paulo Afonso (depois, Colégio Paulo Afonso).....	269
Figura 25 –	Dentista em atendimento a criança no Acampamento Chesf	270
Figura 26 –	Vista aérea do conjunto de pavilhões do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (1968).....	272
Figura 27 –	Planta do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso	273
Figura 28 –	Entrada da Escola Rural Ministro Simões Lopes (1984).....	275
Figura 29 –	Planta da Escola Rural Ministro Simões Lopes.....	276
Figura 30 –	Planta da Escola Parque.....	277
Figura 31 –	Planta da Escola Boa Ideia.....	278
Figura 32 –	Escola Moxotó (Alagoas) – Alunos.....	280
Figura 33 –	Planta da Escola Moxotó (Alagoas).....	281
Figura 34 –	Escola Moxotó (Bahia) – Professora e alunos.....	282
Figura 35 –	Planta da Escola Moxotó (Bahia).....	283
Figura 36 –	Escola Moxotó (Bahia) – Certificado de melhor companheiro (1992).....	284
Figura 37 –	Escola Delmiro Gouveia - Chesf/Senai (1951).....	285
Figura 38 –	Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Professor Sinésio e alunos – Aula prática (1951).....	286
Figura 39 –	Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Professor Sinésio e alunos – Aula prática (1951).....	287
Figura 40 –	Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Aula prática (1950).....	288

Figura 41 –	Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Aula prática (1951).....	289
Figura 42 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos (1950).....	290
Figura 43 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Professora e alunos (1950).....	291
Figura 44 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Sala de aula – Professora e alunos (1950).....	293
Figura 45 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Professoras do curso primário (1950).....	294
Figura 46 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos das primeiras turmas (1950).....	295
Figura 47 –	Usina Paulo Afonso I – Casa de máquinas – Galeria superior – Escavação (1950).....	296
Figura 48 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Aulas noturnas – Jovens e adultos (funcionários da Chesf).....	297
Figura 49 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos participando de solenidade.....	299
Figura 50 –	Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunas – Fardamento escolar doado pela Chesf (1950).....	300
Figura 51 –	Bandeirantes – Coordenadora Célia Couto (quinta da esquerda para a direita) e colaboradoras (1962).....	301
Figura 52 –	Bandeirantes – Fadinhas, coordenadora e colaboradoras (1962).....	301
Figura 53 –	Grupo de professoras das Escolas Reunidas da Chesf.....	302
Figura 54 –	Professoras e funcionárias das Escolas Reunidas da Chesf	303
Figura 55 –	Merenda escolar – Distribuição diária gratuita feita pela Chesf (1961).....	304
Figura 56 –	Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Crianças – Atividade recreativa.....	305
Figura 57 –	Vila Alves de Souza – Parque Infantil das Bandeirantes.....	306
Figura 58 –	Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Pau de sebo.....	307
Figura 59 –	Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Corrida de saco...	308
Figura 60 –	Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Corrida de ovo na colher.....	309

Figura 61 –	Ginásio Paulo Afonso – Crianças com presentes natalinos...	309
Figura 62 –	Clube Paulo Afonso – Festa natalina infantil.....	310
Figura 63 –	Clube Paulo Afonso – Diretores da Chesf e bandeirantes (1953).....	310
Figura 64 –	Vila Operária – Alunos no hasteamento das bandeiras do Brasil e da Bahia (1963).....	312
Figura 65 –	AG – Administrador-geral (engenheiro Múcio Lacerda) – Comemoração de Primeiro de Maio de 1963.....	313
Figura 66 –	Ginásio Paulo Afonso – Alunos, escoteiros e bandeirantes (1953).....	314
Figura 67 –	Escola Chesf – Alunos perfilados (1958).....	315
Figura 68 –	Escola Chesf – Alunos na biblioteca (1958).....	315
Figura 69 –	Escola Chesf – Rito escolar do <i>habitus</i> de leitura (1961).....	316
Figura 70 –	Curso de Alfabetização – Formatura (1958).....	317
Figura 71 –	Jardim de Infância - Convite para solenidade de formatura (1969).....	318
Figura 72 –	Copa – Alves de Souza (presidente da Chesf) – Curso de Corte e Costura – Diplomação.....	318
Figura 73 –	Copa – Curso de Corte e Costura – Alunas com diplomas (1953).....	319
Figura 74 –	Aeroporto de Paulo Afonso – Presidente Gaspar Dutra – Alunos desfilando (1950).....	320
Figura 75 –	Belvedere – Busto do presidente da Chesf, Alves de Souza – Homenagem dos estudantes.....	321
Figura 76 –	Educação Física – Alunas – Aula ao ar livre.....	322
Figura 77 –	Colégio Paulo Afonso – Olimpíadas Escolares – Criança – Símbolo Harmonia e Paz (1962).....	323
Figura 78 –	Ginásio Paulo Afonso – Times de futsal – Madrinhas (1952)..	325
Figura 79 –	Colégio Paulo Afonso – Olimpíadas Escolares – Vôlei feminino (1962).....	325
Figura 80 –	Clube Paulo Afonso – Jogo de pingue-pongue (1950).....	326
Figura 81 –	Estádio Ruberleno Oliveira (atual Álvaro de Carvalho) – Atletas entrando em campo (1961).....	327

Figura 82 –	Clube Paulo Afonso – Piscina – Plateia e salto do nadador (1950).....	328
Figura 83 –	Praça Gaspar Dutra – Presidente da Chesf, Alves de Souza, acendendo fogueira joanina (1950).....	330
Figura 84 –	Clube Paulo Afonso – Festa joanina infantil (1951).....	331
Figura 85 –	Clube Paulo Afonso – Festa joanina (1950).....	332
Figura 86 –	Clube Paulo Afonso – Festa carnavalesca infantil (1952).....	332
Figura 87 –	Clube Paulo Afonso – Teatro estudantil (1958).....	333
Figura 88 –	Folclore nordestino – Pastoril infantojuvenil.....	334
Figura 89 –	Banda de Música Chesf – Apresentação no restaurante da companhia (1950).....	334
Figura 90 –	Escola de Música (antigo Alojamento dos Solteiros) – Integrantes do curso de música (1956).....	335
Figura 91 –	Escola de Música (antigo Alojamento dos Solteiros) – Alunos e integrantes do curso de música.....	335
Figura 92 –	Clube Paulo Afonso – Índios Pankararu – Apresentação.....	336
Figura 93 –	Clube Paulo Afonso – Apresentação do campeão de xadrez René Pratt (em pé de costas), 1952.....	337
Figura 94 –	Estudantes jogando xadrez.....	338
Figura 95 –	Forquilha (Bahia) – Casa de Hóspedes – Missa campal.....	339
Figura 96 –	Acampamento Chesf – Igreja de São Francisco – Torre em construção.....	340
Figura 97 –	Andor com imagem de São Francisco de Assis – Procissão (1950).....	341
Figura 98 –	Crianças no rito católico da Primeira Comunhão (1962).....	342
Figura 99 –	Acampamento Chesf – Visita de padres e seminaristas (1950).....	343
Figura 100 –	Paulo Afonso – Visita de bispos (1961).....	343
Figura 101 –	Artesanato na Travessa da Boa Edéia – Artesãs trabalhando.....	344
Figura 102 –	Artesanato na Travessa da Boa Edéia – Artesãs trabalhando (1958).....	345
Figura 103 –	Curso de Corte e Costura – Professora e alunas (1950).....	346

Figura 104 –	Presidente Dutra – Veículos e funcionários da Chesf prontos para desfile (1950).....	347
Figura 105 –	Presidente Dutra – Rua da Gangorra – Veículos participando de desfile (1950).....	348
Figura 106 –	Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Alunas (1956)	349
Figura 107 –	Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunas do Curso Ginásial.....	349
Figura 108 –	Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Trator, veículos e funcionários (1956).....	350
Figura 109 –	Pelotão de alunos(as) em posição de sentido.....	351
Figura 110 –	Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunos.....	351
Figura 111 –	Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunos (1958).....	352
Figura 112 –	Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Banda musical de alunos.....	353
Figura 113 –	Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Setor de Segurança – Guardas (1963).....	353
Figura 114 –	Acampamento Chesf – Desfile do Dia do Trabalhador – Trator, veículos e funcionários (1963).....	354
Figura 115 –	Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Militares do Exército (1963).....	355
Figura 116 –	Acampamento Chesf – Desfile cívico da Independência – Pelotão de Honra do Ginásio Paulo Afonso – Bandeiras do Brasil e da Bahia.....	355
Figura 117 –	CFPPA – Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso – Aula prática (1968).....	357
Figura 118 –	CFPPA – Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso – Aula prática (1968).....	359
Figura 119 –	Colégio Paulo Afonso – Professores e alunos.....	360

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de escolas nos municípios de influência da cachoeira de Paulo Afonso	148
Tabela 2 –	Percentual de crianças não frequentando escola no Médio São Francisco em 1941	149
Tabela 3 –	Dados da Escola Primária Adozindo Magalhães de Oliveira em 1950	173
Tabela 4 –	Serviços realizados pelo posto de puericultura em 1950	175
Tabela 5 –	Serviços dentários realizados pela companhia em 1950	178
Tabela 6 –	População em Forquilha	191
Tabela 7 –	Distribuição da população de Forquilha no ano de 1958	192
Tabela 8 –	Número de alunos por série no curso ginasial em 1958	195
Tabela 9 –	Grade curricular do curso ginasial para o ano letivo de 1958	196
Tabela 10 –	Número de funcionários e perfis no ano de 1962	203
Tabela 11 –	Número de alunos computados após resultados finais	212
Tabela 12 –	Dados referentes aos cursos realizados no Centro de Treinamento	213

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
AG	Administrador Regional
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Ação Popular
APA	Administração Regional de Paulo Afonso
AL	Alagoas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDOC	Centro de Documentação
CE	Centro de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CFPPA	Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso
CFURH	Compensação Financeira por Utilização dos Recursos Hídricos
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIEP	Centro Integrado de Educação Popular
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COLEPA	Colégio Paulo Afonso
CONAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
COPA	Clube Operário Paulo Afonso
CPA	Clube Paulo Afonso
CPC	Centro Popular de Cultura
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

DA	Diretório Acadêmico
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DR	Delegacia Regional
DTEs	Divisões Técnicas Especializadas
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATERBA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FACHESF	Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GERFAB	Grupo Executivo de Erradicação da Febre Aftosa
GM	Gabinete Ministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIGHT	Brazilian Traction, Light and Power Co.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
NTE	Núcleo Territorial de Educação

NUTHE	Núcleo de Teoria e História da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PA	Paulo Afonso
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PEI	Política Externa Independente
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SE	Subestação de Energia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI-BA	Serviço Social da Indústria da Bahia
SPEI	Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso
SPT	Setor de Ensino e Treinamento
SPTO	Serviço de Ensino Técnico Operacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TVA	Tennessee Valley Authority
UDN	União Democrática Nacional
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	30
2	O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO.....	61
2.1	O VALE DO SÃO FRANCISCO E A CRIAÇÃO DA CHESF.....	61
2.2	DE FORQUILHA A PAULO AFONSO: o Sertão se moderniza.....	82
2.3	PAULO AFONSO: um projeto nacional.....	97
2.4	O ACAMPAMENTO CHESF, A VILA POTY E A MODERNIDADE EXCLUDENTE.....	110
3	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO.....	121
3.1	ESCOLA E A REPÚBLICA.....	122
3.2	A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-1930.....	126
3.2.1	Educação no período do regime civil-militar (1964-1985).....	137
3.2.2	A educação no contexto da redemocratização.....	141
3.3	A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ZONA DE INFLUÊNCIA DA CACHOEIRA DE PAULO AFONSO.....	143
3.4	ESCOLA E MODERNIZAÇÃO: a institucionalização de um projeto educacional escolar no Sertão.....	162
4	A CHESF E SEU COMPLEXO ESCOLAR EM FORQUILHA/PAULO AFONSO.....	224
4.1	AS EVIDÊNCIAS DAS IMAGENS.....	225
4.2	ESPÓLIO FOTOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIVO....	234
4.3	O ACAMPAMENTO CHESF COMO ESPAÇO SOCIAL.....	238
4.4	A MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE.....	248
4.5	COMPLEXO ESCOLAR E MODERNIDADE NO SERTÃO.....	257
4.6	CULTURA ESCOLAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO.....	290
5	A INSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE ESCOLAR NO SERTÃO.....	298
5.1	A ESCOLA E A CULTURA DA SELEÇÃO.....	304
5.2	RITOS ESCOLARES.....	311
5.3	<i>HABITUS</i> ESPORTIVOS E O CUIDADO COM O CORPO.....	322

5.4	ACAMPAMENTO CHESF E A DIVERSIDADE DE CAPITAL CULTURAL.....	329
5.5	RITOS RELIGIOSOS.....	338
5.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA OS POBRES.....	344
5.7	A CULTURA CÍVICA EDUCANDO PARA A MODERNIDADE.....	346
5.8	ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E A FORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE INDUSTRIAL.....	356
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	361
	REFERÊNCIAS.....	377
	ANEXOS.....	388

1 INTRODUÇÃO

Esta tese investiga o processo de escolarização de populações sertanejas em Forquilha, atual Município de Paulo Afonso (Bahia), no Sertão do São Francisco, Nordeste brasileiro, por meio do estudo da criação e institucionalização de escolas criadas e mantidas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), no período de 1949 a 2000. Parto do princípio de que a construção de escolas no acampamento da empresa instituiu ritos escolares que implicaram na institucionalização de um complexo sociocultural educativo instaurando uma nova forma de viver dessa população e operando incorporações-transformações de novos “*habitus*” e inserção dos sertanejos na “modernidade”. Assim, nosso intento foi o de analisar o processo de instituição da educação escolar para a população sertaneja de Forquilha/Paulo Afonso, e as mudanças produzidas pelo aprendizado e incorporação de novos *habitus* “modernos”, em confronto com o tradicional mundo sertanejo.

Estudar o Sertão, região onde nasci e vivo, foi uma escolha desde quando iniciei minha caminhada acadêmica. Compreender a história do povo dessa região tem sido um desafio que me motiva como pesquisador e sertanejo. Meus estudos no campo da História da Educação têm sido dedicados a analisar processos educativos escolares e não escolares no Sertão. A escolha pelas escolas da Chesf é também resultado das minhas memórias e inquietações da infância.

Nascido na cidade de Paulo Afonso (BA), onde vivi até os dez anos de idade, carreguei na memória da infância as lembranças dos dois mundos que existiam no município: Vila Poty e Acampamento Chesf. Como ex-morador da Vila Poty e frequentador do acampamento, onde familiares residiam e era meu local preferido para as brincadeiras e o lazer durante a infância, trago na memória a vida escolar dos meus primos e primas, estudantes das escolas da Chesf, e dos amigos e amigas que residiam no acampamento, assim como as lembranças de grandes eventos esportivos, culturais, sociais e cívicos organizados pelas escolas da empresa e que eu acompanhava euforicamente. Assistia com entusiasmo aos alunos fardados entrarem no Papa-fila (ônibus que transportava os estudantes de suas residências para as escolas). Como não era estudante de nenhuma dessas escolas, restava-me o desejo de um dia frequentar uma delas para andar no Papa-fila.

Nos clubes construídos no acampamento, assisti a olimpíadas escolares que mobilizavam grande número de estudantes e familiares. Lembro que durante certo

período os alunos das escolas da Chesf participavam de eventos esportivos estaduais e nacionais. Os estudantes que se destacavam nas modalidades esportivas eram o motivo de comentários e orgulho do paulo-afonsino. Estudantes das escolas da Chesf chegaram a ser convocados para as seleções baiana e brasileira de handebol. Destacavam-se em diversas modalidades esportivas, resultado da institucionalização do esporte pelas escolas e, em caráter mais amplo, desenvolvidas no acampamento desde a sua fundação.

Aos domingos, ia ao estádio de futebol Ruberleno Oliveira, atual Álvaro de Carvalho, construído dentro do acampamento e quase sempre com arquibancada lotada, para assistir aos jogos da seleção paulo-afonsina. Os eventos culturais e cívicos, como os desfiles de emancipação política do município, em 28 de julho, e os de 7 de setembro, eram esperados pela população, principalmente pelos estudantes. A participação das escolas da Chesf e das escolas da Vila Poty tinha a motivação e o entusiasmo do público, que escolhia as que mais se destacavam em beleza e organização.

Os bailes e shows de artistas nacionais realizados no Clube Operário Paulo Afonso (Copa) ou no Clube Paulo Afonso (CPA) eram frequentes, chegando a receber artistas como Roberto Carlos e Luiz Gonzaga. Com o apoio da Chesf, os clubes realizavam atividades de lazer, como: Carnaval, São João, festa de Ano-Novo. Esses eventos transformavam-se em conagraçamentos das famílias e, por isso, bastante esperados pelos moradores.

Cresci com as lembranças das residências do Acampamento Chesf, Vila dos Operários, onde residiam meus tios, Vila Alves de Souza, onde moravam os técnicos de nível médio, e o bairro General Dutra, com suas casas amplas e arborizadas, onde residiam os engenheiros e dirigentes da Chesf. Passear pelas ruas e acampar nas praças do acampamento eram das atividades preferidas, principalmente no Parque Belvedere e no “Touro e a Sucuri”. Tomar banho nas barragens tinha o tempero da proibição instituída pela empresa e pela família. A grandiosidade das obras, das usinas, impressionava os meus olhos de garoto e o cânion do São Francisco me fascinava pela beleza e dimensão. Morei próximo ao paredão do lago da Usina Paulo Afonso IV e o medo de essa barragem estourar era alimentado pelos que, por brincadeira de mau gosto ou maldade, anunciavam que o paredão iria romper-se, o que provocava o maior alvoroço; era um “deus nos acuda”.

As condições de vida dos moradores que residiam no Acampamento Chesf contrastavam com as de quem morava fora. A separação instituída pela Chesf entre os que residiam no acampamento da empresa e os que moravam na Vila Poty marcou profundamente a minha memória. Essa separação foi simbolizada pela construção de um muro de pedras e instalação de guaritas, com guardas da empresa a inspecionar quem queria adentrar no acampamento. Exigia-se uma justificativa e identificação. As imagens do muro, que foi batizado como “muro da vergonha”, me inquietaram enquanto ele existiu.

Quando residi em Paulo Afonso, estudei na Escola Casa da Criança I, localizada na Vila Poty, mas, de fato, as imagens mais marcantes que guardei na memória foram dos alunos das escolas da Chesf fardados indo e voltando para as aulas. Ver o entusiasmo com que participavam das atividades escolares, fossem esportivas, culturais, cívicas, ficou marcado na minha memória.

No início dos anos 1980, fui residir com a família no Recife (PE) e, posteriormente, na cidade de Delmiro Gouveia (AL). Sempre nos fins de ano, voltava a Paulo Afonso para passar férias nas residências de minhas tias. E, já quando residia na cidade alagoana de Delmiro Gouveia, ingressei no curso de Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus VIII, em Paulo Afonso, instalado no edifício onde outrora funcionou a Escola Parque, uma das unidades educacionais da Chesf. Foi nesse período que pude acompanhar o processo de desmonte do projeto educacional da Chesf. As escolas estavam sendo transferidas para a gestão do Município de Paulo Afonso, do Governo do Estado da Bahia e de entidades privadas. Chegava ao fim um ciclo educacional escolar iniciado em 1949 e que foi gerenciado e mantido pela Chesf durante 51 anos. A população reagiu indignada, mas pouco pôde fazer para evitar que chegasse ao fim o projeto responsável pela formação educacional escolar de milhares de alunos.

Morando em Alagoas, dedicava-me às pesquisas sobre a trajetória do industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, pioneiro no aproveitamento das forças das águas da cachoeira de Paulo Afonso para a produção de energia elétrica, tendo construído a usina hidroelétrica de Angiquinho, em 1913, sendo para muitos o precursor da Chesf e que desenvolveu um projeto de industrialização no Sertão alagoano. Nesse aspecto, como educador, iniciei minha caminhada de pesquisador no campo da História da Educação e realizei minha pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Alagoas

(Ufal), sobre os processos educativos desenvolvidos por esse industrial na Vila da Pedra, atual cidade de Delmiro Gouveia. No entanto, motivado pelas memórias da infância, desejava compreender a dimensão e o significado do projeto educacional implantado pela Chesf em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso). Inquietava-me o fato desse projeto ter acabado.

Passei a frequentar com mais assiduidade minha cidade natal em razão de cursar Pedagogia e fazer uma especialização em Psicopedagogia na Uneb – Campus VIII. Ouvia com frequência depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e moradores da cidade e suas memórias sobre as escolas da Chesf.

Durante o mestrado em História da Educação, pesquisando nos arquivos da Chesf deparei-me com um arquivo fotográfico bastante significativo sobre a vida da empresa. Fiquei impressionado com as fotografias relacionadas ao projeto educativo desenvolvido pela empresa.

Concluído o mestrado e desejando ingressar no doutorado, fui cursar disciplinas como aluno especial nos Centros de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse período, voltei a incursionar pelos arquivos da Chesf em Paulo Afonso e Recife. Não me restava mais dúvidas: meu projeto de pesquisa para o doutoramento seria sobre as escolas da Chesf. Chegava o momento de procurar compreender as suas dimensões e significados para o Sertão do São Francisco.

Este estudo possibilitará novas leituras sobre a História da Educação no Nordeste. Traz uma contribuição para a compreensão da história política, econômica, social, cultural e educacional dessa sociedade.

Assim, ingressei no Centro de Educação (CE) da Universidade Federal de Pernambuco, no Núcleo de Teoria e História da Educação (NuTHE), com o projeto que denominei Modernização e educação escolar no Nordeste brasileiro: as escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000).

Um dos primeiros passos foi levantar o estado da arte dessa temática, pois, considerando o projeto de Paulo Afonso no contexto de sua importância para o Brasil, principalmente pela dimensão do projeto educativo, fomos investigar o que foi produzido sobre as escolas da Chesf. Para a nossa surpresa, encontramos apenas um trabalho de mestrado no campo da História da Educação relacionado ao projeto educacional da Chesf. A dissertação defendida no Instituto de Investigação Científica

e de Pós-Graduação da Universidade Internacional de Lisboa, em 2005, intitulada *Educação, Estratégia de Poder: SPEI – Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, As Doutrinas de Segurança Nacional na Área de Ensino*, de Cecília Maria Bezerra de Oliveira. Nesse trabalho, a autora analisou as representações das políticas públicas educacionais do regime de exceção político-militar (1972-1985) no âmbito das diretrizes de segurança nacional, tendo como objeto o Sistema de Ensino Integrado de Paulo Afonso (SPEI), instituído pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Sobre a Chesf e Paulo Afonso (BA), encontrei teses e dissertações defendidas em diversas universidades: a tese de Rezilda Rodrigues Oliveira, intitulada *Chesf: Gênese e Trajetória de uma Empresa Estatal no Brasil*, defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, na área de Ciência Política; outra tese, defendida na Universidade de Zurique por Rudolf Hauptli, em História Geral, intitulada *Pioneiros do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Fase pioneira, expansão e mudança (1948-1974)*. Essa última traz um subcapítulo sobre as escolas da Chesf.

Outras teses e dissertações foram produzidas na área de Ecologia Humana, como as dissertações de Maria Lúcia Teixeira Santos, defendida na Uneb – Campus VII, intitulada *Impactos Socioambientais Provocados Pelas Barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à População Ribeirinha dos Municípios de Glória e Paulo Afonso – BA*, e a de José Ivaldo de Brito Ferreira, defendida na mesma universidade com o título *O Direito que Emerge da Água: As Barragens de Paulo Afonso e a Invenção dos Royalties*.

No Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, encontramos uma dissertação de Antônio Marcos Lima de Oliveira, intitulada *A Cidade de Paulo Afonso, 1948-1985: As Especializações do Trabalho, do Controle e das Lutas*. No Núcleo de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), localizamos a dissertação de Divânia Cássia Costa da Silva, com o título *Participação Política, Formas de Atuação e Trajetórias Sociais: Um Estudo Sobre o Militantismo em Causas Educacionais em Paulo Afonso-BA*. Na Universidade Federal de Pernambuco, a dissertação de José Renato Melo da Silva, *Centralização Política e as Instituições Municipais - O Município de Segurança Nacional em Perspectiva (O caso de Paulo Afonso)*. Encontrei um trabalho publicado em 2012 pela editora da Universidade Federal da Paraíba: *Planejamento Estratégico*

para o Desenvolvimento Local Competitivo (O Caso Paulo Afonso), de Francisco Souza.

Em geral, há uma vasta produção acadêmica sobre aspectos relacionados à Chesf e às usinas de Paulo Afonso, principalmente nas áreas de engenharia, economia e administração. Entretanto, a ausência de pesquisas e estudos sobre o projeto educacional da Chesf é um fato a ser analisado. De certa forma, percebe-se um movimento de preservação da memória educacional promovido por ex-alunos, ex-professores e ex-dirigentes dessas escolas. Ainda hoje, são realizados encontros de ex-alunos e a participação deles nos desfiles de emancipação política da cidade e no 7 de Setembro. Por outro lado, um completo silenciamento por parte da academia, ainda que Paulo Afonso seja um polo educacional com instituições de ensino superior.

Se quase não há estudos acadêmicos sobre as escolas da Chesf, não posso dizer o mesmo sobre as produções dos memorialistas sobre a cidade e a educação em Paulo Afonso. É relevante para a história da educação essa produção, que não deve ser ignorada como fonte, além de servir como pistas para estudos como este. São dos memorialistas as publicações que nos levaram a rastrear outros arquivos e fontes que guardam registros sobre as escolas da Chesf em Paulo Afonso.

Em razão da grande quantidade de publicações, citaremos aquelas que consideramos mais relevantes neste estudo, o que não significa que os aqui não mencionados sejam menos importantes. Entre os livros, estão: *Paulo Afonso: Luz e Força Movendo o Nordeste*, de Luiz Fernando Motta Nascimento; *De Forquilha a Paulo Afonso: História e Memórias de Pioneiros*, de Antônio Galdino da Silva; *Paulo Afonso e a Vila Poty: a História não Contada*; *100 Anos de Luís Gonzaga e a Passagem do Rei do Baião em Paulo Afonso*, de João de Sousa Lima; *Paulo Afonso e o Sertão Baiano: Sua Geografia e Seu Povo*, de Roberto Ricardo do Amaral Reis; *Chesf: Memórias, Registros e Lembranças*, de José Antônio Feijó de Melo; *Paulo Afonso: O Coração do Nordeste*, de Aníbal Alves Nunes e José Carlos Galindo; *Paulo Afonso: Nós Fizemos Essa História*, de Euclides Batista Filho; *Professor Gilberto: Realizador de Sonhos*, de Joranaide Alves Ramos; *Memórias de um pioneiro: Uma história com base na cidade de Paulo Afonso*, de Francisco de Souza.

Outras importantes publicações são: *Paulo Afonso*, de Antônio José Alves de Souza; *O Potencial Hidroelétrico do São Francisco*, de Apolônio Sales; *Estudos da Zona de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso*, diversos autores; *A Bacia do Médio*

São Francisco, de Jorge Zarur; *Paulo Afonso e a Integração Nacional*, de Afrânio de Carvalho; *Paulo Afonso, A Cachoeira Domana*, de Theophilo de Andrade; *Chesf: 35 Anos de História*, de Joselice Jucá.

A escolha das escolas da Chesf em Forquilha justifica-se por terem sido as primeiras instaladas pela empresa no Sertão do Nordeste e por congregarem o maior número de escolas num único acampamento (Escolas Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Escola Delmiro Gouveia-Senai, Alves de Souza, Parque, Moxotó Alagoas, Moxotó Bahia, Boa Ideia, Escola Rural Ministro Simões Filho, 15 de Março, Ginásio Paulo Afonso – depois, Colégio Paulo Afonso, e Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso). O conjunto dessas escolas ofertava todas as modalidades de ensino (educação infantil, primário, ginásial, secundário, educação de jovens e adultos, científico e cursos técnicos profissionalizantes) e objetivava atender o maior número de alunos e ser o modelo educacional de Paulo Afonso adotado pela empresa em outros acampamentos¹. Por fim, por ter sido em Forquilha e região onde se desencadearam as maiores transformações e implicações no modo de vida sertanejo estabelecidos a partir do processo de escolarização instituído pela Chesf; e também, a partir de Paulo Afonso, o Sertão ter sido aculturado e integrado, passando a participar do Brasil moderno.

Nesta pesquisa, algumas categorias constituem-se alicerces teórico-metodológicos desta tese: história, história cultural, educação, modernidade, *habitus*, rito escolar, escola, cultura escolar, instituição/institucionalização e história da educação.

Adoto a perspectiva teórica de historiadores da Escola dos Annales, entre outros motivos, porque:

A nova historiografia dos Annales inovara com as suas categorias de estrutura e conjuntura, conceitos identificadores da longa e da média duração e que passaram a operar como marcos explicativos para uma outra concepção dos marcos temporais na análise da história (PESAVENTO, 2005, p.13).

Se, por um lado, a Revolução Francesa da Historiografia, como dito por Peter Burke, cunhou *la nouvelle histoire* (2010, p.11), que contrapunha-se à história tradicional, tendo como origem o movimento de renovação da historiografia francesa,

¹ Na segunda seção, retomaremos com maior profundidade a temática da criação de escolas no acampamento da Chesf em Forquilha/Paulo Afonso (BA).

que combatia uma história narrativa e do acontecimento e propunha uma história que considerasse todas “as atividades humanas e não só a dimensão política e, por fim, a *necessária colaboração interdisciplinar*” (BLOCH, 2001, p. 10), os métodos historiográficos desenvolvidos pelos historiadores da Escola dos Annales a partir de Marc Bloch nos ajuda a transformar o processo de institucionalização educacional escolar ocorrido no Sertão do São Francisco em reflexão histórica (BLOCH, 2001).

Entre os desafios metodológicos que se apresentam ao ofício do historiador da Escola dos Annales, está o de “compreender o presente pelo passado” e, correlativamente, “compreender o passado pelo presente” (BLOCH, 2001, p. 25). Para percorrer esse caminho, é essencial a concepção da história-problema e da história interdisciplinar. No caso das transformações institucionalizadas no âmbito educacional escolar em Forquilha, através de mudanças no modo de vida, requer-se um diálogo entre os campos, principalmente da história com a geografia, a sociologia e a economia.

O recorte temporal (1949-2000) representa desde o marco inicial de funcionamento da primeira escola da Chesf no acampamento da empresa em Forquilha até o encerramento das atividades educacionais pela Chesf, em Paulo Afonso, quando a última escola, ainda mantida pela companhia encerrou definitivamente suas atividades, Colégio Paulo Afonso.

Inicialmente, o recorte temporal proposto era de 1949 a 1990, estabelecido com base nas primeiras informações a respeito do período de início e encerramento das atividades educacionais instituídas pela Chesf em Paulo Afonso. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebi através da análise de documentos que o processo de encerramento do projeto educativo da Chesf em Paulo Afonso se deu no ano de 2000. Portanto, existia um equívoco quanto ao período de encerramento da oferta educacional pela Chesf que procurei corrigir à medida que a documentação possibilitou analisar todo o ciclo educacional processado no acampamento.

A análise desse período baseia-se na compreensão do tempo histórico conforme Braudel (1976). A contribuição desse historiador sobre a multiplicidade do tempo e do valor de suas variedades nas pesquisas históricas abriu caminhos para novas abordagens, principalmente por se contrapor à história tradicional, voltada ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento. Entendo que os processos de transformações e de análises históricas da instituição educacional escolar no

acampamento da Chesf em Forquilha/Paulo Afonso perpassam pela interpretação de temporalidade proposta por esse historiador. Nesse sentido, apoio-me na perspectiva de que “a História é a soma de todas as Histórias possíveis: uma colecção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã” (BRAUDEL, 1976, p. 27).

Ao analisar o modo de vida do homem no Sertão, percebemos a vida quase instável pelas estruturas: geográfica, do clima e da cultura. O tempo, considerando essas estruturas, corria lento e o homem do Sertão era seu prisioneiro (BRAUDEL, 1976). Nesse sentido, recuamos ao tempo anterior à instalação da Chesf no Sertão para analisarmos como a escolarização da população sertaneja foi sendo processada, ou seja, como a cultura escolar foi se instituindo para essa população e como se dava o acesso à educação escolar nessa região. De forma que o tempo como categoria central para a história e a temporalidade nas pesquisas históricas proposta por Braudel contribuem para, no caso do Sertão, percebermos os ritmos diferentes com que as transformações socioculturais, políticas, econômicas e educacionais foram processadas nessa região.

Para esta pesquisa, considerando o *locus* onde a Chesf instalou seu acampamento no Sertão do São Francisco e as características geográficas dessa região, considero importante a aproximação da História com a Geografia, onde espaço, além do tempo, passa a ser muito importante para os historiadores, já que as condições climáticas e geográficas condicionam o estilo de vida e os costumes sociais e ou culturais (BRAUDEL, 1976). Até a chegada da Chesf, no Sertão do São Francisco, o desenvolvimento econômico e social da região de influência da cachoeira de Paulo Afonso processava-se cadenciado por fatores climáticos e geográficos.

Braudel integrou a segunda geração dos historiadores da Escola dos Annales e sua interpretação sobre tempo histórico abriu caminho para se fazer uma “História total”, caracterizada pela dialética entre os três níveis temporais – longa duração, conjuntura e curta duração². Conforme essa perspectiva, é possível verificar que as transformações promovidas no Sertão a partir da chegada da Chesf com seu modelo “modernizador” desenvolvimentista, instalando um acampamento e, nele, um

² Na obra *História e Ciências Sociais* (1976), Braudel desenvolve os conceitos de longa duração, média e curta duração. O tempo breve ou curta duração é o da vida cotidiana, das ilusões, como um incêndio, um crime, uma catástrofe, uma representação teatral. Esse tempo breve existe na vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e até mesmo geográfica. A longa duração equivale a um tempo travado, no limite do móvel. Aceitar o conceito de tempo longo é, segundo Braudel, realizar uma mudança de estilo, de abordagem. Uma inversão do pensamento “a uma nova concepção do social” (BRAUDEL, 1976, p. 26).

complexo educacional escolar, estabelece-se e institui um ciclo de mudanças socioculturais de várias dimensões e caráter irreversível para o Sertão processadas em curto espaço de tempo.

A história do Sertão do São Francisco, até certo momento, foi “a história quase imóvel, de lentas transformações/ a das relações do homem com o meio que o rodeia/ a história de ritmo lento/ a dos grupos e agrupamentos (a história social); história ultra sensível e de oscilações breves/ a dos indivíduos” (BRAUDEL, 1976).

No Sertão, até então, só era perceptível observar suas transformações na longa duração, pois essas ocorriam em ritmo lento. No entanto, passa, num curto período, por ocasião da instalação da Chesf em 1948, por um processo de transformações e de modernização acelerada e de caráter irreversível. O modo de vida das populações sertanejas dessa região vai se transformar rapidamente. O Sertão do São Francisco não será mais o mesmo. Foram institucionalizando-se novos *habitus* e um novo modo de vida, em que o próprio tempo foi redimensionado por essa população. O estilo de vida urbana e industrial, advento de progresso e da modernidade, veio substituir o tradicional mundo rural sertanejo para uma parcela significativa da população.

Compreendo o conceito de modernidade na perspectiva de Le Goff (2003, p. 173). Esse historiador esclareceu a origem da expressão modernidade:

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX, transforma-se, com o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX, generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo em que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a idéia de “modernização”, nascida do contato com o Ocidente.

De certa forma, o binômio antigo/moderno representará os “antigos” como defensores das tradições, e os modernos como os da inovação. De acordo com Le Goff (2003, p. 173),

No século XX, o ponto de vista dos “modernos” manifesta-se acima de tudo no campo da *ideologia* econômica, na construção da modernização, isto é, do desenvolvimento (cf. *desenvolvimento/subdesenvolvimento*) e da *aculturação*, por imitação da civilização europeia.

O termo moderno é aqui utilizado no sentido de ruptura com o passado, com o tradicional mundo sertanejo. Embora, conforme Le Goff (2003, p. 174),

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional”, e moderno, por “recente” ou “novo” e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras.

A modernização se institucionalizou no Sertão do São Francisco através da educação escolar processada principalmente pela incorporação de ritos escolares e novos *habitus* instituidores de mudanças sustentadas pela escola em conflito com o modo de vida sertanejo. Nessa perspectiva, para compreender o que é modernidade, Giddens (1991, p. 11) afirma que:

[...] “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial [...].

Essa modernidade europeia chegou ao Brasil inicialmente nos centros urbanos litorâneos e posteriormente ao Sertão do país.

A convivência no acampamento de agentes com capital cultural diversos, como trabalhadores, técnicos e dirigentes da Chesf que lá passaram a residir, promoveu a interação no interior do acampamento, aqui tomado como campo social, de forma que foi se instituindo por características e regras que passaram a reger esse meio. Assim, a vida cotidiana promoveu interações sociais, mudanças de atitudes e de pensamento. Foram instituindo-se significativas alterações no modo de vida dos indivíduos dessa sociedade. Principalmente dos que originalmente residiam no Sertão, que, adotando os ritos, *habitus* e regras que passaram a reger este campo social (o acampamento), desenvolveram mudanças de comportamento, incorporaram novos *habitus*. O campo social é um espaço formado pelas pessoas que a ele pertencem e que possuem características e concordâncias às regras determinantes desse meio, onde o *habitus* é condição e condicionante do campo.

No caso dessa comunidade, as escolas criadas pela Chesf institucionalizaram um conjunto de valores e atitudes moldados a partir das ideias de modernidade que

levaram à incorporação de formas de pensar e agir. Considerando a interação da escola com o meio social, essas transformações no modo de vida tiveram caráter mais amplos. Bourdieu (1989, p. 22), ao desenvolver o conceito de *habitus*, diz:

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma <arte>, entendido como <prática sem teoria>, exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos *saberes*. Como se vê bem nas sociedades sem escrita e sem escola – mas também é verdadeiro quanto ao que se ensina nas sociedades com escola e nas próprias escolas – numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais – transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contacto directo e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende (<faz como eu>). Os historiadores e os filósofos das ciências – e os próprios cientistas, sobretudo – têm frequentemente observado que uma parte importante da profissão de cientista se obtém por modos de aquisição inteiramente práticos – a parte da pedagogia do silêncio, dando lugar à explicitação não só dos esquemas transmitidos como também dos esquemas empregados na transmissão, é sem dúvida tanto maior numa ciência quanto nela são menos explícitos e menos codificados os próprios conteúdos, saberes, modos de pensamento e de acção.

O *habitus* é o conjunto de ações e reações incorporado pelas pessoas na interação com a sociedade. Ele surge das interações sociais, não é consciente, mas segue as regras de convivência do campo social, tornando-se a matriz cultural internalizada. A sociedade que foi formada em Forquilha em razão da construção de usinas hidroelétricas caracterizava-se por pessoas de diferentes capitais culturais. Os dirigentes da Chesf, em quase sua totalidade engenheiros, formavam um campo político de poder no acampamento. Os técnicos de nível médio também integravam esse grupo. A grande maioria dos moradores do acampamento era de trabalhadores sem formação escolar e técnica. Também na Vila Poty os moradores eram em sua grande maioria analfabetos e desempregados que vinham principalmente dos sertões nordestinos em busca de trabalho.

No interior do acampamento, a companhia capacitou os trabalhadores para o desempenho das funções necessárias para as obras, já que a grande maioria nunca tinha desempenhado funções que não de atividades agrícolas. Paralelo à formação profissional, a Chesf foi criando escolas que também foram desenvolver um processo de formação civilizacional e técnico-profissional para trabalhadores e seus filhos. Nesse contexto, foram instituindo-se, através das escolas, ritos escolares e *habitus* de acordo com o projeto de modernidade pensado pela classe dirigente da empresa.

Os *habitus* analisados demonstram a instituição de modos de vida da sociedade residente em Forquilha, o que nos ajuda compreender as peculiaridades

dessa sociedade. Nesse caso, foi instituída uma cultura escolar instituidora de novos *habitus*.

Assim, além dos *habitus*, a instituição de ritos escolares também caracterizou a institucionalização da educação escolar em Forquilha/Paulo Afonso. A institucionalização da educação escolar processada para a modernidade, através das escolas fundadas pela Chesf, configurou-se pelos ritos e *habitus* instituídos pela cultura escolar.

Nesse sentido, reflexões de Justino Magalhães (2017, p. 3) lançam luzes sobre as transformações socioculturais operadas pela escolarização:

Misterioso fenômeno esse, o das sucessivas repetições do ritual de morrer/(re)nascer que humaniza, reifica, subjectiva, socializa o processo do escolar: a “criança que entrou na escola na manhã do primeiro dia da primeira classe não sairá mais dela” (Gusdorf, 1970, p. 49). Longo percurso (ciclicamente dirigido pela palavra de ordem, do professor – ‘o trabalho vai começar’) o que vai da aula inaugural da instrução elementar à universidade. Lento e árduo tirocínio, o da tomada de consciência e da construção de uma identidade, uma subjectividade, uma propriedade científico-técnica, uma aprofundada cognoscência, uma autonomia, uma soberania. Dramática passagem a da escola para a vida, fazendo da sagração o momento sublime em que o jovem-adulto (Snyders, 1996) toma conta de si mesmo.

A escola foi instrumental e fundamento da constituição de “novo sertanejo”. Através da instituição de ritos escolares e *habitus*, incorporados pela população residente no acampamento da Chesf, num processo de aculturação, de abertura ao exterior de uma mesoconstrução social, econômica, urbana, profissional traduzidas na ascensão individual, na melhoria da qualidade e, na mudança dos destinos de vida, foi modelo e foi transformador e instituinte de um novo modo de vida até então externo ao meio rural sertanejo. As escolas da Chesf em Forquilha foram instauradoras de processos socioculturais. O rito escolar pensado por Magalhães (2017) vai dialogar com a categoria de *habitus* proposto por Bourdieu (1989). Ambos comungam com o processo de subjectivação e socialização que se instauram nos humanos pela prática educativa. É um rito de passagem que se instaura durante o processo de escolarização dos educandos.

A institucionalização da educação escolar foi instituidora de modo de vida moderno, ainda desconhecido da maioria da população do Sertão. A educação escolar promoveu um rito de passagem para a maioria dos educandos.

Ao investigar o processo de modernização e educação escolar de populações sertanejas no Nordeste brasileiro, busco entender, a partir das escolas criadas pela Chesf em Forquilha, a institucionalização de um processo educacional escolar que operou transformações nos modos de vida da população sertaneja através da incorporação de novos *habitus*³.

Por ser portadora de uma epistemologia específica, a História e História da Educação se renovam e ampliam-se em novas formas de abordagem. Assim, nossa proposta de pesquisar a história de instituições educativas caminha nessa mesma direção por considerar as múltiplas variantes epistemológicas que apresentam, como aponta Magalhães (2004, p. 121),

Vistas a partir de uma epistemologia específica, a história da educação, como a história da escola, constituem um campo aberto e em franca renovação, seja na acepção da superação de lacunas do conhecimento, seja na de novas formas de abordagem, como se referiu. Vista a partir das ciências da educação, a história da educação, focalizada na escola, corresponde a um núcleo duro de questões trans e interdisciplinares, cujo estatuto epistêmico se define e consolida pela aproximação às questões centrais da educação, designadamente as referentes ao contributo da escolarização para as mudanças socioculturais e para a modernização das economias e das sociedades.

No âmbito da História institucional, radicada no histórico-pedagógico, aberta à interdisciplinaridade, centrada num estudo de caso. O método assenta na análise e na reconstituição de uma realidade em mudança, observada no tempo longo e numa variação de planos micro-meso-macro, com relevo na mesoabordagem e na multifactorialidade. Em síntese, trata-se de compreender, interpretar e reconstituir o processo de aculturação, modernização e integração/participação no Brasil moderno de uma região dos sertões do Nordeste com foco nas mudanças econômicas, sociais, culturais e educacionais promotoras de novo modo de vida das populações sertanejas responsável por inscrever o Sertão na modernização regional e nacional. Esse processo histórico tem subjacente a aculturação e a escolarização.

³ Essa categoria é utilizada neste trabalho na perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu. Nesse sentido, “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o (primado da razão prática) de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o (lado activo) do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do (reflexo), tinha abandonado” (Bourdieu, 1989, p. 61).

A investigação parte de uma revisão bibliográfica, conceptual e metódica e inclui a reorganização de um arquivo composto por um amplo espólio material, documental, iconográfico. Esse arquivo é tomado como fonte e como testemunho.

O quadro conceptual inclui, ainda, os conceitos de capitalismo industrial, estatuto social e identidade. O tempo é, aqui, uma categoria fundamental, tratada na diversidade – tempo longo, tempo médio/conjuntural, tempo do acontecimento. Sobretudo, o tempo dos homens – uma geração/um processo. As mudanças são observadas numa multidimensionalidade: geográfica e paisagística e de ordenação espacial, etnográfica (construções, materiais, mobília, vestuário, cultural, econômica), individual (o sujeito-identidade, estatuto), mobilidade social.

Os processos de formação e evolução das instituições educativas têm se constituído como campo em renovação na área da História da Educação. Seja pelas novas formas de questionar-se, ou alargamento das problemáticas inerentes aos processos educativos (MAGALHÃES, 2010).

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, imbricando-a no quadro da dinâmica processual de uma comunidade e ou de uma região, possibilitando ao historiador (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade. Para Magalhães (2004, p. 17),

[...] educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social. Educação/ação corresponde à intervenção de alguém ou de algo sobre alguém outro, ainda que apenas indiretamente assumida como tal. Educação/conteúdo refere-se simultaneamente ao processo e ao objeto cultural, à matéria (o processo de maturação, como o processo de conhecimento, são educacionais, pois geram alteração de comportamento e de saber com sentido duradouro e referem-se a um objeto cultural em trânsito).

Desse modo, percebe-se que a história das instituições educativas objetiva dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos.

Parece que, nessa modalidade historiográfica, a ênfase dada às análises mais sistêmicas cede lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem e do rito escolar assinalando uma historiografia próxima das correntes historiográficas contemporâneas, afastando-se dos axiomas anteriormente existentes.

De fato, o que convencionamos chamar de história das instituições educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o Ocidente. No Brasil, apesar das diversas dificuldades, em virtude da existência muito limitada de repertórios de fontes organizadas, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras.

Os esforços interpretativos contidos no desenvolvimento de investigações no campo da história das instituições educacionais e mesmo no campo da história das disciplinas escolares são indicativos da possibilidade de escrita de uma nova história da educação no Nordeste brasileiro, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais ancoradas, agora, em um conjunto de estudos monográficos.

Pensar a escola como promotora de mudanças socioculturais é imprescindível para a compreensão do conjunto de significados construídos pelos homens no Sertão, bem como para explicar as transformações nessa região do Nordeste brasileiro. Nessa perspectiva, a história cultural, ou mais especificamente a nova história cultural, ao promover o encontro da história com a sociologia e com a antropologia, possibilita uma contribuição indispensável à visão da história como um todo, “história total”, como dizem os franceses (BURKE, 2005). Esta pesquisa, pois, ajuda a pensarmos a escola como cultura.

A nova história cultural, conforme Pesavento (2005), é uma nova forma da História trabalhar a cultura, seja pelo relevo dado à “cultura”, seja pela abordagem do passado em termos simbólicos. No entanto, assim como acontece com historiadores da Escola dos Annales, há entre historiadores da história cultural posturas diversificadas. Neste trabalho, caminhamos pela História Cultural proposta por Burke (1992; 2004; 2005; 2010), e Pesavento (2005).

Uma categoria central da História Cultural é o de representação, desenvolvido por Marcel Mauss e Émile Durkheim, e que passou a ser utilizada por historiadores no início do século XX. Essa categoria vai nos ajudar a compreender as transformações socioculturais que a institucionalização escolar promoveu no Sertão. Segundo Pesavento (2005, p. 41):

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. Decorre daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como um campo de forças para definir o que é o real. As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais.

Considerando que as escolas criadas pela Chesf compuseram um projeto de educação de maior abrangência ao longo do tempo para a população sertaneja, o processo de escolarização dessa população incidiu sobre o desenvolvimento da institucionalização da leitura e escrita, formas de vestir, cuidados com o corpo, incorporação de modos de lazer, práticas esportivas, culturais etc. A institucionalização de ritos escolares e novos *habitus*.

Os engenheiros e demais agentes de capital cultural elevado que dirigiam a Chesf, detentores de poder simbólico, foram responsáveis pela definição e instituição de um modo de vida, moderno, instituído através da supremacia desses dirigentes sobre os demais trabalhadores e residentes do acampamento. As classificações existentes no acampamento, entre os diversos grupos, configuraram a supremacia dos funcionários de nível superior e técnicos sobre os trabalhadores detentores de baixo capital cultural. As residências, clubes, escolas, entre outros equipamentos implantados no acampamento, instituíram valores, normas e representaram os diferentes papéis sociais dos seus agentes.

Embora em dado momento o projeto educativo tenha direcionado os objetivos educacionais às necessidades e interesses da empresa para formação de mão de obra, o projeto educacional tomou contornos maiores, promovendo mudanças socioculturais de caráter local, regional e nacional. As escolas promoveram mudanças

no modo de ser. Os alunos das escolas da Chesf oriundos majoritariamente da região do Sertão e filhos de funcionários foram escolarizados. Parte desses alunos teve formação técnica e se espalhou pela região Nordeste e por todo o Brasil. As diversas unidades educativas implantadas pela Chesf no acampamento formaram um complexo modelar. Os alunos, após processo de formação técnica, considerada de alto nível, foram sendo absorvidos como mão de obra no setor elétrico em diversas partes do país. Outro contingente espalhou-se pelas principais capitais do Nordeste, ingressando no ensino superior. A modernização se institucionalizou via educacional escolar.

O significado desse projeto educacional para o Nordeste deu-se nas dimensões qualitativas e quantitativas. Foram escolas consideradas modelo pelo Conselho de Educação da Bahia, representou, pelo nível de ensino-aprendizagem, referencial na região. Pelo período de 50 anos, incorporou milhares de alunos através da cultura escolar no mundo da modernidade cultural e industrial.

A primeira hipótese que levanto, de caráter mais abrangente, é que, quando da implantação da Chesf no Sertão do Nordeste do Brasil para construção da Usina Paulo Afonso, embora essa empresa tenha construído um acampamento em Forquilha em 1949 e, dentro dele, implantado escolas primárias e profissionalizantes (Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Alves de Souza e Escola Delmiro Gouveia-Senai), ela não tinha o objetivo de implantar um projeto educacional escolar mais amplo. A demanda crescente de energia na região Nordeste ocasionou a expansão do projeto de construção de novas usinas em Paulo Afonso e, como consequência, a demanda de grande contingente de trabalhadores, técnicos e dirigentes que passaram a residir em Forquilha levou a empresa a lançar mão de capacitar, formar e educar trabalhadores e seus filhos e, portanto, instituir um projeto educativo. Inicialmente, como demanda social e, posteriormente, como necessidade de formação de seu corpo técnico.

A ausência de escolas na região onde se instalou a Chesf levou a empresa a instituí-las para atender aos filhos dos trabalhadores e dos dirigentes. Na medida que a Chesf passou a organizar um projeto educacional escolar em Forquilha, embora o seu funcionamento estivesse submetido à legislação e à regulamentação educacional do Estado da Bahia, do ponto de vista financeiro, pedagógico e administrativo, esse projeto era relativamente independente do Município e do Estado. A Chesf era

mantenedora e definidora dos seus objetivos político-pedagógicos. Como empresa de economia mista controlada pelo Governo Federal, estava alinhada com um projeto de Estado/Nação. Nesse sentido, as escolas também: tinham por objetivo regenerar, formar o cidadão, civilizar, modernizar a economia e a mão de obra (técnicos). As escolas da Chesf tinham por objetivo formar o “homem novo”, na perspectiva dos ideários iluministas e da Revolução Francesa, conforme Boto (1996).

Os estudantes incorporados no processo educacional escolar da Chesf desenvolveram novos *habitus* e novos horizontes resultantes de ritos escolares instituídos pelo processo de escolarização que promoveu mudanças socioculturais nessa população. A escola incorporou “o Sertão e o sertanejo” na “modernidade”.

Esse processo de escolarização não incluía a população da Vila Poty, comunidade que se formou nas proximidades do acampamento e que, excluída do projeto educacional da Chesf, foi ser atendida posteriormente por escolas criadas pelo Município de Paulo Afonso e pelo Governo da Bahia, além de outras escolas criadas por instituições religiosas e filantrópicas. Para os moradores da Vila Poty, a dinâmica educacional processou-se de modos diferentes dos que residiam no acampamento da Chesf em natureza e ritmo.

Os trabalhadores que participaram da construção das usinas hidroelétricas da Chesf em Forquilha não eram totalmente agricultores e criadores, mas grupos populacionais diversos, sendo a maioria proveniente dos sertões nordestinos: caboclos, indígenas e descendentes de ex-escravos que viviam num modo de produção mesclado entre produção agropecuária e industrial.

Constituída pelo Estado brasileiro, a Chesf passou a ser uma empresa estratégica no projeto de desenvolvimento industrial e de modernização da região Nordeste. A construção das usinas hidroelétricas de Paulo Afonso pela empresa foi a primeira experiência do Estado brasileiro nesse setor. O projeto de construção de usinas hidroelétricas na cachoeira de Paulo Afonso ganhou dimensão nacional, seja do ponto de vista da engenharia brasileira, seja pela representatividade no projeto desenvolvimentista em curso no país, e por ser, a energia, insumo básico para a industrialização.

Nesse sentido, esta pesquisa será norteadas pelas seguintes questões:

- Houve, de fato, um projeto educativo em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso)? Se houve, foi por iniciativa da Chesf? Ou demanda da sociedade residente no acampamento? Quais eram essas escolas e quais as modalidades educacionais ofertadas? Como eram administradas as escolas da Chesf? Quais práticas pedagógicas predominaram? Eram totalmente financiadas pela empresa? Como se dava o recrutamento dos professores?
- Os sertanejos foram, nesse processo de escolarização, sujeitos históricos capazes de levar um projeto educacional escolar no Sertão do Nordeste brasileiro?
- Como se processou a inclusão do sertanejo na modernidade?
- Que construção de *habitus* e ritos escolares as escolas da Chesf promoveram na comunidade educacional e, de forma mais ampla, na população sertaneja?
- De que forma se relacionaram as comunidades do acampamento e da Vila Poty?

Nesse sentido o processo de escolarização instituído no Sertão do São Francisco foi instituidor da modernização no Sertão e a escola, pelo aprendizado de novos *habitus*, gerou mudanças. Instituiu ritos escolares e uma cultura escolar na sociedade sertaneja. Implementou novo modo de vida.

No acampamento da Chesf foi implantado um modelo de organização social e cultural que confrontava com os processos de fora do acampamento; que Forquilha se transformou em Paulo Afonso, a “Capital da Energia”; e que o mundo sertanejo passou a ser o da energia. Desenvolvido. Moderno. A ilha de Paulo Afonso se constitui numa ilha de “modernidade”.

A institucionalização do educacional escolar exerceu função de modernizadora da sociedade sertaneja, instituiu ritos, gerou expectativas, dando-lhe significado educativo e civilizacional. Onde a modernidade e a tradição vão confrontar-se e, “de certa forma”, o Sertão e o sertanejo vão incorporar-se à modernidade.

Paulo Afonso transformou-se numa das principais cidades do Nordeste brasileiro, e isso não se deve apenas ao fato de a Chesf ser uma das maiores empresas do setor elétrico nacional, nem ser a cidade que congrega o maior complexo de hidroelétricas do país. A “Capital da Energia” teve seu desenvolvimento e constituição socioculturais a partir das instituições escolares que desenvolveram

práticas pedagógicas, situações do cotidiano, festivais cívicos, esportivos, culturais e foram formadoras de uma nova mentalidade para essas populações. O ensino das escolas da Chesf tornou-se referência para o país, formou mão de obra qualificada para o setor de energia elétrica brasileiro e foi fundamental para a formação sociocultural paulafonsina e da região sertaneja do Médio São Francisco.

A abordagem teórico-metodológica utilizada nesta pesquisa é constituída de uma interdisciplinaridade como proposta dos historiadores dos Annales, com enfoque sobre a realidade social e utilização de novas interpretações sobre as fontes. Apoio-me, inicialmente, na concepção bastante ampliada dessa por Bloch (2001, p. 73):

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand] um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, que dizer, marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? Pouco importa que o objeto original se encontre, por natureza, inacessível à sensação, como o átomo cuja trajetória é tornada visível na câmara de Wilson, ou que assim tenha se tornado só no presente, por efeito do tempo, como o limo, apodrecido há milênios, cuja impressão subsiste no bloco de hulla, ou como as solenidades, caídas em longo desuso, que vemos pintadas e comentadas nas paredes dos templos egípcios. Em ambos os casos, o procedimento de reconstituição é o mesmo e todas as ciências oferecem muitos exemplos disso. [Mas, do fato de um grande número de pesquisadores de todas as categorias verem-se obrigados a não apreender certos fenômenos senão através de outros fenômenos destes derivados, não resulta, entre eles – longe disso – uma perfeita igualdade de meios. É possível que, como físico, tenham eles próprios o poder de provocar o surgimento desses vestígios. É possível, ao contrário, que fiquem reduzidos a esperá-lo no capricho de forças sobre as quais não exercem a menor influência.] Em ambos os casos, a posição deles será, muito evidentemente, bastante diferente. O que foi feito dos observadores dos fatos humanos? Aqui a questão da data resume seus direitos.

Parto dessa perspectiva e adoto uma concepção não restritiva do documento. Essa dilatação da memória coletiva e histórica promovida por essa revolução da noção de documento, que é um dos fundamentos da nova história, é aqui pensado como documento/monumento.

O corpus documental levantado nesta pesquisa dá conta de comprovar as questões levantadas bem como confirmar as minhas hipóteses. Utilizo neste trabalho fontes escritas e iconográficas disponíveis que me possibilitaram analisar as características e particularidades intrínsecas desse fato histórico. No caso, a

institucionalização de um projeto educacional escolar que instituiu ritos escolares e promoveu mudanças de *habitus* no Sertão através do processo de escolarização.

Fernandes (2009, p. 15), ao analisar a relação do pesquisador com as fontes, afirma que essas são “para o historiador a sua matéria-prima, que merece um certo domínio técnico em seu manuseio. E, em certa medida, deve-se analisar a estrutura de um enredo a partir de alguns procedimentos, como a constituição do objeto, o marco temporal e as fontes”.

Nesse sentido, pensar essas instituições educativas é um desafio que se apresenta a este historiador da educação por exigir um domínio teórico consubstanciado na transdisciplinaridade necessária para a coerência metodológica e pela natureza do próprio objeto.

A análise histórica das instituições escolares e das práticas educativas deve considerar o que diz Magalhães (2004, p. 114):

A história do sistema educativo não é um somatório de instituições escolares justapostos nem, por outro lado, a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente. É nos domínios da representação e da apropriação que esta autonomização se revela mais consequente, porque mais relacional e menos autocentrada. Constituindo um todo em si mesma, cada instituição escolar ou educativa integra esse todo mais amplo que é o sistema educativo.

A materialização de análise de instituições educativas centrada na mesoabordagem e na renovação conceitual compreende os fundos documentais escritos, museológicos, arquitetônicos, iconográfico etc.

O corpus documental levantado sobre as escolas da Chesf constitui uma diversidade de fontes de várias naturezas. Os escritos são constituídos por relatórios da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, relatórios e pareceres do Setor de Ensino Integrando da Chesf, boletins escolares, planos de atividades escolares, plantas escolares, registro das escolas, cartas, atas, ofícios e pareceres do Conselho de Educação da Bahia.

Esse acervo foi localizado em diversos arquivos: Centro de Documentação da Chesf – Cdoc – Recife (PE), Memorial Chesf – Paulo Afonso (BA), Conselho Estadual de Educação da Bahia – Salvador (BA), e arquivo do Núcleo Territorial de Educação – NTE – Paulo Afonso (BA).

Registro que o Cdoc da Chesf, onde encontra-se parte desses documentos, funciona em edifício próprio, sendo equipado de acordo com a legislação e

normatização arquivista. Funciona com um corpo de funcionários especializados no tratamento e a guarda do acervo documental. Assim, o acervo documental recebe neste centro tratamento e guarda adequados, constituindo-se numa grata exceção, haja vista a maior parte dos arquivos e centros de documentação no Brasil.

Por outro lado, o Memorial Chesf, outro equipamento pertencente à esta companhia, localizado em Paulo Afonso, também funcionando em edifício próprio, o acervo iconográfico lá existente não tem recebido da empresa tratamento adequado. São funcionários e ex-funcionários que têm realizado voluntariamente um trabalho de organização do arquivo lá existente.

No caso dos arquivos do Conselho de Educação da Bahia e, principalmente do Núcleo Territorial de Educação, os mesmos encontram-se como a maioria dos nossos arquivos abandonados. Urge providências do poder público para salvaguardar parte significativa da nossa história, atualmente entregue a abnegados funcionários públicos que trabalham em espaços inadequados e sem nenhuma estrutura material. Devo registrar que, graças a esses servidores públicos, ainda conseguimos resgatar grande quantidade de documentos que escaparam das traças, cupins e lixo.

Alguns documentos utilizados foram disponibilizados por ex-professores e ex-alunos das escolas da Chesf, pesquisadores residentes em Paulo Afonso e ex-funcionários da empresa que guardaram importantes registros de suas trajetórias na empresa.

O acervo documental escrito comporta analisar diversos aspectos das escolas da Chesf, conhecer o histórico de cada unidade educacional, as modalidades de educação ofertadas, profissionais envolvidos, número de alunos, proposta político-pedagógica, formas de avaliação da aprendizagem etc. De maneira que abordamos individualmente cada uma das instituições educativas constituídas no acampamento e ao mesmo tempo buscando compreendê-las como parte integrante de um complexo educacional que funcionou como um sistema educativo dentro do acampamento.

Foi uma longa caminhada a que realizei para localizar e reunir um conjunto de documentos de grande valor histórico para a história da educação no Nordeste. Registro o fato, apenas, com o fito de demonstrar as dores e as delícias da pesquisa acadêmica no Brasil. Sem dúvida, aos que desejarem incursionar pelas pesquisas sobre as escolas da Chesf terão à disposição um conjunto de documentos localizados e catalogados.

O fundo fotográfico que levantei para este trabalho registra um período de cinco décadas da história da Chesf. Desse conjunto, é possível, através das evidências, estudar as mudanças para elaborar uma tipologia das pessoas, das transformações processadas nos meios social, cultural e especialmente educacional no Sertão do São Francisco. Nesse conjunto, analisamos os ritos escolares e *habitus* como instituidores de um modo de vida moderno no Sertão.

Utilizo as fotografias como evidências (documentos/monumentos) que possibilitam (re)construir uma narrativa historiográfica principalmente a partir da revolução documental promovida pelos historiadores da Escola dos Annales e da História Cultural, que trazem para a história novo conceito de documentos e fontes, conforme já citado anteriormente. É nessa perspectiva que utilizo as imagens fotográficas para analisar as transformações que foram sendo instituídas através do processo de escolarização de caráter sociocultural mais amplo no Sertão do São Francisco. O uso do termo documento/monumento traz uma premissa, uma concepção e a crítica do documento. Concordando com Le Goff (2003, p. 535), entendo que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Procurei organizar as fotografias por temas: O acampamento da Chesf como espaço social; Modernidade excludente; Complexo escolar e modernidade no Sertão; Cultura escolar no Sertão do São Francisco; Instituição da modernidade escolar no Sertão; A escola e a cultura da seleção; Ritos escolares; *Habitus* esportivos e o cuidado com o corpo; Acampamento Chesf e a diversidade de capital cultural; Ritos religiosos; Assistência social e a educação dos pobres; A cultura cívica educando para a modernidade; Ensino técnico-profissionalizante e a formação para a sociedade industrial.

Essa estrutura constitui-se de imagens e textos relacionados aos trabalhadores e as obras, Vila Poty, arquitetura escolar, estudantes, professores, salas de aula, atividades cívicas, atividades esportivas, atividades culturais, atividades religiosas, atividades sociais, de forma a facilitar metodologicamente as análises das diversas aspectos do projeto educativo instituído pela Chesf.

Essa estruturação foi uma opção, tendo em vista que esse projeto educativo teve momentos diferentes e que esse é, no meu entendimento, a melhor maneira de acompanhar a institucionalização desse projeto educativo, dos ritos escolares, *habitus* e de um sociocultural institucionalizador de um novo modo de vida no Sertão. As imagens são importantes como fontes e nos ajudam a analisar o processo de aculturação escrita e de modernização em que a instituição escolar foi decisiva.

Tratando do uso das fotografias como fonte para historiografia educacional, Vidal (1998) adverte que, em geral, na história da educação, aparecem apenas como ilustrações. Para essa pesquisadora, essas fontes foram analisadas como monumentos. Assim, pensando no uso da fotografia como documento/monumento pelos historiadores da educação, Vidal (1998, p. 77) diz:

Se a percebemos, também como produzida historicamente, condicionada pela *forma de olhar* de uma época, que envolve desde enquadramento, angulação, foco, iluminação até escolha dos(s) objeto(s) a ser(em) registrado(s), à dimensão icônica, acrescentamos a indicial. Mas, se a vemos, representação da realidade, adicionamos às duas dimensões citadas acima, a simbólica.

No caso das fotografias, os fotógrafos são os intermediários, ou seja, testemunhas oculares da história. Segundo Burke, são as imagens que nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vivido. Diz ele ainda (2004, p. 18):

Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades. A “crítica da fonte” de documentos escritos há muito tempo tornou-se uma parte essencial da qualificação dos historiadores. Em comparação, a crítica de evidência visual permanece pouco desenvolvida, embora o testemunho de imagens, como o dos textos, suscite problemas de contexto, função, retórica, recordação (se exercida pouco, ou muito, tempo depois do acontecimento), testemunho de segunda mão, etc.

Algumas questões merecem ser levantadas a respeito do acervo fotográfico da Chesf, tendo em vista que se trata de fontes “oficiais” em sua maioria, ou seja, que foram produzidas pela companhia, e não se trata de fazer aqui a história oficial da Chesf.

Desde a chegada de seus primeiros técnicos e dirigentes a Forquilha para iniciar as obras do acampamento, conclusão da Usina Piloto e construção da Usina Paulo Afonso, que a Chesf cuidou de registrar em imagens e documentos escritos as ações que eram realizadas. Buscou, no primeiro momento, na vizinha localidade de

Pedra, Alagoas (atual Município de Delmiro Gouveia) o fotógrafo Germano Jatobá para fotografar as obras, o acampamento e o cotidiano do lugar.

Quando o acampamento estava pronto, foi montado um laboratório fotográfico equipado com câmeras fotográficas, ampliadores de 35mm e copiadora. Funcionou essencialmente de sala no setor de escritórios de Forquilha e depois foi transferido para a usina. Leonardo Francisco Xavier foi o primeiro fotógrafo a exercer essa função como funcionário efetivo da Chesf. Foi também chefe do laboratório fotográfico. Ao ser nomeado para a função de delegado do acampamento, convidou Claudio Xavier, que trabalhava de auxiliar no laboratório fotográfico, para assumir suas funções de fotógrafo. Mesmo sem ter qualquer experiência profissional como fotógrafo, Claudio assumiu a função, exercendo-a por trinta e cinco anos. Por ter se destacado na nova função de fotógrafo, foi classificado pela companhia como chefe do laboratório fotográfico. Severino Queiroz foi outro fotógrafo a trabalhar em Forquilha.

Os registros fotográficos e filmes produzidos pela Chesf em Forquilha e que são aqui utilizadas como fontes foram realizados por esses profissionais. Embora alguns de seus funcionários, como o engenheiro Bret Lôlas de Cerqueira Lima, tenham realizado importantes registros em imagens e filmes de vários aspectos da empresa, das obras e do cotidiano no acampamento. Até o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, diretor técnico da Chesf, mantinha uma máquina pendurada no pescoço para realizar os seus registros.

Maria Eliza Linhares Borges (2011, p. 39), no livro *História & Fotografia*, afirma que:

Houve, também, aqueles que, movidos por um misto de encantamento e pragmatismo, não se preocuparam com os debates teóricos que a circundavam. Lançaram mão da câmera escura, profissional ou amadoristicamente, para celebrar as conquistas da modernidade e embalsamar frações de tempos que rapidamente iam se perdendo no turbilhão das mudanças em curso.

É, aqui, o caso de Bret Cerqueira Lima e Marcondes Ferraz, que foram responsáveis por parte importante dos registros realizados.

A companhia utilizava fotografias nos relatórios anuais que elaborava para acionistas e seus conselhos. E também para compor relatórios enviados às agências financiadoras da obra. Essa é uma das razões da empresa montar um laboratório fotográfico em Forquilha com equipamentos modernos para a época e profissionais

exclusivos para esse trabalho. O texto de abertura do relatório de 1949 (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, Relatório de 1949), diz:

O Relatório da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, apresentado aos acionistas da organização em assembleia geral realizada em abril último, onde estão referidas as atividades levadas a termo no exercício de 1949, é um documento de alto relevo. Pelas informações que contém nos dá conhecimento não apenas dos trabalhos daquela companhia de capitais mistos como nos põe ao par, também, das condições econômico-sociais de uma importante região do território nacional. A revista O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, divulgando o relatório, ilustrou-o com farta documentação fotográfica, o que muito o enriquece de vez que, ao lado do texto, pode o leitor tomar um contato com os problemas e as obras através da fotografia.

O uso de fotografias para ilustrar os documentos da companhia explica, em parte, o volume do acervo fotográfico que compõe esse fundo documental e a variedade de registros nos aspectos mais amplos das ações da companhia em Forquilha. A Chesf utilizou os recursos das imagens para a construção e a divulgação das transformações por ela processadas na região de influência da cachoeira de Paulo Afonso. Embora, como já anunciado, parte desse acervo fotográfico esteja guardado inadequadamente e necessitando de tratamento.

Pela análise preliminar das fotografias, percebemos que foram organizadas por ano e identificadas por um número, o que muito contribuiu para a compreensão do acervo imagético como um todo. Assim, foi possível acompanhar a evolução das diversas atividades realizadas.

As imagens contribuíram significativamente para esclarecimentos de questões postas como “verdades”, como a construção do Ginásio Paulo Afonso, que até então, diante da ausência de outros documentos que pudessem esclarecer o período de sua construção, tinha como data de início das atividades o ano de 1951. As imagens do terreno com a placa de anúncio da futura construção dessa unidade escolar deixaram claro que foi construído no período de 1950 a 1952, quando entrou em funcionamento.

Como já dito, o acervo fotográfico da Chesf também é composto por doações de ex-funcionários, tornando-o vasto e diversificado. Embora tenha identificado os profissionais responsáveis pela produção desse grandioso espólio fotográfico e levantado algumas características que “marcam” o olhar fotográfico de cada um desses profissionais, nas fotografias não se encontra a identificação dos autores. Em parte dos relatórios analisados, o crédito das imagens ao fotógrafo Claudio Xavier nos leva

à constatação de que esse foi o fotógrafo que mais tempo esteve a exercer a função de fotografar as ações da companhia.

A diversidade de origens do acervo fotográfico dificulta analisar algumas especificidades sobre o olhar de quem documentou fotograficamente aquela imagem. Eles registraram as transformações processadas no Sertão. Foram testemunhas oculares da história e as imagens produzidas trazem um ponto de vista, no caso, o deles.

O olhar de quem registrou a vida e as transformações a partir da presença da Chesf, sejam ex-funcionários, diretores, jornalistas etc., não era inocente. As fotografias foram produzidas para atender a uma demanda da empresa. É um forte indício de não ter no acervo registros fotográficos dos inúmeros acidentes de trabalho nos anos iniciais da construção das usinas.

A força das imagens foram utilizadas pela Chesf na estratégia de publicidade da companhia.

A coleção de fotografias constitui um rico acervo do período estudado e destaca-se, sobretudo, por revelar as identidades individuais e coletivas de homens, mulheres e crianças, possibilitando uma leitura e (re)constituição história, social, econômica e educacional do povo sertanejo por retratar os modos e meios de vida nessa região.

É imprescindível ao historiador da educação que pretende uma história total que o discurso científico concilie as suas várias dimensões: a construção de um sentido da história, a complexidade do fenômeno educativo, compreender a multidimensionalidade da ação educativa, a produção e elaboração da História. Nessa perspectiva, considero que as fontes possibilitam sustentar esta pesquisa.

Esta tese está estruturada da seguinte forma: Introdução, onde apresento o objeto, recorte temporal, motivações que me levaram à escolha da temática. Faço um levantamento das produções existentes sobre a Chesf, Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso) e as escolas instituídas pela Chesf no acampamento construído nessa localidade. Nesta introdução, esclareço o percurso teórico e metodológico que fundamentam esta pesquisa, defendendo a escolha que realizo pelos historiadores da Escola dos Annales e posicionando-me quanto a essa corrente da historiografia. Levanto as hipóteses e questões norteadoras da pesquisa e o percurso que realizei para ter acesso aos arquivos e fontes relacionados à Chesf e às escolas instituídas

por essa empresa em Forquilha. Faço um levantamento das fontes escritas e fotográficas encontradas e justifico a escolha por esse tipo de documento a partir das opções teóricas e metodológicas que realizei.

O texto está estruturado em quatro seções. Na primeira, apresento um panorama acerca do debate sobre o aproveitamento do Vale do São Francisco como vetor para o desenvolvimento da região Nordeste. Nesse cenário, se dá a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Com a criação dessa empresa, o Nordeste desencadeou um ciclo desenvolvimentista. Assim, a constituição dessa companhia se insere no quadro mais amplo de desenvolvimento da sociedade brasileira e se tornou promotora do desenvolvimento industrial e modernização da região Nordeste do Brasil. A partir de sua instalação no Sertão do São Francisco, a região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso iniciou um ciclo de urbanização e Forquilha se tornou Paulo Afonso, a “Capital da Energia”.

Na segunda seção, apresento uma análise da educação escolar no período republicano e analiso os movimentos de renovação da educação liderados pelos pioneiros da educação nova no contexto nacional-desenvolvimentista, do regime civil-militar e da redemocratização brasileira. A educação nesse período se tornou tema central especialmente dos grupos defensores da modernização econômica e social do país que creditam a educação como pré-condição para o Brasil alcançar a modernidade. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, publicado em 1932, influenciou o debate educacional brasileiro a partir de então. Apesar da criação do Ministério da Educação e aprovação de um conjunto de leis educacionais e consequente ampliação do processo de escolarização no país, os índices de analfabetismo escolar ainda atingiam a maior parte da população, principalmente no Nordeste. Nesse contexto, o cenário educacional escolar na região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso, Sertão do São Francisco, antes da instalação da Chesf, apresentava um panorama de exclusão escolar da grande maioria da população e, consequentemente, altos índices de analfabetismo. A criação da Chesf para construir usinas, gerar e distribuir energia elétrica requereu grandes contingentes de trabalhadores de diversos níveis de formação profissional. A instalação de um acampamento pela companhia exigiu uma infraestrutura diferenciada diante do grau de tecnologia desse tipo de empreendimento e padrão de vida dos técnicos e pessoal de elevado capital cultural e econômico contratados.

Nesse ambiente, a Chesf iniciou um processo de institucionalização educacional escolar em Forquilha e instituiu um programa educacional escolar para populações sertanejas. Assim, a escolarização foi instituidora de ritos e *habitus* e de um novo modo de vida para essa população. Esse processo de escolarização teve um caráter amplo e desencadeou uma dinâmica sociocultural, tanto nos indivíduos como na sociedade ali instalada e adjacências. Nessa seção, utilizei o farto conjunto de fontes escritas, relatórios de diretoria, grades curriculares, fichas das professoras, programa dos cursos etc., para analisar o percurso da criação e institucionalização da educação escolar em Forquilha, simultaneamente ao processo de construção de usinas hidroelétricas configurando-se as escolas da Chesf em Forquilha num complexo educacional escolar moderno no Sertão.

Na terceira seção, abordo o uso das imagens como evidências no campo da História da Educação. Apresento o espólio fotográfico levantado para esta pesquisa. Utilizando imagens, traço um panorama da acampamento da Chesf como espaço social formado por agentes e grupos de capital cultural e econômico diversificado. Início uma análise da modernização promovida no Sertão do São Francisco sem deixar de evidenciar as contradições desse projeto. Nesse sentido, a modernização promovida pela Chesf foi excludente: o Acampamento Chesf e a Vila Poty se desenvolveram em meio aos contrastes e à divisão imposta pela companhia. Pelo testemunho das imagens, vou (re)construindo a instituição de escolas no Acampamento Chesf e apresentando as escolas instituídas pela empresa. O projeto educacional escolar moderno foi instituindo a cultura escolar para populações no Sertão do São Francisco.

Na quarta seção, utilizo as imagens para analisar as transformações que foram sendo processadas através de eventos escolares e extraescolares no acampamento da Chesf e na região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso. Considerando a riqueza das imagens para o trabalho historiográfico, ponderando para os cuidados do seu uso, atentando sempre para a devida crítica das fontes, dialogo com outros tipos de documentos, como os escritos. Nessa última seção, analiso um conjunto de fotografias que se constituem em importantes registros da institucionalização educacional escolar no Sertão. Pelo testemunho das imagens, analiso como as escolas se instituíram numa cultura de seleção, ritos escolares, *habitus* esportivos e cuidado com o corpo. No acampamento, a escola foi homogeneizadora de uma

formação para a nação e para a modernidade. Instituiu modos de vida “moderno”. A aquisição de novos valores, costumes, *habitus*, práticas sociais, culturais, esportivas, cívicas, religiosas foram sendo institucionalizadas dentro e fora da escola e modificadoras do modo de vida sertaneja. A escolarização promoveu acesso à leitura, à escrita e à formação profissional constituidoras do progresso e modernidade.

Por fim, trago as considerações finais deste trabalho esperando ter contribuído para o campo da História da Educação por trazer o estudo do projeto educacional escolar instituído pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco no Sertão do São Francisco até então despercebido pelos pesquisadores.

Finalizo com as referências utilizadas nesta tese, assim como a indicação das fontes escritas primárias e um anexo constituído por documentos que integram o conjunto do texto.

2 O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Com correnteza de maior ou menor velocidade, e às vezes encachoeirado, desce o Rio até a CACHOEIRA DE PAULO AFFONSO. O braço que deste se separa no começo da ilha da Tapera e segue entre esta e a margem direita, se acha igualmente encachoeirado e sobrecarregado de cachopos de pedra de granito: deste braço se separão outros menores, sendo que destes, o primeiro entre a margem direita e a ilha da Forquilha, o segundo entre esta ilha e a do Felix, e o terceiro entre as ilhas do Feliz da Praia, e a de S. Gonçalo, que todos precipitão-se quase em angulo recto para dentro do braço principal do Rio, que atravessa a linha do curso deles, e vem descer da primeira e maior catadupa da cachoeira de Paulo Affonso, formando cada um destes braços uma cachoeira semelhante à catadupa do braço principal. Sobre a margem direita do braço do Rio fronteiro à ilha da Tapéra de Paulo Affonso, nota-se o sitio da Morena, e junto a este o riacho de igual nome; mais abaixo está a fazenda da Tapéra de Paulo Affonso: pela margem esquerda do Rio, que é aquelle do seu braço principal, entra o Rio das Mortes, que, como os mais rios e riachos desta paragem, dão somente agua quando chove (HALFELD, 1994, p. 46).

2.1 O VALE DO SÃO FRANCISCO E A CRIAÇÃO DA CHESF

A decisão política para a construção das usinas hidroelétricas na região do rio São Francisco onde se localizava a cachoeira de Paulo Afonso foi precedida de intensos debates em torno do desenvolvimento do Nordeste e da viabilidade ou não de sua criação⁴. Ao longo dos séculos XIX e XX, foram elaborados diversos estudos e pareceres técnicos sobre o potencial do Vale do São Francisco para uso agrícola e geração de energia elétrica. Alguns desses pareceres foram elaborados por engenheiros, técnicos do Departamento da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e professores de conceituadas instituições de ensino.

Bem antes da criação da Chesf, o aproveitamento do potencial do Vale do São Francisco para produção de energia hidroelétrica e desenvolvimento de atividades agropastoris esteve presente em várias iniciativas através de estudos, relatórios, excursões de técnicos etc. (CARVALHO, D., 1953; HALFELD, 1994; INSTITUTO

⁴ A cachoeira de Paulo Afonso era a principal queda d'água no rio São Francisco entre os estados da Bahia e de Alagoas. No local da cachoeira de acentuada queda, inicia o cânion com 60 km de extensão. Embora existam várias versões para o nome dado à cachoeira de "Paulo Afonso", a mais difundida está relacionada ao antigo donatário da sesmaria onde se encontrava a grande queda d'água: Paulo Viveiros Afonso. A cachoeira teve suas quedas difundidas nas imagens do artista francês Fran Post, e na literatura foi imortalizada nos versos dos poetas Castro Alves e Jorge de Lima. Sua localização foi escolhida para a construção das usinas hidroelétricas por proporcionar as melhores condições hidrográficas para esse tipo de empreendimento.

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001; SALES, 1945).

Um desses estudos foi contratado pelo imperador dom Pedro II ao engenheiro Halfeld em 1850, que resultou num relatório bastante detalhado sobre o rio São Francisco⁵. O próprio imperador, em viagem aos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas em 1859, visitou a cachoeira, deixando registrado no seu diário suas impressões:

Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas, e cabalmente, seria impossível, e sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos. O terreno é todo pedregoso e se muito se tem exagerado a respeito desta cachoeira, não sou eu exagerado dizendo que há verdadeiro perigo em percorrer todos os pontos de vista da cachoeira, e principalmente descer à furnas dos morcegos, como eu fiz, dando contudo três quedas nesta última exploração, felizmente sem se machucar (PEDRO II, 2003, p. 136).

No trecho entre a cachoeira de Vargem Redonda e o povoado de Piranhas (hoje, município), em Alagoas, estavam as cachoeiras de Itaparica e Paulo Afonso, além de inúmeras corredeiras, impedindo a navegação nessa área⁶. Esse fato foi devidamente registrado pelo relatório denominado de *Atlas e Relatórios Concernente à Exploração do Rio São Francisco*⁷, publicado em 1860 (HALFELD, 1994). Diversos estudos apontavam a cachoeira de Paulo Afonso, com quedas d'água de 80 metros, o ponto ideal para construção de usina hidroelétrica.

O rio São Francisco e as quedas d'água da cachoeira de Paulo Afonso, imortalizada nos versos do poeta baiano Castro Alves, atraíam o interesse de curiosos de diversas partes do mundo. “Longe, bem longe, dos cantões bravios, Abrindo em alas os barrancos fundos; Dourando o colo aos perenais estios, Que o sol atira nos

⁵ O rio São Francisco, com suas corredeiras e cachoeiras, nasce a 1.200 metros de altitude, em Minas Gerais. É classificado em quatro trechos, sendo o alto (630km) situa-se entre as nascentes e Pirapora (MG); o médio (1.090 km), entre Pirapora e Remanso (BA); o submédio (686 km), entre Remanso e a cachoeira de Paulo Afonso; e o baixo (247 km), entre Paulo Afonso e a foz.

⁶ A cachoeira de Paulo Afonso tornava o rio São Francisco inavegável nesse trecho. Para fazer a ligação do Baixo ao Médio São Francisco, o imperador d. Pedro II mandou construir a Estrada de Ferro Paulo Afonso, que ligava os municípios de Piranhas, em Alagoas, e Jatobá, em Pernambuco. A seca de 1877 que atingiu os sertões do Nordeste foi um dos fatores que levaram o imperador a determinar a construção da estrada de ferro, aproveitando a mão-de-obra dos trabalhadores, sertanejos retirantes. A obra foi iniciada em 1878, tendo funcionado de 1882 a 1964. Além de servir de comunicação entre essa região, a construção da estrada de ferro tinha por objetivo contribuir com o seu desenvolvimento econômico. Sobre Estrada de Ferro Paulo Afonso, ver: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **A Construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso**: Fotografia e História/ Pesquisa e texto: Davi Roberto Bandeira da Silva. Maceió: IHGAL, 2012; BONFIM, Luiz Ruben Ferreira de Alcântara. **Estrada de Ferro Paulo Afonso** (1882 – 1964). Paulo Afonso, 2001.

⁷ Esse relatório é considerado um dos mais completos estudos do rio São Francisco. Obra rara publicada em 1860, foi reeditada com apoio da Chesf em 1994.

modernos mundos [...]” (ALVES, C., 1969, p. 172). Os encantos da cachoeira de Paulo Afonso saíram do universo das artes e passaram a ser objeto de disputas e estudos do seu aproveitamento para o desenvolvimento regional.

Após várias concessões do Governo Federal para o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso⁸, sem que tenham sido utilizadas, o comerciante Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, que desde 1902 fixara residência no município de Água Branca, Alagoas, margem esquerda da cachoeira, iniciou, em 1911, a construção da usina hidroelétrica de Angiquinho, a primeira do Nordeste, inaugurando-a em 26 de janeiro de 1913, abastecendo o Núcleo Fabril da Pedra, por ele fundado, com energia e água bombeada da cachoeira. O aproveitamento da força das águas de Paulo Afonso por Delmiro Gouveia através de concessão do Estado de Alagoas foi controverso e revestido de disputas políticas e jurídicas quanto à legitimidade de lei estadual sobrepor uma legislação nacional sobre outorga para o aproveitamento da cachoeira⁹.

Ignorando os questionamentos sobre seu empreendimento, o fato concreto é que, além de funcionar sem maiores obstáculos, quando esse industrial foi assassinado, em outubro de 1917, estava em andamento a construção de uma segunda usina para aumentar a geração de energia. Com sua morte, esse projeto não teve continuidade.

⁸ As concessões para aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso tiveram início logo no começo do regime republicano, quando o governo autorizou, em novembro de 1890, o advogado João José da Monte explorar o potencial da cachoeira com a finalidade de produzir energia para seus empreendimentos industriais e consumidores de Alagoas e Sergipe. Com o prazo estipulado para realização do aproveitamento vencido sem que tenham sido sequer iniciadas as obras, o governo, em 1911, depois de ter negado requerimento do inglês Richard George Reidy, no ano anterior, concedeu autorização aos engenheiros Francisco de Paula Ramos de Azevedo e Hans Hacker para exploração da cachoeira. Essa concessão também venceu sem que fosse utilizado o potencial de Paulo Afonso. Foi outorgada nova concessão, dessa vez ao engenheiro Francisco Pinto Brandão, para organização da Empresa Hidro Elétrica Agrícola Industrial do Brasil, para o estabelecimento de uma fábrica de cimento, fornos elétricos, material de construção, cerâmica, vidro, papel e outros fins, mas também ficou na intensão. Sobre legislação e os debates parlamentares tratando de energia elétrica no Brasil, consultar: **Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República**: o processo legislativo. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, Rio de Janeiro, 1990.

⁹ O governador de Alagoas Euclides Vieira Malta concedeu, através do Decreto Nº 520, de 12 de agosto de 1911, o direito para Delmiro Gouveia explorar pelo prazo de 90 anos a força hidráulica que possuem os terrenos de sua propriedade situados nas margens fluviais e ribeirinhas de Água Branca e Piranhas, para transformarem-na em energia elétrica. Podendo, ainda, segundo o decreto, conduzir fios ou cabos de alta e baixa tensão para qualquer parte do estado de Alagoas. Esse decreto gerou grande discussão na imprensa e no Congresso Nacional. Questionava-se a prerrogativa exclusiva da União na legislação sobre o rio. Sobre o projeto desenvolvido por Delmiro Gouveia no Sertão alagoano, ver: NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. 4. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

Em 1921, o presidente da República Epitácio da Silva Pessoa, através do seu ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, criou uma equipe para fazer um levantamento topográfico das cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica. Fizeram parte dessa equipe os engenheiros Jorge de Menezes Werneck, Jayme Martins de Souza, Mário Barbosa de Moura, Melgávio da Silva Rodrigues e Antônio José Alves de Souza.

Também por iniciativa do engenheiro baiano Geraldo Rocha, em 1925, uma equipe de engenheiros franceses percorreu o rio São Francisco resultando num relatório propondo a criação de grandes centrais hidroelétricas para fornecer energia para indústrias se instalarem nessa zona e implantação de projetos de irrigação.

Em 1939, a Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, responsável pelo levantamento solicitado pelo ministro da Agricultura Fernando Costa, apresentara um anteprojeto para o aproveitamento de Paulo Afonso, sem lograr sucesso, no entanto.

A Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S.A., fundada em 1932, iniciou, alguns quilômetros à jusante da cachoeira de Paulo Afonso, a construção de uma usina em Itaparica (PE) com potencial de 1.000 quilowatts. Essa usina foi posteriormente adquirida pelo Governo Federal e transferida para a Chesf (NASCIMENTO, L., 1998, p. 241).

Quando da criação da Chesf na década de 1940, quase todas as capitais do Nordeste tinham a sua geração de energia elétrica fornecida por usinas térmicas, sendo Salvador a única exceção. Além da usina térmica de Preguiça, a capital baiana recebia energia da usina hidroelétrica de Bananeiras¹⁰.

Apolônio Jorge de Faria Sales¹¹, então ministro da Agricultura de Getúlio Vargas, projetava realizar o aproveitamento global da Bacia Hidrográfica do São

¹⁰ Segundo o primeiro relatório de gestão da diretoria da companhia referente a 1948, “Em 1940, antes da criação da Chesf, o Nordeste abrigava uma população de 14 milhões de habitantes, sendo cerca de 76% ocupados no setor agropecuário. O abastecimento de energia elétrica se dava de forma precária, através de centrais térmicas. Em tais circunstâncias, não se podia pensar em industrialização ou desenvolvimento socioeconômico sem antes equacionar adequadamente o problema do fornecimento de energia” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO. **Relatório referente ao exercício de 1948**. Rio de Janeiro, 1949).

¹¹ O potencial hidroelétrico do São Francisco foi pauta de conferência realizada pelo então ministro da Agricultura Apolônio Sales na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, em 1944. Os estudos realizados desde o Império e com maior densidade a partir dos anos de 1930 apontavam a viabilidade da região para o desenvolvimento agrícola e seu potencial para geração de energia. Apolônio Jorge de Faria Sales, como nordestino, senador da República e ministro da Agricultura, foi entusiasta e de certa forma um dos principais ativistas dessas causas, chegando, na década de 1960, a assumir a Presidência da Chesf (SALES, Apolônio. **O Potencial Hidroelétrico do São Francisco**: Conferência-sabatina realizada na sede da União Nacional dos Estudantes em 14-9-1944. Rio de Janeiro, 1945).

Francisco (SALES, 1945) para produção de energia e desenvolvimento agropecuário no Nordeste inspirado no projeto realizado pelos estadunidenses que criaram a TVA – Tennessee Valley Authority¹². Sales visitou o Vale do Tennessee para conhecer a experiência norte-americana. Solicitou à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura a realização de um estudo para a construção de uma usina hidroelétrica de 5.000 quilowatts nas corredeiras de Itaparica com o objetivo de fornecer energia e água às granjas do Núcleo Colonial Agroindustrial São Francisco, em Petrolândia (PE)¹³. Objetivava, posteriormente, realizar sua ampliação para fornecer energia elétrica para o Recife. Pronto e submetido o projeto para análise dos engenheiros Adozindo Magalhães de Oliveira e Antônio José Alves de Souza, técnicos do Ministério da Agricultura, esses posicionaram-se contrários, argumentando sua inviabilidade técnica, e sugeriram ao ministro a construção de uma Usina Piloto e a Usina de Paulo Afonso nas proximidades da cachoeira, em Forquilha¹⁴. Embora tivesse preferência

¹² A Tennessee Valley Authority (TVA) foi criada como autarquia federal autônoma para desenvolver políticas públicas visando combater a pobreza e promover o desenvolvimento regional no Vale do Tennessee, nos Estados Unidos. As ideias de desenvolvimento regional difundidas por essa organização foram amplamente divulgadas pelo mundo, influenciando o surgimento de organizações similares em diversos países. No Brasil, a divulgação dessa ideia se deu por volta de 1930 através de aulas e debates promovidos pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Nos anos de 1940, nos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra o debate sobre desenvolvimento regional inspirados na TVA, ganharam força e inspiraram a criação de várias empresas. Quando criada, a TVA buscou modificar a sociedade da bacia hidrográfica do rio Tennessee. O vale desse rio, um dos maiores dos EUA, integra um região montanhosa e duas regiões de culturas específicas, sendo, na década de 1930, uma das mais pobres dos Estados Unidos. Mais de 80% da população da bacia eram formados por agricultores de subsistência e as famílias com grande número de filhos viviam em choupanas cobertas por pedaços de madeira, sem banheiro, luz elétrica ou água tratada. Dos dez estados com os piores índices de analfabetismo dos EUA, sete eram os ribeirinhos do Vale do Tennessee. Sobre a TVA e influência de suas ideias no Brasil, ver: BROSE, Markus E. (Org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015. Apolônio Sales visitou o Vale do Tennessee, onde foram construídas diversas usinas hidroelétricas. Como estava localizado numa região pouco desenvolvida na média nacional dos EUA, com tais empreendimentos realizados por essa empresa melhorou o nível de desenvolvimento e tornou-se bastante conhecido pelos engenheiros brasileiros. De certa forma, inspirou a criação da Chesf para a construção de usinas hidroelétricas e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf), para desenvolvimento agrícola do Vale do São Francisco.

¹³ O Núcleo Colonial Agroindustrial de Petrolândia (PE) foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.505, de 22 de julho de 1942.

¹⁴ Forquilha era uma área próxima à cachoeira de Paulo Afonso pela sua margem direita, no Sertão do estado da Bahia. Foi essa localidade escolhida em 1945 pelos primeiros técnicos da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura para instalarem o canteiro de obra para a construção da Usina Piloto, que teve sua obra iniciada pela equipe do Ministério da Agricultura e posteriormente, com a criação da Chesf, transferida para essa dar continuidade às obras. Nessa localidade, quando da chegada dos primeiros técnicos da Divisão de Águas, residiam apenas alguns poucos moradores que viviam da agricultura de subsistência e da pecuária. Apenas três pessoas moravam em Forquilha (Germano Teixeira de Lima, Manoel Teixeira de Lima e Eliziário); um foi contratado para trabalhar nas obras da Usina Piloto. Após a escolha da área para construção do escritório, oficinas, uma casa e caixa d'água, o local foi cercado por arame farpado. Os próprios operários construíram suas casas de taipa, sendo

pelo projeto de construção da usina em Itaparica, Apolônio Sales foi convencido pelos técnicos da construção da usina na cachoeira de Paulo Afonso.

Após novos estudos e elaboração de um projeto, coube a Sales, enquanto ministro da Agricultura, enviar ao presidente Vargas uma exposição de motivos justificando as vantagens da construção da Usina de Paulo Afonso e recomendar a criação da Companhia Nacional Hidroelétrica do São Francisco¹⁵. O projeto apresentado com uma exposição de motivos também foi acompanhado de um parecer do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica favorável à criação da Chesf¹⁶.

Figura 1 – Getúlio Vargas em visita a Paulo Afonso (1952)



Fonte: Memorial Chesf

essas demolidas posteriormente à chegada da Chesf para dar lugar ao acampamento (NASCIMENTO, L., 1998).

¹⁵ A exposição de motivo enviada por Apolônio Sales ao presidente da República foi formalizada pelo ofício GM – 456, de 4 de abril de 1944.

¹⁶ Essa era a proposta inicial de nome para a companhia a ser criada, sendo, quando da criação, alterado para Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

Quando Vargas visitou Paulo Afonso, vários registros fotográficos foram realizados pela companhia hidroelétrica. Da mesma forma, foram produzidos registros fotográficos de todas as autoridades presidenciais que visitaram as obras e participaram de solenidades em Forquilha. Na fotografia acima (figura 1), o presidente da República Getúlio Vargas e o presidente da Chesf, Alves de Souza, estão no primeiro plano rodeados por civis e militares. Os trajes, ternos e roupas militares, dão formalidade à visita. O único a quebrar a formalidade do terno foi Alves de Souza. Quando estava em serviço, o presidente da Chesf trajava sempre uma roupa utilizada como fardamento. O chapéu constituiu-se um símbolo e raramente era visto sem ele. As expressões de olhares fixos numa única direção produzem uma áurea de atenção ao lugar observado.

Com o processo de criação da empresa nas comissões, departamentos e ministérios envolvidos e de posse de todos os pareceres favoráveis o presidente Getúlio Vargas assinou, em 3 de outubro de 1945, os Decretos-Lei nº 8.031¹⁷ e nº 8.032 e o Decreto nº 19.706¹⁸ autorizando a criação jurídica da Chesf. Vargas outorgou à empresa a concessão federal para o aproveitamento do Vale do São Francisco para produção de energia elétrica para os estados do Nordeste. No entanto, a sua deposição do governo e de toda a equipe em outubro de 1945 adiou por um período a organização da nova empresa.

Em 1947, assumiu o Ministério da Agricultura no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, Daniel de Carvalho. Esse convidou para ser seu chefe de gabinete Afrânio de Carvalho¹⁹, seu irmão, e o designou para elaborar um plano de ações do ministério a ser apresentado ao presidente da República. Afrânio convenceu o ministro

¹⁷ O Decreto-Lei 8.031 de 3 de outubro de 1945 autorizou o Ministério da Agricultura a organizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, destinada a realizar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco. Nesse decreto-lei, foi previsto o capital inicial da companhia de quatrocentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 400.000.000,00) representados por: a) duzentas mil (200.000) ações ordinárias do valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma; b) duzentas mil (200.000) ações preferenciais sem direito a voto, e com direito ao dividendo privilegiado mínimo de seis por cento (6%), no valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma.

¹⁸ O Decreto nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, outorgou à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), e deu outras providências. O aproveitamento inicial foi realizado no trecho em que se achava localizada a cachoeira de Paulo Afonso e destinou-se ao fornecimento de energia elétrica, em alta tensão aos concessionários de serviço público na zona compreendida dentro de uma circunferência de quatrocentos e cinquenta (450 km) de raio, tendo como centro a usina que foi construída para o aproveitamento inicial.

¹⁹ Afrânio de Carvalho foi o primeiro consultor jurídico da Chesf e teve papel relevante na constituição da companhia. Com a morte de Adozindo Magalhães de Oliveira em 1953, Afrânio de Carvalho assumiu a diretoria administrativa.

da Agricultura a incluir nas prioridades do ministério o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso. Foi então apresentada a ideia ao presidente Eurico Gaspar Dutra, que aprovou o plano.

Quando Daniel de Carvalho assumiu o Ministério da Agricultura, a questão do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso encontrava-se relegada a segundo plano. Existia uma corrente de opinião contrária ao seu aproveitamento com argumentos de insuficiência dos estudos, problemas apresentados pelo projeto elaborado e grande volume de recursos necessários a tal empreendimento (CARVALHO, D., 1953). Tal oposição ao projeto de construção de Paulo Afonso vinha de lideranças políticas do Sudeste sob o argumento de que a criação dessa empresa em região subdesenvolvida como o Nordeste não se justificava, haja vista não ter demanda por energia.

Para sanar as celeumas provocadas pelos estudos técnicos elaborados e duramente criticados, o ministro Daniel de Carvalho convidou especialistas com comprovada experiência na área de produção de energia para realizarem novos estudos que pudessem responder às críticas dos que se posicionavam contra o projeto. Assim, foi elaborado um parecer pelo professor de eletricidade da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, engenheiro Ernani da Mota Resende²⁰. Com base nesse documento, o projeto ganhou fôlego, haja vista que o próprio presidente Eurico Gaspar Dutra, convencido da viabilidade do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, assumiu pessoalmente a defesa do projeto e da constituição da Chesf, mobilizando os ministros da Fazenda, Viação e Agricultura, o presidente da Comissão do São Francisco na Câmara e o senador Apolônio Sales para reuniões e debates acerca da fundação da companhia.

Após sucessivos encontros liderados pelo presidente da República, decidiu-se pela constituição da Sociedade de Economia Mista, aproveitando a legislação vigente herdada do governo anterior.

O projeto da construção da Usina Paulo Afonso e a constituição da Chesf passaram a ser prioridade no governo do presidente Dutra. Em discurso proferido por ocasião da reunião da abertura da subscrição das ações da Companhia Hidro Elétrica

²⁰ O nome escolhido pelo ministro Daniel de Carvalho para realizar os estudos sobre o potencial da cachoeira de Paulo Afonso foi o do professor Roberto Marinho de Azevedo, que, alegando impossibilidade de deslocamento até a região de Paulo Afonso, em face da idade, indicou o nome do professor Ernani Mota Resende.

do São Francisco, no Palácio do Catete, transmitido pela rede de estações de rádios emissoras do Brasil, em 1º de dezembro de 1947, o presidente da República, dirigindo-se aos presentes a respeito da importância daquela iniciativa para a população do Nordeste, disse:

Uma população laboriosa e tenaz, meus compatriotas – para aproveitar os recursos minerais e do solo, e para elevar sua produtividade e o seu nível de vida – somente aguarda a existência da energia elétrica que lhe permita libertar-se de métodos de produção primitivos e ineficazes, e multiplicar a sua capacidade de trabalho (DUTRA, 1947, p. 176).

A energia elétrica era insumo básico para que a região Nordeste empreendesse um ciclo de industrialização. De forma que a constituição da Chesf e a construção da Usina de Paulo Afonso representavam para setores do Nordeste e do Brasil o início da redenção dessa região. A energia elétrica gerada em Paulo Afonso impulsionaria a industrialização que seria a base do desenvolvimento econômico e social dessa região do país.

Figura 2 – Presidente Eurico Gaspar Dutra em visita às obras de Paulo Afonso (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Criada a Chesf, não tardou para o presidente da República visitar o acampamento e o canteiro de obras da Usina Paulo Afonso, tendo sido recebido em Forquilha pelos engenheiros Octávio Marcondes Ferraz e Alves de Souza, diretor-técnico e presidente da Chesf, respectivamente. Essa visita foi registrada pela Chesf, assim como as demais realizadas por autoridades políticas, religiosas etc. Tais registros constituem uma memória fotográfica da empresa. Os dois principais comandantes das obras, Octávio Marcondes e Alves de Souza, utilizavam roupas que, ao longo do tempo de suas permanências em Forquilha/Paulo Afonso, se constituíram como estilo de vestir. Os chapéus eram marcas registradas de ambos conforme fotografia acima (figura 2). A bota utilizada por Alves de Souza foi outro objeto que incorporou-se ao seu estilo de vestir-se, além de equipamento de proteção individual.

Influenciou a decisão do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra priorizar a constituição dessa companhia o fato de constar dispositivo na Constituição de 1946, nos atos das disposições transitórias, que obrigava o governo federal a realizar investimentos para o desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Art. 29. O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias (BALEEIRO; SOBRINHO, 2015, p.105).

De certa forma, esse dispositivo constitucional forçava a adoção de medidas governamentais de investimentos na região do São Francisco. Para dar andamento à organização da nova companhia, era necessário escolher um nome para conduzir os trabalhos de preparação de sua organização. Daniel de Carvalho indicou ao presidente Dutra o nome do engenheiro do Ministério da Agricultura Antônio José Alves de Souza para ser o organizador da criação da Chesf²¹.

²¹ Para divulgar o projeto de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, Alves de Souza elaborou um prospecto, fazendo o histórico sobre os estudos, os orçamentos, um descritivo do anteprojeto, a composição do capital social da Companhia, sendo metade subscrito pelo governo federal, dividendos, etc. O Banco do Brasil ficaria responsável pelo recebimento das quantias relativas às subscrições. Para maiores esclarecimentos, se coloca à disposição dos interessados em mais informações, todos os dias das 13 às 15 horas, na sede do Departamento Nacional de Produção Mineral à Avenida Pasteur, 404, na praia Vermelha no Rio de Janeiro (NASCIMENTO, L., 1998, p. 92). Antônio José Alves de Souza era engenheiro da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, tendo realizado vários estudos por necessidade deste ministério para o aproveitamento das águas do rio São Francisco. Um desses estudos foi realizado em 1921 por solicitação do Ministro da Agricultura, na época, Ildefonso Simões Lopes. Souza foi nomeado pela portaria nº 553, de 2 de outubro de 1947, para organizar a criação da

Souza, que já conhecia a região do Vale do São Francisco pelos estudos que tinha realizado, na condição de organizador da Chesf percorreu os estados nordestinos, mais Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, divulgando o projeto de constituição da nova empresa e da construção da Usina de Paulo Afonso. Constituiu equipe de apoio e passou a realizar palestras e intensa campanha de divulgação do empreendimento em emissoras de rádio. Buscou divulgação do projeto na imprensa, elaborou material de publicidade, prospectos dos projetos e do estatuto com o propósito de ampla propagação da companhia.

Concluída essa etapa, foi convocada a Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Anônima Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, sendo realizada em 15 de março de 1948 no edifício do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro.

Na assembleia de constituição da Chesf, Alves de Souza²² fez um relato sobre as atividades realizadas para organização da nova empresa de 2 de outubro de 1947 a 15 de março de 1948, período que conseguiu que todas as ações preferencias fossem adquiridas²³. Estava criada a Chesf e eleita a sua primeira diretoria²⁴.

Chesf. Após sua criação em 15 de março de 1948, eleito seu primeiro presidente, tendo permanecido até 18 de dezembro de 1961, quando veio a falecer em Paulo Afonso, ocasionado por um enfarte do miocárdio.

²² A Assembleia Geral de constituição da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, realizada em 15 de março de 1948, convocada por edital contou com a presença de 47 acionistas que representavam mais de 2/3 do capital da companhia. Estiveram presentes o ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, que presidiu a assembleia, Morvan Dias de Figueiredo, o professor José Pereira Lira, chefe da Casa Civil da Presidência da República, os deputados Juraci Magalhães e Amando Fontes. Representando a União, estava presente Sebastião de Sant'Anna e Silva (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO. **Relatório referente ao exercício de 1948**, 1948, p. 3).

²³ As ações foram adquiridas pelos governos da Bahia (30.000); Sergipe (2.000); Alagoas (15.000); Pernambuco (30.000), além de algumas prefeituras de Pernambuco. Ainda adquiriram ações os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (35.000); dos Comerciais (15.000); dos Transportes e Cargas (14.000); dos Bancários (8.400); Resseguros do Brasil (7.000); dos Servidores do Estado (6.000); dos Marítimos (5.000); Nacional do Pinho (3.500); do Sal (1.000); e do Mate (1.000); além do público geral, que deu a sua contribuição adquirindo (26.170) ações preferencias.

²⁴ A primeira diretoria eleita da Chesf foi constituída por: Antônio José Alves de Souza (presidente); Carlos Berenhauser Júnior, Adozindo Magalhães de Oliveira e Octávio Marcondes Ferraz (diretores). Para o Conselho Fiscal: José Pires do Rio, João Mauricio de Medeiros e Alim Pedro, como membros, e Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, Admator Lima e Hilton Santos, suplentes. Para o Conselho Consultivo, foram eleitos: Homero Pires (Bahia); Luíz Dias Rollembergue (Sergipe), Luíz de Freitas Machado (Alagoas), José Brandão Cavalcanti (Pernambuco) e Gratuliano de Brito (Paraíba). Quando criada, a Chesf era uma empresa vinculada diretamente ao gabinete da Presidência da República. Com a criação da Eletrobras, órgão sistematizador do sistema elétrico brasileiro, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, a Chesf passou a ser integrante do sistema Eletrobras. A escolha de seus diretores está sujeita à conjuntura política do país.

Foi delegado a Alves de Souza pelo ministro da Agricultura com aval do presidente da República a escolha e indicação dos demais nomes que comporiam a diretoria da nova empresa.

Também por iniciativa do ministro Daniel de Carvalho, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra criou, através do Decreto 25.865, de 24 de novembro de 1948, o Parque Nacional de Paulo Afonso na região circunjacente à cachoeira de mesmo nome, numa área que abrangia os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco.

Daniel de Carvalho (1953, p. 209) compreendia que o desenvolvimento da região Nordeste seria iminente com o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso:

Depois de resolvido o aproveitamento de suas águas e de suas quedas para produção de eletricidade, destinada não só ao bem-estar das populações, como a fins industriais e agrícolas, essa importância avultou de modo extraordinário, pelas perspectivas que oferece de adaptação da natureza bárbara aos prélios do trabalho e da civilização.

Com a criação da Chesf, ganhou novos contornos o debate sobre o aproveitamento do Vale do São Francisco, seja para o desenvolvimento agrícola ou aproveitamento para geração de energia elétrica. A constituição dessa empresa representava para os seus entusiastas não só o impulso para as obras de Paulo Afonso. O próprio ministro da Agricultura acreditava que a nova companhia: “será um estímulo para todas as fontes de vida da região; com a expansão de suas atividades, surgirá ali uma situação de prosperidade generalizada e estará, então, assegurado o êxito da grande empresa e da recuperação do Vale do São Francisco” (CARVALHO, D., 1953, p. 211).

Um importante estudo realizado sobre gênese e trajetória da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco foi realizado por Rezilda Rodrigues Oliveira (1998). Para essa pesquisadora, a decisão de criar a Chesf foi importante em diversos aspectos:

a) a introdução de uma nova ordem técnica e industrial no Nordeste brasileiro que contrasta fortemente com a linha tradicional de atuação clientelista e assistencialista por ele levada a efeito nessa região; b) a inauguração de um novo estágio de desenvolvimento tecnológico do setor elétrico e da exploração do potencial hidráulico brasileiro, que tem a referida Empresa como precursora do modelo de estatização posteriormente implantado nesse segmento da economia nacional; c) a primeira intervenção direta do poder público federal no campo da geração e da transmissão de energia, em um setor predominantemente controlado por empresas estrangeiras, e no qual sua atuação anterior era meramente regulatória (OLIVEIRA, R., 1998, p. 9).

A região Nordeste do Brasil, caracterizada como subdesenvolvida, precisava desenvolver-se e a energia era matéria-prima necessária ao seu desenvolvimento industrial e social. O Nordeste representava o atraso do país e sua população analfabeta necessitava de iniciativas que favorecessem a sua inserção na modernidade. Por outro lado, a constituição dessa empresa e o aproveitamento do rio São Francisco para produção de energia elétrica promoveria, segundo Daniel de Carvalho (1953, p. 211),

A assistência às populações, sob o aspecto educacional e de saúde; transporte; a sistematização dos projetos de colonização; o desenvolvimento da agricultura e da criação; o aproveitamento da riqueza mineral; o estabelecimento de planos de irrigação; a melhoria das condições de habitação, são objetivos que pedem ação imediata e continuada, paralelamente com o desenvolvimento dos trabalhos propriamente de eletrificação.

Ou seja, a Chesf pelas especificidades da sua atividade principal, construir usinas hidroelétricas, gerar e transmitir energia elétrica a partir do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, foi se constituindo também numa empresa com ações em diversas áreas a fim de atingir seus objetivos. Teve a companhia que lançar mão de instituir ações de saúde, educação, lazer, assistência social, infraestrutura etc. A distância da região onde localizava-se a cachoeira de Paulo Afonso de centros urbanos e ausência de condições básicas para realização do empreendimento foram exigindo da própria companhia as soluções.

Percebe-se nas primeiras décadas de sua atuação um verdadeiro programa de desenvolvimento não apenas de caráter econômico, mas também social para essa região do país. A Chesf vai inspirar a criação de outras instituições estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, com a finalidade de levar crédito aos empreendimentos agrícolas e industriais como incentivo ao desenvolvimento dessas áreas através de incentivo financeiro.

Um conjunto de iniciativas foram desencadeadas com vistas a proporcionar um ciclo desenvolvimentista na região Nordeste. A criação de empresas estatais, como a Chesf, o BNB e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fez com que elas funcionassem como órgãos de desenvolvimento na região nordestina. Para Rodrigues, após a criação dessas empresas,

As iniciativas governamentais davam a entender que estava em curso a tendência de se pensar o desenvolvimento com base na totalidade da região nordestina, tendência essa que terá, na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o seu momento mais importante, no fim da década de cinquenta (OLIVEIRA, R., 1998, p.12).

A Chesf, como empresa de economia mista, recebeu investimentos do Estado brasileiro e financiamento de agências internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁵. Os financiamentos realizados pela Chesf autorizados pelo Governo Federal e Congresso Nacional foram em sua maioria para aquisição de equipamentos para as usinas.

O estudo realizado por Rezilda Oliveira (1998) destaca que a Chesf vivenciou períodos de continuidades e mudanças no estilo de gestão. Entretanto, a companhia foi ao longo do tempo mudando de perfil devido a mudanças políticas e econômicas no país. O período de 1948 a 1961 foi denominado por alguns estudiosos como fase pioneira. Foi o período de gestão do presidente Antônio José Alves de Souza (OLIVEIRA, 1998).

Divergindo de Rodrigues, Francisco de Souza (2012, p. 127) vai definir como fase pioneira o período de 1944 a 1953, compreendendo que foi na primeira data que o presidente Getúlio Vargas autorizou a construção de uma usina hidroelétrica na margem baiana da cachoeira de Paulo Afonso.

A Assembleia Ordinária realizada em 15 de março de 1960 reconduziu Antônio José Alves de Souza para a Presidência da Chesf, assim como Afrânio de Carvalho para a Diretoria Administrativa e Carlos Berenhauser Júnior para a Diretoria Comercial. O engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, após 12 anos na Diretoria Técnica, foi substituído por Celso Claro Horta Murta²⁶, que permaneceu pouco tempo

²⁵ O financiamento para a construção das usinas teve recursos do Tesouro Nacional, diretamente da Presidência da República, sem depender de aprovação do Congresso, ministérios ou qualquer órgão governamental. Outra parte dos recursos foi de financiamento realizado pela Chesf junto ao BID. Antes de assinarem o contrato, em 15 de julho de 1949, reuniram-se diretores da empresa brasileira e do banco no Rio de Janeiro. O contrato de financiamento foi formalizado entre ambos, sendo assinado pelo presidente da Chesf, Antônio José Alves de Souza, e um representante do governo brasileiro, Mário Câmara, e pelo Banco Mundial, como também era conhecida essa instituição, por seu presidente Eugene R. Black. Para saber mais sobre as operações de financiamento das obras da Chesf, ver: CENTRO MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Octávio Marcondes Ferraz, um pioneiro da engenharia nacional – Depoimento. Coordenação Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.

²⁶ Com a saída de Celso Murta, acumulou as funções de diretor comercial e técnico Carlos Berenhauser Júnior, que era engenheiro eletricista, formado pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá e pela Escola Técnica do Exército.

no cargo, desincompatibilizando-se para assumir o mandato de deputado federal, pelo Estado de Minas Gerais.

A saída de Marcondes Ferraz da Diretoria Técnica teve repercussão no conjunto da diretoria, dos técnicos e trabalhadores, que com ele foram responsáveis pelas obras em Paulo Afonso. Do ponto de vista da dinâmica instituída no acampamento, Ferraz foi um dos responsáveis por sua organização, pois foi o primeiro diretor a se instalar e residir em Forquilha/Paulo Afonso. No aspecto social, as ações empreendidas pela empresa tiveram muito da intervenção desse diretor. Relacionava-se diretamente com os trabalhadores e com a população local. Foi ele o responsável pelas obras do acampamento, da Usina de Paulo Afonso I e do sistema de transmissão de energia gerada pela usina. Seu desligamento do quadro da diretoria da Chesf afetou também o trabalho social desenvolvido por sua esposa, Marieta Ferraz, junto às mulheres pobres. O trabalho desenvolvido por ela tinha relevância social junto à população mais carente do acampamento e do seu entorno.

Ainda no início da década de 1960, a Chesf e a população de Paulo Afonso sofreram o impacto da morte repentina de Antônio José Alves de Souza, o que configurou uma nova etapa na vida da companhia. A posse de Apolônio Jorge de Faria Sales na Presidência da Chesf, em maio de 1962, deu início a um segundo ciclo de gestão dessa companhia. Para Francisco de Souza (2012, p. 154),

O início da gestão da segunda diretoria da CHESF foi marcado por uma fase de grande turbulência política em nível nacional culminando com o movimento das forças armadas que estabeleceu a ditadura militar em 31 de março de 1964. Esse modelo de governo embora tenha provocado grandes mudanças na estrutura socioeconômica do País, não interferiu negativamente no desenvolvimento de Paulo Afonso porque os estudos de mercado já haviam detectado a necessidade de construção de novas hidrelétricas na região, para atender o crescimento do Nordeste, vislumbrando com isso um aumento da oferta de emprego no município.

Em 1962, o processo de estatização do setor elétrico brasileiro ocasionou novas mudanças na Chesf.

Com a morte de Alves de Souza, chegou à Presidência da Chesf Apolônio Jorge de Faria Sales. Sua gestão foi caracterizada pela expansão das usinas e pelas mudanças provocadas na companhia em razão da reestruturação do setor elétrico pelo Estado brasileiro. Até o fim do mandato de Apolônio Sales, em 1974, a companhia

vivenciou dois períodos de certa continuidade administrativa. De 1948 a 1974, duas diretorias conduziram os destinos da empresa.

Para Hauptli (1995, p. 257),

As conquistas técnicas da Chesf resultaram da prática do trabalho pioneiro. Esta prática e a oferta de ensino – técnico e geral – que surgiu como parte da infra-estrutura social no Acampamento, criaram, a longo prazo, um potencial alto de mão-de-obra qualificada, do qual a própria CHESF e outras companhias hidrelétricas do Brasil beneficiavam.

O período de 1948 a 1974 representou as fases de implantação, ampliação e reorganização do projeto educativo da companhia implantado no acampamento, caracterizado pela criação e ampliação de um complexo escolar. Praticamente todas as unidades educacionais existentes no acampamento foram criadas nesse período. A institucionalização desse projeto analisamos na seção seguinte.

Em substituição a Apolônio Jorge de Faria Sales, assumiu a Presidência da Chesf, em 1974, o também pernambucano André Dias de Arruda Falcão Filho. No mesmo período, tomava posse da Presidência da República o general Ernesto Geisel (1974-1979).

Em 1975, ocorreu a transferência da sede da empresa do Rio de Janeiro para o Recife, e em 1977 a Chesf construiu o edifício-sede, sendo inaugurado nesse mesmo ano. Essa transferência marcou a mudança político-administrativa da empresa do Sudeste para o Nordeste. Tal transferência foi revestida de disputas entre Estados que desejavam sediar a companhia e resistência dos que posicionavam-se contrários à mudança. O edifício-sede da Chesf recebeu o nome de André Falcão em homenagem ao ex-presidente falecido no início de 1978 num queda de helicóptero em Paulo Afonso

A morte de André Falcão em decorrência de acidente de helicóptero em Paulo Afonso, em 1978, antecipou nova mudança na Presidência da Chesf, cargo que foi assumido pelo engenheiro Arnaldo Rodrigues Barbalho (MELO, 2004).

De 1976 a 1980, o Plano de Obras elaborado para esse quadriênio garantiu a continuidade de forma expansionista. “As metas da Empresa compreendiam a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso IV e das Usinas Hidrelétricas e barragens de Moxotó e de Sobradinho, além da implantação de linhas de transmissão de toda sua área de concessão” (OLIVEIRA, R., 1998, p. 173).

Em meio à crise econômica e de energia vivida no Brasil,

O fornecimento de energia elétrica ao Nordeste, na década de oitenta, estava assegurado com o referido Plano de Obras, incluindo a integração regional e nacional da Empresa aos troncos centrais geridos pela ELETROBRÁS. Para executar esse plano de trabalho, a CHESF recebeu da *holding* o maior financiamento até então contratado... (OLIVEIRA, R., 1998, p. 174).

Entre os acontecimentos que marcaram a história da empresa e dos trabalhadores em 1979 e nos primeiros anos da década de 1980, registra-se as mobilizações dos trabalhadores que reivindicavam estabilidade e melhorias salariais. Ainda na vigência do regime civil-militar, foram realizadas duas greves dos funcionários da Chesf, sendo a primeira em 1979 e a segunda em outubro/novembro de 1982²⁷. Nesse ano, a Chesf tinha no seu quadro 11.574 funcionário (FIGUEIRAS, 1983, p. 9).

Com forte articulação do Sindicato dos Eletricitários da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Alagoas e apoio da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, os funcionários da empresa de Salvador, Recife, Sobradinho e Paulo Afonso²⁸ se mobilizaram para reivindicar estabilidade no emprego para o ano de 1983, de forma que a Chesf garantisse não demitir nenhum funcionário, além de reparação salarial em razão das perdas em decorrência da inflação (FILGUEIRAS, 1983).

Em 1979, os operários da Chesf em Recife e Paulo Afonso fizeram uma greve e, ao fim, garantiram que os líderes do movimento e demais participantes não seriam punidos. Conseguiram, ainda, conquistas econômicas junto à diretoria da empresa. Em 1981, sem ter realizado paralisação, a categoria conseguiu novamente assegurar a estabilidade no emprego por mais um ano (FILGUEIRAS, 1983).

O país vivia a ditadura civil-militar e a Chesf tinha na sua diretoria um coronel. A administração da companhia em Paulo Afonso era realizada por um militar e o município era sede de uma Companhia de Infantaria do Exército, que foi criada para garantir a segurança das usinas. Além disso, Paulo Afonso integrava a área de Segurança Nacional. O fornecimento de energia elétrica era um serviço considerado

²⁷ Os trabalhadores da Chesf apresentaram inicialmente como reivindicação econômica o pagamento de anuênio em substituição ao quinquênio. Aumento da gratificação de férias de Cr\$ 16 mil para Cr\$ 52 mil e produtividade de 27,95. Nenhuma das propostas foi aceita pela empresa.

²⁸ Os funcionários da Chesf nas subestações de várias localidades do Nordeste aderiram à greve, sendo os principais movimentos realizados nas cidades de Salvador/Sobradinho e Paulo Afonso/BA e Recife/PE.

também de segurança nacional, portanto, enquadrado na Lei de Greve, que proibia esse setor de realizar greve²⁹.

Nos meses de outubro e novembro de 1982, diante das mobilizações dos eletricitários que realizavam assembleias, tropas do Exército foram deslocadas para as usinas de Paulo Afonso, além da mobilização das Polícias Militares da Bahia e de Alagoas, principalmente em Recife e Paulo Afonso. Foram dias de tensão, principalmente em Paulo Afonso, onde foi grande o número de militares a chegar à cidade.

Segundo Filgueiras (1983), a diretoria da Chesf utilizava os veículos de comunicação para atacar os sindicalistas e desmobilizar os operários. Utilizava-se de argumentos, como o risco de apagão no Nordeste e aumento das tarifas de energia, caso atendessem às reivindicações dos trabalhadores da companhia para ganhar a opinião pública e jogá-la contra os eletricitários. Por outro lado, os trabalhadores respondiam esses ataques com distribuição de panfletos esclarecendo a população a respeito das reivindicações e mobilizando a categoria.

Durante o processo de mobilização dos trabalhadores da Chesf, o ministro de Minas e Energia, César Cals, e o presidente da Chesf, Luiz Carlos Menezes³⁰, estiveram em Paulo Afonso, ocasião em que as lideranças sindicais tentaram entregar um documento, mas não obtiveram êxito. O coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, então diretor administrativo da companhia acompanhava a comitiva. O clima de tensão política no país repercutiu na companhia e nos trabalhadores (FILGUEIRAS, 1983).

Filgueiras (1983) argumenta que, diante da ausência de proposta da empresa, a greve foi decretada³¹ e foi desencadeado um processo de violência contra os trabalhadores e sindicalistas. Lideranças do movimento grevista foram espancadas pela polícia, outras, presas, e a sede do sindicato, invadida em Paulo Afonso. Na frente do sindicato, segundo Filgueiras (1983, p. 71),

²⁹ O Decreto-Lei nº 1.162 de agosto de 1978 dispunha sobre a proibição de greve nos serviços públicos em atividades consideradas essenciais. A saber: eram consideradas greves dos trabalhadores dos serviços de água, esgoto, energia elétrica, petróleo e gás, entre outros. Estabelecia a prisão de 2 a 12 anos e a demissão dos grevistas.

³⁰ Neste período, também integravam a diretoria da Chesf Egmont Bastos, como diretor financeiro, Austriclínio Borges Corte Leal, diretor de suprimentos, Mário Santos, diretor de operações, Marcos Lopes e Eunápio Peltier.

³¹ Foram realizadas assembleias dos trabalhadores da Chesf em Salvador, Recife, Sobradinho e Paulo Afonso no dia 26 de outubro, deflagrando a greve que durou oito dias, sendo encerrada no dia 3 de novembro, após a participação do arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela.

[...] a Tropa de Choque da PM chega arrebentando. No meio da repressão estão alguns guardas da segurança da Chesf. Não respeitam velho, mulher, nem criança. Com escudos, cassetete e roupa de camuflagem, como se estivessem enfrentando uma rebelião, espancam os humildes e pacatos eletricitários de Paulo Afonso. As mulheres choram, as crianças gritam. Pânico geral.

Algumas lideranças do movimento grevista buscaram a intermediação do cardeal arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela, ocasionando na ida do religioso a Paulo Afonso acompanhado de líderes sindicais³² para participar da assembleia a pedido dos trabalhadores. Ele foi euforicamente recebido pela população e participou de assembleia dos operários. Na ocasião, leu uma carta subscrita por ele em que pedia o fim da greve e a sensibilidade da empresa no atendimento às reivindicações dos funcionários. Na presença de dom Avelar, os trabalhadores aprovam por unanimidade o fim da greve e foram acompanhados nessa decisão pelos demais funcionários da companhia de Recife, Salvador e Sobradinho, que realizaram assembleias e decidiram também pelo fim do movimento. Foi um voto de confiança que os trabalhadores depositam no arcebispo (FILGUEIRAS, 1983).

Dom Avelar Brandão manteve contato com a diretoria da Chesf através do presidente Luiz Carlos Menezes, que se comprometeu a não punir os grevistas. No entanto, a greve foi decretada ilegal e descumprido o combinado com o arcebispo e a categoria. Foram demitidos 25 trabalhadores, dos quais 14 de Paulo Afonso e 11 de Pernambuco. Outros 44 funcionários receberam a pena de advertência ou suspensão.

Durante o período da ditadura civil-militar, os militares ocuparam cargos na diretoria da Chesf, comandaram a administração da empresa em Paulo Afonso e dirigiram escolas em Paulo Afonso. Pessoas que contrapunham-se à empresa e, ou, ao regime foram presas³³ ou convocadas para prestar esclarecimentos no Comando Militar do Exército. Segundo Antônio Galdino da Silva (2014, p. 182):

³² Entre as lideranças sindicais que participaram ativamente desse movimento, estavam Lázaro Bilac, presidente do Sindicato dos Eletricitários da Bahia, e Evandro Araújo Paiva.

³³ Várias lideranças políticas municipais foram presas durante o regime civil-militar em Paulo Afonso, entre as quais os ex-prefeitos Adauto Pereira dos Santos, Octaviano Leandro de Moraes e Abel Barbosa e Silva. Adauto Pereira esteve preso por um período de quase um ano no Quartel da Polícia Militar, em Salvador. Outros foram chamados a prestar esclarecimentos, como o pastor Hercílio da Costa Rego. Para saber sobre as prisões de lideranças políticas durante o regime civil-militar, ver: SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros**. Paulo Afonso-BA: Editora Fonte Viva, 2014.

Com o governo militar implantado no país, logo a Chesf passou a ser dirigida por um general e os militares estavam presentes nos colégios da cidade. Também no Ginásio Paulo Afonso, mantido pela Chesf, o diretor era um capitão do exército e nas aulas da noite muitos dos professores eram oficiais da 1ª Companhia Independente de Fuzileiros, que depois passou a se chamar 1ª Companhia de Infantaria de Paulo Afonso.

Durante o regime civil-militar, a Chesf, através de alguns diretores, instituiu uma política de perseguição aos que confrontavam medidas adotadas pela companhia. Para funcionários que se posicionavam contra o regime ou questionavam decisões das empresa, as medidas eram duras, chegando em alguns casos a demissão. Apesar do clima de medo vivido nesse período, populares e lideranças locais resistiram. Os movimentos sindical e estudantil atuaram de forma a organizar a resistência às medidas da Chesf, consideradas prejudiciais e autoritárias.

A atuação dos eletricitários, organizados no sindicato, e dos estudantes secundaristas, no movimento estudantil, demonstrou que não foi sem resistência que a companhia e o regime político adotaram medidas na região do Sertão do São Francisco. A destacada atuação de lideranças de oposição a determinadas políticas da Chesf e de resistência ao regime civil-militar alçou algumas dessas lideranças à conquista de mandatos legislativos e executivos em Paulo Afonso.

Durante o período do regime civil-militar, em Paulo Afonso:

Nas escolas, nas igrejas, na Câmara de Vereadores, no comércio e até no serviço de alto falantes o clima era de grande tensão e insegurança. Tudo que se falava estava sendo observado, gravado. Em todos os lugares, a sensação que se tinha era que mil olhos estavam observando o ir e vir das pessoas (SILVA, A., 2014, p. 181).

Apesar das crises políticas e econômicas, as obras de construção de usinas e ampliação das subestações e linhas de transmissão seguiram seu curso normal e contavam com apoio dos governos militares.

As obras das Usinas Moxotó, Sobradinho e Paulo Afonso IV foram iniciadas no período de 1971 a 1973, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no período que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, em razão do desempenho da economia nacional. Esse período marcou um processo de modernização de sua estrutura organizacional e avanço nas obras.

A Chesf, com a conclusão das Usinas de Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso IV e Xingó, chegou ao esgotamento do potencial do rio São Francisco para construção

de usinas hidroelétricas. Com isso, encerrou-se o ciclo de construção de usinas no rio, tendo a companhia que redirecionar suas ações de geração de energia através de fontes alternativas.

A década de 1980 foi, no campo político, marcada pelas mobilizações populares de luta pela redemocratização que tomaram as ruas do Brasil, e, em 1985, chegou ao fim o período de regime civil-militar.

Com a conclusão da Usina de Xingó na década de 1990, a Chesf se transformou na maior empresa brasileira de geração de energia elétrica. Nesse mesmo ano, o país vivenciou uma nova fase na vida política e econômica nacional. O presidente eleito no ano anterior e que tomou posse em 1990, Fernando Collor de Mello, implementou uma política econômica de cunho neoliberal. Adotou, no primeiro ano de governo, o Programa Nacional de Desestatização (PND), com a finalidade de implementar mudanças no papel do Estado³⁴. As empresas do setor de energia, ligadas à Eletrobras, entre elas a Chesf, integraram, a partir de 1995, o programa de desestatização. O Governo Federal passou a privatizar empresas distribuidoras de energia elétrica (RELATÓRIO COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1997).

A Chesf, seguindo as orientações do PND, foi se reestruturando para atender aos interesses do setor privado (mercado) e iniciou a retirada de investimentos nas áreas sociais. O projeto educativo instituído pela companhia desde a sua implantação foi uma das áreas mais atingidas por tais medidas. Deu-se início ao processo de encerramento do projeto educacional escolar mantido pela empresa. As unidades escolares de Paulo Afonso foram transferidas para o Município, outras unidades tiveram suas atividades encerradas e os edifícios, entregues ao Governo do Estado da Bahia e algumas unidades entregues à iniciativa privada, como cooperativas. Em 1999, realizou-se a última colação de grau da última turma de nível médio mantida pela Chesf no Colepa.

O Colégio Paulo Afonso era a única escola no ano de 2000 ainda mantida pela companhia, com educação fundamental. Foi também esse o último ano de seu

³⁴ As reformas visando à mudança do papel do Estado foram iniciadas com o PND no ano de 1990. No entanto, o setor de energia só foi incluído no PND em 1995, quando o setor elétrico passou a ser reestruturado com a aprovação da Lei nº 8.987, que regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal, determinando a realização de licitações para a concessão de serviços públicos.

funcionamento como unidade educacional escolar da empresa. Encerrava-se o projeto educacional da Chesf em Paulo Afonso.

Trazer para essa tese o transcurso da gênese da própria empresa se justifica pela necessidade de compreendermos que a constituição dessa companhia esteve inserida no projeto de desenvolvimento e modernização do país, e de forma especial do Nordeste; que, ao longo de sua história a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco sofreu interferências das mudanças no cenário político nacional e, como consequência, mudanças no projeto educacional; que para realizar o empreendimento das usinas hidroelétricas de Paulo Afonso, a Chesf montou uma infraestrutura social capaz de atrair os profissionais mais qualificados para a região; que, em razão da demanda por mão de obra qualificada e de cobrança dos funcionários da empresa, empreendeu um projeto educacional escolar e de dimensões socioculturais modificador de *habitus* e modo de vida no Sertão. Assim, o projeto educativo sofreu influências dessas transformações mais gerais ao mesmo tempo que também promoveu transformações, e, para compreendê-lo, faz-se necessário conhecer a própria história dessa companhia.

Da mesma forma, analisar as transformações operadas no Sertão a partir da instalação de um acampamento da Chesf, torna-se necessário para a compreensão do processo de urbanização ocasionado em decorrência da chegada de trabalhadores para as obras das usinas. E dentro desse, uma infraestrutura social para os operários, como casas, clubes, escolas etc.

2.2 DE FORQUILHA A PAULO AFONSO: o Sertão se moderniza

A chegada da Chesf a Forquilha, instalação do acampamento, envolvimento de grande número de trabalhadores nas obras de construção do acampamento e das usinas, fundação de hospital, clubes e criação de escolas para os filhos dos seus funcionários imprimiu uma dinâmica social à região do Sertão do São Francisco, estabelecendo nova configuração na vida dos sertanejos incorporados pela empresa no “seu” projeto de “modernização” para o Nordeste levado a cabo pelo Estado brasileiro no período desenvolvimentista.

A contratação de mão de obra em grande número e a chegada de pessoas à procura de emprego vindas de diferentes regiões do Brasil, com maior número dos

sertões do Nordeste, fizeram surgir em Forquilha duas comunidades, uma no acampamento da empresa, conhecido popularmente como Acampamento Chesf ou Cidade Chesf, e outra fora do espaço reservado para a construção de residências para os operários e o canteiro de obras, chamada Vila Poty, comunidade extramuros, onde a dinâmica social processou-se diferentemente da vida no interior do acampamento.

A área escolhida para a construção do acampamento e do canteiro de obras da Chesf foi cercada com arame farpado separando os que lá estavam trabalhando e morando dos que chegavam à procura de emprego e fixavam residência nas proximidades. Posteriormente, a cerca foi substituída por um muro de pedras. Foram instaladas três guaritas e arregimentado um corpo de guardas para realizar a vigilância e o controle na região do acampamento e do canteiro de obras. Essa separação teve um forte impacto na vida social e política dessas comunidades.

O acesso restrito, o estabelecimento de normas, autonomia econômica e administrativa, programa educacional exclusivo para os trabalhadores e seus dependentes estabeleceram, no acampamento da Chesf em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso)³⁵, uma dinâmica social e modos de vida próprios, um campo social, conforme Pierre Bourdieu (2011).

Mesmo com a emancipação política e a criação em 1958 do Município de Paulo Afonso, a companhia energética, devido a seu grau de autonomia administrativa, referia-se a Paulo Afonso como Vila Poty, ou seja, o acampamento, legalmente com a criação de Paulo Afonso, funcionava como um bairro da nova cidade; para a Chesf, não fazia parte do município. Isso explica o uso dos termos “Cidade Chesf” ou “Acampamento Chesf” pela população. Por ser uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo Federal, muito pouco dependia do Município e do Estado, mantendo quase que uma completa autonomia administrativa e política. Na verdade, a companhia exerceu atribuições do Município e do Estado dentro e fora do acampamento.

³⁵ Sempre que utilizar esse binômio, estarei referindo-me ao período 1948-1958, quando ainda nos primeiros dez anos da chegada dos primeiros técnicos e trabalhadores, essa região pertencia ao Município de Santo Antônio da Glória-Bahia e ao período pós-1958, quando foi emancipado e passou a denominar-se de Paulo Afonso, através da Lei nº 1.012, de 28 de julho de 1958, assinada pelo governador Antônio Balbino. Anterior à emancipação, ainda em 30 de janeiro de 1953, o governador do Estado da Bahia, Regis Pacheco, sancionou a Lei Estadual nº 62, tornando Forquilha distrito do município de Glória. Fato que demonstra o rápido crescimento do lugar em razão da presença da Chesf.

As escolas frequentadas por grande contingente de alunos instituíram práticas sociais e culturais no cotidiano dos estudantes aliadas às atividades promovidas pela empresa para os adultos, impondo uma nova dinâmica social até então estranha ao mundo sertanejo. Forquilha/Paulo Afonso vai se desenvolvendo como uma “ilha” de “processos civilizatórios” no Sertão do São Francisco: bailes, eventos cívicos, desenvolvimento de práticas esportivas, atividades culturais (teatro, música e dança), bandas de músicas, tudo sendo incorporado ao dia a dia dessa comunidade.

Enquanto a população residente no acampamento ia sendo inserida no projeto de “modernização” econômica e social implementado pela Chesf para os que a ela estivessem diretamente vinculados, as pessoas que chegavam em busca de trabalho se aglomeravam em pequenos casebres construídos nos arredores do Acampamento-Vila Poty³⁶, onde iam viabilizando suas sobrevivências em outras atividades, como comércio, agricultura etc. O maior contingente de pessoas que passaram a residir nos arredores era de desempregados.

Forquilha vai se desenvolver na ambivalência de duas dinâmicas sociais perpassadas pelos binômios dentro/fora e tradição/modernidade, contrastadas na vida social e estrutura urbana. No acampamento, as casas eram dotadas de água e energia. Os espaços coletivos proporcionavam uma condição de vida diferenciada da vida para depois da cerca/muro. O acampamento foi construído com residências, áreas de lazer, hospital, equipamentos esportivos, feira livre, igreja e escolas.

A Vila Poty se expandia com ruas não planejadas, casas sem água, sem energia, sem escolas e infraestrutura precária. A população residente fora do acampamento e que não trabalhava na companhia não tinha acesso às escolas criadas pela Chesf. O acesso à escolarização era exclusivo³⁷ aos filhos dos

³⁶ A Vila Poty congregou, no primeiro momento, os trabalhadores que foram removidos da área onde tinham sido construídas as casas dos operários que trabalharam na construção da Usina Piloto. Quando a Chesf se instalou em outubro de 1948, essas casas foram removidas para que ela construísse o acampamento para abrigar trabalhadores e técnicos que foram trabalhar na construção das usinas e lá residir com suas famílias. Com a construção do Acampamento Chesf, na Vila Poty permaneceram os que não conseguiram emprego ou desenvolviam outras atividades. O nome Poty fazia referência à marca de cimento utilizado pela Chesf nas obras e cujos sacos eram aproveitados pelos populares para fazerem suas residências. Os barracos eram construídos com esse material, já que os que chegavam sem dinheiro não podiam comprar tijolos, telhas etc. Há outras hipóteses para a origem do nome levantadas por Luiz Fernando Motta Nascimento (1998).

³⁷ As escolas criadas atendiam exclusivamente os filhos de funcionários e os próprios, sendo no transcurso do funcionamento alternado com momentos em que abriu “exceções” para atendimentos de filhos de funcionários de órgãos que se instalaram em Forquilha, instituições das quais a Chesf mantinha relação e “dependência”, como bancos, Correios, Justiça etc. Em dado momento, esta tese abordará o contexto de abertura do acesso das escolas da Chesf para o público de “fora” do acampamento. Só após a emancipação política do município de Paulo Afonso, foram criadas escolas

trabalhadores e negado à maioria do público de fora do acampamento. As exceções ficavam por conta das “autoridades”, que mesmo não trabalhando na Chesf conseguiam autorização para que seus filhos estudassem nas escolas da companhia.

O contraste dessas comunidades demonstrava a existência de dois “Brasis”, um de existência secular: o Sertão tradicional com sua população vivendo em grande maioria da agricultura de subsistência, sem acesso aos serviços públicos, analfabeta e sob o sistema político do coronelismo – Vila Poty – e outra que se inseria na modernidade – Acampamento Chesf.

A população sertaneja do Nordeste vivia a existência de secas³⁸ periódicas, como as de 1877, 1915 e 1970, que levaram milhares de pessoas à fome e à morte, um verdadeiro massacre a que foram submetidos os sertanejos do Nordeste durante as secas. A população que chegava à Vila Poty em sua maioria era oriunda dos sertões nordestinos e buscavam trabalho; Forquilha era a terra prometida.

O Brasil, a partir de 1930, passou por um processo de industrialização e de modernização em substituição ao secular modelo de desenvolvimento de base agrária. A criação da Chesf e o ciclo que ela desenvolveu no Sertão do São Francisco, liderado por engenheiros, tiveram a missão de implantar na região a modernidade. Assim, foi se instalando no Sertão grande número de profissionais liberais, como: engenheiros, técnicos, médicos, advogados, professores.

A disparidade social dessas duas comunidades foi abordada em diversas matérias publicadas em veículos de imprensa de circulação nacional. Com o título “A cidade da miséria é vizinha da fortuna”, a revista Manchete publicou matéria do jornalista Jânio de Freitas, que dizia:

Vila Poty não existe no mapa. Fica na margem do rio São Francisco, debruçada quase, sobre a cachoeira de Paulo Afonso. Nela vivem perto de 10 mil pessoas, com 80% de mulheres e crianças a quem os homens deixaram para buscar, mundo afora, um qualquer trabalho. Os que ficaram

pelo poder público municipal e o Governo do Estado da Bahia para atendimento desse público. Embora centrado nas escolas fundadas pela Chesf, o comparativo com as escolas criadas “fora” servirá de base para análises dos dois contextos escolares. No início da década de 1960, no recém-criado Município de Paulo Afonso, foi fundado o Instituto Municipal de Educação para atender o público estudantil de “fora” do acampamento. Posteriormente, esse instituto foi absorvido pelo Governo do Estado da Bahia e transformado em Centro Integrado de Educação de Paulo Afonso (Ciepa) (NASCIMENTO, L., 1998).

³⁸ Sobre as secas no Nordeste e suas consequências para a população, ver: VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2001. Na literatura brasileira, é vasta a produção tratando das secas na região Nordeste. Obras, como *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1994); *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (2005); e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos (2000), tornaram-se referências e de certa forma contribuíram para a formação de uma determinada imagem do Sertão e do sertanejo nordestino.

não plantam, não fabricam, não negociam. Vila Poty é a cidade da miséria. Mas, vizinha da fortuna: a cidade da Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco para a qual os desgraçados acorreram em busca de um emprego nas obras da represa. Lá chegando, deram com uma cerca de arame farpado a barrar-lhes a entrada àquele paraíso que brotara no chão torrado do sertão baiano. Vila Poty nasceu, então, e cresce sempre como um campo de concentração invertido, de olhos voltados para o outro lado da cerca. Não convém que Vila Poty exista no mapa (REVISTA MANCHETE, Nº. 233, OUTUBRO DE 1956, p. 56).

Se impressionava aos olhos de visitantes, políticos, intelectuais e jornalistas o projeto de modernização da Chesf no Sertão, não eram diferentes a miséria e o abandono da população nos arredores da cidade da companhia.

Para manter os funcionários e familiares afastados da vida externa ao acampamento e intentando mantê-los longe da interferência de fora, a Chesf construiu o muro de pedras em substituição à cerca existente. O acesso passou a ser restrito e monitorado. A separação dessas comunidades provocou reações de moradores de ambos os lados e o muro foi batizado de “muro da vergonha”.

A vida na Cidade Chesf se caracterizou pelo estabelecimento do fim de uma vida nômade para parte dos sertanejos que passaram a viver no acampamento, pelo aprendizado e novos *habitus* adquiridos através da educação escolar, que geraram mudanças nas pessoas que aceitaram e incorporaram novos *habitus* e ritos escolares. Nesse sentido, a vida no interior do acampamento passou a ter um modelo que confrontava com a dinâmica social de fora do acampamento e do Sertão.

A Chesf foi instituindo um projeto educacional escolar em Forquilha/Paulo Afonso em paralelo ao andamento das obras das usinas hidroelétricas. De início, a empresa projetava construir apenas uma usina - Paulo Afonso I. Porém, a demanda de energia elétrica ocasionou a construção de um complexo de usinas. A cada novo empreendimento, a necessidade de contratação de mão de obra e, conseqüentemente, mais residências, mais infraestrutura social, mais escolas.

Por isso, a criação de escolas pela Chesf estava vinculada ao projeto de construção das usinas. Nesse sentido, para analisar como se processou a instituição das escolas pela empresa e as transformações socioculturais no meio rural sertanejo requer atentar para os diversos contextos vividos pela companhia. Isso significa compreender que havia relação entre o projeto empreendido pela Chesf em caráter mais amplo na região do Sertão e a criação de escolas.

Em certo momento, houve uma intrínseca relação do projeto educacional escolar institucionalizado no acampamento com o projeto da própria empresa de modernização econômica e social. Foi praticamente em caráter simultâneo ao projeto de expansão das usinas que foi se constituindo o projeto educativo. De certa forma, a ampliação do projeto das usinas levava, simultaneamente, a ampliação do projeto educativo. Isso implica necessariamente conhecer algumas fases de consolidação e ampliação da empresa.

Ao longo do tempo de sua existência, a Chesf não foi uma empresa homogênea. Passou por mudanças de diretoria. De objetivos. De modo que essas mudanças também interferiram no projeto educativo escolar. As décadas de 1950 e 1960 foram de criação das primeiras escolas. Os anos de 1970 e 1980, de ampliação e reestruturação do projeto educativo. Já as mudanças políticas e econômicas vividas no país no início da década de 1990, refiro-me às transformações ocasionadas pela adoção de uma política econômica de caráter neoliberal, promoveram alterações no setor de energia e determinaram que a Chesf encerrasse o projeto educacional em 2000.

O projeto educacional escolar implementado pela Chesf passou por mudanças de objetivos. A principal ocorreu na década de 1970, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 5.692/1971, que instituiu o ensino de 1º e 2º graus, quando o ensino técnico-profissionalizante tornou-se objetivo da educação nacional. Com a nova LDB, o projeto se voltou para a formação técnico-profissionalizante, formando mão de obra para a companhia e outras empresas do setor de energia nacional.

Ao longo de meio século, consolidou-se um processo de aculturação da população sertaneja via escolarização. Percorremos, então, nas seções seguintes desta tese, os percursos pedagógicos, administrativos e financeiros das escolas da Chesf, analisando seu caráter mais amplo para a população atendida com vistas a compreender as transformações processadas para a população sertaneja.

Como já analisado anteriormente, a Chesf empreendeu uma infraestrutura urbana de caráter moderno exclusivo para os trabalhadores e seus dependentes, excluindo a população residente na Vila Poty. De certa forma, as transformações processadas pela Chesf ocasionaram uma modernização excludente.

O projeto de construção das usinas de Paulo Afonso foi sendo realizado por etapas. Quando a Chesf foi criada, ainda não existia um projeto definitivo para a construção da Usina de Paulo Afonso, apenas alguns anteprojetos. Coube à Diretoria Técnica da Companhia conhecer os elementos técnicos, terrestres e fluviais, para, em seguida, elaborar o projeto definitivo (CARVALHO, A., 1989).

Quando o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz assumiu a Diretoria Técnica da Chesf, responsável pela execução da obra da Usina Paulo Afonso, ele não conhecia a região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso, nem o São Francisco e muito pouco dos anteprojetos existentes. No fim de abril e começo de maio de 1948, Marcondes Ferraz foi acompanhado de outro engenheiro, Domingos Marchetti, pela primeira vez a Forquilha (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993). Sobre os projetos existentes, Ferraz declarou que:

[...] havia um projeto oficial, feito pelo pessoal da Divisão de Águas, que foi o que o dr. Souza expôs na reunião da Fiesp. Esse projeto foi examinado por um engenheiro da TVA, que o achou bom, tendo considerado apenas que, no lugar em que haviam projetados túneis, deviam-se fazer canais. Mas havia uma porção de coisas mais ou menos inexequíveis, como por exemplo a solução dada para a variação de nível observada nas grandes enchentes, quando o rio subia um, dois metros a montante, enquanto a jusante, a parte que cai da cachoeira no *canyon*, subia trinta. Previam-se a localização da usina trinta metros acima, para evitar que inundasse, perdendo-se desse modo a metade da potência, uma vez que a potência é proporcional à altura da queda. Vi esse projeto oficial e não gostei. Pensei: “A solução é outra, esta eu não quero.” Mas não disse nada. Comecei então a estudar e a imaginar uma solução, que é a que está lá, e que afinal foi posta em prática. Mas, a certa altura, todo mundo que tinha projeto reclamou, porque queria que o seu fosse executado: o Souza Leão, o senador Henrique Novais, os engenheiros que tinham entrado para a Chesf... Era um pouco de *jalousie du métier*, talvez, mas, enfim, achei natural. Resolvi então nomear engenheiros para estudar todos os projetos: um para o projeto do Novais – procurei um amigo dele, para não haver suspeição -, um para o do Souza Leão, e para o projeto oficial não precisava de ninguém especial, porque os engenheiros que o haviam feito estavam lá desenvolvendo os estudos. Enquanto isso, quieto, eu ia fazendo o meu projeto. E cheguei a uma solução completamente diferente: não localizei a usina lá em cima, mas embaixo, ganhando portanto muito mais potência. Para que não inundasse, pensei em fazê-la subterrânea, dentro da rocha – às vezes a usina está funcionando com quatro, cinco, oito ou dez metros de água acima do teto, mas está funcionando. Fui fazendo o projeto. Fazia um esboço, os cálculos, modificava; fazia outro... Fiz cinco (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003, p. 99).

Cabe retomar aqui o que disse o então ministro da Agricultura Daniel de Carvalho, quando do debate sobre a constituição da Chesf e da posição contrária de membros do governo: “Surgiu então a dúvida sobre se conviria insistir na realização prévia dos estudos ou constituir, desde logo, a sociedade de economia mista para,

sem preias burocráticas, realiza-las e construir em seguida a usina de Paulo Afonso” (CARVALHO, D., 1953, p. 207). Entre esperar pela realização dos estudos definitivos para posteriormente constituir a Chesf, preferiu o ministro o inverso. Constituir a companhia e, a partir daí, a sua diretoria realizaria os estudos definitivos e a construção da usina.

A primeira hidroelétrica construída foi Paulo Afonso I³⁹, projetada de maneira a possibilitar sua ampliação à medida que a demanda de energia crescesse. A diretoria da Chesf, para estimular o crescimento do seu mercado consumidor, realizou reuniões com os setores público e privado no sentido de tomar providências para a promoção do rápido desenvolvimento econômico dos estados receptores da energia de Paulo Afonso.

Figura 3 – Presidente Café Filho chegando para a inauguração da Usina Hidroelétrica Paulo Afonso I (1955)



Fonte: Memorial Chesf

³⁹ A Usina Paulo Afonso I entrou em operação no dia 1º de outubro de 1954. Quando inaugurada oficialmente em 15 de janeiro de 1955 pelo presidente João Café Filho, tinha duas turbinas e potência nominal de 120.000 MW. Na época, foi considerada a maior obra da engenharia nacional e a primeira usina projetada no Brasil para ser instalada no subsolo. Dessa usina, partiram as linhas de transmissão de energia para Recife e Salvador. A segunda, Paulo Afonso II, com seis turbinas, tinha o potencial de 615.000 MW e foi inaugurada em 1967. A terceira, em 1974. Nesse período, a Chesf já fornecia energia de Paulo Afonso para 2.110 localidades, incluídas sete capitais. Recife, Salvador, Aracaju e Maceió começaram a receber a energia de Paulo Afonso em 1955. João Pessoa, em 1961, Natal, em 1963, e Fortaleza, em 1965 (SOUZA, A., 1955; CARVALHO, M., 1989; MELO, 2004).

A inauguração oficial da primeira usina hidroelétrica construída pela Chesf foi revestida de formalidade não apenas em razão da presença do presidente da República Café Filho. Além da solenidade, uma série de celebrações e ritos religiosos foi realizada pela companhia. O ato inaugural foi utilizado para celebrar a vitória da engenharia, portanto, da modernidade, que realizou seu primeiro grande empreendimento no Sertão do São Francisco. A presença da imprensa de todo o Brasil ajudava a divulgar e construir uma imagem do empreendimento. A fotografia da chegada da comitiva presidencial (figura 3) chama a atenção. A posição do fotógrafo, ao desejar incorporar na imagem toda a comitiva, terminou por, de forma intencional ou não, mostrar o avião presidencial, contribuindo para uma representação de formalidade e modernidade.

Segundo Afrânio de Carvalho (1989, p. 72), no apelo da companhia para que entes públicos e privados divulgassem o empreendimento gerador de energia “não se exteriorizou nenhum sinal de que essas providências tivessem sido encaminhadas nem pelos poderes públicos estaduais, nem pelas associações de classe, às quais também se dirigiu”. Mesmo assim, houve um crescimento grandioso no consumo de energia, desencadeando, por sua vez, a continuação e a ampliação das obras em Paulo Afonso.

Em abril de 1949, o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz⁴⁰, responsável técnico da obra, foi residir no acampamento da companhia com sua esposa, Marieta Ferraz (HAUPTLI, 1995). Esse fato teria influenciado engenheiros, técnicos, médicos, advogados, professores e outros trabalhadores a fazer o mesmo, transferindo-se com as respectivas famílias para o Sertão. A ida dos técnicos para o acampamento terminou por imprimir, segundo Afrânio de Carvalho (1989, p. 91):

⁴⁰ Octávio Marcondes Ferraz se formou em Engenharia no Instituto Politécnico de Grenoble, França, em 1918. Após conclusão do curso, regressou ao Brasil. Já era um engenheiro com experiência reconhecida nacionalmente quando foi convidado para assumir uma diretoria da recém-criada Chesf. A ele coube, enquanto diretor técnico, coordenar todos os estudos, projetos e obras. Permaneceu à frente da Diretoria Técnica da Chesf por 12 anos, sendo o responsável técnico pela construção das usinas. Enfrentou as dificuldades de natureza técnica, como o processo de desvio do rio São Francisco, nesse caso, enfrentando a posição contrária de técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), banco financiador da obra. Ao longo dos anos em que esteve em Paulo Afonso, enfrentou também os problemas de ordem política, administrativa e econômica. Passou pela alternância de vários presidentes da República. Marcondes Ferraz foi defensor da participação do setor privado no setor elétrico nacional; crítico da participação e do monopólio do Estado no setor. Foi ministro e presidente da Eletrobras (1964-1967) no Governo do Presidente Castelo Branco. Faleceu em São Paulo em fevereiro de 1990. Sobre a trajetória desse engenheiro, ver: CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Octavio Marcondes Ferraz: Um Pioneiro da Engenharia Nacional.** Programa de História Oral do CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1993.

unidade e segurança ao comando técnico, como contribuiu para que ali se formasse uma comunidade impregnada de espírito familiar. A igreja, as praças de esportes, os clubes sociais ensejavam as reuniões, aproximavam as pessoas, estreitavam as relações e criavam laços de amizade.

Marcondes Ferraz, por residir no acampamento, ficou responsável para acompanhar a sua administração. Foi dele a indicação de um assessor para exercer função de gerente⁴¹, a quem cabia cuidar do calçamento, limpeza das ruas, transporte do lixo, abastecimento, segurança e tudo que estivesse relacionado à sua manutenção e ordem. Quando ele chegou à região para se instalar, segundo declarou em depoimento:

As condições de vida da região eram precárias, mas logo entramos em grande atividade para construir uma verdadeira cidade, o que foi feito enquanto eu elaborava o projeto e íamos à Europa comprar os equipamentos. Este foi o meu primeiro cuidado. Uma vez que deveríamos passar meia dúzia de anos em Paulo Afonso, precisávamos organizar a vida dos nossos colaboradores de qualquer categoria. Assim, fizemos um bairro de operários, um bairro médio e outro para os empregados titulados – engenheiros, advogados e médicos. Naquela época, não havia energia elétrica na região. O Ministério da Agricultura estava fazendo aquela usininha de que já falei, mas ela só ficou pronta dois anos depois que estávamos lá. Então, logo no início fez-se uma pequena usina térmica a diesel para suprir as coisas mais importantes (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003, p. 113).

Quando a Chesf foi criada, seu estatuto estabeleceu o Rio de Janeiro⁴² como sua sede. Era na capital da República que parte da diretoria desempenhava os seus trabalhos. A empresa mantinha também escritórios em Forquilha, Salvador e Recife. Do escritório em Forquilha, Marcondes Ferraz⁴³ e demais técnicos⁴⁴ se dedicavam à

⁴¹ Essa função também recebeu a denominação de delegado.

⁴² Após ser criada em 1948 a Chesf funcionou provisoriamente em salas cedidas pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Posteriormente adquiriu uma sede própria, no Edifício Rio Paraná, à rua Visconde de Inhaúma, 134 – 15º. Andar. Em 1975, depois de disputa política entre os Estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco tem sua sede transferida para Recife (CARVALHO, M., 1989; MELO, 2004).

⁴³ Marcondes Ferraz após não ver correspondido as suas indicações para administração do acampamento indicou o assessor José Gomes Barbosa para exercer essa função. Com a saída deste foi criado o cargo de Superintendente de Paulo Afonso, com a função de administrar o acampamento (CARVALHO, M., 1989, p. 92).

⁴⁴ A equipe técnica comandada por Octávio Marcondes Ferraz que trabalhou sobre seu comando era formada pelos engenheiros, Domingos Marchetti, Gentil Norberto, José Vilela, Júlio Miguel de Freitas, Hermínio Kerr, Dermeval Resende, Jason Marques da Costa, Roberto Montenegro, Múcio de Lacerda, Hélio Gadelha de Abreu, Mário Rennó Carneiro, José Martins de Souza, Reginaldo Sarcinelli, Geraldo de Souza Coelho, Lenine de Melo Mota, Paavo Nurni De Vicenzi, Bret Ioolas Cerqueira Lima, Renato Teodoro de Assunção, José Mário Ramagem Franco, Luíz Afonso Braga, Raimundo Nonato, Alfredo David Nidri, Ernâni Gusmão, Othon Soares, Hilton Fiúza de Castro e Aírton Fernando de Lima. Compunha ainda a equipe os técnicos estrangeiros, André Balança, Cyril Iwanow, Konstantin K. Krokowsky, Valerii Vasilevich Sorekin, Roger Gaetan Mattiello, Arthur George Albert Bonny, Robert

elaboração do projeto definitivo da Usina Paulo Afonso. Os estudos, levantamentos, testes e discursões sobre questões de ordem técnica da obra em sua maioria eram realizados no escritório do canteiro de obras em Forquilha.

O presidente e demais diretores permaneciam a maior parte do tempo no Rio de Janeiro e em viagens de interesse da empresa, embora viajassem com frequência para Forquilha. O único a residir nessa fase primeira da companhia permanentemente no acampamento foi quem conduzia os trabalhos de obras, no caso, Marcondes Ferraz. Por essa razão, embora fosse atribuição do diretor administrativo gerenciar as questões relacionadas à infraestrutura da Cidade Chesf, boa parte das decisões de questões ligadas ao cotidiano do acampamento foi do diretor técnico, que, de fato, acompanhou a administração do acampamento.

A instalação da Chesf em Forquilha desencadeou um processo de urbanização na região do Sertão do São Francisco próximo à cachoeira de Paulo Afonso a partir da construção do acampamento. O lugarejo de Forquilha, então do Município de Santo Antônio da Glória-BA⁴⁵, passou a receber grande quantidade de trabalhadores, técnicos e dirigentes que foram mobilizados para trabalhar na construção, inicialmente, da Usina Piloto⁴⁶ e, em seguida, na usina Paulo Afonso I.

Também foi sendo crescente o número de pessoas que iam em busca de trabalho e fixaram residência na Vila Poty⁴⁷. O crescimento populacional das duas

Destre, André Bujnik, Abdank Abzantovsky, Henri Bogaert, Lucas e Dietrich. Pela quantidade de técnicos envolvidos nas obras de Paulo Afonso podemos mensurar a quantidade de pessoas mobilizadas. A presença desses técnicos de alto nível de formação vai ser fundamental na institucionalização de um projeto educacional pela Chesf e de modos de vidas no acampamento.

⁴⁵ Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois foi transformado em Município de Santo Antônio da Glória, cuja sede situava-se na Vila de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, através de Lei Provincial nº 2.553, de 1º de janeiro de 1886, ficando desmembrado do Município de Jeremoabo. Estava entre os vinte maiores municípios do estado da Bahia. Sua instalação ocorreu em 7 de janeiro de 1887. Posteriormente, o decreto estadual de 1931 modificou sua denominação para Glória. E, com o Decreto Estadual nº 10.724, de 30 de março de 1938, passou a ser cidade. O território do atual município de Paulo Afonso foi desmembrado de Glória.

⁴⁶ A Usina Piloto foi projetada pelos engenheiros da Divisão de Águas, Corrêa Leal e Schimmeelpfeng, para operar com 2,5 MW. Inicialmente, deveria atender ao núcleo colonial localizado na antiga cidade de Petrolândia-PE, e também fornecer energia para a construção da Usina de Paulo Afonso I com capacidade de 180 MW. A construção da Usina Piloto teve início em 1946 com a instalação do canteiro de obra no local onde atualmente se encontra a Vila Alves de Souza. A área foi cercada com arame farpado cuja entrada era realizada por uma cancela nas proximidades de um galpão onde foi construído, posteriormente, o Clube Operário. No interior da área cercada, foram construídos os escritórios, as oficinas, o almoxarifado e o ambulatório médico. A Usina Piloto foi concluída em 1949 (NASCIMENTO, L., 1998; SOUZA, F., 2012).

⁴⁷ No estudo realizado por Francisco de Souza, ele afirma que durante a construção da Usina Piloto o número de trabalhadores na região era pequeno, porém, já a partir da criação da Chesf, em 15 de março de 1948, e da ampla divulgação de sua instalação na região, o povoado de Forquilha passou a receber “forasteiros” de todas as partes do Brasil em busca de trabalho na obra da hidrelétrica (SOUZA, F., 2012).

localidades ocasionou a luta pela emancipação política em relação a Santo Antônio da Glória. Lideranças políticas pró-emancipação conquistaram apoio da população; por outro lado, havia resistência da direção da Chesf, temendo interferências do poder público municipal⁴⁸.

Na batalha pela emancipação, a primeira vitória ocorreu quando o governador da Bahia, Régis Pacheco, através de decreto criou o Distrito de Paulo Afonso, pertencente ao Município de Glória⁴⁹. Nessa condição, o Distrito de Paulo Afonso adquiriu o direito de eleger representantes para a Câmara Municipal. A densidade eleitoral do novo distrito era tamanha que elegeu numa legislatura quatro vereadores⁵⁰. Com a eleição desses vereadores, ganhou força o movimento pela emancipação, tendo como argumento o crescimento do distrito e o seu desenvolvimento maior que a sede do município.

Os debates em torno da emancipação foram se tornando frequentes e ganharam força até a aprovação de um projeto de autoria do vereador Abel Barbosa e Silva propondo a independência de Paulo Afonso. A decisão da Câmara Municipal foi encaminhada para análise da Assembleia Legislativa do Estado, sendo aprovado e encaminhado para sanção do governador Antônio Balbino. Em 28 de julho de 1958, o Projeto de Lei nº 1.012/58 foi sancionado. Paulo Afonso passou à condição de cidade apenas dez anos após a chegada e a instalação da Chesf.

A primeira eleição para prefeito do novo município foi realizada em 7 de outubro de 1958. Na disputa entre Otaviano Leandro de Moraes e Abel Barbosa e Silva, foi eleito o primeiro. É corrente nos estudos e análises sobre os processos políticos do Município de Paulo Afonso a influência e interferência da Chesf nas eleições municipais. Para Francisco de Souza (2012, p. 143),

Otaviano foi eleito com o apoio da diretoria da CHESF, através do seu presidente Alves de Souza. Esse apoio foi concedido durante a campanha eleitoral quando a CHESF se posicionou contrária à eleição de Abel, que

⁴⁸ Entre as lideranças políticas locais em favor da emancipação política de Paulo Afonso, destacou-se Abel Barbosa e Silva, que exerceu diversos mandatos de vereador e foi prefeito indicado (período 4/8/1979 a 31/12/1985). Sobre a participação de Abel Barbosa no processo de luta de criação do novo município, ver: SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e memórias de pioneiros**. Paulo Afonso-BA: Editora Fonte Viva, 2014.

⁴⁹ A Lei Estadual nº 62, de 30 de dezembro de 1953, passou Forquilha/Vila Poty à condição de distrito do município de Glória-BA.

⁵⁰ Os vereadores eleitos foram Abel Barbosa e Silva, que posteriormente chegou a ser prefeito de Paulo Afonso, Octaviano Leandro de Moraes, que também exerceu o cargo de prefeito do município, Hélio de Moraes Medeiros (Hélio Garagista) e Moisés Pereira de Souza.

almejava ser prefeito, com o respaldo de uma liderança política que ele havia conquistado sobre grande parte da população.

Ainda segundo análise de Francisco de Souza (2012, p. 143),

Alves de Souza era contrário à eleição de Abel porque, na condição de vereador, ele sempre defendia a derrubada da cerca que separava a Vila Poty do Acampamento da CHESF, para que houvesse um trânsito livre. Essa ideia contrariava o interesse da diretoria dessa empresa, que queria manter o Acampamento isolado do restante do município com sua segurança física própria, sob o argumento de que o patrimônio da CHESF precisava ser preservado.

A interferência da diretoria da empresa nos pleitos eleitorais foi uma prática constante no Município de Paulo Afonso. Nessa primeira eleição, o presidente Alves de Souza anunciou à população que, caso Otaviano Leandro de Moraes⁵¹ fosse eleito, a Chesf ajudaria o poder público municipal na realização de melhorias na infraestrutura da Vila Poty; Otaviano foi o vencedor. No entanto, a participação da Chesf na sua gestão foi pouco expressiva e o prometido apoio na melhoria das condições de infraestrutura também.

O segundo prefeito de Paulo Afonso foi Aduino Pereira de Souza⁵², que assumiu o município herdando os problemas deixados pela gestão anterior. Eleito em outubro de 1962, Aduino foi empossado em abril de 1963. Exerceu o cargo de prefeito até 14 de setembro de 1966. Durante o seu mandato, foi instituído o golpe civil-militar no Brasil, instalado em 31 de março de 1964, que passou a ser governado por militares.

Nas eleições seguintes⁵³, a Chesf continuou a influenciar na escolha dos gestores municipais. Muitos dos prefeitos eleitos ao longo da história do município

⁵¹ Proprietário do Armazém Sertânia, localizado na Vila Poty, foi eleito vereador em 1954 pelo Distrito de Paulo Afonso, sendo um dos vereadores do Município de Glória na legislatura 1955-1958. Em 7 de outubro de 1958, foi eleito prefeito, cargo que exerceu de 7 de abril de 1959 a 7 de abril de 1963. Sobre as eleições no Município de Paulo Afonso, ver: SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros**. Paulo Afonso-BA: Editora Fonte Viva, 2014.

⁵² Aduino Pereira assumiu o mandato de prefeito no dia 8 de abril de 1963.

⁵³ O prefeito Aduino Pereira renunciou ao cargo de prefeito para disputar o cargo de deputado estadual. Com sua renúncia, o presidente da Câmara Municipal assumiria o cargo até a posse do prefeito eleito. No entanto, o presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso, vereador Carlos Alberto Alves, renunciou ao cargo de presidente do Poder Legislativo para não ter que assumir o mandato provisório de prefeito, em razão de ficar impedido de disputar a reeleição de vereador. Coube ao vice-presidente da Câmara Municipal assumir o cargo de prefeito, exercendo-o de 15 de setembro de 1966 a 31 de dezembro de 1966, quando encerrou o seu mandato de vereador. Até a posse do prefeito eleito Edson Teixeira, foi nomeado o interventor Tenente João Soares. Exerceu o cargo de 1 de janeiro a 1 fevereiro de 1966.

eram funcionários da companhia, como o médico Edison Teixeira⁵⁴, terceiro prefeito do município, tendo exercido dois mandatos. Na sua gestão, teve início a construção da Usina Apolônio Sales, fato que aumentou a arrecadação de tributos pelo município. Conseguiu, com apoio da Chesf, instalar o abastecimento de água encanada nas principais ruas da cidade. Com apoio do diretor técnico Amaury Menezes⁵⁵, a companhia cedeu materiais e mão de obra para diversas obras.

Edison Teixeira Barbosa renunciou ao cargo de prefeito para se candidatar a deputado estadual. Abel Barbosa, que era presidente da Câmara Municipal, assumiu o cargo, sendo substituído pouco tempo depois pelo engenheiro da companhia José Rodrigues de Figueiredo⁵⁶, nomeado pelo governador.

Na gestão do engenheiro Figueiredo, a administração do município foi organizada com a ajuda do pessoal da CHESF, onde muitos assumiram cargos de confiança. Com esse apoio o prefeito Figueiredo desenvolveu trabalhos na área de saneamento básico, calçamento de ruas e embelezamento de praças e jardins. Além de mão de obra, a CHESF cedeu trator, enchedeira, caçamba basculante e patrol para utilização na melhoria das estradas vicinais da zona rural, construção de barragens, aguadas e bueiros sem ônus para o município (SOUZA, F., 2012, p. 164).

Metódio Nunes e Frederico Fausto de Melo, então exercendo o mandato de vereadores, chegaram a ocupar por curto período o cargo de prefeito em substituição a Figueiredo.

Por escolha do então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães (ACM)⁵⁷, Abel Barbosa⁵⁸ foi nomeado para o cargo de prefeito. A luta de Abel pela retirada das

⁵⁴ Tomou posse como prefeito em 31 de janeiro de 1967 e permaneceu até 14 de maio de 1974. Formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, foi contratado pela Chesf para exercer a função de médico pediatra. Exerceu a função de chefe do Posto de Puericultura do acampamento.

⁵⁵ Amaury Menezes foi indicado diretor técnico da Chesf por Marcondes Ferraz. Na sua gestão, promoveu diversas melhorias no município e acampamento. Criou áreas de lazer, como o jardim zoológico, praças, arborizou o acampamento com árvores de grande porte, urbanizou a Ilha do Urubu, realizou a ornamentação de taludes com pedras, e construiu trinta e seis lagos. Optou por fazer “em Paulo Afonso o modelo reduzido das usinas da CHESF para funcionar como laboratório de engenharia hidráulica” (SOUZA, F., 2012, p.151). As ações realizadas por esse diretor foram do ponto de vista urbanístico e paisagístico significativas e marcaram sua passagem por Paulo Afonso.

⁵⁶ José Rodrigues Ferreira também foi nomeado pelo governador Roberto Santos.

⁵⁷ Ao deixar a presidência da Eletrobras, Antônio Carlos Magalhães foi nomeado pelo presidente da República para o Governo da Bahia.

⁵⁸ Abel Barbosa e Silva, que na condição de presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso assumiu o cargo de prefeito por cinco meses, por ocasião da renúncia do prefeito Edison Teixeira para disputar o cargo de deputado, voltou à função de prefeito por indicação do governador Antônio Carlos Magalhães. Exerceu o mandato de 4 de agosto de 1979 a 31 de dezembro de 1985. Com a redemocratização do país, os prefeitos seguintes de Paulo Afonso voltaram a ser eleitos pelo voto popular.

guaritas de acesso ao acampamento da Chesf iniciada desde a emancipação política do município foi retomada. Na condição de prefeito, negociou e assinou um termo de compromisso com o presidente da Chesf Rubens Vaz da Costa para a retirada das guaritas (OLIVEIRA, M., 2017).

Quando a cidade foi unificada com a retirada das guaritas, a CHESF continuou administrando a área residencial que estava sob seu domínio. Essa atividade só saiu de sua responsabilidade em 29 de novembro de 2001, quando foi feito um convênio de transferência do serviço público para a Prefeitura Municipal (SOUZA, F., 2012, p. 168).

Mesmo com a retirada da guarita, a área do acampamento continuou sendo administrada pela Chesf, ou seja, a companhia manteve independência na gestão dele. Na prática, o acampamento continuou a funcionar como “Cidade da Chesf”, fato que evidenciou a autonomia exercida pela companhia na área delimitada para o acampamento e onde estavam instaladas várias usinas.

Com a redemocratização do país, após 21 anos de ditadura civil-militar, foram convocadas as eleições para prefeito de Paulo Afonso. Concorreram nessa eleição o médico da Chesf Luiz Barbosa de Deus e o estudante José Ivaldo de Brito Ferreira, sendo esse último candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo recebido o apoio do líder nacional desse partido, Ulisses Guimarães, que foi a Paulo Afonso participar de comício em apoio à sua candidatura.

Eleito prefeito José Ivaldo de Brito Ferreira⁵⁹ liderou um movimento que tomou caráter nacional e culminou na aprovação de uma lei federal⁶⁰ que obrigou empresas como a Chesf ao pagamento de uma taxa aos municípios pelo uso de recursos hídricos para geração de energia elétrica.

⁵⁹ Em razão de unificação do calendário eleitoral em todo o país, os prefeitos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1985 tiveram mandato de apenas três anos. Exerceu o mandato de prefeito de 1 de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 1988. Exerceu mandato de vereador.

⁶⁰ A Constituição Federal de 1988, no art. 20, § 1º, autorizou o sistema de participação pela utilização de recursos hídricos para produção de energia elétrica entre União, Estados e Municípios. A Lei Federal nº 7.990/91, de 13 de março de 1990, estabeleceu o repasse de 6,75% do valor de energia gerada, sendo 45% desse total destinados aos municípios atingidos pelas barragens, 45% para os Estados onde estão localizadas e os 10% restantes para a União. A Compensação Financeira por Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) foi uma importante fonte de receita para os municípios atingidos por barragens. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a arrecadação e partilha dos recursos. Esses recursos são também denominados de *royalties*. Sobre a luta pela conquista do direito a esses recursos, ler a dissertação: *O direito que emerge da água: As barragens de Paulo Afonso e a invenção dos Royalties*, de José Ivaldo de Brito Ferreira, Paulo Afonso, 2012.

Em 1989, com a eleição de Luiz de Deus para prefeito do Município, teve início um ciclo de comando político em Paulo Afonso sob a liderança dos “Deuses”, Luiz e Paulo. Em 1992, assumiu o comando do Município o médico Anilton Bastos Pereira, apoiado pelos irmãos Luiz e Paulo de Deus. E, em 1997, o engenheiro da Chesf Paulo Barbosa de Deus substituiu Anilton Bastos na prefeitura, ficando por dois mandatos à frente da gestão municipal. Nas gestões de Anilton e Paulo, o Município de Paulo Afonso teve aumento considerável de recursos em razão dos repasses pagos pela Compensação Financeira por Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).

É evidente a influência da Chesf nas eleições do Município de Paulo Afonso. Porém, o desenvolvimento foi marcado até certo período pelos contrastes sociais, evidenciados na infraestrutura, nos equipamentos de lazer, na educação e na qualidade de vida da população. Vila Poty e Acampamento Chesf tiveram desenvolvimentos distintos. Enquanto no acampamento construído no Sertão nordestino pela Chesf a população viveu num ambiente com infraestrutura básica de condições de vida e de inserção ao mundo do progresso e modernidade, a população da Vila Poty continuou excluída dessa experiência de desenvolvimento econômico e social.

2.3 PAULO AFONSO: um projeto nacional

Paulo Afonso⁶¹

Delmiro deu a idéia
Apolônio aproveitô
Getúlio fez o decreto
E Dutra realizô
O presidente Café
A usina inaugurô
E graças a esse feito
De homens que tem valô
Meu Paulo Afonso foi
sonho
Que já se concretizô

Olhando pra Paulo Afonso
Eu louvo nosso engenheiro
Louvo nosso cassaco

⁶¹ Segundo João de Souza Lima, em visita à Usina de Paulo Afonso em 1954, o Rei do Baião, Luiz Gonzaga, inspirou-se para fazer o baião em parceria com Zé Dantas, mas a gravação ocorreu em 1955, mesmo ano da inauguração da primeira usina do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso pelo presidente da República Café Filho. Essa música transformou-se numa espécie de hino da Chesf. Para saber sobre as passagens de Luiz Gonzaga do Nascimento por Paulo Afonso, ver: LIMA, João de Souza. **100 Anos de Luiz Gonzaga e a passagem do Rei do Baião em Paulo Afonso**. Paulo Afonso-BA: Fonte Viva, 2012.

Caboclo bom verdadeiro
 Oi! Vejo o nordeste
 Erguendo a bandeira
 De ordem e progresso
 A nação brasileira
 Vejo a indústria gerando riqueza
 Findando a seca
 Salvando a pobreza

Ouçó a usina feliz mensageira
 Dizendo na força da cachoeira
 O Brasil vai, o Brasil vai
 O Brasil vai, o Brasil vai,
 Vai, vai, vai, vai, vai, vai

(Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1955)

Como poetizada pelos compositores nordestinos, a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso tornou-se um grande desafio para a engenharia nacional por vários aspectos. De um lado, os obstáculos da geografia do lugar requeriam soluções de alto nível de complexidade, tendo sido montados laboratórios para auxiliar as pesquisas e realização dos trabalhos⁶². De outro, exigiu um grande número de profissionais com qualificação técnica residindo no acampamento. Paulo Afonso era a maior obra da engenharia nacional e a primeira usina subterrânea da América na época. O projeto requeria o uso de tecnologia de ponta, máquinas modernas, equipamentos e turbinas produzidas em quase sua totalidade no exterior⁶³.

⁶² Segundo relatório da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco de 1948, o serviço de pessoal da companhia foi organizado de forma a atender à legislação trabalhista e a admissão dos funcionários era realizada segundo critérios de capacidade para o exercício do cargo. No entanto, no início não foi fácil admitir técnicos para irem para a região de Forquilha, pois, segundo registrado no relatório, os compromissos que vinculavam os técnicos de alto nível aos seus empregos impediam os seus desligamentos. As dificuldades de distância e certo isolamento do acampamento localizado no Alto Sertão nordestino era outro forte implicador para aquisição de mão de obra. Por outro lado, existia um clima de euforia no sentido de realizar uma obra que tinha um grande significado para o país. O esforço da diretoria da companhia para recrutar mão de obra especializada foi narrado no relatório da empresa da seguinte forma: “[...] o entusiasmo pela grande obra a realizar do que mesmo as vantagens que lhes são oferecidas, levaram técnicos de valor a aceitar os convites que lhes foram feitos pela CIA., que assim conseguiu já organizar um quadro técnico de alta qualidade” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO. **Relatório referente ao exercício de 1948**, 1949, p. 6).

⁶³ Dos equipamentos utilizados nas obras de Paulo Afonso, o presidente Antônio José Alves de Souza relacionou os que considerou mais importantes em relatório que publicou em 1955. A relação apresentada demonstra que o uso de tecnologia de alto nível requeria uma mão de obra qualificada para o seu manuseio: Marion 372 com lança de 100 pés e gancho de 30 ton. com equipamento Shovel 1. ½ jardas cúbicas; Marion 93M com lança de 100 pés e gancho de 30 ton.; Marion 362 equipada com Shovel 1 ½ jardas cúbicas e lança de 23 pés e para clamshell com lança de 50 pés.; Marion 111M com lança de 100 pés e gancho de 30 ton.; central de ar comprimido composta de 5 compressores – Ingersoll – Rand tipo 40 tamanho 90B de 405 pés cúbicos por minuto cada; compressores, Ingersoll-Rand, Jaeger, Gardner, Denver; central de concreto C. S. Johnson capacidade 150 jardas cúbicas equipada com duas betoneiras basculantes de 2 jardas cúbicas cada; central de concreto C. S. Johnson capacidade de 150 jardas cúbicas equipada com duas betoneiras de 1 jarda cúbica cada; central de britagem TelSmith com primário 25” x 36”; bomba de areia CWG-11 Allis Chalmers com motor de 50

O envolvimento de diversos órgãos do poder público nacional e dos estados e de entidades privadas demonstra a dimensão que Paulo Afonso tomou, constituindo-se num projeto de dimensões nacionais. Os mais diversos setores do Governo Federal foram mobilizados para participarem do empreendimento de Paulo Afonso. A região onde se instalou a companhia não tinha estradas que ligassem aos grandes centros. Não tinha infraestrutura de saúde para atender os trabalhadores e a população. Praticamente não existiam escolas que atendessem à demanda educacional, principalmente com a chegada de grande número de pessoas. A travessia do rio São Francisco era realizada por balsa. Enfim, era necessário um grande esforço governamental em várias frentes capazes de criar as condições de infraestrutura para receber o grande fluxo de pessoas, materiais e máquinas. Conforme relatório da Chesf, do exercício de 1948:

A Cia., tem recebido permanentemente cooperação do Gabinete Civil da Presidência da República, do Congresso Nacional, do Ministério da Viação, pelo Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento Federal de Obras Contra as Secas e Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; do Ministério da Agricultura, pela Comissão de Estudos do S. Francisco, que criou, pelo Serviço de Meteorologia e, principalmente, pela Divisão de Águas; do Conselho Nacional de Geografia, do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Aeronáutica; Ministério da Fazenda e dos Governos Estaduais interessados (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO, 1949, p. 16).

As obras das usinas de Paulo Afonso tomaram proporções nacionais. Para além dos desafios para a engenharia nacional e do aproveitamento do Vale do São

cavalos; bate-estacas Mckiernan Terry nº. 7 com extrator E4; bomba de cimento alta pressão Gardner Denver de 400 libras; escavadeira Link-Belt modelo LS-70 de ¾ jardas cúbicas; Derricks modelo 846-00 American Special Steel Traveling siffleg, com guincho modelo 75-3E e motor de 50 HP, lança de 100 pés; Derrick modelo 1336-80 American Special Steel com guincho modelo 140-3E, motor de 75 HP, lança de 80 pés; guincho modelo 100-1E American Single Drum Electric Hoist com motor de 60 HP; betoneiras de 2 jardas cúbicas tipo Rex Moto-Mixers montadas em dois caminhões KBR-8; colocador de concreto de 21 pés cúbicos; conjunto de duas bombas Ingersoll-Rand 8-ALV, com motor conjugado de 250 HP, capacidade de 2.400 G. P. M.; bomba centrífuga de 16" x 20" capacidade 25.000 litros/ minuto com motor 207 HP; bomba centrífuga Allis Chalmers para 7920 G. P. M. com motor 150 HP; caminhões Internacional tipo KB; caminhões Internacional tipo L; caminhão Mack (trailer) de 65.000 kg; caminhão Mack (trailer) de 35.000 kg; caminhão Mack (trailer) de 18.000 kg; caminhão tipo F-7 de 19.000 kg; caminhão tipo FWD; caminhonetes tipo F-3; Tipo F-1; Tipo F-4; Dumptors modelo WD-60 – capacidade 6 jardas cúbicas; Jeeps; GMC caminhão; automóveis; tratores D-7; tratores TD-18; tratores CD-3; tratores HD-20; escavadeiras marcas Linkbelt, Buldozer e Eimco; guindastes diversos; Patrol Adams; Patrol Allis Chalmers; guinchos; locomotivas Diesel "M-Planet"; carregadora Atlas; removedora; máquinas de carregar; guindaste Coles (SOUZA, A., 1955, p. 41). Considerei importante relacionar aqui as máquinas, veículos e equipamentos porque dão uma dimensão do tamanho da obra de Paulo Afonso. Mostra a demanda de mão de obra qualificada requerida para manuseio de máquinas, veículos e equipamentos de alto nível de tecnologia.

Francisco, esse empreendimento se constituiu num esforço do Estado brasileiro com vistas à modernidade.

Antes e durante a realização das obras de Paulo Afonso, o Clube de Engenharia, sediado no Rio de Janeiro, realizou um conjunto de conferências para tratar dos problemas no setor de energia elétrica no Brasil e do aproveitamento de Paulo Afonso⁶⁴. Essa entidade teve um importante papel no debate sobre o planejamento técnico-econômico do país no pós-guerra, nas discussões em torno do monopólio estatal do petróleo, da exploração dos recursos naturais e no projeto da Usina de Paulo Afonso (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001).

O Clube de Engenharia organizou Divisões Técnicas Especializadas (DTEs) ficando uma delas encarregada do estudo das questões pertinentes “à exploração de fontes energéticas naturais e à produção, transmissão e distribuição de energia” (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001, p. 227).

Em 1946, foi realizado por essa instituição o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria. Na ocasião, ocorreram vários debates e conferências sobre planejamento geral do país, planejamento econômico e financeiro, planejamento industrial, planejamento urbano, planejamento de transportes e comunicações, planejamento de energia, planejamento do ensino técnico e profissional e planejamento de mão de obra. O que demonstra a amplitude dessa entidade e seu papel político no debate sobre o desenvolvimento do país (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001).

Alguns dos diretores da Chesf tiveram papel importante nessa entidade, inclusive o presidente Antônio José Alves de Souza, responsável durante o congresso pela condução dos debates sobre energia elétrica realizados pela Comissão de Planejamento e Energia. Nesse mesmo evento, o ex-ministro da Agricultura Apolônio Sales realizou conferência sobre o aproveitamento do rio São Francisco e o projeto de construção da Usina de Paulo Afonso (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001).

Sendo a obra prioritária do governo do general Eurico Gaspar Dutra, resolveu a diretoria do Clube de Engenharia realizar um ciclo de conferências especificamente sobre a Usina de Paulo Afonso e o aproveitamento do Vale do São Francisco. Até

⁶⁴ A revista do Clube de Engenharia publicou na década de 1940 e 1950 uma série de artigos, conferências e opiniões sobre o aproveitamento do Vale do São Francisco e as obras das usinas de Paulo Afonso. Foi um tema recorrente nessa publicação, o que demonstra a importância desse empreendimento para o Brasil. Por outro lado, os engenheiros influenciavam as decisões políticas nacionais e esse clube exerceu papel de destaque no projeto desenvolvimentista brasileiro.

porque as obras de construção das usinas enfrentavam também forte resistência de alguns setores. Uma das vozes contrárias era do senador Henrique de Novais (ES), que, em conferência no Clube de Engenharia,

criticou o projeto da construção da usina de Paulo Afonso “declarando que o aproveitamento da cachoeira deveria obedecer a um plano geral de recuperação do Vale do São Francisco. Criticou a criação da Chesf, na sua opinião, “um organismo hipertrofiado..., quisto maléfico que perturbará o ritmo de um empreendimento olhado com tanta simpatia pela nação.” Para o senador o governo deveria considerar o desenvolvimento de várias regiões interioranas do São Francisco, como Sobradinho (BA), Piranhas (AL), e Paraopeba (MG), e não concentrar todos os recursos em Paulo Afonso (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003, p. 256).

Em meio a esses debates, as obras foram iniciadas e cada etapa realizada era celebrada pelos diretores, técnicos e operários. A imprensa dos grandes centros urbanos passou a acompanhar e divulgar as várias fases das obras. As revistas Manchete e O Cruzeiro, maiores veículos do gênero em circulação no Brasil, nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970 enviaram jornalistas para acompanharem as obras das usinas de Paulo Afonso, tendo circulado inúmeras matérias a respeito do empreendimento (SILVA, A., 2014).

As obras de Paulo Afonso atraíam para visitas presidentes da República, governadores, ministros dos Superiores Tribunais de Justiça, desembargadores, políticos, representações diplomáticas, lideranças religiosas, intelectuais. A Chesf também realizava campanhas de incentivo à visitação junto à classe dirigente e formadores de opinião no intuito de divulgar as obras das usinas como símbolo da engenharia nacional. As obras de Paulo Afonso representavam para setores defensores da industrialização do Brasil a vitória do progresso e da modernidade. A exaltação às transformações operadas pela construção das usinas e a chegada de energia hidroelétrica em todo o Nordeste foram estratégias utilizadas pela empresa e pelos governos. A companhia realizava ritos religiosos, festivos e cívicos junto aos trabalhadores e à comunidade para celebrar as realizações.

Com a instalação de novo regime político no país em 1964 e a decorrente Constituição em 1967, Paulo Afonso passou à condição de município de segurança nacional⁶⁵. Como consequência, perdeu autonomia política com a intervenção do

⁶⁵ Os municípios de segurança nacional são aqueles considerados essenciais para a defesa do país, no período pós-Segunda Guerra Mundial, mas somente passou a predominar tal configuração a partir de 1968.

Estado no poder local, pois os prefeitos dos municípios considerados de segurança nacional passaram a ser indicados pelo governador do Estado e o presidente da República.

A criação dos municípios de segurança nacional visava reforçar e dar sustentação política, econômica e social ao regime e se inseria no contexto da Doutrina de Segurança Nacional⁶⁶. Representou a militarização e a centralização do Estado no âmbito das administrações municipais. Desde a Constituição de 1946, já se previa que municípios onde estivessem instalados portos ou bases militares e instâncias hidrominerais sob o controle do Estado ou da União fossem considerados de segurança nacional. Porém, essa concepção foi alterada na Constituição de 1967.

Paulo Afonso, através do Decreto-Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, foi caracterizado como essencial à economia nacional, portanto, área de segurança nacional. Sua consolidação ocorreu com a emenda à Constituição nº 1 de 1969.

Nesse sentido, municípios enquadrados nesse perfil são considerados:

“áreas estratégicas”, são transformados em “zonas de guerra”, passando a existir, em seus limites territoriais, alguns locais onde o acesso é proibido à população. A consequência disso é a militarização da área, geralmente percebido pela instalação de quartéis e pelos fortes contingentes policiais, repercutindo isso na limitação das informações e nas tentativas de organização política e social (SILVA, J., 1985, p. 27).

José Renato Melo da Silva (1985, p. 35) apresenta dois elementos que vão caracterizar a análise da política da companhia em relação ao município:

Os interesses da CHESF na área são voltados à produção de energia para toda uma região, e a sua ação é expressão de poder central, do governo federal, está acima tanto dos municípios como dos Estados. Não admite, portanto nenhum tipo de oposição.

Ainda segundo ele (1985, p. 34), a centralização política do Estado em Paulo Afonso ocasionou:

[...] um sério problema ao governo municipal. Como dissemos no início, Paulo Afonso era uma cidade dividida em duas, a “Vila CHESF” e a “Vila Poty”, e isto criou uma situação se não embaraçosa, interessante: a presença de dois poderes, de duas administrações paralelas, cada uma em domínio próprio,

⁶⁶ Segundo José Renato Melo da Silva (1985), a Doutrina de Segurança Nacional se desenvolveu no Brasil como doutrina militar, tendo sua origem a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada sob inspiração de instituição semelhante nos Estados Unidos, a National War College.

ou seja, a “Vila Poty” administrada pela Prefeitura Municipal, com a ajuda econômica da Companhia, e a “Vila CHESF” administrada pela empresa, que não admitia nem a derrubada do muro, exigência da população por muitos anos, nem a interferência do poder público municipal na área, alegando, para isso, tanto a questão de segurança das Usinas, situadas logo após a área residencial da Companhia, e separada desta também por sua outra cerca, como o fato de a Prefeitura não poder administrar os seus limites. Isto criou um clima de insatisfação e deixou o poder público municipal bastante frágil.

O crescimento e a ampliação das usinas aceleraram as transformações em Paulo Afonso e região. No Sertão do São Francisco, assim como nos vastos sertões do Nordeste e da região Norte, passaram a ser operadas mudanças socioculturais e econômicas com a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso. O tempo lento, quase imóvel, passou a ser processado de forma acelerada nessa região e o estilo de vida secular e tradicional dessa população sofreu mudanças.

Com Paulo Afonso I em funcionamento e oficialmente inaugurada em 1955, imediatamente a Usina Paulo Afonso II teve sua obra iniciada no mesmo ano. Em 1961, a Usina II entrou em funcionamento, sendo novas etapas acionadas em 1962 e 1964. As últimas turbinas passaram a funcionar em 1966, 1967 e 1968. Em ritmo acelerado, Paulo Afonso III⁶⁷ teve suas obras iniciadas em 1966 e oficialmente inaugurada em fevereiro de 1972. Paulo Afonso IV⁶⁸ teve sua obra iniciada em 1972, entrou em funcionamento em 1979, mas foi inaugurada oficialmente em 1980. Quando inaugurada, era a maior usina da Chesf (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1997).

Da inauguração oficial da Usina Paulo Afonso I, em 1955, até a conclusão da Usina Paulo Afonso IV, em 1980, o número de trabalhadores contratados e residindo no acampamento e nas proximidades das obras aumentou consideravelmente. O acampamento teve que ser ampliado várias vezes para receber os trabalhadores que iam sendo incorporados à empresa. Em 1952, na primeira ampliação, a Chesf construiu a segunda escola – Murilo Braga –, a maternidade, uma ala no hospital para tuberculosos, três alojamentos para operários solteiros, o galpão para depósito e o alojamento para professoras. Quando do início das obras da segunda usina, novas ampliações foram realizadas. Em 1958, a Cidade Chesf⁶⁹ tinha aproximadamente

⁶⁷ A Usina Paulo Afonso III foi inaugurada oficialmente pelo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, em 8 de fevereiro de 1972. Dois anos depois, teve sua capacidade ampliada.

⁶⁸ Paulo Afonso IV foi inaugurada pelo presidente general João Batista Figueiredo em 20 de novembro de 1980.

⁶⁹ O termo “Cidade Chesf” era utilizado por moradores do acampamento e demais pessoas da região para designarem o acampamento da empresa. Expressa a forma como esse era compreendido. A

4.500 habitantes e a Vila Poty, 13.000 mil pessoas (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1998).

A construção do complexo de usinas hidroelétricas em Paulo Afonso ocorreu no período de aproximadamente 30 anos. A expansão das usinas ocasionou o crescimento da cidade, impactou o desenvolvimento da região e a consolidação da Chesf como maior empresa do setor elétrico do Nordeste e uma das maiores do Brasil. O período de construção das usinas imprimiu transformações socioculturais em caráter acelerado para Paulo Afonso e a região Nordeste.

Em nível local, as transformações começaram pelo acampamento. A população residente habitou residências dotadas de água floculada, filtrada e clorada, instalações sanitárias e iluminação elétrica. Passou a ter, para garantia de alimentação, um armazém de subsistência e um restaurante, organizados pela companhia (SOUZA, A., 1955).

A construção da Usina Paulo Afonso I tinha previsão inicial de cinco anos de obras. A diretoria, para assegurar a ida dos técnicos, engenheiros, mestres e operários para Forquilha, resolveu dotar o acampamento de condições de conforto. Os diretores entendiam que seria difícil manter o trabalho com grande número de pessoas com eficiência caso não se garantisse uma boa infraestrutura, já que a maior parte do corpo técnico da obra vivia com “padrão de vida médio e acima do médio”. Dificilmente se sujeitariam a morar “em local inteiramente desprovido de recursos ou mesmo provido apenas de recursos improvisados” (SOUZA, A., 1955, p. 46).

O grande número de técnicos, mestres e pessoal de nível superior exigiu da empresa vultosos investimentos nas instalações do acampamento para assegurar uma vida com segurança e conforto. Os investimentos visaram “dotar o Acampamento de instalações e serviços capazes de assegurar não somente vida sadia, como ambiente social agradável e instrução primária, pelo menos” (SOUZA, A., 1955, p. 46).

Ao chegar a Forquilha, a Chesf assumiu as obras da Usina Piloto que estava sendo construída pela Divisão de Águas do Ministério de Agricultura e iniciou a construção do acampamento e projetos da Usina Paulo Afonso. De início, a previsão das obras era de cinco anos. Porém, a demanda crescente de energia transformou

própria companhia assim denominava seu acampamento. Também caracterizava a “relativa” autonomia administrativa, econômica e política do acampamento em relação à cidade de Glória ou mesmo em relação ao próprio Município de Paulo Afonso. O acampamento pouco dependia da vida “fora” dos muros que o circundavam.

significativamente esse projeto e outras usinas foram construídas. Para atender às novas construções, houve a necessidade de contratação de mais trabalhadores. A ampliação das obras, do tempo de permanência no acampamento e da quantidade de pessoas envolvidas implicou numa infraestrutura definitiva no acampamento.

O que seria uma usina se transformou num grande complexo de usinas, o que necessitou de um corpo permanente de trabalhadores para operação e manutenção delas, levando a companhia a realizar mais investimentos em infraestrutura da “cidade” e investimentos nas áreas sociais.

O Governo Federal tinha iniciado a construção de um hospital e terminou por não concluí-lo. Em razão do número de acidentes no trabalho, a Chesf criou um ambulatório-maternidade⁷⁰, posteriormente transformado em hospital, equipado com aparelhos de raios-X, sala de cirurgias e laboratório para atender operários e a população da região. Esse hospital foi utilizado, posteriormente, para as aulas práticas e estágios dos cursos de Laboratório, Análises Químicas e Enfermagem oferecidos pelo Colégio Paulo Afonso. Esses cursos passaram a formar um corpo de profissionais da saúde que atendiam às demandas de Paulo Afonso e região. A empresa, que desde o início das obras construiu um posto de puericultura⁷¹ para atendimento às crianças, continuava a oferecer assistência social fornecendo diariamente leite e remédio.

Os dois clubes construídos no acampamento eram dirigidos pelos próprios funcionários, com diretores eleitos pelos sócios, mas supervisionados pela Diretoria Administrativa da empresa. Com diversos equipamentos de lazer, os clubes tornaram-se o ponto de encontro dos funcionários e familiares nos fins de semana. Se por um lado os clubes transformaram-se em centros de integração socioculturais, também geraram conflitos no interior da sociedade residente no acampamento.

A divisão no interior do acampamento, com as residências atendendo os agentes de acordo com capital cultural e econômico, também foi adotada para os

⁷⁰ Para a construção da maternidade, a Chesf recebeu o apoio do Ministério da Educação e Saúde, com o repasse de CR\$ 300.000,00.

⁷¹ Uma das primeiras ações da Chesf no acampamento foi abrir um posto de puericultura para assistência médica às crianças. Um relatório apresentado pelo presidente da empresa, Antônio José Alves de Souza, informa que em 1955 o posto tinha cadastradas 6.000 crianças e que o atendimento era para todas as que procuravam o posto e não apenas os filhos de trabalhadores da Chesf. 550 crianças eram atendidas com fornecimento de leite preparado em período de amamentação. Para construção desse posto, contou a Chesf com suporte financeiro de Cr\$ 200.000,00 do Ministério da Educação (SOUZA, A., 1955).

clubes. A diretoria da Chesf mobilizou-se para que fossem instaladas instituições bancárias e outros equipamentos necessários para a vida moderna no acampamento. Nesse sentido, o Banco da Bahia S.A. instalou uma agência em prédio construído pela Chesf. Da mesma forma, uma agência dos Correios e Telégrafos, além de um hotel. O Ministério da Aeronáutica construiu a pista de pouso para aviões⁷², ficando a cargo da Chesf uma sala de passageiros.

O fato é que a empresa buscava viabilizar de forma direta ou indireta os meios para que a população residente no acampamento tivesse acesso aos meios necessários para uma vida satisfatória. O acampamento da Chesf funcionava com infraestrutura que não se via na maioria dos municípios da região. No período anterior à emancipação e, principalmente, já quando constituída como cidade, Paulo Afonso foi se transformando em cidade-polo do Sertão do São Francisco.

O mercado construído para fomentar o abastecimento e o comércio funcionavam diariamente com várias lojas alugadas para terceiros. No seu entorno, acontecia a feira livre de sexta-feira à tarde até o domingo. Em pouco tempo, a feira tomou proporções regionais, com a vinda de pessoas de vários lugares para comercializar os mais diversos tipos de produtos.

Para fomentar a vida religiosa, bispos e padres da região eram convidados pela empresa para celebração de ritos religiosos. A instituição de um calendário religioso para os operários foi uma ação que contou com apoio e participação da diretoria da Chesf. As festas religiosas eram realizadas com frequência e contavam com as presenças dos diretores, técnicos e operários. A empresa incentivava a realização desses eventos. Em momentos como encerramento de etapas de obras, as celebrações e festejos contavam com as bênçãos de padres e do bispo de Senhor do Bonfim. Geralmente, essas idas eram promovidas pela companhia que disponibilizava avião ou veículos para transportar os religiosos de suas localidades até o acampamento. Forquilha fazia parte da Diocese de Senhor do Bonfim (Bahia). A igreja católica construída no centro do acampamento homenageia São Francisco de Assis.

⁷² Na pista de pouso de Forquilha, além dos aviões da Chesf e do Governo Federal, pousavam aviões três vezes por semana, oriundos do Rio de Janeiro, com destino a Salvador, Recife ou Fortaleza, e outras três de regresso para o Rio de Janeiro. A empresa aérea que fazia a linha de Paulo Afonso era a Real. A Chesf tinha um avião Beechcraft bimotor e um helicóptero Bell (SOUZA, A., 1955).

A empresa procurava criar um ambiente a facilitar o andamento das obras e proporcionar uma boa qualidade de vida aos seus trabalhadores. Nos primeiros anos de instalada em Forquilha, já dispunha de boa infraestrutura.

Em 1955, o acampamento era dotado de:

[...] condições essenciais a permitir vida confortável e a assegurar saúde, instrução primária e, até certo grau, secundária aos que nele residem, a proporcionar a estes ambiente social agradável e, em consequência, a tornar alegre e sem maiores preocupações a vida naquela área, quase isolada, do sertão nordestino, requeimado pelo sol e tão malsinado outrora pelas façanhas trágicas de bandoleiros primários, produtos de um estágio de civilização já superado. Considero que as condições desse acampamento foram uma das causas do êxito do empreendimento (SOUZA, A., 1955, p. 50).

O recrutamento de nomes respeitados da engenharia nacional foi fundamental para a concretização de Paulo Afonso. E, de certa forma, para convencê-los a mudarem de grandes centros para o Sertão tinha que ter uma atração. A infraestrutura montada e as condições de vida proporcionadas contribuíram para o alcance desse objetivo.

A região Nordeste, na medida em que as usinas de Paulo Afonso foram entrando em funcionamento, foi desenvolvendo um ciclo de industrialização fomentado pelo fornecimento de energia hidroelétrica e acompanhado de outras ações desencadeadas pelo Estado brasileiro, como políticas de incentivo fiscal através da Sudene.

O fato é que as usinas de Paulo Afonso entraram em funcionamento e as cidades nordestinas passaram a receber a energia de Paulo Afonso. Em Pernambuco: Recife, Petrolândia, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira, Goiana, Angelim, Moreno, Escada, Cabo, Limoeiro, Campina. Na Bahia: Salvador, Glória, Alagoinhas, Catu. Na Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, Itabaiana. Em Alagoas: Maceió, Arapiraca, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Pilar. Em Sergipe: Aracaju, Itabaiana, Propriá, Estância, Neópolis, São Cristóvão. No Ceará: Fortaleza e região do Cariri. Em várias dessas cidades, foram instaladas subestações. Essas são as primeiras cidades a receber a energia gerada pela Chesf.

À medida que as usinas iam entrando em funcionamento, havia a necessidade de novas contratações de pessoal para a instalação do sistema de transmissão e das subestações, ocasionando demanda de mão de obra qualificada. Isso demandou da

empresa formar esses profissionais nas suas escolas e no Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA) (SOUZA, A., 1955).

Para receber grande quantidade de material e equipamentos para as usinas, linhas de transmissão, subestações, foi necessário resolver problemas de infraestrutura nos portos de Salvador e Recife, onde chegavam e eram transportados para Forquilha. Redes ferroviárias, aeroportos e estradas foram reestruturados para atender à demanda da Chesf.

A base econômica inicial do sistema de Paulo Afonso é a faixa litorânea do Nordeste e do Leste do Brasil, onde se acham as capitais dos Estados da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia e cidades importantes desses Estados. É a área de maior desenvolvimento econômico e social e de maior densidade demográfica da região, portanto a que poderia justificar economicamente a inversão de capital exigida pelo empreendimento. Mas o objetivo final, o objetivo principal desse empreendimento deverá ser sempre o desenvolvimento do interior dessa região, que tem muitas condições para se tornar próspero, rico, capaz de reter nêle uma parte importante de sua população, que hoje se vê na contingência de emigrar para o Sul do país em busca de melhores condições de vida (SOUZA, A., 1955, p. 51).

Por trás dessa fala do presidente Antônio José Alves de Souza, existe uma concepção de desenvolvimento, o que explica de certa forma os investimentos em infraestrutura e no campo social realizado na sua gestão. O desenvolvimento econômico da região Nordeste e as transformações ocasionadas através da energia de Paulo Afonso foram fundamentais para o processo de modernização instaurado.

Paulo Afonso transformou-se em centro formador de mão de obra para o setor elétrico nacional. Entretanto, esse processo de modernização e urbanização, via institucionalização da escolarização, impactou e promoveu mudanças socioculturais em níveis local, regional e nacional, dadas as proporções que a demanda por formação de mão de obra foi tomando. A instituição escolar em Paulo Afonso também influenciou mudanças em outras dimensões. Assim, o acampamento da Chesf se configurou como campo social e instituiu um estilo de vida resultado da interação de seus agentes, usando expressão de Bourdieu (2011).

Com a conclusão do primeiro ciclo das quatro usinas do complexo Paulo Afonso, a Chesf construiu novas usinas no rio São Francisco. A demanda por energia elétrica e o aumento do preço do petróleo favoreceram o processo de expansão da empresa. Com a experiência do empreendimento de Paulo Afonso, a Chesf passou a atuar em outras regiões do Nordeste. Com a entrada em funcionamento de Paulo

Afonso IV, a primeira etapa foi vencida. Como empresa, a Chesf consolidou-se. O Sertão e o Nordeste passaram por transformações.

A maior geradora de energia hidroelétrica do Nordeste estendeu seu raio de ação e construiu novas usinas fora do eixo Paulo Afonso, além de incorporar outras, e diversificou a sua matriz de geração de energia; um caminho irreversível. A modernização foi sendo operada, mesmo que para isso tivesse que transferir comunidades tradicionais, alagar cidades, enfrentar resistências de comunidades atingidas. A modernidade não poupou povos ribeirinhos e comunidades tradicionais, tampouco os sertanejos atingidos pelas construções de barragens (SANTOS, 2012; MARQUES; ALMEIDA; MENEZES, 2018).

A usina seguinte a ser construída foi denominada Moxotó⁷³. Essa usina e seu reservatório fazem parte do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso. Para sua construção e do seu reservatório, a Chesf construiu uma nova cidade: Nova Glória. A antiga ficou submersa ao reservatório. O início das obras da usina se deu em 1971. Em 1974, as obras da barragem estavam concluídas, assim como a nova cidade. Em 1977, Moxotó entrou em funcionamento (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1998).

Na sequência das novas usinas construídas, está a de Itaparica⁷⁴. Sua obra, iniciada em 1979, não teve o mesmo ritmo das construções anteriores. Para a construção dessa usina, a Chesf teve que construir três novas cidades: Petrolândia, Itacuruba e Rodelas, tendo que reassentar 36 mil pessoas. Essa usina entrou em funcionamento em junho de 1988. Foi inaugurada oficialmente pelo presidente José Sarney em outubro do mesmo ano.

Concluída em 1978, a Usina de Sobradinho foi inaugurada pelo presidente Ernesto Geisel em maio de 1978. Para a construção dessa usina, também foi realizado o remanejamento de populações e cidades. Sobradinho tem um reservatório que se constituiu num dos maiores lagos artificiais do mundo. “Sua construção implicou o reassentamento de cerca de 70 mil pessoas e a reconstrução de quatro novas cidades – Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado – e diversos povoados da Bahia” (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1998, p. 66).

⁷³ A partir de 1983, essa usina passou a ser denominada Apolônio Sales em homenagem ao ex-presidente e responsável por sua criação. Apolônio Sales faleceu em outubro de 1982.

⁷⁴ Em 1989, essa usina passou a ser denominada Luiz Gonzaga em homenagem ao artista pernambucano que faleceu no mesmo ano.

A última usina a ser construída no rio São Francisco pela Chesf foi Xingó⁷⁵. Iniciada em 1987, teve suas obras paralisadas em 1989, retomadas em junho de 1991 e concluídas em 1994, quando foi inaugurada.

As obras das Usinas Moxotó (Apolônio Sales), Itaparica (Luiz Gonzaga), Sobradinho e Xingó⁷⁶ ocasionaram grande impacto ambiental e deslocamento de populações tradicionais. São inúmeros os trabalhos em que se analisam os impactos causados pela construção de usinas hidroelétricas pela Chesf.

A Chesf teve papel fundamental para superação do déficit de energia na região Nordeste. Quando constituídas, as concessionárias de eletricidade atendiam apenas às capitais e a alguns poucos centros urbanos e substancialmente dependentes de termelétricas, que funcionavam de forma precária. “No interior, as pequenas cidades dispunham, quando muito, de grupos geradores instalados por prefeituras ou particulares para iluminação em horários restritos. A maioria da população nordestina vivia às escuras” (CENTRO MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2018, p. 9).

2.4 O ACAMPAMENTO CHESF, A VILA POTY E A MODERNIDADE EXCLUDENTE

O acampamento da Chesf ou Cidade Chesf foi construído dentro de um planejamento urbano moderno. As casas eram dotadas de água, saneamento básico e energia elétrica. As condições de urbanização foram melhorando substancialmente no período das duas primeiras diretorias (1948–1974). Pelas condições de vida proporcionadas aos habitantes e funcionamento autônomo em relação ao município, passou a ser denominada de “Cidade Particular da Chesf” ou “Acampamento-cidade Chesf”.

⁷⁵ Com a entrada da Usina de Xingó em funcionamento, com capacidade de 3.162 MW, a Chesf passou a ser a maior empresa geradora de energia do Brasil. Com o esgotamento da capacidade de aproveitamento do rio São Francisco para construção de novas usinas, a empresa passou a desenvolver ações e programas de geração de energia, como energia eólica, assumindo participação em empreendimentos na Bahia, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Várias usinas foram incorporadas à Chesf, que passou a fazer parte do sistema Eletrobras, funcionando de forma interligada. Incorporou as Usinas Hidroelétricas de Curemas e Araras; Usina Hidroelétrica de Funil e Pedra; Usina Termelétrica Fortaleza/São Luís; Usina Termelétrica de Aratu; Usinas Termelétricas de Camaçari I; Usina Termelétrica de Camaçari II; Usina Termelétrica de Bongü; Usina Termelétrica de Imperatriz; Usina Termelétrica de São Luís II (CENTRO MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **CHESF**: 70 anos de história. Rio de Janeiro, 2018).

⁷⁶ Em todos os acampamentos construídos pela Chesf, também foram instaladas escolas: Itaparica, Sobradinho, Xingó. No entanto, nosso objetivo é analisar o projeto educacional escolar instituído em Forquilha/Paulo Afonso pelas razões anteriormente expostas.

O desenvolvimento levado ao Sertão do São Francisco pelas mãos do Estado foi uma necessidade política, econômica e social. Ocorreu no contexto de desenvolvimento da econômico nacional. O Brasil buscava desenvolver-se pelo caminho da industrialização e da modernidade. Se por um lado essa opção trouxe crescimento econômico, urbanização e instituiu uma modernidade capitalista no Sertão em função da construção das usinas hidroelétricas, também provocou disparidades socioeconômicas e culturais, agravadas com a conclusão desses empreendimentos.

A construção de usinas hidroelétricas provocou diversas consequências às populações ribeirinhas. Além de Paulo Afonso, os impactos sociais, culturais e ambientais nas regiões onde foram construídas usinas pela Chesf, como Itaparica, Sobradinho e Xingó, colocaram em questão esse tipo de empreendimento. A situação das populações atingidas com as construções de barragens ainda hoje traz reflexos para a vida dessas pessoas. E a própria condição do rio São Francisco é motivo de preocupação de diversos setores da sociedade nordestina e, principalmente, especialistas. Para muitos, a Chesf é responsável pelo estado em que se encontra o rio: represamento das águas, morte de várias espécies de peixe, entre outros fatores (MARQUES; ANDRADE; MENEZES, 2018).

José Theodomiro de Araújo (apud NETO, [entre 1996 e 1998], p. 148) escreveu, em tom de denúncia:

Está enfraquecido o Velho Chico, e agoniza jurado de morte que foi, pela ganância e inconsciência dos seus próprios filhos.
E quando ele morrer, no lugar onde hoje é a cachoeira de Casca D'Anta nós que o amamos, faremos fixar no paredão da serra, o epitáfio: "Por aqui passou um rio, que foi destruído por um povo que usou a Inteligência para praticar a burrice".

Os inúmeros problemas causados por esses empreendimentos, como a inundação da cidade de Glória para a construção da barragem Moxotó (Apolônio Sales), no início de 1971, tendo que remanejar a população para uma nova cidade, promoveram mudanças significativas para essa população. Para além das perdas materiais, a interferência direta no modo de vida da população e sua relação com o rio e toda uma cultura ribeirinha foram sendo alteradas. Os reassentamentos não atendiam de forma satisfatória às demandas familiares e as indenizações pagas eram insuficientes para garantir o recomeço e o sustento dos atingidos (SANTOS, 2012).

Glória foi um dos primeiros municípios atingidos e sofreu várias consequências ao longo das construções das usinas de Paulo Afonso, Moxotó (Apolônio Sales) e da barragem Delmiro Gouveia. Esse município enfrentou diversos problemas com a construção da Usina Paulo Afonso na década de 1950. Seu porto, que era importante centro local do comércio, bastante utilizado para a travessia do rio São Francisco, perdeu movimentação e acumulou prejuízos econômicos com a construção da ponte D. Pedro II, porque foi alterada a rota de chegada a Paulo Afonso. Em 1958, parte significativa do seu território foi desmembrado para a criação do Município de Paulo Afonso. A sede de Glória foi inundada para dar lugar à barragem da Usina Hidroelétrica do Moxotó (Apolônio Sales) (SANTOS, 2012).

Impactos de grandes proporções ambientais e sociais foram causados às populações de Petrolândia (PE), Sobradinho (BA), Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL) quando da construção das usinas de Itaparica (Luiz Gonzaga), Sobradinho e Xingó⁷⁷. Sobre os impactos socioambientais provocados pelas barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à população ribeirinha dos municípios de Glória e Paulo Afonso, Santos (2012, p. 102) diz que:

[...] a construção das barragens se deu pelo esforço de alguns, preocupados com a linearidade do progresso, com a visão voltada para o futuro, para além de Glória e Paulo Afonso e esqueceram que a mesma força que gera energia, também gera dor, marca almas profundamente com cortes difíceis de cicatrizar.

Retornando ao *locus* desta pesquisa (Forquilha), a infraestrutura montada pela companhia para os trabalhadores, técnicos e alto comando das obras no acampamento funcionou com todas as condições garantindo vida digna.

Segundo Francisco de Souza (2012, p. 134):

O acampamento da CHESF foi projetado sob a orientação do engenheiro Alves de Souza, presidente da empresa, para funcionar como uma cidade que oferecia aos seus habitantes uma qualidade de vida de padrão elevado. A preocupação de Alves de Souza com o bem estar dos trabalhadores foi de fundamental importância para que o acampamento da obra se destacasse como sendo um oásis edificado dentro de uma região inóspita. Por conta disso, esse engenheiro sempre foi considerado como um administrador que

⁷⁷ Um trabalho que analisa os impactos socioambientais para as comunidades atingidas pela construção de usinas hidroelétricas e o contexto de utilização de energia limpa é: MARQUES, Juracy; ANDRADE, Alfredo W. B. de; MENEZES, Luciano (Org.). **Barrando as barragens: O início do fim das hidroelétricas**. 2. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018.

era capaz de obter grandes índices de produtividade na mão de obra da CHESF dentro de um clima de satisfação coletiva nos ambientes de trabalho.

Quando projetado o acampamento, levou-se em consideração que, mesmo com o fim das obras de engenharia quando seriam dispensados um contingente de trabalhadores, parte do pessoal permaneceria residindo, haja vista que seriam necessários trabalhadores para manutenção das hidroelétricas.

Com a expansão do consumo de energia no Nordeste, foi necessário ampliar a sua geração. Paulatinamente, foram sendo construídas novas usinas, Paulo Afonso II, III, IV e Moxotó (Apolônio Sales), formando o complexo de usinas hidrelétricas. Para atender à demanda das obras, foram contratados mais trabalhadores, aumentando a população no acampamento e entorno; foi necessário ampliar o acampamento. A Vila Poty também cresceu em ritmo acelerado.

Nas proximidades do bairro General Dutra, onde residiam os engenheiros e técnicos, foi criado o bairro Oliveira Brito para receber os novos engenheiros e técnicos contratados. E um conjunto de novas casas foi construído na Vila Operária para o pessoal de nível médio, e uma vila denominada de Moxotó Bahia foi edificada nas proximidades de onde foi instalado o canteiro de obras da Usina Apolônio Sales. Essa Vila foi destinada aos técnicos que trabalhavam nas obras dessa usina. E com o início da construção da Usina Paulo Afonso IV, também foi edificada a Vila Nobre, para os trabalhadores de nível médio. Procurava-se acomodar os trabalhadores nas proximidades nas usinas.

A Chesf terceirizou parte das obras das usinas Apolônio Sales e Paulo Afonso IV, entregando a empreiteiras alguns serviços. Com isso, passou a ceder residências no acampamento para os funcionários dessas terceirizadas, sendo priorizados os que exerciam cargos de chefia. Em certo período, o número de trabalhadores nas obras da Chesf em Paulo Afonso era maior que o número de residências e alojamentos disponíveis. Como nem todos conseguiram residência, passavam a morar nas proximidades, geralmente na Vila Poty.

No que se refere à educação, a construção de escolas e oferta de diversas modalidades educacionais transformaram as unidades escolares num complexo educacional e o ensino das escolas da Chesf tornaram-se referência não apenas no Sertão, mais na região Nordeste. Como o objetivo deste trabalho é analisar exatamente esse projeto educacional instituído pela Chesf, aprofundaremos o

processo de criação dessas escolas e o projeto educacional que foi instituído no acampamento nas próximas seções.

A Chesf introduziu a modernização no Sertão baiano, proporcionou ao moradores do acampamento um estilo de vida urbano, as escolas institucionalizaram um novo estilo de vida para essa população. Essa modernidade, porém, foi restrita, excludente.

Enquanto a população da Cidade Chesf prosperava e se desenvolvia nos moldes de uma vida moderna, incorporando uma dinâmica social implantada pelos que nela residiam, na Vila Poty, cujas primeiras casas ficavam afastadas alguns metros da cerca/muro por determinação da Chesf, que não permitia que se construísse nada nas proximidades, enfrentava enormes dificuldades pela falta de estrutura das ruas e residências.

Na Vila Poty as casas da rua “da frente” foram sendo construídas em obediência a um afastamento superior a 80 metros da cerca de arame farpado que isolava o acampamento do restante do município. Esse limite foi estabelecido pela diretoria da CHESF para evitar que as habitações particulares da Vila Poty fossem erguidas nas proximidades dos domínios dessa empresa. Graças a essa providência, a “rua da frente” se tornou tão larga que foi transformada na Avenida Getúlio Vargas (SOUZA, F., 2012, p. 140).

Quando criado o Município de Paulo Afonso, o seu território era integrado pelo Acampamento Chesf, Vila Poty e a zona rural, formada por diversos povoamentos⁷⁸. Mesmo assim, a Chesf tratava a área habitada por seus funcionários como “Cidade Independente”. Conforme foi possível analisar nos vários relatórios anuais de diretoria, a empresa dirigia-se à Vila Poty como Paulo Afonso, como se o acampamento não pertencesse ao Município.

Além disso, a economia do Município de Paulo Afonso era quase exclusivamente dependente da Chesf. O fato de ser uma empresa federal, levou a diretoria a adotar uma postura de total independência administrativa em relação ao poder público municipal. No caso do Estado, percebe-se que a relação era de relativa parceria com a companhia, embora ele tivesse pouca presença na região, através de serviços públicos.

⁷⁸ Na gestão do prefeito José Rodrigues de Figueiredo Barbosa, foram criados os povoados Juá, Malhada Grande, Riacho, Várzea e São José, através de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal.

A Vila Poty crescia de forma desordenada, sem saneamento básico, sem asfalto, e até a década de 1960 as casas eram iluminadas por lamparinas abastecidas por querosene, enquanto a iluminação do acampamento era de energia elétrica.

As pessoas iam chegando nos paus de arara, às centenas, todos os dias porque o anúncio da chegada da Chesf na região e a abertura de empregos para a construção da barragem e a usina causou reboiço no Nordeste. Milhares de nordestinos começaram a buscar esse destino como solução para os seus problemas e sofrimento com a estiagem.

No lugar não havia nenhuma infraestrutura. Os barracos foram sendo montados sem qualquer planejamento e o povoado ficou sendo um monte de casebres toscos, casas de taipa, como se fossem tendas de ciganos prontas para serem desarmadas a qualquer momento para a próxima partida, mas sempre crescendo, a cada dia, com gente chegando de todos os lugares e com as mais diferentes e desconhecidas índoles (SILVA, A., 2014, p. 43).

Para evitar o acesso livre ao interior do acampamento dos que chegavam à Vila Poty, a Chesf substituiu a cerca por um muro de pedras e instalou três guaritas de acesso com vigilância permanente. Uma primeira guarita, onde tinha uma placa de identificação, funcionava como acesso principal, uma guarita na Rua D e outra nas proximidades da Escola Murilo Braga. A cerca/muro demarcava a área da Chesf onde residiam seus trabalhadores e estava instalado o canteiro de obras. Tal iniciativa provocou a reação dos que residiam na Vila Poty. A diretoria da companhia criou uma série de dificuldades para o acesso de terceiros ao acampamento, embora lá estivessem funcionando o Banco da Bahia, os Correios, o mercado, a feira livre e a Igreja de São Francisco, frequentados por moradores da região, além das demais estruturas construídas pela empresa, como os clubes e as escolas.

Foi instituído um rígido controle de acesso de entrada e saída na área murada pela empresa. Para terem acesso, as pessoas eram revistadas e em determinado período foram fixadas fotografias de pessoas que foram proibidas pela diretoria da companhia de entrar no acampamento (SILVA, A., 2014, p. 45).

Essa prática de isolamento espacial foi bastante utilizada por industriais brasileiros nos séculos XIX e XX. No lado alagoano da cachoeira de Paulo Afonso, o industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia isolou com uma cerca a área onde construiu o Núcleo Fabril da Pedra com casas, uma fábrica de linha, cinema e escolas. No perímetro de dentro do cercado, além dele próprio, um grupo de vigias controlava o acesso de estranhos e dos próprios moradores.

Assim como aconteceu nas proximidades do Acampamento Chesf, que cresceu e se transformou na Vila Poty, na Vila da Pedra, pertencente ao Município de Água Branca, Estado de Alagoas, a população que chegava em busca de trabalho foi se instalando nos arredores da cerca de arame. Fora do arame, surgiram as ruas do Progresso, ABC e a comunidade da Pedra Velha. A população distinguia os lugares como “dentro do cercado” e “fora do cercado”. O crescimento populacional do núcleo fabril e entorno levou a localidade a se emancipar do Município de Água Branca, recebendo o nome de Delmiro Gouveia em 1954, em homenagem ao seu fundador⁷⁹.

Para Edvaldo Nascimento (2018, p. 186):

Para controlar os moradores da Pedra com resultados imediatos, já que a necessidade de tocar a usina elétrica e a fábrica se fizeram com relativa urgência, Delmiro estabeleceu medidas “educativas” e “disciplinares” que podiam ser de multas, castigos físicos e repreensões severas até punições mais rigorosas como expulsão do núcleo, obrigando, assim, os operários a realizarem suas funções com zelo e atenção. Para estimular os moradores no cumprimento das suas ordens, também oferecia incentivos, utilizando, num certo sentido, a mesma empregada nas crianças. Tais medidas eram fiscalizadas por um corpo de vigias instituídos por Delmiro para acompanhar o cumprimento de suas ordens. Em muitos casos, exerciam os vigias, com a anuência do Governo do Estado, papel de polícia.

Delmiro Gouveia foi pioneiro no aproveitamento das forças da água da cachoeira de Paulo Afonso, construindo a Usina Hidroelétrica de Angiquinho⁸⁰. Seu projeto inicial era levar energia elétrica para o Recife. Não obtendo o apoio necessário do governador do Estado de Pernambuco, general Dantas Barreto, resolveu empreender uma fábrica de linhas no Sertão. O núcleo fabril por ele fundado recebeu energia elétrica primeiro que a capital pernambucana. Delmiro Gouveia é, para alguns historiadores e biógrafos, o precursor da Chesf⁸¹.

Três décadas antes dessa companhia se instalar em Forquilha, Delmiro Gouveia, ao implantar uma experiência de desenvolvimento industrial no Sertão

⁷⁹ O projeto de Lei nº 1.623, de 16 de junho de 1952, desmembrou-o do Município de Água Branca, sendo instalado em 14 de Fevereiro de 1954.

⁸⁰ Essa usina foi adquirida pela Chesf da Companhia Agro Fabril Mercantil, proprietária da Fábrica da Pedra, em 1927. Em março de 1960, foi desativada pela Chesf. A área do complexo de Angiquinho na margem alagoano do rio São Francisco foi tombada como patrimônio histórico cultural pelo Estado de Alagoas.

⁸¹ Entre os biógrafos de Delmiro Gouveia que creditam a Delmiro Augusto da Cruz Gouveia ser o precursor da Chesf em razão de ter sido o primeiro a utilizar as forças das águas da cachoeira de Paulo Afonso para geração de energia elétrica estão Tadeu Rocha, na obra **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2. ed, Maceió: 1963. E Francisco Magalhães Martins, no livro **Delmiro Gouveia: Pioneiro Nacionalista**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.

alagoano, nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso, também desenvolveu um processo de transformação social “por meio de novos hábitos de vida e de trabalho e pela frequência a escolas” (NASCIMENTO, E., 2018, p. 154).

O Núcleo Fabril da Pedra⁸², assim como Forquilha, foi implantado no mesmo ambiente do Sertão. O núcleo foi iniciativa privada de um capitão de indústria, enquanto a Chesf foi uma ação do Estado brasileiro.

Quando os primeiros diretores, engenheiros e técnicos da Chesf foram para Forquilha, em 1948, essa localidade não oferecia nenhuma infraestrutura, sendo a Vila da Pedra o local escolhido inicialmente para hospedagens e pousos de aviões. Muitos dos trabalhadores que foram trabalhar nas obras da Chesf eram oriundos dessa vila.

Quanto ao acampamento, sua estrutura interna mantinha uma estratificação social, separando as residências por tamanho e estilos de acordo com o nível do empregado. Na Vila Operária, os tipos das casas eram simples ou geminadas, classificadas como tipo “O”. Nessa área, residiam os operários menos categorizados. E as ruas eram identificadas pelas letras do alfabeto: A, B, C etc. Na Vila Alves de Souza, residia o pessoal de nível técnico (OLIVEIRA, M., 2017).

Para os encarregados, mestres de obras, engenheiros, diretores da hidroelétrica, foram construídas casas soltas, espaçosas, varandas, colunas de pedras. O bairro General Dutra era destinado à moradia desses. Nesse bairro, também foi construída a Casa da Diretoria, destinada a receber autoridades, como presidentes da República, e hospedar diretores que não mantinham residência fixa no acampamento (OLIVEIRA, M., 2017).

O Clube Paulo Afonso (CPA)⁸³ era exclusivo para os funcionários de nível técnico e superior, com quadra de esportes, de tênis, piscinas e sauna, além de cinema. Um refeitório, o Ginásio Paulo Afonso/Colégio Paulo Afonso e o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso também foram construídos nesse bairro.

⁸² A Vila da Pedra, lugarejo onde Delmiro Gouveia constituiu um núcleo fabril, estava localizada nas proximidades da estação de trem da Pedra, uma das estações da Linha de Trem Piranhas-Jatobá. Pertencia ao município de Água Branca - AL, embora ficasse afastado da sede desse município. A localização do núcleo fabril, afastado da sede, proporcionou condições ideais para Delmiro Gouveia exercer um forte controle social sobre seus moradores.

⁸³ Foi instituída a categoria de sócios especiais para pessoas que exercessem função de destaque no município para que, mesmo residindo na Vila Poty, tivessem acesso a esse clube: juizes, delegados, gerentes de bancos etc.

Na Vila Operária, foi construído o Clube Operário (Copa), com quadra de esportes, salão de festas, cinema, campo de futebol e refeitório. As escolas Adozindo Magalhães de Oliveira, Alves de Souza, Murilo Braga e Parque foram edificadas nessa vila. A Casa de Hóspede, construída ainda na época da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura para hospedar os técnicos responsáveis pela construção inicial da Usina Piloto, está localizada também na Vila Operária.

Segundo Antônio Galdino da Silva (2014, p. 45), mesmo com essa estratificação social no interior do acampamento, as condições de vida eram melhores que para os residentes na Vila Poty:

Planejada, intensamente arborizada e iluminada, a área da Chesf oferecia condições de urbanismo, com casas de alvenaria, rede de esgoto, água encanada, serviço de limpeza pública, belas praças e jardins, tudo mantido pela própria Chesf, o que contrastava violentamente com a simplicidade e a desorganização urbanística da povoação que crescia ao seu lado, sem água, sem luz elétrica, sem qualquer urbanização, a Vila Poty, assim chamada porque grande número de suas casas, eram forradas e cobertas por sacos de cimento desta marca, usado em grande quantidade na obra da construção da barragem Delmiro Gouveia e na primeira usina.

Os constantes problemas e as dificuldades de acesso dos moradores da Vila Poty ao acampamento ocasionaram a transferência da feira livre, em 1960, para a Avenida Getúlio Vargas. Da mesma forma, o Banco da Bahia e os Correios foram transferidos para fora do acampamento.

Como a precariedade na Vila Poty era grande e a falta de estrutura de saneamento básico e as condições de vida provocavam muitas doenças na população, o presidente da empresa, Antônio José Alves de Souza, abriu o atendimento do hospital para todos. O Hospital Nair Alves de Souza⁸⁴ dentro de pouco tempo se transformou em referência de atendimento médico-hospitalar para os moradores dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, num raio de 200 quilômetros. O atendimento da população da área de influência da cachoeira de Paulo Afonso foi a principal ação da empresa na área de saúde.

⁸⁴ O Hospital Nair Alves de Souza ainda continua atendendo a população da região de Paulo Afonso. Quando da finalização desta tese, a Chesf estava em entendimento com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, o Governo do Estado da Bahia e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com o intuito de transferi-lo definitivamente para a administração dessa última instituição do Governo Federal para que ele se torne um hospital universitário, haja vista ter sido implantado o curso de Medicina na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) na cidade de Paulo Afonso.

Quando a Chesf concluía Paulo Afonso II, a demanda por energia no Nordeste já exigia a construção de Paulo Afonso III⁸⁵, que estava sendo projetada aproveitando o reservatório que servia às duas usinas já instaladas. No entanto, a capacidade desse reservatório não era suficiente para operar mais uma hidroelétrica. A solução foi construir um canal no entorno da Vila Poty. Essa alternativa encontrada pela equipe de engenheiros da Chesf permitiu não só a viabilidade da Usina Paulo Afonso III, como possibilitou a construção da Usina Paulo Afonso IV. A partir da construção desse canal, a cidade formada pelo Acampamento Chesf e Vila Poty se transformou numa ilha artificial, e a cidade passou a crescer fora da área central (SOUZA, F., 2017).

A expansão da cidade ocorreu a partir da construção desse canal, fora da ilha, onde surgiu o bairro Mulungu, nas proximidades da vila do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O processo de urbanização ocorreu de forma acelerada fora do perímetro da ilha. Diversos bairros surgiram e a cidade teve dois grandes núcleos urbanos: os bairros localizados na ilha e outros fora da ilha.

Quando a Usina Paulo Afonso IV estava em fase final de construção, o acesso principal para a cidade passou a ser pela ponte construída sobre o canal construído para alimentar o reservatório de água dessa hidroelétrica. Esse canal trouxe uma limitação para a expansão da Vila Poty porque as áreas do seu entorno foram utilizadas para a sua construção. Por essa razão, o crescimento da cidade se deu substancialmente fora do perímetro da ilha. E na medida que novos trabalhadores das empresas terceirizadas foram chegando novos bairros surgiram. Esse crescimento impulsionou o comércio da Vila Poty, e Paulo Afonso foi se transformando em centro comercial regional com mercado, feira livre e diversas casas de comércio fora da ilha.

A chegada de trabalhadores em razão das usinas Apolônio Sales e Paulo Afonso IV deu uma nova dinâmica ao comércio da cidade, que passou por um processo de ampliação para atender às novas demandas advindas dos novos

⁸⁵ Segundo o engenheiro Francisco de Souza (2012, p. 154), o reservatório projetado para ter função múltipla de abastecer as Usinas de Paulo Afonso I, II e III, e a Usina Moxotó (Apolônio Sales), construído com vertedouro com capacidade para extravasar 26.000 metros cúbicos por segundo em caso de cheia foi questionada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agência financiadora da obra. Segundo esse banco, de posse de estudos hidrológico, indicavam vazão de 33.000 metros cúbicos por segundo. Ou seja, era temerário construir a P.A. IV com os cálculos iniciais. Tornava-se necessário então encontrar uma saída, que foi apresentada pelo engenheiro José Mário Ramagem, integrante da equipe do diretor Amaury Menezes. Além de encontrar a solução para os 7.000 metros cúbicos de água excedentes, a construção do canal por ele proposto possibilitou que Paulo Afonso IV fosse construída com desnível de 115 metros de queda d'água do cânion do São Francisco e capacidade de funcionar com potencial de 2.440 MW.

moradores. Paulatinamente, os bairros fora da ilha também se transformaram em centros comerciais atendendo os moradores do entorno.

Por outro lado, a economia do município se ancorou principalmente com as receitas resultantes da Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), gerados a favor do município em razão do complexo de usinas hidroelétricas em Paulo Afonso.

O poder público municipal realizou, a partir de então, maiores investimentos na infraestrutura do município. O comércio e o turismo se expandiram. Paulo Afonso, em razão do rápido desenvolvimento, assumiu função de cidade-polo no comércio e serviços no Sertão do São Francisco. Não obstante os grandes investimentos realizados pela Chesf na infraestrutura do município e os recursos provenientes da CFURH, Paulo Afonso apresenta diversos problemas e tem uma periferia cuja população vive em situação de pobreza.

Com a inclusão do setor elétrico no Plano Nacional de Desestatização (PND) nos anos de 1990, a Chesf foi reduzindo seus investimentos na infraestrutura do acampamento. Em 29 de janeiro de 2001, foi celebrado convênio entre Chesf e a prefeitura, passando então o Município de Paulo Afonso a responder pela manutenção do acampamento. Diversas ações empreendidas pela Chesf nas áreas sociais deixaram de receber investimentos.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

[...] E em cada canto ergue-se uma Escola,
Sertanejo nenhum sem saber ler;
A trabalhar, sem pedir esmola,
A produzir para se engrandecer;

O meu sertão, assim, tendo no seio
Ardente, a forja da brasilidade,
Será da Pátria um novo e forte esteio,
- “Rocha viva da nacionalidade”

Sim. Será, na pujança da coragem,
- Guarda da Fé, no Templo da Nação -,
A sentinela indômita e selvagem,
Velando a Pátria no Setentrião.

E aqui teremos o Brasil – guerreiro,
- Brasil-cerne, de têmpera viril,
Brasil-sangue, Brasil bem brasileiro,
Brasil-sertão, orgulho do Brasil!

(ALBUQUERQUE, 2016, p. 62)

Nesta seção, analiso a educação escolar no período pós-1930, tendo em vista que, no contexto nacional-desenvolvimentista, a educação passou a ser alçada à condição de redentora da sociedade brasileira. Nesse período, foi divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação e tivemos aprovada nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Foi o contexto em que se deu a criação e a institucionalização de escolas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso) e a escolarização foi sendo incorporada na vida de populações sertanejas. Ao apropriar-se da cultura escrita, também foi incorporando um novo modo de vida, desencadeando uma dinâmica sociocultural, tanto no indivíduo como na sociedade ali instalada e adjacências. Através das fontes escritas levantadas: grades curriculares, mapas das escolas, ficha das professoras, programa dos cursos etc., analisamos o percurso da institucionalização escolar nessa comunidade.

Levantamos como o processo de escolarização foi sendo processado no acampamento da Chesf em paralelo à construção das usinas hidroelétricas. A escolarização desenvolveu-se em paralelo ao contexto de construção das usinas. Foi tomando especificidades da modernização, através de ritos escolares, novos *habitus*

e modo de vida que agora incorporam leitura, escrita, formação profissional, instituidoras da modernização do conhecimento educacional escolar. Da aquisição de novos valores, costumes, *habitus* através da escola. De práticas sociais e culturais institucionalizadas dentro e fora da escola, modificadoras de modo de vida.

3.1 ESCOLA E A REPÚBLICA

No imaginário de setores republicanos, a escola apresentava-se como instauradora da nova sociedade. Instrumento para o progresso. O acesso à escola era para poucos nos fins do século XIX e primeiras décadas do XX. A política republicana passou a ser acusada de relegar ao abandono “milhões de analfabetos de letras e de ofícios”; as massas populares, excluídas, portanto, da ordem republicana, inviabilizavam e impediam o progresso da nação (CARVALHO, M., 1989, p. 7).

Diversos movimentos organizados por intelectuais e educadores voltados a pensar os problemas nacionais reafirmaram a escola como arma da qual dependia a superação dos entraves que impediam o progresso do país.

Conforme Marta de Carvalho (1989, p. 9):

Este entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo que contamina a produção intelectual do período. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir uma nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promove-los.

Esse grupo compreende a educação com função homogeneizadora. Assim, para eles, o objetivo central da educação era:

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação nacional, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, M., 1989, p. 10).

Entre os dois grupos republicanos que disputavam a direção do novo regime – agraristas e industrialistas –, os primeiros defendiam uma política educacional capaz de frear a migração das populações do interior para os centros urbanos promovendo

uma política de permanência no campo através da escola. As críticas desse grupo à política republicana nas questões da educação se voltavam para a ausência de ações sobre ensino profissional, de planos de educação para os negros emancipados, pois, com a abolição da escravidão, fazia-se necessário um programa de combate ao analfabetismo.

Por outro lado, os industriais propunham dinamizar a economia de bases industriais. Para tanto, a educação deveria adotar medidas que incorporassem a população ao sistema produtivo.

A escola herdada do Império e, de certa forma, que prevalecia na Primeira República, de casas sem energia, cadeiras escolares, livros, escolas sem disciplina, deveria ser substituída por uma educação capaz de satisfazer as funções sociais, exigidas pelo novo regime. Assim, os edifícios adequados, mobiliário, material didático, tudo de acordo com a escola aos preceitos da pedagogia moderna.

Entre os princípios de uma educação pensada por intelectuais e educadores na fase primeira da República, estava o fato de modificar o método de ensino. Não bastava ensinar, era preciso saber ensinar. Premissa para os professores colocarem em prática o novo método para formar o pedagogo moderno. Era a proposta da Escola Moderna defendida por Caetano de Campos em São Paulo, tendo como base os processos intuitivos em voga na Alemanha, Suíça e Estados Unidos (CARVALHO, M., 1989).

Dois momentos distintos predominaram na Primeira República, promovendo uma mudança de concepção das questões educacionais: o entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico.

Para Marta de Carvalho (1989, p. 47),

O entusiasmo pela educação caracterizava-se pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O otimismo pedagógico manteria, do *entusiasmo*, a crença no poder da educação, não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da nova pedagogia na formação do homem novo. Na passagem do entusiasmo para o otimismo se teria produzido no movimento uma crescente dissociação entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos.

O debate em torno dos problemas educacionais no Brasil não eram restritos aos educadores. Nos órgãos de educação, eram predominantes as presenças de “médicos, advogados e sobretudo engenheiros, professores da Escola Politécnica do

Rio de Janeiro, cujos interesses e campo de trabalho abrangiam questões de siderurgia, urbanismo, economia política, finanças, política, astronomia, física etc.” (CARVALHO, M., 1989, p. 50).

Os engenheiros assumiram papel relevante e se autorrepresentavam defensores do bem moral e material dos seus auxiliares e cuidadosos da finalidade dos empreendimentos entregues à sua direção. “Representando seu papel como o de ‘conduzir homens’, os engenheiros deveriam ser ‘os bons irmãos’ dos jovens operários e, por isso, velar não só pela higiene do corpo, suas vestes, seus costumes, como pelas funções morais” (CARVALHO, M., 1989, p. 61).

A sociedade brasileira, a partir dos anos de 1930, viveu a passagem do sistema agrário-comercial, marcado pela estrutura social estamental, para o urbano-industrial, que se estrutura numa sociedade de classes, iniciando uma nova fase do capitalismo no Brasil. Essa mudança, consequência das transformações econômicas, políticas e sociais, também processou alterações no quadro cultural do país. Esse cenário abriu caminhos e criou um clima intelectual de um processo civilizatório, seja pelas novas ideias no campo educacional, seja pelo papel da escola.

É a crença da possibilidade de reformar a sociedade brasileira através da reforma do homem. Daí, para Nagle (1976), a principal crença do movimento do entusiasmo pela educação estava na multiplicação do número de escolas e consequente disseminação da educação escolar. Acreditava-se ser o caminho possível para incluir grande parte da população no progresso nacional. Para os otimistas pedagógicos (escolanovistas), são as determinadas formulações doutrinárias a respeito da escolarização o caminho da formação do novo homem brasileiro.

Os defensores dessas ideias, de certa forma, foram inspirados pelos ideários da Revolução Francesa e pelo debate que atribuía uma função social da escola e reivindicavam dessa instituição a instituição desse homem novo. Carlota Boto (1996, p. 16), ao analisar o debate no período da Revolução Francesa, diz que:

A modernidade elegia a cidadania como referência e álibi para sustentação de uma sociedade que não equacionava as distâncias e desigualdades sociais. A cidadania, no entanto, exigia emancipação pelas luzes, pela erradicação do suposto obscurantismo. Reivindicar uma escola única, laica, gratuita, universalizada para todas as crianças de ambos os sexos, significava conferir ao prospecto de regeneração e de emancipação inscrito naquele período que presenciava o acelerar da história. Na percepção dos contemporâneos, dar substrato teórico à liberdade e suporte ideológico ao

artefato da nação supunha, pois, conferir igualdade de oportunidades para que todos pudessem desenvolver os talentos que a natureza repartira. Por tal utopia revolucionária, creditou-se à instrução o ofício de palmilhar a arquitetura da nova sociedade. A escola – como instituição do estado – deveria gerir e proteger a República.

Percebe-se que os entusiastas da escola no Brasil são tributários do pensamento dos revolucionários franceses. De certa forma, os dois movimentos são defensores da escolarização como construtora da nova sociedade moderna. Esse espírito proporcionou as discursões e frequentes reformas da escolarização. Segundo Nagle (1976, p. 115), buscava-se “modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis”, e segue o mesmo autor,

A implantação de novos pré-requisitos do capitalismo no Brasil – principalmente os sinais do desenvolvimento urbano-industrial – estimulou, por antecipação, o aparecimento de um clima social, cuja nota característica consistia num desejo de prosperidade nacional. No campo da escolarização, isso se traduziu sob forma de preocupação com o ensino técnico-profissional, capaz de formar a mão-de-obra nacional e fazer, da civilização brasileira, uma civilização eminentemente “prática”, como “práticas” eram as mais modernas e avançadas civilizações do mundo contemporâneo. Além disso, a frustração experimentada pela incipiente mão-de-obra nacional – por causa da competição da mão-de-obra estrangeira, vinda ao Brasil com a intensificação do processo migratório – aumentava, por força dos ideais nacionalistas, a importância desse tipo de escolarização. Estabelece-se a relação entre a capacidade produtiva e cultura técnica, e esta passa a ser o novo núcleo das preocupações educacionais, pois constitui o instrumento que aciona a riqueza de uma Nação. Não se consegue aceitar, passivamente, que exista no Brasil grande quantidade de recursos naturais, e de noveis elevados de inteligência e operosidade, enquanto no domínio econômico, a situação é humilhante, quando comparada ao processo de outras nações. Muitos fatores – afirmou-se explicam esse estado de coisas ou, melhor, a ausência de muitas condições justifica o atraso. Entre elas, “cumprir pôr na primeira linha as que se referem à aparelhagem de que o homem precisa estar armado para poder utilizar os recursos que a natureza lhe oferece e as que se ligam diretamente às qualidades sociais que o indivíduo tem de apresentar para que fique em situação de atuar com eficiência, e em harmonia com os reclamos da civilização contemporânea (NAGLE, 1976, p. 115).

Nas décadas finais da República Velha, as ideias da Escola Nova nortearam as propostas de transformações no campo educacional e chegaram às instituições escolares. Embora, para Nagle (1976), desde o fim do período imperial até a segunda década do século XX, seja possível identificar a penetração das ideias escolanovistas no Brasil.

De 1889 a 1900, foram criadas as primeiras escolas novas. Mas foi no período de 1900 a 1907 que se deu a formulação dos ideários escolanovistas através das

diversas correntes teórico-práticas, influenciadas principalmente por John Dewey. O período de 1907 a 1918 foi, segundo Nagle (1976), de maturidade das realizações. A partir de 1918, as ideias escolanovistas foram difundidas e se consolidaram.

Para esse pesquisador, “O que se fez no Brasil, até 1920, foi simples preparação de terreno. A verdade é que não havia condições sociais e pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento da nova forma de entender a escolarização” (NAGLE, 1976, p. 240). Nesse período, foram se propagando os procedimentos, ideias ou princípios, criando um ambiente que consolidou esse ideário de forma ampla nas décadas seguintes. As diversas experiências educacionais fundamentadas nessa perspectiva ainda são muito incipientes no contexto nacional. Prevalece ainda,

[...] a questão da formação cívica e moral, com base para o soerguimento de amplos quadros da nacionalidade – ideal de formação que se prende ao ambiente de pessimismo que dominou o País pouco depois da proclamação da República, que de resto, significou o desgaste da ilusão da República-Educadora. É nesse quadro que se justificam os esforços e as produções de natureza cívico-pedagógicas de correntes nacionalistas, bem como as energias empregadas para proceder à desanalfabetização da maioria do povo brasileiro, que se transforma no problema crucial da Nação. De qualquer maneira, se privilegia a dimensão cívico-nacionalista da escolarização. As tendências remodeladoras – escolanovistas – introduzem-se, quando muito como elementos secundários ou auxiliares desse núcleo básico. Pode-se dizer, finalmente, que até a década de 1920 existia um sólido padrão de pensamento e de realização educacional que se esgota no ideário cívico-patriótico da educação popular, questão de natureza mais política que pedagógica (NAGLE, 1976, p. 240).

A partir de 1930, propagou-se e se difundiu uma série de experiências, de forma mais sistemática, das ideias escolanovistas, resultado das mudanças de ordem política, econômica e social de caráter liberal que foram sendo implementadas no Brasil.

3.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-1930

A crise econômica desencadeada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, atingiu o Brasil e criou as condições para o período instituído a partir de 1930. O primeiro ciclo de governos do presidente Vargas foi denominado por alguns

historiadores como “A Era Vargas”, o que compreende os anos de 1930 a 1945⁸⁶. No campo político, foi elaborada uma nova constituição em 1934. Getúlio chegou ao poder em 1930 através de um golpe e foi eleito presidente da República para o período 1934-1938. Com apoio militar, em 1937, fechou o Congresso Nacional e instituiu o Estado Novo. Foi afastado do poder em 1945⁸⁷, voltando em 1951, quando foi eleito novamente presidente da República.

No campo educacional, o período denominado por alguns historiadores de Segunda República (1930 a 1937) foi marcado pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior, essa em 1931, e de projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil. Um conjunto de medidas e decretos⁸⁸ foi instituído nesse período.

O ensino secundário, nos termos do Decreto nº 19.851, foi “[...] organizado em dois segmentos. O primeiro deles, com a duração de cinco anos, corresponde ao ensino ginasial, ao qual se segue o curso complementar com a duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. [...]” (PALMA FARIA, 2005).

Acrescente-se, ainda, o fato de que o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia formar. Esse descompasso entre a política e o desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e a reforma educacional proposta pelo Ministro da Educação encontraram explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram derrota apenas parcial com a Revolução de 1930 e ainda tinham muita força no interior do governo, principalmente no Ministério da Educação (PALMA FILHO, 2005).

⁸⁶ Entre as obras que analisam o período de Getúlio Vargas, sugerimos a leitura de: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org.). **A Era Vargas, desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁸⁷ Getúlio Vargas, depois de sofrer um golpe militar em 1945, disputou as eleições para presidente em outubro de 1950. Derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes e o político Cristiano Machado. Reassumiu a Presidência da República em 1951.

⁸⁸ Os decretos publicados desse período foram os seguintes: Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que modificou o ensino secundário e superior; Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador e deu outras providências; Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1931, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário (PALMA FILHO, 2005).

Esse autor afirma que esses setores não tinham interesse na construção de um sistema de educação nacional pública. De forma que essa reforma nada propôs em relação ao ensino primário e à educação popular (PALMA FILHO, 2005).

Se por um lado, na Primeira República, predominou na economia do país, o setor agrário, modelo econômico que exigia pouca demanda educacional, a partir de 1930, com o processo de urbanização e de industrialização, a educação passou a ser uma condição para a consolidação do novo projeto nacional. Daí a razão das reformas educacionais voltadas para atender às novas necessidades do país.

As mudanças que ocorrem no ensino secundário estabeleceram o currículo seriado, frequência obrigatória, dois ciclos, sendo um fundamental de cinco anos de duração e um complementar, com dois anos de duração. Para ingressar no ensino superior, era exigida a habilitação nos dois ciclos. Nessa reforma, foi criada a inspeção federal e todas as instituições de ensino secundário oficiais foram equiparadas ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Os colégios secundários particulares passaram a ter os mesmos direitos, mas foi mantida sua subordinação à inspeção federal⁸⁹. Para Palma Filho (2005), o caráter elitista da reforma se deu tanto pelo conteúdo curricular enciclopédico como pelo sistema de avaliação dos estudos.

Segundo a pesquisadora Romanelli (1997), desde o século XIX que os países desenvolvidos implantaram uma escola pública, gratuita e universal. Nesse sentido, o Estado naquele século passou a agir como Estado educador. Ocorreu uma substancial ampliação da escolarização. Esse fato deve-se às transformações introduzidas pelo desenvolvimento urbano, que concentrava grandes contingentes populacionais em grandes centros. Ainda de acordo com ela, a educação sofreu transformações, principalmente porque:

As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta.

[...]

Onde, pois, se desenvolverem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 1997, p. 59).

⁸⁹ Foi criada a carreira do inspetor do ensino.

A efervescência política em razão de disputa entre grupos políticos e econômicos, agraristas e industriais foi intensificada na década de 1930. A briga pelo comando do Estado e modelo de desenvolvimento a ser adotado no país influenciaram profundamente o projeto educacional que se instituiu a partir de 1930.

Intelectuais liberais, socialistas, comunistas agrupam-se em alguns movimentos, sendo o de maior influência denominado Escola Nova. Esses enfrentavam os católicos e conservadores, plurais nos aspectos ideológicos, mas que se uniam para impedir a renovação educacional. Entre as principais divergências de posição desses grupos⁹⁰, segundo Palma Filho (2005, p. 5), estava a “obrigatoriedade para todos do ensino elementar, gratuidade desse mesmo ensino, currículo laico e coeducação dos sexos”.

No Brasil, uma das instituições que mais se mobilizaram contra o movimento da Escola Nova e as mudanças por eles propostas para educação foi a Igreja Católica. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁹¹, segundo Palma Filho (2005, p. 6), “[...] não é apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado num esboço geral de um programa educacional [...]”.

Intitulado “A reconstrução educacional no Brasil. Ao Povo e ao Governo”, o documento apresenta a educação como o problema central do País. Segundo seus signatários, nenhum outro problema nacional “sobrelewa em importância e gravidade o da educação” (AZEVEDO et al., 2010, p. 33). O documento relata que:

[...] depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e

⁹⁰ Lideranças educacionais dos movimentos da Escola Nova e dos conservadores participaram, em 1931, da Conferência Nacional de Educação. Por iniciativa de Vargas, esses grupos deveriam apresentar diretrizes para que fosse elaborado um projeto de educação para o país. Diante da falta de entendimento, a conferência foi encerrada sem que saísse um documento apontando as diretrizes para educação nacional. Segundo Palma Filho (2005, p. 6), esse fato motivou um grupo liderado por Fernando de Azevedo divulgar um documento que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

⁹¹ Os signatários do manifesto foram: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom, Edgard Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Brinquet, Mário Casasanta C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgard Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores 1959. (AZEVEDO et al., 2010).

encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.

Além de um diagnóstico dos problemas educacionais, o manifesto reivindicava uma educação com formação geral. Assim,

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar.

Para os pioneiros, um dos princípios básicos da educação estava na função pública e estatal. Assim, o documento afirma que:

A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado (AZEVEDO et. al., 2010, p. 43).

A escola deve ser única, laica, gratuita, obrigatória a coeducação. Defendia o documento a unidade da função social baseada na unidade da função educacional; na autonomia da junção educacional e na descentralização. Conforme o texto divulgado, “É uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional, dentro do mesmo espírito que substitui o conceito estático do ensino por um conceito dinâmico [...]”. Entre as propostas para a educação apresentadas pelos pioneiros, a organização da estrutura educacional escolar se daria da seguinte forma:

[...] A partir da escola infantil (4 a 6 anos) até a universidade, com escala pela educação primária (7 a 12) e pela secundária (12 a 18 anos), a “continuação ininterrupta de esforços criadores” deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação, pesquisa e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas. A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para posterior bifurcação (dos 15 aos 18), em seção preponderância intelectual (com os três ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias-

primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias-primas (industriais e profissionais) e da distribuição de produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio) (AZEVEDO et. al., 2010, p. 53).

Alguns dos princípios contidos no documento divulgado pelos pioneiros da educação em 1932 foram incluídos na Constituição de 1934 no capítulo referente a educação. No artigo 5º, a Constituição Federal estabeleceu como competência privativa da União a elaboração de diretrizes e bases para a educação nacional. Entre os principais pontos que tratam da educação na Constituição, citamos os artigos abaixo:

O artigo 149 afirmava que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público. Afirma ainda ser finalidade da educação desenvolver a solidariedade humana.

O artigo 150 apontava várias competências à União, como; a) fixar o plano nacional de educação, que deve compreender todos os graus de ensino. Deve ainda coordenar a sua execução; b) determinar as condições para o reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino, exercendo sobre eles a devida fiscalização; c) organizar e manter nos territórios sistemas educativos apropriados aos mesmos; d) manter no Distrito Federal o ensino secundário e complementar desse, superior e universitário; e) suprir as deficiências dos sistemas estaduais de ensino.

O ensino primário deveria ser integral e gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos. O ensino posterior ao primário deveria tender à gratuidade.

Nos *estabelecimentos particulares*⁹², o ensino deveria ser ministrado no idioma pátrio, com exceção ao estudo das línguas estrangeiras. Também estava assegurado aos estabelecimentos particulares de ensino o reconhecimento, desde que assegurassem aos seus professores estabilidade na função enquanto bem servissem e uma remuneração condigna.

Foi criado o Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, com o fim de elaborar o Plano Nacional de Educação com aprovação pelo Poder Legislativo.

⁹² No caso da Chesf, como empresa e de economia mista, caracterizavam-se as suas unidades educacionais escolares como mantidas por entidade privada.

O *ensino religioso*⁹³, antes proibido, passou a ser de matrícula facultativa, devendo ser ministrado de acordo com o credo do aluno, sendo matéria do horário de aula das escolas.

O artigo 156 disciplinava, pela primeira vez num contexto constitucional, a questão do financiamento da educação nos seguintes termos: a União e os Municípios deveriam aplicar nunca menos de dez por cento em educação; os Estados e o Distrito Federal, nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Foram criados os fundos que, em parte, destinariam auxílios aos alunos necessitados⁹⁴. A União deveria também reservar pelo menos vinte por cento do que destinar à educação para o ensino na zona rural.

Embora tivesse como característica a conciliação de interesses entre liberais e conservadores, essa Constituição representou significativo avanço no campo educacional. Tal legislação educacional foi estruturante para a organização e o funcionamento da educação.

Com o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, foi implantado o Estado Novo no Brasil. Ditadura que objetivou a permanência de Getúlio no poder e contou com o apoio dos militares. Várias medidas foram adotadas por Vargas, como o fechamento do Congresso Nacional, o estabelecimento de censura aos veículos de comunicação e criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), além do presidente da República governar por meio de decretos-leis.

Apesar da manutenção do capítulo referente à educação e à cultura (artigos 128 a 134), a Constituição de 1937 representou um retrocesso no aspecto da obrigatoriedade do Estado no quesito educação, pois no artigo 128 dizia que era “dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”. Ou seja, deixou de ser obrigatória a oferta do ensino pelo Estado. Da mesma forma, não mais era obrigatória a formulação do Plano Nacional de Educação.

⁹³ O ensino religioso tinha sido vetado desde a Proclamação da República e a instituição do Estado laico no Brasil.

⁹⁴ A Chesf, ao longo da institucionalização de escolas no acampamento de Forquilha, recebeu auxílios financeiros do Governo Federal. Desde recursos para a construção de edifícios, como para outras finalidades educacionais, apesar de ter sido com recursos próprios que realizou os maiores investimentos do projeto educativo.

A partir de 1942, e mesmo após o afastamento de Vargas em 1945, uma série de decretos-leis referentes à educação foi editada⁹⁵. Essa legislação contribuiu para estruturação do sistema educacional brasileiro. Nesse período, o país estava em processo de industrialização e a educação também seria organizada no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Entre os decretos-leis publicados que se relacionavam diretamente com o projeto educativo da Chesf em Paulo Afonso, destacamos os que tratavam dos ensinos primário, secundário, técnico e da criação do Senai.

No tocante ao ensino primário, o Decreto-Lei nº 8.529, estabeleceu, no artigo 1º, as seguintes formalidades, conforme Aguiar (1997, p. 315):

- a) Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de fraternidade humana;
- b) Oferecer de modo especial, as crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação de desenvolvimento da personalidade;
- c) Elevar o nível dos conhecimentos úteis a vida na família, a defesa da saúde e a iniciação ao trabalho.

Conforme Palma Filho (2005, p. 14): “o ensino primário, ao longo de mais de cem anos, não fora objeto de nenhuma atenção especial por parte do Governo Federal, uma vez que ficara sob a responsabilidade dos governos regionais, desde o Ato Adicional de 1834”. Enquanto que, para Romanelli, a reforma do ensino primário (1997, p. 161), além de buscar adequar-se à realidade brasileira, atendeu a anseios dos educadores na medida em que resgatava ideias pedagógicas expressas no Manifesto dos Pioneiros, como:

- a) desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses da infância;
- b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que exerça, para que sirva a sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;

⁹⁵ O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-Lei nº 4.048, em 22 de janeiro de 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); e Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decretos-Leis nº 8.621 e nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); e Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

- d) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento do bem-estar individual e coletivo;
- f) inspirar-se, em todos os momentos, no sentido de unidade nacional e fraternidade humana.

Já o Decreto-Lei nº 4.244 tratou do ensino secundário e estabeleceu, no artigo 1º, as seguintes diretrizes, como nos apresenta Aguiar (1997, p. 281):

- a) Formar, em prosseguimento da obra educativa do Ensino Primário, a personalidade integral dos adolescentes.
- b) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
- c) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Palma Filho (2005) afirma que essa reforma trouxe poucas alterações para o ensino secundário. E como modalidade de ensino continuou sendo preparatória para o ensino superior. Segundo esse autor (2005, p. 11), “O ensino secundário ficava estruturado em dois níveis: ginásio, com duração de quatro anos, ao qual se seguia o colégio com duração de três anos”.

Trataremos, agora, do Decreto-Lei nº 4.073, que acentuou ainda mais o dualismo existente na educação brasileira. O ginásio e o ensino secundário formavam a elite nacional. Enquanto o ensino técnico-profissionalizante deveria formar o povo.

Ao analisar o ensino secundário, Palma Filho (2005, p. 13) afirma que:

Do ponto de vista organizacional, o ensino técnico nos seus três ramos seguia o padrão adotado para o ensino secundário: ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Assim como já ocorrera com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a rigidez da organização dos diferentes ramos e a permanência de certos anacronismos que vinham desde o período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos. Assim é que, para cursar o ginásio técnico, também se exigia do candidato que fosse aprovado no exame de admissão.

A forma como estava organizada essa modalidade de ensino foi duramente criticada por educadores. Para Romanelli (1997), isso representava um contrassenso em um país em processo de industrialização.

A Lei Orgânica do ensino industrial publicada através do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, pelo presidente Vargas trouxe, no artigo 1º, as bases de

organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (AGUIAR, 1997). Para esclarecer a terminologia da lei, o artigo 2º trazia:

- a) o substantivo “indústria” e o adjetivo “industrial” têm sentido amplo, referindo-se a todas as atividades relativas aos trabalhadores mencionados no artigo anterior;
- b) os adjetivos “técnico”, “industrial” e “artesanal” têm, além de seu sentido amplo, sentido restrito para designar três das modalidades de cursos e de escolas de ensino industrial.

O título II, dos conceitos fundamentais do ensino industrial, capítulo I, artigo 3º, definia que o ensino industrial deveria atender:

- 1) aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana.
- 2) aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.
- 3) aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Essa modalidade voltava-se aos interesses da indústria no momento em que o Brasil buscava se industrializar. Foram instituídos três decretos-leis, o de nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o de nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que organizava o ensino comercial; e o de nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola. Todos direcionados a fomentar o ensino voltado ao desenvolvimento econômico.

Conforme Romanelli (1997, p. 154), “Esses três decretos-lei organizaram o ensino técnico profissional nas três áreas da economia, de forma que ele contivesse dois ciclos – um fundamental, geralmente de 4 anos, e outro técnico, de 3 a 4 anos”. Ainda segundo essa autora (1997, p. 155),

Este aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional revela uma preocupação do Governo de engajar as indústrias na qualificação de pessoal, além de obriga-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino

oferecer a educação profissional de que necessitava a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente.

Em análise do ensino industrial, ao tratar dos decretos-lei que organizaram essa modalidade de ensino, Romanelli (1997) cita a legislação complementar das reformas do ensino profissional, como o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)⁹⁶, com objetivo de organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país. Tinha por atribuição manter a preparação dos menores aprendizes dos estabelecimentos industriais. Com dificuldade do sistema nacional de educação de oferecer essa modalidade de ensino em larga escala, o Senai veio para funcionar como um sistema paralelo de ensino industrial.

A análise dos decretos-lei acima mencionados é importante para a compreensão da organização das unidades educacionais escolares da Chesf em Paulo Afonso dentro do cenário nacional. A instituição das escolas da companhia energética esteve inserida em caráter mais amplo do desenvolvimento social e político brasileiro. E no campo educacional foi instituída a partir das normas educacionais vigentes.

Ainda analisando a legislação nacional, cabe assinalar que a Constituição de 1946 continha capítulos referentes à educação (artigos 166 a 175), além de dispositivos também a ela relacionados. Essa carta constitucional retomou, no artigo 5º, inciso XV, a inclusão de texto onde atribuía à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Com base nesse dispositivo constitucional, o ministro da Educação do governo Dutra, Clemente Mariani, encaminhou para análise do Congresso Nacional, em 1948, Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Passou esse projeto de lei 13 anos tramitando.

Quando aprovado, foi nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, sob o nº 4.024. Não demorou muito para que sofresse

⁹⁶ A lei que criou o Senai atribuiu à Confederação Nacional das Indústrias a tarefa de organizar e dirigir esse órgão. Para assegurar sua manutenção, ficou definido que os estabelecimentos industriais filiados à CNI contribuiriam para sua manutenção. O governo baixou o Decreto nº 4.481, de 16 de julho de 1942, que obrigava as indústrias a empregar 8% de aprendizes e menores neles correspondentes e matriculá-los nas escolas do Senai. O governo ainda publicou o Decreto-Lei nº 4.436, de 7 de novembro de 1942, ampliando as ações do Senai, determinando que suas redes de escolas profissionais atingissem também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. Outra iniciativa governamental semelhante à criação do Senai foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), com estrutura semelhante e dirigido pela Confederação Nacional do Comércio.

alteração. “No período de vigência desse texto constitucional (1946 a 1967), o Brasil passou por profundas transformações sócio-econômicas, caracterizado por um surto contínuo de desenvolvimento industrial que veio consolidar as iniciativas tomadas durante período que Getúlio Vargas esteve à frente do Governo” (PALMA FILHO, 2005, p.17).

Em 1964, já instituído do regime civil-militar, foi criado o Salário Educação, que era recolhido das empresas. No entanto, era opcional para elas manterem diretamente a oferta do ensino. O valor recolhido incidia sobre a folha de pagamento. Como já tratado anteriormente, a Chesf utilizou-se dessa prerrogativa para investir no ensino em Paulo Afonso.

As transformações e estruturação do sistema educacional brasileiro e a legislação foram responsáveis, de certa forma, por também favorecer as iniciativas de institucionalização de unidades educativas da Chesf. Essa estruturação educacional foi responsável pela mudança que ocorreu na educação brasileira. Os dados desse período, quando comparados com as décadas seguintes, revelavam tais transformações:

[...] em 1959, a matrícula no ensino médio particular está em torno de 700 mil alunos, contra pouco mais de 370 mil no ensino público. Dez anos mais tarde, a situação está invertida: mais de 2 milhões de estudantes estão cursando o ensino médio em estabelecimentos públicos contra 1.5 milhão no setor privado (PALMA FILHO, 2005, p. 18).

3.2.1 Educação no período do regime civil-militar (1964-1985)

A eleição de Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente e respectiva posse em janeiro de 1961 criou um clima de instabilidade política. Jânio adotou uma política de relações internacionais de relativa independência dos Estados Unidos e de aproximação com a União Soviética. Prestou homenagem ao líder da revolução cubana Ernesto Che Guevara e enviou para uma viagem à China o vice-presidente. Tais medidas provocaram reação de setores aliados do governo norte-americano e militares no Brasil.

A maioria dos integrantes do Congresso Nacional era de parlamentares da oposição, liderada pelo PSD/PTB, ocasionando dificuldades para Jânio Quadros governar. Diante das dificuldades, ele renunciou ao mandato de presidente da República em agosto de 1961. Com a renúncia de Jânio, militares se posicionam

contra a posse do vice-presidente, que se encontrava em viagem à China. Houve reação liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Com apoio do comandante militar do III Exército, general Machado Lopes, forças políticas civis e militares buscaram saída para a crise.

Estabelecido o impasse, os militares contrários à posse de Goulart concordaram que tomasse posse na condição de que os poderes do presidente fossem diminuídos. O Congresso Nacional aprovou a adoção do regime parlamentarista. Jango insistiu na manutenção do regime presidencialista. Em 1963, os eleitores brasileiros foram convocados através de plebiscito para escolher entre o regime parlamentarista e o presidencialista. Ganhou com grande maioria dos votos o regime presidencialista⁹⁷; Goulart voltou a ter poderes de presidente. No entanto, em abril de 1964, João Goulart⁹⁸ foi deposto do cargo e foi instituído, em 1º de abril, o regime civil-militar.

Antes de ser deposto, Goulart adotou um programa de ensino para adultos criado pelo educador Paulo Freire, cujo método foi uma das medidas adotadas no seu governo como parte das reformas de base que implementou. No mesmo período, surgiu também o Centro Popular de Cultura (CPC). Seu idealizador, Oduvaldo Vianna Filho⁹⁹, era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante o período de existência, o CPC produziu peças teatrais, filmes, músicas e atividades de alfabetização de adultos.

Nesse ambiente, a Igreja Católica criou o Movimento de Educação de Base (MEB) numa articulação com o Governo Federal. Esse movimento foi institucionalizado no governo do presidente Jânio Quadros, através do Decreto Federal nº 50.370. Palma Filho (2005, p. 8) diz que o “[...] rádio era o principal instrumento utilizado para atingir a população. O MEB atuou principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular) forneceram os principais quadros que vão atuar através do MEB”.

Os líderes do movimento em defesa da escola pública, com apoio do jornal O Estado de S. Paulo, publicaram, a partir de 1959, diversos editoriais propondo que a

⁹⁷ No plebiscito realizado para a escolha entre o regime parlamentarista e presidencialista, ganhou com 75% dos votos esse último, mantendo a tradição republicana brasileira.

⁹⁸ João Belchior Marques Goulart, segundo preceitos constitucionais, com a renúncia de Jânio Quadros, deveria cumprir mandato até 1966.

⁹⁹ Outros idealizadores dos Centros Populares de Cultura foram Leon Hirzman e Carlos Estevam Martins. Posteriormente, também integraram esse movimento Carlos Diégues e Ferreira Gullar.

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados rejeitasse o substitutivo. Como reação, o movimento que defendia a escola pública também apresentou um substitutivo por meio do deputado Celso Brant. Ainda em 1959, a Câmara dos Deputados retomou a discussão dos substitutivos Carlos Lacerda e Celso Brant. Ao fim, o texto aprovado buscou conciliar interesses dos diversos grupos que lutavam por sua aprovação.

Conforme Palma Filho (2005, p. 11),

O Brasil dos anos 1960 é urbano e em acelerado processo de industrialização. Os 50 anos em 5 de JK, principalmente com a transferência do centro político do país para o Planalto Central e a instalação da indústria automobilística no ABC Paulista, colocavam novas exigências para o setor educacional, que a nova lei da educação não levava em conta.

A LDB demorou muito tempo para ser aprovada, mas teve vida curta, pois, em 1968, já era reformada na parte que tratava do ensino superior, que passou a contar com legislação própria e separada do conjunto dos ensinos fundamental e médio¹⁰⁰.

O marechal Castelo Branco, que tinha participado ativamente das conspirações que culminaram com o golpe de 1964, assumiu a Presidência da República logo que o movimento consumou o golpe. Nos primeiros momentos pós-tomada do poder, vários foram os ministros que passaram pela pasta da educação.

Anísio Teixeira, que exercia o cargo de reitor da Universidade de Brasília, foi destituído, indo exilar-se nos Estados Unidos. A União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁰¹ foi colocada na ilegalidade e sua sede, no aterro do Flamengo, incendiada. O novo regime reprimiu as organizações estudantis e sindicais. Lideranças foram presas, torturadas e muitas, assassinadas. As universidades eram frequentemente invadidas para que se reprimisse e prendesse professores e estudantes.

Foi no início do regime civil-militar que o Brasil realizou os primeiros acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for Development (Usaid).

Na sucessão de Castelo Branco, assumiu a Presidência o general Costa e Silva. No seu governo, acirraram-se os conflitos e as perseguições a lideranças

¹⁰⁰ Lei Federal nº 5.540, de 28.11.1968.

¹⁰¹ O presidente da UNE no período do golpe civil-militar era José Serra, que posteriormente ocupou vários cargos, como governador de São Paulo e ministro da Saúde. Com o incentivo do novo regime, foram criados Diretórios Acadêmicos (DA), em substituição aos Centros Acadêmicos (CA), e surgiram os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE).

estudantis, sindicais, intelectuais e todos que se contrapunham ao regime¹⁰². No ano de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5, que constituiu-se no endurecimento do regime contra seus opositores. Desde sua instituição até 1978, professores, estudantes, artistas, intelectuais, sindicalistas e políticos foram perseguidos, presos e assassinados¹⁰³.

Com a posse do general Emílio Garrastazu Médici, foi nomeado para o Ministério da Educação o coronel Jarbas Passarinho. O novo ministro publicou o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, proibindo manifestações de estudantes, de professores e funcionários de instituições de ensino.

Nesse governo, foi aprovada a LDB nº 5.692/71, reestruturando todo o sistema educacional brasileiro. Uma das principais modificações dessa lei foi transformar o ensino médio, denominado de 2º grau, em ensino profissionalizante. Essa lei foi responsável pela reestruturação do complexo educacional da Chesf em Paulo Afonso, que voltou suas finalidades para a formação técnico-profissionalizante com foco para o setor de energia elétrica. Sobre essa lei, tratamos anteriormente de sua análise. No plano curricular, o Ministério da Educação passou a monitorar a elaboração dos conteúdos curriculares.

No tocante à política educacional para o ensino de 1º e 2º graus após a aprovação da Lei 5.692/71, as medidas visavam diminuir a demanda crescente de ensino superior. Assim, a alternativa encontrada foi profissionalizar o ensino médio. Significava que a reforma educacional tinha o objetivo de, com a profissionalização do ensino médio, preparar o aluno para o mercado de trabalho. Tal intento fracassou, pois houve resistência de setores da classe média da população, que continuou aspirando o acesso dos seus filhos ao ensino superior público, além da falta de recursos materiais e financeiros, que não dava condições das escolas primárias e ginásios se transformarem em escolas técnicas, e ausência de professores com

¹⁰² O estudante Edson Luís foi assassinado no Restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, durante uma invasão dos militares. Em protesto contra seu assassinato, uma manifestação reuniu 100 mil pessoas, transformando-se num marco contra o regime. Em represália, a polícia invadiu a Universidade do Rio de Janeiro e prendeu estudantes. Em Ibiúna, a UNE realizava seu XXX Congresso. Os mais de 900 estudantes que participavam foram presos. Entre as lideranças estudantis presas, estavam Luiz Travassos, José Dirceu e Wladimir Palmeira.

¹⁰³ Palma Filho (2005, p. 14), citando alguns professores que foram compulsoriamente aposentados, cita os nomes de: Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes, Manuel Maurício de Albuquerque, Maria Yeda Linhares, Mirian Limoeiro Cardoso, Bento Prado Júnior, Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, José Artur Gianotti, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Mário Schemberg, Paulo Duarte e Paulo Singer.

formação nas áreas técnicas. De forma que, para Palma Filho (2005), os estudantes das escolas de 2º grau foram os grandes prejudicados, pois não tinham uma formação de caráter geral, exigida nos vestibulares. Os estudantes oriundos do ensino de 2º grau, em geral, “[...] não estavam preparados nem para o acesso ao ensino superior e nem para o mercado de trabalho” (PALMA FILHO, 2005, p. 18).

3.2.2 A educação no contexto da redemocratização

A luta de setores da sociedade brasileira pela redemocratização ensejou uma anistia aos exilados e presos políticos a partir de 1978. Esse processo avançou no governo do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo. Com a abertura, surgiram novos partidos políticos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), criado a partir do MDB. Nesse período foram criados o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Esses foram os primeiros que surgiram com a abertura política.

Com a abertura política, foram convocadas eleições diretas para governadores dos 26 Estados brasileiros e o resultado foi que dez dos eleitos eram oposição ao governo. Ganhou força o movimento Diretas Já!, que reivindicava eleições diretas para presidente da República. Vinte e nove anos depois de instaurado o regime civil-militar, ocorreu eleição para presidente em 1989. Eleito Fernando Collor de Mello em segundo turno, derrotando o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, foi caçado pelo Congresso Nacional. Assumiu em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco. Na eleição seguinte, realizada em 1994, foi eleito o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda de Itamar.

Ainda no governo Figueiredo, ocorreu uma reforma da LDB 5.692/71, que alterou um aspecto importante dessa lei porque deixou de obrigar a profissionalização no 2º grau. Na década de 1980, o país enfrentou problemas econômicos e o analfabetismo ainda era elevado.

[...] a população brasileira em idade escolar é de aproximadamente 23 milhões, da qual 7.540.451 não frequentam a escola de 1º grau, portanto 1/3. Na zona rural, a situação ainda é pior. De um total de 9.229.511 pessoas em idade escolar, quase metade não frequentava a escola. O índice de analfabetismo no Brasil é de 25%, portanto, também no terreno da universalização do ensino de 1º grau, os governos militares não lograram êxito (PALMA FILHO, 2005, p. 21).

A criação dos Centros Integrados de Educação Popular (Cieps)¹⁰⁴, no Rio de Janeiro pelo governo de Leonel Brizola e a inclusão das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia em São Paulo, no governo Franco Montoro, marcaram a década de 1980. Porém, a elaboração da Constituição Federal, promulgada em 1988, foi a maior conquista da sociedade brasileira naquela década¹⁰⁵. Resultado de ampla participação de segmentos organizados da sociedade, o texto da Carta Magna incorporou avanços principalmente referentes à ordem social e aos direitos individuais.

A Constituição trouxe também alguns importantes avanços no que se refere à educação pública. O artigo 208 tornou o ensino público obrigatório e gratuito. Significa dizer que os agentes públicos passaram a responder pela sua oferta e obrigou a União a aplicar no mínimo 18% dos recursos federais em educação e Estados e Municípios, no mínimo 25% da receita resultante de impostos.

A oferta de ensino fundamental e educação infantil passou a ser responsabilidade dos Municípios. O ensino de 1º grau passou a ser denominado de ensino fundamental e o 2º grau, de ensino médio.

A Constituição Federal atribuiu à União a competência pela aprovação, pelo Congresso Nacional, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A lei aprovada pelo Congresso Nacional recebeu o nº 9.394/96. Não cabe aqui aprofundar o percurso do projeto de lei e substitutivos da LDBN aprovada em 1996.

Outra medida importante foi a Emenda Constitucional nº 14, que modificou o artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, e criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os recursos arrecadados pelo Fundef passaram a ser distribuídos entre Estados e Municípios. Na prática, representou a municipalização do ensino fundamental, haja vista que as receitas municipais para a educação eram calculadas com base no número de alunos matriculados.

Em 1997, o Ministério da Educação divulgou Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental. Esses parâmetros estavam organizados da seguinte forma: 1) Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais;

¹⁰⁴ Os Cieps foram criados pelo antropólogo Darcy Ribeiro, então secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro na gestão de Leonel Brizola.

¹⁰⁵ Promulgada em 5 de outubro de 1988 pelo presidente da Câmara Federal, deputado Ulysses Guimarães, foi por alguns pesquisadores batizada de Constituição Cidadã.

2) Língua Portuguesa; 3) Matemática; 4) Ciências Naturais; 5) História e Geografia; 6) Arte; 7) Educação Física; 8) Apresentação dos temas transversais e Ética; 9) Meio ambiente e Saúde e 10) Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

No ano seguinte, foram divulgados os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, após aprovação na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em três áreas: 1) Linguagens, Códigos e Tecnologias; 2) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; 3) Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Quando entrou em vigor a LDBN 9.293/96, estava em curso o encerramento das atividades escolares instituídas pela Chesf para os filhos dos funcionários em Paulo Afonso.

3.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ZONA DE INFLUÊNCIA DA CACHOEIRA DE PAULO AFONSO

Logo após a criação da Chesf, por solicitação de empresa, Antônio José Alves de Souza¹⁰⁶, o ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, criou uma “Comissão de Estudos da Zona de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso”¹⁰⁷ com a finalidade de levantar as possibilidades da região do entorno da cachoeira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952).

Formada por uma equipe multidisciplinar, a comissão realizou levantamento na região do Sertão do São Francisco, exatamente nos municípios mais próximos da cachoeira e que seriam impactados de certa forma pela construção da Usina de Paulo Afonso.

O setor dos estudos é representado por um retângulo cujo centro fica situado nas proximidades da Cachoeira de Paulo Afonso, e cujos lados medem, respectivamente, 100 e 200 quilômetros de comprimento, abrangendo 4 Estados: Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. Esta área abrange por sua

¹⁰⁶ Segundo Daniel de Carvalho, Antônio José Alves de Souza encaminhou ofício a ele, em 3 de maio de 1948, solicitando do ministro a colaboração do Ministério da Agricultura para realização de estudos da região de influência da cachoeira de Paulo Afonso. Esses estudos abrangeriam a topografia, geologia, ecologia, climatologia, economia rudimentar da região e propostas de melhorias com a utilização de técnicas modernas.

¹⁰⁷ A Comissão de Estudos da Zona de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso foi criada pela Portaria nº 411, de 18 de junho de 1948, sendo coordenada por Carlos de Souza Duarte, e foi composta por equipe multidisciplinar de geólogos, agrônomos, naturalistas, técnicos de economia rural. A realização desses estudos contou com a colaboração da Comissão do Vale do São Francisco, presidida por Manuel Novais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Conselho Nacional de Geografia. O médico José de Araújo Lima integrou essa equipe, tendo sido nomeado pela Portaria Ministerial nº 6.817, de 11 de setembro de 1948.

vez, 12 municípios, sendo: 3 de Pernambuco – Petrolândia, Floresta e Jatinã; 3 da Bahia – Glória, Jeremoabo e Curaçá; 5 de Alagoas – Água Branca, Mata Grande, Sant’Ana do Ipanema, Pão de Açúcar e **Marechal Floriano**¹⁰⁸ e 1 de Sergipe – Pôrto da Fôlha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 306, grifos nossos e nota de rodapé).

O resultado do trabalho dessa comissão foi publicado pelo IBGE em 1952. No relatório, constam vários aspectos que foram abordados pelos diversos integrantes da referida comissão. A presença do médico José de Araújo Lima na equipe possibilitou realizar um levantamento do perfil da população dessa região, nos aspectos de saúde e educação. Esse pesquisador levantou questões que impactaram a saúde das pessoas, como o acesso à água de qualidade para consumo humano, hábitos alimentares, condições de saneamento e acesso à educação. Esse relatório permite uma análise dos principais problemas enfrentados pela população sertaneja da região *locus* desta pesquisa, quando da instalação da Chesf em Forquilha. Foi essa população que ocorreu para Forquilha e parte foi incorporada no projeto de modernização da Chesf. De certa forma, é um importante documento para analisar as condições e modos de vida dessa população.

Embora alguns desses municípios estivessem localizados nas margens do rio São Francisco, um dos principais problemas vivenciados pela população referia-se, segundo o relatório, ao abastecimento de água. Diz o documento que:

Problema que reclama medidas urgentes é o da água. A não ser o São Francisco, não se pode contar com outra fonte, logo que faltem as chuvas, pois todos os afluentes do grande rio são temporários, e, como a maioria das cacimbas, secam nas prolongadas estiagens.

Os poços artesianos são em número limitadíssimo, e a considerável distância que separa uns dos outros traz dificuldades, só vencidas pela tenacidade do sertanejo. Vêem-se em derredor de um poço 20 a mais pessoas com toda espécie de vasilhas, e não sei quantos jumentos (jegues do regional) carregados de pipotes, em busca da água que vai ser transportada, às vezes, a 30 quilômetros para o uso doméstico.

Frisamos para o uso doméstico, porque os animais não recebem esmola tão preciosa. Êstes bebem racionadamente, lama de fundo de cacimbas, quando porventura há; ao contrário, engolem palma, ou, em resumo, não bebem nada (ARAÚJO LIMA apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 311).

Esse relato do médico apresenta as condições de vida da maioria da população sertaneja do São Francisco. Em geral, as cidades, mesmo as mais populosas, não têm água encanada nem esgotos. “Bebe-se a água do São Francisco que durante as

¹⁰⁸ Esse município é atualmente denominado de Piranhas, Alagoas.

enchentes é carregada de lama e impurezas e água salobra de cacimbas onde bebe e dejeta toda espécie de animais” (ARAÚJO LIMA apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 321).

Esse quadro era ainda, segundo Araújo Lima (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 321), agravado pelo fato de que:

A água é transportada do rio, dos poços e cacimbas, não raro, na distância de 30 quilômetros em barris, latas e outras vasilhas, e mantida em potes de barro e barris de onde é retirada para o consumo com canecas enferrujadas de latão e de limpeza muito duvidosa. A maior parte das casas é sem fôrro e tem o piso de terra batida, não oferecendo o menor conforto. As instalações privadas são de tal maneira tôscas e tão desprotegidas contra moscas e mosquitos, que só pelo benefício da secura do clima, desfavorecendo a pululação microbiana não se vêem os habitantes acometidos, a todo instante, de infecções diversas. [...]
No que concerne, à higiene propriamente dita, enfim, a região não foi sequer tocada. Está virgem na plenitude do seu abandono.

Os hábitos alimentares da população sertaneja aqui já referida foi considerado por Araújo Lima de péssima qualidade, considerando os alimentos consumidos e em razão das péssimas condições de vida. Segundo o relato, o consumo de alimentos era em quantidade insuficiente, sendo a maior parte produzida pelos próprios habitantes.

Para esse pesquisador, o desenvolvimento de uma agricultura não ocorria nesses municípios em razão da impropriedade do solo para a agricultura, precipitações irregulares ou cheias em abundância, situações adversas ao desenvolvimento de uma cultura agrícola eficiente, resultando, em geral, em alimentação deficiente em qualidade e quantidade¹⁰⁹. Embora relatórios de outros integrantes da comissão, como no de João Castelo Branco, apontem para as condições das terras elevadas e do índice pluviométrico do Distrito de Tacaratu, na época pertencente ao Município de Petrolândia, que é, segundo esse autor, “[...] um verdadeiro oásis nas terras semi-áridas [...]”. Sendo possível dizer o mesmo de Água Branca e Mata Grande, cujos territórios estão localizados em região serrana (JOÃO CASTELO BRANCO apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952).

¹⁰⁹ Segundo Araújo Lima, entre os principais alimentos produzidos pela população dos municípios analisados, estão: a mandioca, a cana-de-açúcar, a batata-doce, o feijão, o milho, o arroz e algumas frutas, como o mamão e a banana. Desenvolvia-se também a criação de gado bovino, sendo a de caprinos abundante na região (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952).

A respeito da alimentação do sertanejo da região do entorno da cachoeira de Paulo Afonso, Araújo Lima (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 314) disse que:

A alimentação do homem, de recurso médio ou inferior, é constituída de carne de cabrito, feijão, farinha e rapadura. É uma alimentação extremamente carencial. Observa-se, contudo, um fato curioso e contraditório na ciência nutricional: quem escapou da mortalidade infantil que é de índice elevado, torna-se um indivíduo forte, bem conformado e possuidor de notável resistência física.

É que a salubridade do clima que apesar de quente é muito seco e pouco variável, o baixo índice de infecções, a adaptação ao meio e a displicência espiritual, dão ao sertanejo a têmpera férrea que se lhe não pode negar, exaltada por escritores e principalmente nos Sertões de EUCLIDES DA CUNHA.

Com a instalação da Chesf em Forquilha, grande contingente de pessoas de diversas partes do Brasil, especialmente dos sertões nordestinos, foi se fixar nessa região, ocasionando um processo de imigração de pessoas de diversas partes do Nordeste que chegaram em busca de trabalho e fixaram-se nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso.

A criação da Chesf promoveu um ambiente de entusiasmo em setores da sociedade brasileira crentes que a companhia promoveria um surto de progresso nos sertões do Nordeste, principalmente na área castigada pelas secas e responsável por constantes migrações da população. Acreditava-se que ela promoveria melhoria nas condições de vida dessa gente e, conseqüentemente, atenuaria as dificuldades enfrentadas por essa população¹¹⁰, inserindo-a na vida moderna.

No tocante à educação na zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso, segundo relatório, havia apenas algumas escolas primárias mantidas pelos Estados e Municípios. Constatou-se um número limitado de instituições escolares nessa região, e, nas existentes, eram baixas as taxas de matrícula e menor ainda de frequência.

Nas escolas existentes nos municípios de influência da cachoeira, o curso oferecido era de educação primária¹¹¹, ofertado em quatro anos nos centros urbanos

¹¹⁰ Segundo Araújo Lima, em 1940 a população total dos 12 municípios era de 217.990 habitantes, sendo que, da área estudada pela comissão, era de 139.050 habitantes. Essa diferença é em razão de que nem todas as áreas dos municípios integrantes dos estudos foram pesquisadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952).

¹¹¹ Essa modalidade de ensino teve sua nomenclatura alterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/1971, passando a ser parte do ensino de 1º grau, que era constituído também da 5ª à 8ª série. A LDB 9.394/1996 novamente alterou a nomenclatura dessa modalidade de ensino,

e em três na zona rural, em geral de forma deficiente. Os professores, em sua maioria leigos¹¹². Não existia em nenhum dos 12 municípios da zona de confluência da cachoeira nenhum instituto educacional.

Araújo Lima (apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 319) diz o seguinte sobre entrevistas que realizou com a população nativa: “Inquirimos ao acaso 100 adultos, destes, somente 22 eram alfabetizados, o que representa 78% de analfabetos”.

Os dados apresentados pelo médico indicam que havia poucas escolas nos municípios do Sertão do São Francisco, e as existentes eram insuficientes para atender às demandas educacionais da população. A oferta da educação escolar, quando existia, era, para esse médico, de qualidade duvidosa. A população do Sertão do São Francisco estava completamente desassistida quanto ao acesso à escolarização. Até mesmo cidades como Salvador, capital da Bahia, como veremos adiante, não tinha escolas suficientes para atender a comunidade estudantil.

passando a ser denominada de ensino fundamental, equivalente aos 1º e 2º ciclos. O ensino fundamental é composto de quatro ciclos.

¹¹² Professores leigos eram os que exerciam a atividade docente sem ter formação. Muitas vezes, apenas tinham o primário.

Tabela 1 – Número de escolas nos municípios de influência da cachoeira de Paulo Afonso

ESTADOS	Municípios	Grupo Escolar	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Mistas e Supletivas
Pernambuco	Petrolândia	1 (em Tacaratu)	8	23	6
	Floresta	1	10	2	27
	Jatimã	-	10	25 (subvencionadas)	8
Bahia	Glória	Incompleto por falta de dados	4	5	-
	Jeremoabo		-	-	-
	Curaçá		-	-	-
Alagoas	Água Branca	2 (sendo 1 em Pedra)	2	10	-
	Mata Grande	Não conseguimos os dados	4	-	-
	Sant'Ana do Ipanema	1	-	21	22
	Pão de Açúcar	1 (incompleto)	2	12	18
	Marechal Floriano (atual cidade de Piranhas)	1 (+ 1 em construção)	-	1	7
Sergipe	Pôrto da Fôlha	1 (incompleto) – várias escolas regidas por leigos	-	-	-

Fonte: IBGE, 1952.

O quadro elaborado pelo pesquisador Araújo Lima, embora incompleto, conforme o próprio autor informa, nos dá um panorama da situação que se encontrava a educação escolar nessa região sertaneja.

Outro estudo, intitulado “A Bacia do Médio São Francisco: Uma Análise Regional”, coordenado pelo economista e geógrafo Jorge Zarur, publicado pelo IBGE e Conselho Nacional de Geografia, em 1946, aponta que na Bahia, estado onde a Chesf primeiro se instalou, o percentual de crianças em idade escolar não

frequentando escola era o maior entre os estados da região do Médio São Francisco. De certa forma, esse cenário ajuda a refletir sobre um possível motivo, entre outros, da Chesf lançar mão as suas expensas de um projeto educativo na região (ZARUR, 1946).

Esses estudos confirmam o pouco acesso à educação escolar e consequentemente os altos índices de analfabetismo da população residente nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso. Na sede do município baiano de Glória, jurisdição a que pertencia Forquilha, o Governo do Estado mantinha uma unidade escolar.

Do ponto de vista da frequência das crianças, em termos percentuais, nos estados de confluência da cachoeira de Paulo Afonso, a Bahia tinha a maior exclusão educacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Percentual de crianças não frequentando escola no Médio São Francisco em 1941

ESTADOS	Porcentagem de crianças em idade escolar que não frequentavam escolas
Alagoas	51,6
Sergipe	55,3
Pernambuco	56,2
Bahia	72,0

Fonte: IBGE, 1952.

De acordo com os dois relatórios publicados, constata-se as precárias condições de vida da população sertaneja nessa zona de confluência da cachoeira de Paulo Afonso, no Médio São Francisco.

No propósito de fazer um estudo dos problemas e das potencialidades do entorno da cachoeira e apresentar um vasto programa de desenvolvimento para a região, foi da lavra de Tácito Pace o texto final do relatório “Estudos da zona de influência da Cachoeira de Paulo Afonso”. O autor sugeriu um conjunto de medidas a serem implementadas na área de influência da cachoeira em caráter amplo visando o seu desenvolvimento, conforme podemos constatar:

[...] Portanto, devemos iniciar a conquista do Nordeste, exclusivamente com o colono nacional, não bastando ministrar a água ao solo exigente, mas

preparando o sertanejo para sua grandiosa finalidade; educando-o para a vida agrícola com a verdadeira fonte da existência humana; auxiliando-o com recursos, financiamento, máquinas simples e modernas para o trabalho rural; dando-lhe assistência sanitária pelo saneamento, vacinas, higiene e o maior conforto espiritual por meio de diversões, festas públicas, música, disseminando o uso do rádio que é fator de progresso e cultura, enfim, civilizando o sertão e, sobretudo, concedendo ao sertanejo um bem maior que é um pedaço de terra própria cultivável (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1952).

Recorro ao trabalho de Carlota Boto (1996) para mostrar como o pensamento de setores da elite brasileira era bastante similar ao de líderes da Revolução Francesa no tocante à população rural e ao acesso à escolarização. Defendiam a ideia de que, aos filhos dos trabalhadores do campo, bastava ensinar a ler, a escrever e a contar, como se estivessem destinados apenas a cultivar a roça.

Para esses dois pesquisadores recém-citados, a modernidade chegava ao Sertão para civilizar o sertanejo. Cabe assinalar que a população sertaneja era tida como incivilizada pela maioria dos homens “cultos” do Brasil. Os modos de vida tidos como civilizados eram o estilo de vida europeia.

O pensamento de integrantes da comissão de estudiosos sobre o Sertão e o sertanejo vai nessa mesma direção de estereotipar essa região e sua gente. Vejamos como o integrante da comissão compreende o episódio de Canudos e o ciclo do Cangaço:

Por tudo isto o sertanejo é um introvertido, um apaixonado, um irremediável triste. De raro em raro a tradição guarda uma atitude extraordinária, um sofrimento mais cruel. Os fanáticos de Canudos, matando-se pelos ouropéis da glória mística; os jagunços ostentando um trágico poder e talando o sertão; o sertanejo que abandonou o “logrador” e assistiu ao inglês iracundo destruir a marrão as máquinas da sua indústria enquanto, de alma atormentada, chorava a perda daquele símbolo, punhado de aço que constituía, pela conquista de um pouco de progresso, um salto para a libertação econômica (TÁCITO PACE apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. 382).

Neste sentido, o Núcleo Fabril da Pedra foi uma experiência que serviu para os entusiastas da modernidade contraporem a experiência industrial de Pedra a Canudos e ao fenômeno do Cangaço. A industrialização no Sertão promovida com a instalação de um núcleo fabril trazia progresso e instituíu para os seus trabalhadores sertanejos um estilo de vida “civilizada e moderna”. Essa experiência de industrialização, progresso e modernidade foi uma iniciativa pioneira no Sertão.

O Núcleo Industrial da Vila da Pedra foi uma iniciativa privada do coronel Delmiro Gouveia. No entanto, a tarefa agora caberia ao Estado brasileiro ser o indutor do desenvolvimento e do progresso no Sertão. E a Chesf foi o seu braço a realizar a grande obra civilizadora.

Setores da elite intelectual, econômica e política difundiram a ideia do Sertão e do sertanejo como lugar e sujeito avesso à civilização e à modernidade. Era necessário escolarizar essa gente nos moldes concebidos como civilizados. Consequentemente, para essa região alcançar a modernidade, era necessário um esforço do Estado no sentido de ampla escolarização, meios de saúde e do trabalho através da indústria. Levar os sertanejos a incorporarem novos *habitus* e valores do mundo moderno. Nesse sentido, engenheiros, médicos, advogados e professores assumiam, de forma enérgica, a defesa da escolarização.

A comissão, a partir dos estudos realizados, apresentou um plano de desenvolvimento agropastoril a ser desenvolvido nos municípios objetos do estudo, de forma que várias medidas foram propostas¹¹³. Considerando o caráter da comissão, o estudo realizado e as propostas que apresentaram para serem implementadas nos 12 municípios do Sertão do São Francisco, observa-se que quase 70 anos depois muito pouco do que foi proposto objetivamente foi realizado.

Os planos de desenvolvimento do Vale do São Francisco a serem realizados com a criação e instalação da Chesf não tinham caráter apenas de geração e distribuição de energia. Constituíam-se num programa diversificado como projeto de desenvolvimento regional, assim como ocorreu no Vale do Tennessee através da TVA¹¹⁴.

O pensamento de um dos criadores da Chesf, o ministro da Agricultura Daniel de Carvalho, confirma essa tese:

O impulso das obras de Paulo Afonso será um estímulo para todas as fontes de vida da região; com a expansão de suas atividades, surgirá ali uma situação de prosperidade generalizada e estará, então, assegurado o êxito da grande empresa e da recuperação do Vale do São Francisco

¹¹³ Sobre as propostas para o desenvolvimento da região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso apresentada pela comissão de estudos designada pelo Ministério da Agricultura, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos da zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso**, 1952).

¹¹⁴ Sobre a experiência desenvolvida no Vale do Tennessee, Estados Unidos, ver: LILIENTHAL, David Eli. **TVA: A Democracia em Marcha**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Editora Civilização Brasileira S.A., 1956.

(CARVALHO, D. apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, p. XVI).

Portanto, a criação da Chesf não teria apenas a finalidade de construir usinas hidroelétricas, gerar e distribuir energia. Com a sua fundação, deveria ser implementado um conjunto de ações de desenvolvimento regional, incluindo um plano de ações agrícola, de saúde, educação etc.

Antes de analisar a instituição de escolas pela Chesf, penso que o cenário educacional do estado da Bahia ajuda na constituição do panorama escolar dessa unidade da federação. Em 1930, era grande o número de analfabetos, reduzido o número de escolas e insuficiente o quadro de professores, como relatado anteriormente. No interior do estado, esse cenário era ainda pior, dadas as condições dos prédios e dos professores. E as ações governamentais pouco efeito surtiam para a reversão desse quadro.

Dick, Carrera e Venas (2018), em estudo realizado sobre políticas públicas para educação primária baiana de 1930 a 1960, apresentam um diagnóstico desanimador. Segundo essas pesquisadoras, esse período tem as marcas de ter passado por golpes, autoritarismo e um processo de redemocratização. Esse contexto deixou sua marca por uma diversidade de políticas públicas na educação do período.

Em geral, segundo analisam as autoras nesse estado¹¹⁵, as escolas primárias funcionavam como “escolas isoladas, reunidas, alguns grupos escolares, embora a predominância em todo estado fosse de escolas isoladas, na maioria das vezes em zona rural, com precárias condições de trabalho” (DICK; CARRERA, VENAS, 2018, p. 16).

Nesse sentido, tal estudo reforça os anteriores ao apontar para a perspectiva de escolas funcionando com professores¹¹⁶ sem formação e com condições de funcionamento das unidades escolares precárias etc.

¹¹⁵ No plano estadual, esse período também foi marcado pela ausência de política educacional. No tocante à educação primária, até 1945 ela era regulamentada pela Lei nº 1.846, de agosto de 1925, e pelo Decreto nº 4.218, de dezembro do mesmo ano, quando Anísio Teixeira era diretor-geral da Instrução Pública da Bahia.

¹¹⁶ O primeiro interventor da Bahia, nomeado por Vargas em 1930, modificou a regulamentação referente a nomeação, promoção, substituição e transferência dos professores. Tal iniciativa dava margens para as interferências políticas no tocante à nomeação de professores.

No que concerne à educação primária, também a sua organização ainda era estabelecido por legislação elaborada da primeira gestão de Anísio Teixeira como diretor da Instrução Pública da Bahia. Estavam organizadas da seguinte forma:

- a) *Escolas Isoladas*: sendo aquelas em que ocorre o ensino de apenas um grau de ensino primário, sob a regência de um(a) único(a) professor(a), envolvendo educação infantil, elementar e complementar;
- b) *Escolas Reunidas*: aquelas localizadas nas vilas ou cidades onde existiam um número maior de escolas – de duas a quatro -, que funcionassem simultaneamente, em um mesmo prédio e sob a direção de um dos professores;
- c) *Escolas Combinadas*: aquelas que, por não existirem prédios que comportassem as escolas da localidade, funcionavam sob o mesmo regime das escolas reunidas;
- d) *Grupos Escolares*: constituídos de pelo menos quatro escolas elementares e uma escola primária superior;
- e) *Escolas Primárias Especiais de Aplicação*: aquelas anexas às escolas normais com objetivo de exercitarem as práticas das alunas normalistas.

No período do Estado Novo, na Bahia, o interventor Landolfo Alves (1938-1942) priorizou a construção de pequenos prédios escolares e a ampliação das escolas isoladas no interior. Segundo Isaías Alves, secretário de Educação na gestão de Landolfo Alves, na Bahia:

[...] o índice de analfabetismo era muito alto, um dos maiores do Brasil. Era necessário tomar medidas urgentes para minorar essa situação que manchava a vida escolar, uma vez que cerca de 90% das crianças em idade escolar não recebiam os serviços educacionais. São mais de 800 mil crianças em idade escolar que necessitam do ensino. O estado mantinha 2 mil escolas primárias e uma população escolar de menos de 100 mil crianças. As condições econômicas do estado não possibilitavam a ampliação do número de escolas para todas as regiões e, em muitas localidades os professores diplomados não permaneciam nas suas atividades (ISAÍAS ALVES apud DICK; CARRERA, VENAS, 2018, p. 20).

Com o retorno à vida democrática, foi eleito governador da Bahia Octávio Mangabeira, empossado em 1947. Assumiu em volta a uma nova Constituição Federal, aprovada em 1946, e a um novo ambiente político. A convite dele, Anísio

Teixeira retornou ao cargo de secretário de Educação e Saúde. Nessa segunda gestão, dedicou-se a implementar uma política educacional com base nos princípios defendidos desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Em meio a resistências da Assembleia Legislativa, não conseguiu aprovar uma lei orgânica para a educação na Bahia.

O educador Anísio Teixeira¹¹⁷ dedicou os primeiros esforços de sua gestão para incluir na Constituição¹¹⁸ baiana um capítulo também específico sobre educação e cultura. Entre as propostas por ele defendidas, estavam:

- a) Garantir a gratuidade em todos os níveis de ensino, enquanto a Constituição Federal garantia somente ao ensino primário;
- b) Um Conselho de Educação com competência de administrar a educação e indicar o diretor da Instrução;
- c) Criar o Fundo Estadual de Educação visando a garantia de autonomia financeira;
- d) A existência de Conselhos Municipais;

¹¹⁷ Anísio Spínola Teixeira nasceu no município de Caetité, Sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900. Estudou no Instituto São Luiz Gonzaga, em Caetité, e no Colégio Antônio Vieira, em Salvador. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu, com apenas 24 anos de idade, o cargo de inspetor-geral de Ensino da Bahia, a convite do governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, exercendo a função até 1929. Embora ao inspetor-geral de Ensino coubesse dirigir a Instrução Pública Estadual, essa função estava na estrutura administrativa do Estado subordinada à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Anísio Teixeira também ocupou o cargo de diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, de 1931 a 1935. Depois de visitar vários sistemas educacionais na Europa e Estados Unidos, retornou ao cargo de secretário de Educação e Saúde da Bahia a convite do governador Octávio Mangabeira. Exerceu a função de 1947 a 1951. Sobre a trajetória de Anísio Teixeira, ver os trabalhos de: NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, dezembro/00, 2000b. NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2000a. ABREU, Jayme. **O educador, a obra e o meio**. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/anisio1.htm1>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

¹¹⁸ No conjunto da legislação educacional baiana que normatizava o sistema público de ensino proposto por Anísio Teixeira na sua segunda gestão como secretário da Educação e Saúde da Bahia, estão o Capítulo III da Constituição do Estado da Bahia de 1947, título “Da Educação e Cultura”, constante dos artigos 117 a 120; o Projeto de Lei Orgânica de Educação e Cultura do Estado da Bahia, de 1947; e o Anteprojeto de Lei sobre o Ensino Médio, a Formação do Magistério Elementar e a Reorganização do Departamento de Educação e Cultura, de 1950. Quando de sua primeira passagem no cargo de inspetor-geral do Ensino da Bahia, conseguiu a aprovação da Lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925, que reformou a Instrução Pública do Estado da Bahia, e o Decreto nº 4312, de 30 de dezembro de 1925, que regulamentou o Ensino Primário e Normal. Tal legislação constituiu durante mais de três décadas a legislação básica da educação da Bahia, marcando de forma substancial a passagem de Anísio Teixeira pelo cargo. Coube ao próprio Anísio Teixeira a atualização da legislação quando voltou à administração da educação da Bahia, em 1947.

- e) Propor a elaboração de uma Lei Orgânica de Ensino, que somente poderia ser modificável com maioria absoluta da Assembleia, procurando garantir a estabilidade tanto da concepção pedagógica quanto da organização escolar.

Constituíam-se em programa renovador as propostas defendidas por Teixeira para a educação baiana. Quando a Chesf iniciou suas atividades em Forquilha, no ano de 1948, o secretário da Educação e Saúde¹¹⁹ era este educador. Na sua segunda vez à frente da educação do seu estado natal, permaneceu de 1947 a 1951.

Para incursionar pela gestão de Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia e compreender do ponto de vista das principais políticas adotadas e da legislação educacional nesse estado, foram analisados os relatórios elaborados por esse educador e enviados ao governador do Estado. Levanto aqui algumas questões referentes à educação na Bahia que ajudam a compreender no aspecto administrativo, político e pedagógico da educação desse estado, principalmente na região do Sertão do São Francisco, onde a Chesf se instalou e instituiu um projeto educativo.

No relatório de sua gestão referente ao ano de 1948, Anísio fez um balanço da educação baiana apontando as dificuldades enfrentadas. Segundo o gestor,

[...] Se o ensino público na Bahia, na capital da Bahia, chegou ao ponto de manter mais de cinquenta classes primárias em salas de menos de 12 metros quadrados, sem o menor resquício de mobiliário ou material, que aliás os locais não comportavam, e isto, sem maior escândalo, é que a *escola*, como instituição educativa e instrutiva, já se achava em fase final de dissolução, constituindo apenas os remanescentes simbólicos que uma sociedade em decadência guarda, enquanto tais símbolos pagam os que os conservam. Se, no interior, várias escolas somente existiam para o efeito de pagamento aos mestres, que se conservam ausentes anos a fio, é que a escola também ali já se fizera a mesma melancólica mistificação (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 2).

O relatório documento, na verdade, é um diagnóstico elaborado por um dos principais educadores brasileiros que, retornando ao cargo de secretário de Educação de seu estado natal, deparou-se com uma realidade educacional que, segundo ele,

¹¹⁹ Anísio Teixeira contribuiu com a implantação das primeiras escolas no acampamento da Chesf. Na condição de secretário de Educação, autorizou a cessão de várias professoras primárias do quadro do Estado para atuarem na escola da companhia. O período de sua gestão à frente da Secretaria de Educação Baiana coincide com a instalação da primeira escola no acampamento. Não conseguimos saber se Anísio Teixeira chegou a visitar Forquilha/Paulo Afonso. Como existem arquivos com fontes da vida e obra de Teixeira, penso que um trabalho de pesquisa sobre a atuação desse educador com o projeto educativo da Chesf seria uma contribuição valiosa à História da Educação.

representava para a sociedade baiana o “descalabro moral, econômico e social” (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 2).

Apesar do quadro levantado por Teixeira colocar a Bahia como um estado detentor dos piores indicadores educacionais do país, seu entusiasmo pela educação foi motivador da permanente contribuição de Anísio Teixeira¹²⁰ à educação pública brasileira. Para ele, a constituição de uma nova sociedade passava por uma nova escola. Mesmo com todas as dificuldades, acreditava na educação como elemento essencial para se constituir a sociedade democrática.

Felizmente, está a crescer, dia a dia, a consciência de que jamais venceremos as dificuldades para o estabelecimento no País de uma civilização superior e democrática, sem um serviço regular de educação pública. Por isto mesmo, é indispensável dizer-se quanto ainda estamos longe de atingir o mínimo dos mínimos neste campo (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 2).

As dificuldades econômicas e políticas por que passavam o país e o estado da Bahia influenciavam a tomada de iniciativas apressadas no campo da educação. E terminavam por desvirtuar as instituições educativas dos seus objetivos. Defensor de uma reforma na educação, Teixeira buscou realizar, dentro dos seus limites, mudanças na educação baiana.

Se nos países ditos “civilizados”, como os europeus e os Estados Unidos¹²¹, a tarefa educacional demandava um esforço de investimentos e de projetos educativos voltados para o desenvolvimento social, para o educador brasileiro, em países com as características do Brasil, ainda maior seriam os esforços a serem empreendidos por toda a sociedade.

Anísio Teixeira argumentava que:

[...] se estes países, apesar de civilizados, devotam à obra de perpetuação de seus padrões, o esforço, a seriedade e a meticulosidade que todos sabemos, mantendo ensino primário de nunca menos de seis anos para todas

¹²⁰ Anísio Teixeira assumiu, a convite do então ministro da Educação Ernesto Simões Filho, em 1951, a Secretaria Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e, em 1952, assumiu também o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), tendo permanecido até 1964. Contribuiu significativamente nos debates e elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961.

¹²¹ Em viagens que realizou aos Estados Unidos da América, Anísio Spínola Teixeira teve contato com a obra do filósofo norte-americano John Dewey, de forma que passou a ter seu pensamento profundamente influenciado por esse filósofo. Quando se instaurou no Brasil o governo civil-militar, ocasionado pelo golpe de 1964, Anísio Teixeira foi para os Estados Unidos, onde lecionou na Columbia University (1964), na New York University (1965) e na University of California (1966).

as crianças e, alguns, ainda o ensino secundário de seis anos, o que equivale a oferecer a todos uma educação mínima de doze anos, se isto se faz para que um país civilizado se conserve civilizado, que se não deverá fazer para *criar* essa *civilização*? Porque, entre nós, o problema não é de perpetuar as nossas condições de cultura, mas o de elevá-las ao nível das civilizações superiores (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 2).

Os questionamentos eram também quanto à qualidade da educação oferecida nas escolas. Além de atender a um número muito inferior de demanda de crianças e jovens em idade escolar, a educação ofertada era de péssima qualidade. Para ele, pior que não oferecer educação era oferecer uma educação que levava a criança a ser “inexata, impontual, ineficiente, estúpida, mistificadora, irreal e falsa” (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 3). Dizia Teixeira que não era a falta de escola que deveria horrorizar a sociedade brasileira, mas a qualidade de suas escolas.

Quando assumiu pela segunda vez a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, estava em vigor uma nova Constituição, aprovada em 1946. Nesse sentido, além de adequar a legislação educacional do Estado à legislação nacional, fazia-se necessário realizar as reformas legais que possibilitassem organizar no campo da administração e do ensino à educação estadual.

Para atender à necessidade de coordenar no âmbito dos municípios a educação que se encontrava em completo abandono, instituiu a função de delegado escolar. Cargo que deveria ser exercido por uma pessoa do magistério. Esse delegado escolar era uma espécie de diretor do ensino no município. Outra iniciativa de Teixeira foi dividir o estado da Bahia em regiões administrativas da educação e nomear um delegado regional para cada região. O delegado regional desempenharia suas funções de acompanhar as políticas educacionais e coordenar a gestão das escolas nos dez municípios de sua jurisdição. Esses delegados estavam subordinados ao diretor de ensino elementar do interior da Secretaria de Educação e Saúde.

Com tais medidas, além da descentralização administrativa, Teixeira¹²² compreendia que, como órgão administrativo da educação do Estado, cabia à secretaria estudar e respeitar as condições de cada região.

¹²² Uma das ações descentralizadoras na gestão pública na educação foi a inclusão na Constituição do Estado da Bahia de item que estabeleceu o Conselho Estadual de Educação e Cultura como órgão autônomo, financeira e administrativamente, a quem caberia a gestão da política educacional no estado. Para Jayme Abreu, essa medida foi inspirada nos “boards of education” americanos, conselho com representação de caráter social e não meramente técnico. ABREU, Jayme. **O educador, a obra**

Os órgãos centrais já referidos ficarão dominados pelo instituto de planos e pesquisas educacionais, cuja organização prevê o estudo honesto e cuidadoso das regiões do Estado, de seus meios de vida e de trabalho, de seus tipos de habitantes e do ensino mais adaptável a suas necessidades. Graças a tais estudos é que esperamos poder organizar uma escola sob medida para cada região e, em cada região, para cada nível de progresso atingido e, sobretudo, que esperamos poder substituir a escola puramente de letras por uma escola de trabalho e ajustamento social (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 4).

Na gestão de Anísio Teixeira, a Secretaria de Educação e Saúde deixava de ser apenas um órgão burocrático e passava a estudar os problemas educacionais e formular as políticas do campo da educação. Embora as limitações de recursos impedissem que o interior fosse atendido a contento.

A educação primária era o grande problema a ser enfrentado, sem deixar de lado a educação secundária, normal e profissional. Uma das medidas adotadas foi a criação dos Centros Regionais de Educação, no interior do estado. Esses centros teriam a finalidade de contribuir na solução de problemas como:

I – a falta de pessoas com preparo adequado para fazer o ensino primário e alimentar culturalmente sua existência, com a formação de professores primários;

II – o paradoxal excesso, nas capitais, do ensino pós-primário, com a melhor e mais adequada distribuição dos que dele se beneficiariam;

III – melhora substancial – talvez o problema maior de todos – das condições de atratividade da vida no interior do estado, com a oportunidade de educação secundária ali oferecida;

IV - criação de centros de cultura, em que fosse mais fácil o desenvolvimento de uma sadia emulação educativa, em vista da maior importância, para a comunidade escolhida, dos institutos de ensino ali fundados, cujo conjunto constituiria, sem dúvida, a organização de que mais se viesse se orgulhar.

Nesses Centros Regionais de Educação, as modalidades educacionais seriam estruturadas da seguinte forma:

I – Jardim da Infância;

II – Escola Elementar Modelo;

III – Escola Normal;

IV – Escola Secundária, com seções:

- a. de cultura geral;
- b. de cultura doméstica;
- c. de cultura técnico-industrial;
- d. de cultura comercial;

V – Parque Escolar;

VI – Centro Social e de Cultura;

VII – Internatos.

As três primeiras modalidades educacionais (Jardim da infância, Escola Elementar Modelo e Escola Normal) comporiam um conjunto integrado, sendo as duas primeiras utilizadas pela terceira no tocante à prática da formação de professores primários, realizadas pelas Escolas Normais.

Já no que diz respeito a outro grande problema da educação baiana, a falta de professores com formação e qualificação, sendo a função de professor exercida em quase todo o estado pelos professores leigos, sem formação, em grande maioria atuando principalmente nas cidades do interior, as medidas para sanar tal problema buscavam criar mecanismos de investimentos na formação de professores¹²³. Anísio Teixeira ([entre 1947 e 1951], p. 4) defendia que:

Na zona rural, propriamente dita, onde as condições do meio são as mais precárias, do ponto de vista da possibilidade de se obter o professor de alto preparo, devemos reduzir a escola aos padrões mais modestos. Do mesmo modo, nos povoados e arraiais. A escola deve aí ser regida por um elemento integrado na vida local e que seja devidamente treinado para o mister. Nas cidades do interior e do litoral, a escola já deverá ser uma instituição mais semelhante às similares dos países civilizados. Na capital, o sistema escolar recordará os sistemas escolares das grandes cidades.

¹²³ Anísio Teixeira propôs, através de anteprojeto de lei sobre a formação do magistério elementar, um conjunto de medidas, a saber: transformação do Instituto Normal, da Bahia, na Escola de Professores. Estabelecia que a formação de professores de nível elementar fosse realizada em nível médio, sendo esses, em primeiro e segundo ciclos (regente e normalista), em nível superior, com possibilidade de acesso e seleção através de provas de aptidão. No curso Normal ou Superior, haveria as seções de educação, prática de ensino e de matérias de ensino. Organizava a carreira do magistério no ensino secundário com exigência de estágio probatório necessário à prova de habilitação para ingresso na função. Por fim, concedia o salário progressivo, proposto através de instrumento de obtenção de vantagens financeiras, conferidas ao magistério e aos técnicos, através de quinquênio, tendo como base o tempo de serviço. Esse anteprojeto encontrou forte resistência na Assembleia Legislativa da Bahia, tendo concluído o mandato do governador Octávio Mangabeira sem sua aprovação. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/anisio1.htm1>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Diante da dificuldade de encontrar professores com formação para atuarem em todo o estado, admitia e adotava a medida de “autorizar” o exercício do magistério de pessoas não formadas. Nesse caso, as escolas no interior do estado e, segundo o relatório de Anísio Teixeira ([entre 1947 e 1951]), na sua quase totalidade, funcionavam sem infraestrutura. A escola resumia-se ao professor, que, por sua vez, na maioria dos casos, não tinha formação.

Não pode, segundo Teixeira ([entre 1947 e 1951]), ser desassociado o trabalho do professor das condições de ensino. Assim, as medidas propostas pelo secretário levaram em conta que:

Faz-se indispensável estabelecer uma estreita correlação entre o professor e as condições em que vai ensinar, para dar realidade à escola e sentido à atuação do professor. Para isto, parece aconselhável que a escola rural seja provida por elemento local, mesmo sem diploma e especialmente escolhido para este fim, as escolas do povoado, ainda por algum elemento local, mas, sempre que possível, diplomado, e a escola da cidade, pelo elemento selecionado do magistério diplomado.

Quanto à estrutura física das escolas, ela foi classificada de acordo com as instalações, considerando as que funcionavam em apenas uma sala, ou “tecto”, até os grupos escolares com doze classes, além das instalações anexas. “Este grupo escolar, a ser construído nas grandes cidades do interior, constituirá, além de escola, um verdadeiro centro da comunidade, com sua biblioteca, seus salões de cinema e de recreação e suas salas ou clubes de educação de adultos” (TEIXEIRA, [entre 1947 e 1951], p. 5).

A modalidade de educação elementar passava a ser oferecida às crianças de 7 a 12 anos de idade. Essa oferta deveria ser garantida a todos. Educação não é privilégio, como escreveu o próprio Teixeira. Durante esse processo educacional escolar, deveriam ser “descobertos” e “selecionados” os alunos superdotados e os melhores, que receberiam bolsas do Estado para cursarem grau mais alto. Esses seriam encaminhados aos Centros Regionais. Na capital, Salvador, a possibilidade de acesso à educação superior, especializada ou técnica era maior que nos municípios do interior ([entre 1947 e 1951]).

A educação de adultos teve significativa expansão e funcionava com auxílio financeiro do Governo Federal, através do Ministério da Educação. A Secretaria de Educação e Saúde instituiu uma política de difusão cultural, através do Instituto

Normal, que realizava concertos artísticos, de artes plásticas e de teatro amador. Adquiriu equipamento para o Museu do Estado e acervos para a Biblioteca Pública.

Vale lembrar que Anísio Teixeira¹²⁴ foi bastante influenciado pela obra do filósofo John Dewey, sendo adepto das ideias liberais desse norte-americano. No livro que publicou, intitulado *Aspectos americanos da educação* (1928), faz um estudo sistematizado das ideias de Dewey¹²⁵.

De fundo, uma das maiores influências de Dewey no pensamento de Anísio Teixeira estava na concepção de democracia e mudança social centrada na criança. Por isso, a importância da função social da educação, e a escola como veículo para promover uma educação democrática. Para Clarice Nunes (2000b, p. 27), pesquisadora com importantes trabalhos sobre a obra educacional de Teixeira, decorre daí:

[...] a importância da função social da educação e de seu caráter democrático, entendida como o processo pelo qual os indivíduos desenvolvem um interesse pessoal nas relações sociais, na sua direção e na formação de hábitos que permitam mudanças sem estas ocasionarem desordens.

Mesmo com todo esforço voltado para o desenvolvimento de uma política educacional democrática, planejada, com ampliação do número de escolas e de matrículas, na região do Sertão baiano, próximo à cachoeira de Paulo Afonso, a

¹²⁴ Anísio Teixeira deixou uma vasta obra sobre diversos aspectos da educação brasileira, tratou de temas, como o financiamento da educação, organização do sistema público de ensino, formação docente, gestão da educação pública, responsabilidades da União, Estados e Municípios com a educação, universidade pública e sua autonomia, a democratização da educação, acesso e permanência na escola, planejamento educacional, descentralização dos sistemas de ensino, conselhos de educação e criação de cursos de pós-graduação. Recentemente, suas principais obras foram relançadas pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

¹²⁵ Sobre a influência das ideias de John Dewey no pensamento de Anísio Teixeira, Clarice Nunes (2000a, p. 12) diz que: “O liberalismo deweyano forneceu a Anísio Teixeira um guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, abriu a possibilidade de operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional do país. Anísio Teixeira não assimilou Dewey incondicionalmente. Ao contrário dele, que acreditava no pleno êxito das reformas educativas em países pouco desenvolvidos pela ausência de tradições culturais aí arraigadas, Anísio Teixeira conhecia e denunciou criticamente a força dessas tradições na sociedade brasileira. Ao contrário de Dewey, que em nenhum momento indicou, na sua vasta obra, quaisquer medidas de aferição de inteligência ou de escolaridade, Anísio Teixeira aplicou-as nas escolas da rede pública, na década de 1930. Se Dewey permaneceu um pensador independente, não se filiando a qualquer partido, para defender a reforma do governo municipal carioca, Anísio Teixeira chegou até a redigir um programa partidário. Se Dewey nunca entrou na polêmica entre escola confessional e escola pública, Anísio Teixeira mergulhou, em cheio, nela. Anísio Teixeira assumiu também a crítica deweyana dirigida a escola tradicional quanto à escola nova, o respeito ao pluralismo e um pragmatismo temperado pela sua formação em colégios jesuítas e sua experiência na política regional.”

situação era de exclusão educacional da grande maioria da população em idade escolar. Essa realidade da educação baiana impossibilitava:

A igualdade de oportunidades, [por não ser] atingida pela escola tradicional, de pura instrução. A escola há de se fazer o centro da vida e de hábitos do cidadão, para que o pobre possa vencer a sua terrível desvantagem de não haver nascido no ambiente civilizado e rico de estímulos dos favorecidos de fortuna (TEIXEIRA apud ABREU, 2019, p. 30).

Esse era o cenário educacional baiano no período de instalação da Chesf no Sertão desse estado. Uma população vivendo da agricultura de subsistência e majoritariamente sem acesso à educação escolar, distante dos grandes centros, sem infraestrutura de saúde e educação.

3.4 ESCOLA E MODERNIZAÇÃO: a institucionalização de um projeto educacional escolar no Sertão

Incursionando pelos arquivos da Chesf em Recife e Paulo Afonso, buscando localizar documentação das escolas de Forquilha, inicialmente poucos documentos escritos sobre as escolas foram encontrados. No que concerne aos registros (documentação escrita) das escolas, praticamente nada encontrei nas primeiras buscas. Foi através de arquivos privados de ex-professores, ex-alunos, ex-funcionários da Chesf, residentes nas cidades de Recife, Salvador, Aracaju, Maceió e Paulo Afonso para reuni um primeiro conjunto de documentos das unidades escolares da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Ocorre que quando a companhia encerrou as atividades educacionais escolares e transferiu para o Município de Paulo Afonso, o Governo do Estado da Bahia e instituições privadas as unidades educacionais, a documentação destes estabelecimentos conforme determina a legislação educacional, foi transferida para o órgão de representação da Secretaria de Educação da Bahia em Paulo Afonso. Apesar do arquivo documental encontrar-se sobre a guarda do órgão educacional por motivos não esclarecidos ninguém dava conta de sua localização.

Apenas no período de finalização desta pesquisa, praticamente quando já não tinha mais esperança de localizar o arquivo documental fui informado de sua localização. Até então, todas as informações que recebi apontavam para a sua

inexistência. Por má vontade ou má-fé, tive que trabalhar apenas com os documentos escritos que localizei no Conselho de Educação da Bahia ou cedidos por terceiros.

De fato, as incansáveis buscas em diversos arquivos sempre foram frustradas. As informações dos representantes dos órgãos responsáveis era sempre dando conta de que houve o “extravio” dos arquivos documentais dessas escolas e que não existia mais nada, a não ser fichas de alunos, necessárias para a emissão de documentos, como declaração, certificado e diploma.

No entanto, como última tentativa, realizei nova busca no Núcleo Territorial de Educação (NTE), onde finalmente recebi a informação da existência do acervo e a ele tive acesso. A esse órgão vinculado à Secretaria de Educação da Bahia cabe a responsabilidade pela guarda e conservação de documentos das escolas nessa região da Bahia. Assim, quando a Chesf encerrou as atividades escolares, a documentação foi entregue, passando a ser deste a sua guarda e conservação. Graças à generosidade de duas servidoras, tive, por diversas vezes, a oportunidade de consultar o acervo documental reunido por mais de cinquenta anos.

Dois registros considero importante fazer a respeito desse arquivo. É impossível mensurar a quantidade de documentos nele existente. São milhares de fichas de alunos, registros de professores, planos de aula, documentos expedidos e recebidos pelas escolas e pela Chesf. Porém, é desolador como encontram-se arquivados. Local inadequado, sem catalogação, parte dos documentos decompondo-se. É lamentável testemunhar tamanho desprezo por nossa história e como em nosso país se tratam os arquivos.

No Conselho Estadual de Educação da Bahia, também graças à boa vontade de servidoras daquele órgão, foi possível encontrar os processos de regularização e autorização de funcionamento dos cursos, resoluções, planos pedagógicos e administrativos das unidades educacionais da Chesf em Forquilha, ainda que incompletos. Essa documentação encontrada nos porões de um galpão que serve de “arquivo morto” do Conselho de Educação da Bahia é imprescindível para entender a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica do complexo educacional escolar da Chesf.

Integra o conjunto documental encontrado no Conselho de Educação da Bahia, o projeto de reorganização do complexo escolar proposto pela Chesf em 1974. Com essa documentação, pudemos analisar mudanças de objetivos e de organização que

as escolas sofreram, principalmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/1971.

A partir de documentos escritos, como relatórios escolares, fichas de professores, entre outros, passei a analisar a instituição de cada uma das unidades educacionais escolares fundadas pela Chesf e como foi instituído um complexo educacional moderno no Sertão. Nos relatórios de diretoria, levantamos informações dos recursos destinados à educação, população atendida, bem como as modalidades ofertadas desde o início do acampamento.

Quando o Ministério da Agricultura decidiu construir a Usina Piloto, nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso, o órgão responsável por esse empreendimento foi a Divisão de Águas, do próprio ministério. Para essa tarefa, foram designados seus técnicos, que foram residir em Forquilha, próximo à cachoeira.

Figura 4 – Usina Piloto construída na margem direita do rio São Francisco pela Divisão de Águas no Lugarejo de Forquilha-Bahia (1952)



Fonte: Memorial Chesf

A fotografia acima (figura 4), mais que mostrar o edifício da Usina Piloto, apresenta-nos o cânion localizado nessa área do rio São Francisco, dando uma dimensão dos desafios postos à engenharia nacional. Nessa região, predominam rochas e vegetação da Caatinga.

Os primeiros trabalhadores contratados para essa obra foram aos poucos se acomodando nas proximidades com suas respectivas famílias. Para as crianças, filhos

e filhas desses trabalhadores contratados, foi improvisada uma escola num galpão. Essa unidade educacional improvisada estava situada onde hoje está o Clube Operário de Paulo Afonso (Copa) e próximo à Casa de Hóspede, construída para abrigar os técnicos de nível superior responsáveis pela construção da usina.

A quantidade de moradores da região que chegavam a Forquilha para trabalhar nas obras da Usina Piloto levou a comissão responsável por essa obra a buscar uma solução provisória para o problema da educação das crianças (CARVALHO, A., 1989; NASCIMENTO, L., 1998).

O galpão utilizado para armazenar cimento foi reformado para funcionar uma sala de aula, de forma que, em 1946, entrou em funcionamento. As carteiras foram confeccionadas no próprio canteiro de obras da usina. Solucionados esses problemas materiais, segundo Luiz Fernando Nascimento (1998), foi escolhido o professor também improvisado, já que o critério para sua escolha foi ser considerado o mais letrado de Forquilha. As limitações de infraestrutura e ausência de um professor qualificado para o desempenho da função docente impossibilitaram a continuidade do funcionamento dessa escola no ano seguinte.

Com a criação da Chesf, chegaram os primeiros técnicos em Forquilha, coordenados pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, em outubro de 1948. Inicialmente, os primeiros trabalhos visavam definir a área para instalar o canteiro de obras da companhia e onde seria construído o acampamento para abrigar os trabalhadores.

Em 1949, já residia grande número de trabalhadores e técnicos, sendo necessário encontrar solução para o problema da escolarização dos filhos desses trabalhadores. Enquanto se construía o acampamento, a solução foi que estudassem no galpão (antigos escritórios e oficinas) da comissão, utilizado como sala de aula pela Divisão de Águas. “A Companhia instituiu um curso primário que, durante alguns meses funcionou em um galpão inadequado” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1949, p. 17).

Figura 5 – Sala de aula da escola improvisada em 1949, denominada Escola Alves de Souza



Fonte: Memorial Chesf

Os alunos da escola improvisada receberam fardamento. No caso dos meninos, camisa e bermuda; e as meninas, blusa branca e saia. Na imagem acima (figura 5), observamos que a maioria das meninas está usando uma fita na cabeça. Os meninos estão sentados numa espécie de mesa, separados das meninas. Conforme já dito, era uma escola improvisada. O espaço físico e a mobília também. Apenas quando passou a funcionar no edifício escolar construído no acampamento, foi a escola mobiliada com carteiras escolares.

Na imagem, alunas e alunos estão de posse de livro didático. No detalhe, alguns livros abertos numa página em que se vê a bandeira do Brasil. A foto apresenta indícios de que a sala foi preparada para a produção da imagem. A professora jovial, em pose sorridente, olha para o fotógrafo. Os alunos, com livros ou cadernos, demonstrando concentração na atividade escolar. A produção de imagens realizadas a respeito da institucionalização de atividades escolares vai também representar uma intensão de produção de sentido da cultura escolar nessa comunidade.

O Brasil da modernidade que chegava ao Sertão do São Francisco valorizava a instituição escolar. A tarefa passou a ser “civilizar” a população do Sertão. A escola como instituição da modernidade é chamada a se fazer presente nessa região do país. A população foi sendo escolarizada. Coube à escola instituir novos valores e *habitus* necessários à sociedade que aspirava o progresso e a industrialização.

Para o funcionamento da escola improvisada, a Chesf buscou entendimentos com a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, cujo secretário era o educador Anísio Teixeira. Essa unidade contou com a frequência de 105 alunos e três professoras. A companhia forneceu uniformes, alpercatas e merenda aos alunos. Em 1949, a Chesf efetuou pagamentos relativos à contratação de funcionários¹²⁶.

A despesa com 3 professoras e um servente é de Cr\$ 3.600,00 por mês. O Diretor da Escola é um auxiliar de escritório, que recebe pelos serviços que presta, inclusive o de dirigir a Escola, Cr\$ 2.500,00 por mês” (CIA. HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1949, p. 17).

No começo, tudo era improvisado. Erguia-se no meio da caatinga um canteiro de obras. Assim que foi escolhida a área para instalação do acampamento, iniciaram-se, de imediato, as obras dos escritórios, depósitos, garagens, armazém de subsistência, refeitório, oficinas, estação de rádio, capela, ambulatório, casa para polícia e bombeiros, campos de recreação e esportes, clubes, a vila residencial e a escola¹²⁷.

Quando projetou o acampamento e seus equipamentos, a Chesf incluiu a construção de uma unidade educacional ampla, localizada em região central e de arquitetura com predominância de material da região, conforme projeto analisado na próxima seção. Essa escola teve sua construção iniciada em 1949, e já no início de 1950 o edifício estava pronto e a escola deixou de funcionar de improviso, passando, a partir de então, a funcionar em prédio próprio. Essa foi a primeira unidade educacional escolar na região de Forquilha¹²⁸ e do acampamento¹²⁹.

¹²⁶ Segundo relatório da Chesf referente ao ano de 1949, foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 14.705,30 com uniformes, Cr\$ 3.083,00 com alpercatas e Cr\$ 7.695,00 com merenda (CIA. HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Relatório de 1949. **Separata do Observador Econômico e Financeiro**, n. 172, 1972, p. 17).

¹²⁷ O professor na escola improvisada pelos técnicos da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura era Júlio Valentim da Silva e a professora a trabalhar na escola improvisada da Chesf, Ezilda Carvalho (NASCIMENTO, L., 1998, p. 261).

¹²⁸ O acampamento foi construído de forma a separar os operários, técnicos e os funcionários de nível superior. A Vila Operária com as casas mais simples, para os trabalhadores braçais. A Vila Alves de Souza, que abrigava os funcionários de nível médio, e o bairro General Dutra, para os funcionários de nível superior e diretores da Chesf. Essa divisão esteve presente nas escolas e foi conflituosa, conforme abordaremos posteriormente.

¹²⁹ No relatório referente ao exercício de 1948, publicado em 1949, a Chesf apresenta as receitas e despesas do seu primeiro ano de atividades e informa a locação de recursos por parte do Ministério da Educação e Saúde autorizando a liberação de recursos para construção de um hotel (Cr\$ 5.000.000,00), hospital (Cr\$ 2.500.000,00), e a construção e instalação de uma escola e de um serviço de puericultura no acampamento. Construída a escola com recursos do Governo Federal, a Chesf contratou professores e buscou o apoio do Governo do Estado da Bahia, que forneceu uma parte dos profissionais que atuaram nessa escola.

O edifício tinha 732 metros quadrados de área construída. Seu prédio seguiu as características utilizadas em outras construções do acampamento. Utilizou-se material predominante na região, como pedras para sua construção. Denominada inicialmente de Escola Paulo Afonso¹³⁰, foi batizada posteriormente com o nome do diretor administrativo da companhia, que faleceu em 1952. Embora construída pela Chesf, a companhia recebeu recursos do Ministério da Educação e Saúde¹³¹ para custear a obra (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO S. FRANCISCO, 1949).

A Chesf também recebeu desse mesmo ministério recursos para adquirir as carteiras escolares. Foi organizada uma biblioteca através de doações e a empresa entrou em entendimento com o secretário de Educação do Estado da Bahia¹³², Anísio Teixeira, para a cessão de professores e a organização do quadro definitivo da escola.

Os índices de analfabetismo no país eram elevados, e na Bahia atingiam, nos anos de 1940, mais de 80% da população, conforme os relatórios do secretário da Educação e Cultura Anísio Teixeira. No Sertão do São Francisco, a ausência de escolas, já abordada anteriormente, fez a companhia iniciar também o ensino para jovens e adultos analfabetos. Simultaneamente ao ensino primário regular, foram iniciadas aulas para alfabetização de jovens e adultos, ofertadas no período noturno para cerca de sessenta pessoas (NASCIMENTO, L., 1998, p. 262).

Essa modalidade atendia os que não foram alfabetizados dentro da faixa etária. Como vimos aqui, a escola não era uma realidade no Sertão. A cultura escolar era acessível a poucos. Por inúmeras razões, a maior parte da população sertaneja adulta era analfabeta. Não por acaso, no período aqui analisado a educação escolar para jovens e adultos foi ofertada em várias das unidades escolares do acampamento. É uma problema histórico e ainda não resolvido.

Nos primeiros anos de funcionamento a Escola Adozindo Magalhães abriu oferta para ensino de adultos analfabetos. Até a década de 1990, essa modalidade de ensino continuou sendo ofertada em algumas unidades escolares da empresa.

Ao concluir a etapa do ensino primário na modalidade para jovens e adultos, esses alunos eram encaminhados para as escolas Murilo Braga ou Adozindo Magalhães de Oliveira. Nelas, davam continuidade à escolarização.

¹³⁰ Adozindo Magalhães de Oliveira foi o primeiro diretor administrativo da Chesf, empossado em 15/3/1948. Era engenheiro da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, e faleceu em 14/6/1953.

¹³¹ O Ministério da Educação repassou Cr\$ 600.000,00 para a construção da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira (SOUZA, A., 1955).

¹³² O secretário de educação do Estado da Bahia, nesse período, era o educador Anísio Teixeira.

Os problemas de reprovação e evasão foram um desafio a enfrentar nas escolas da companhia voltadas à educação de jovens e adultos. Na Escola Alves de Souza, o número de alunos reprovados e desistentes era maior que o de aprovados, tornando-se problema para as diretorias das unidades escolares.

Para formar o quadro docente do ensino primário da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira, a companhia contratou algumas professoras que vieram de municípios da região e outras foram cedidas do quadro da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Quando do início das atividades do Ginásio Paulo Afonso¹³³, em 1952, a sua administração era da Fundação Educativa Paulo Afonso¹³⁴, criada com objetivo de administrar essa unidade educacional ginasial, haja vista a Chesf não ter obrigação legal para a oferta dessa modalidade (Relatório Anual de Inspeção, de 1964, nos anexos). No entanto, pensando na necessidade de uma unidade educacional com essa modalidade, os funcionários da companhia mobilizaram-se para fundar um ginásio. Para o Ginásio Paulo Afonso, o recrutamento de professores(as) foi realizado inicialmente no próprio acampamento e na Vila Poty. Os professores do ginásio eram, na grande maioria, funcionários da Chesf, engenheiros, normalistas, desenhistas, integrantes do Exército e uma professora formada no Conservatório de Música de Salvador, também normalista, além do padre do acampamento.

Esses professores eram funcionários da companhia e algumas esposas de técnicos e dirigentes que lecionaram de forma voluntária¹³⁵. A maioria do quadro de

¹³³ De acordo com a legislação nacional, o curso Ginasial era estruturado em 1º, 2º, 3º e 4º anos. No caso do Ginásio Paulo Afonso, funcionava na modalidade de Externato.

¹³⁴ Consta em diversos relatórios anuais de inspeção do Ginásio/Colégio Paulo Afonso uma declaração informando que a mantenedora dessa unidade educacional é a Fundação Educativa Paulo Afonso, o que indica que foi a maneira encontrada pela companhia e integrantes do acampamento que se mobilizaram para criação da escola como solução para o problema do ensino ginasial. De forma que, embora a Chesf não pudesse no início realizar investimentos diretos nessa escola, transferia recursos para essa entidade, que gerenciava tais recursos. Assim, a manutenção da unidade educativa era garantida com recursos exclusivos da companhia.

¹³⁵ Quando iniciou suas atividades em 1952, o Ginásio Paulo Afonso teve como primeiros professores: Efigênia Carvalho Soares Andrade, de Português e História Brasileira; Odette Rezende, Latim, Francês e Geografia Brasileira; Raymundo Carneiro Santiago (engenheiro), de Matemática; Roberto de Azevedo Montenegro (engenheiro), também professor de Matemática; Fausto Soares Andrade (engenheiro), História Brasileira; Consuelo Rezende Costa, professora de Canto Orfeônico; e Idalina Castro Wood, que, além de responder pela direção do ginásio, era professora de Trabalhos Manuais e Desenho. Em 1953, o corpo docente no curso Ginasial foi composto por: Mucio Mendonça de Lacerda (engenheiro), que lecionou Português; Padre João Evangelista de Carvalho Mattos, que lecionou Latim; André Jules Balança (engenheiro), que lecionou Francês; Roberto de Azevedo Montenegro (engenheiro), que lecionou Matemática; Reginaldo Sarcinelli (engenheiro), que lecionou História do Brasil; Fernando Dias Freitas (médico), que lecionou Geografia; Maria Neusa Dourado de Oliveira e Silva (normalista), professora de Canto Orfeônico; Tertuliano Vieira Factun (sargento da Polícia Militar

professores(as) do ginásio era formada por engenheiros, médicos e funcionários “graduados”, que, segundo a direção dessa escola, “colaboram à causa do Ensino com dedicação” (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1954).

O esforço para fundar as escolas primárias foi da companhia e contou com investimentos do Ministério da Educação e Saúde e da própria empresa, enquanto a iniciativa da oferta do ensino ginasial foi dos funcionários, principalmente os engenheiros. Quando em 1952 entrou em funcionamento o Ginásio Paulo Afonso (GPA), os professores de Geografia, Matemática, Português, História e Francês eram os próprios funcionários da companhia.

A presença de grande número de engenheiros no acampamento, detentores de capital cultural elevado, foi fundamental para a institucionalização do ensino no acampamento. O curso ginasial e os cursos técnicos contaram com o empenho desses profissionais. Lembremos que a legislação educacional vigente no período obrigava as empresas a implantar o ensino primário. No caso da instituição do ensino ginasial, secundário e técnico profissional, foi uma iniciativa da direção e dos funcionários. Pelas características do empreendimento – geração de energia elétrica e de obras de engenharias –, consequentemente grande quantidade de engenheiros trabalhando em Forquilha, esses profissionais tiveram papel central neste processo de instituição escolar. A educação escolar foi sendo instituída no Acampamento Chesf em função, principalmente da ação desses profissionais que assumiram para si o papel de “educar” trabalhadores e seus descendentes. Foi um projeto de “nação” e de modernização do país levado a cabo nessa região por estes profissionais. Eles assumiram a função de ensinar, já que, no início de constituição das escolas, havia dificuldades para contratar professores formados. Nos primeiros anos de

da Bahia), professor de Educação Física; e Idalina Castro Wood, com Trabalhos Manuais e Desenho. Nas turmas de 1º e 2º anos do Ginásio Paulo Afonso de 1954, os professores que lecionaram foram Mucio Mendonça de Lacerda (engenheiro), professor de Português; Lucia Maria de Carvalho Muricy (normalista), professora de Português; João Evangelista de Carvalho Mattos (padre), professor de Latim; André Jules Balança (engenheiro), professor de Francês; Hélio Gadelha Abreu (engenheiro), professor de Matemática; Roberto Azevedo Montenegro (engenheiro), professor de Matemática; Etelinda Viana Martins (normalista), professora do Admissão; Reginaldo Sarcinelli (engenheiro), professor de História Geral; Fernando Rezende (engenheiro), professor de Geografia; Idalina Castro Wood, professora de Trabalhos Manuais e Desenho; Hélio Cabral (desenhista), professor de Desenho; Consuelo Rezende Costa (normalista), professora de Canto Orfeônico; Maria Neuza Dourado de Oliveira e Silva (formada no Conservatório de Música de Salvador e normalista), professora de Canto Orfeônico; Eduardo Laime Néto (cabo do Exército), professor de Educação Física (I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1952/1953. I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO, 1954, ANEXOS).

funcionamento do ginásio, coube aos técnicos e funcionários de nível superior assumir as disciplinas do curso Ginásial.

No momento que a Chesf se instalou no Sertão da Bahia, estava vigorando a Constituição Federal, aprovada em 1946, que instituiu no Título VI, Capítulo II, Artigo 168, (BALEEIRO; SOBRINHO, 2015, p. 88) que:

III - As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV – As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, na forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores.

Esses dispositivos constitucionais instituindo obrigatoriedade da oferta educacional pelas empresas aos funcionários e seus filhos foram mantidos também na Constituição de 1967¹³⁶, tendo pequena modificação na redação, que retirou o indicativo de número de funcionários mínimo exigido na lei anterior para a obrigatoriedade da oferta educacional pelas empresas. A legislação educacional do Estado da Bahia também obrigava a oferta de educação primária por empresas instaladas em seu território aos filhos dos trabalhadores.

A Chesf, quando instalou unidades escolares de ensino primário no acampamento, obviamente estava atendendo à necessidade de oferta do ensino para os filhos de seus trabalhadores, técnicos e dirigentes, como estabelecido na legislação nacional. Porém, sua ação no campo educacional foi além de cumprir formalidade de lei. Embora também não se possa desconsiderar que a companhia foi necessitando cada vez mais de mão de obra qualificada e resolveu formar ela mesma seus trabalhadores, o projeto educativo se constituiu de caráter amplo e transformador para a população da região.

Considero também que para atrair e manter em Forquilha/Paulo Afonso os quadros de nível superior com as respectivas famílias foi necessário oferecer as condições de infraestrutura, saúde e educação. A Chesf transformou o acampamento

¹³⁶ A Constituição de 1967, no Título IV, Artigos 167 a 172, Da Família, Da Educação e Da Cultura, trazia, no Artigo 170, o seguinte texto: “As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos”. E no Parágrafo Único desse artigo: “As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores” (CAVALCANTI; BRITO; BALEEIRO, 2015, p. 131).

num campo educativo. O Estado, através da Chesf, formou um corpo de pessoal capaz de levar adiante o projeto de modernização.

Aqui, já apresentei análise que dá conta da ausência quase que completa de escolas na região do Sertão do São Francisco. Os centros urbanos ficavam distantes de Forquilha. Salvador, capital da Bahia, fica a cerca de 450 quilômetros de distância. A diretoria da Chesf precisou mobilizar grande número de técnicos de nível superior para as obras das usinas. A cada novo empreendimento, mais demanda de mão de obra. O tempo, até então cadenciado da vida no Sertão, passou por processo de aceleração. Transformações geográficas e culturais deram novo ritmo de vida às pessoas.

As três primeiras décadas foram de crescentes contratações de pessoas para trabalharem nas obras. Concluía-se uma usina e de imediato outra era iniciada. Era uma colmeia de trabalho. Para atrair engenheiros, advogados, médicos e outros profissionais detentores de formação superior e técnica, detentores de capital cultural e econômico, foi necessário montar uma infraestrutura de alto nível no acampamento, razão pela qual a diretoria da empresa justificou os investimentos nas áreas sociais.

Para realizar, em qualquer parte, uma obra do vulto da que está sendo construída em Paulo Afonso, era indispensável prever e prover com segurança tudo quanto fôsse considerado necessário ao bom rendimento, à melhor eficiência do trabalho. Tal necessidade avulta, evidentemente, quando se tem de trabalhar, como no caso de Paulo Afonso, em região situada em pleno sertão semi-árido, a grande distância de centros comerciais importantes e de portos aparelhados (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950, p. 4).

O ritmo dos trabalhos da primeira etapa do empreendimento de Paulo Afonso foi, no ano de 1950, mais acelerado que o anterior. O recebimento de máquinas e equipamentos promoveu a mecanização de serviços, dando ritmo acelerado às obras. Nesse ano, já estava concluída a construção do acampamento, com respectivos edifícios, rede de esgoto, de abastecimento de água e de energia elétrica fornecida pela usina piloto de 2.500 KVA.

A população residente em Forquilha era de aproximadamente 10.000 pessoas em 1950. Desse total, 5.000 moravam no acampamento, dos quais 3.000 trabalhadores da empresa, e outras 5.000, na Vila Poty. Ou seja, em dois anos, Forquilha recebeu uma população maior que muitos municípios da região (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950).

No início das atividades educacionais nas escolas fundadas no acampamento, a companhia forneceu aos alunos fardamento, merenda e sapatos (NASCIMENTO, L., 1998; COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950). Os filhos de engenheiros, médicos, advogados, técnicos de nível médio estudavam, nesse período, junto com os filhos dos “cassacos”, como eram apelidados os trabalhadores sem formação escolar.

Os dados compilados do relatório da diretoria mostram que, entre 1949 e 1950, o número de alunos mais que triplicou. Assim como os recursos para merenda escolar, uniformes e calçados. Parte desses recursos eram repassados pelo Governo Federal, mas a maior parte era de recursos próprios. Outro problema que observamos na tabela abaixo é o da frequência dos alunos no início das atividades escolares. É possível que tenha ocorrido resistência das famílias no sentido da escolarização dos filhos. Ao longo do funcionamento dessas escolas, um fato que se constituiu em problema de evasão foi a constante transferência de trabalhadores que permaneciam pouco tempo em Forquilha/Paulo Afonso.

Tabela 3 – Dados da Escola Primária Adozindo Magalhães de Oliveira em 1950

Natureza do serviço	1948	1949	1950
Matrícula	-	-	557
Frequência	-	165	373
Merenda distribuída	-	Cr\$ 7.695,00	Cr\$ 39.889,40 ou 74.391
Uniformes	-	Cr\$ 14.705,30	Cr\$ 45.162,60 ou 547
Calçados	-	Cr\$ 3.082,00	Cr\$ 8.520,00 = 270 pares

Fonte: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Relatório de 1950; adaptado pelo autor.

Ao lado da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira foi construído outro edifício, anexo, para funcionar a Escola de Ensino Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Delmiro Gouveia, através de convênio realizado entre Chesf e Senai, que, além de equipar a unidade educacional era a sua mantenedora. Essa unidade de ensino entrou em funcionamento também em 1950, pois, como já citado,

a Chesf, além de obrigada por lei a ofertar cursos de aprendizagem para os alunos trabalhadores menores, demandava mão de obra para funções de carpintaria, pedreiro, eletricista, ferreiro e marceneiro. A maioria dos que chegavam era analfabeta e em muitos casos nunca tinham exercido qualquer profissão.

A escola do Senai¹³⁷ oferecia exatamente cursos que supriam a carência da empresa. Levando em conta que a mão de obra não especializada contratada foi abundante, esses trabalhadores iam sendo formados no próprio acampamento. Para as meninas, foram oferecidos os cursos de corte e costura e prendas domésticas.

Como a grande maioria da mão de obra não especializada era de pessoas de baixo capital cultural e econômico, a empresa implantou uma série de ações de caráter educacional e de higiene, o que de certa forma demonstra como ela desenvolveu de forma ampla um conjunto de medidas instituidoras de cuidados com a saúde, a higiene, a alimentação e esporte, e instituiu uma vida social modernizadora de *habitus*.

Uma das primeiras preocupações da diretoria da empresa e seu corpo técnico foi o alto índice de mortalidade infantil e de desnutrição das crianças. Essa preocupação levou a companhia a instalar com apoio do Ministério da Educação e Saúde, um posto de puericultura, com vistas ao atendimento dos filhos dos moradores do acampamento e da Vila Poty. As condições de vida da população da área de influência da cachoeira de Paulo Afonso e, principalmente, dos moradores que iam fixando residência na Vila Poty, sem condição de alimentação e saúde, eram as principais causas do alto índice de mortalidade.

Se no acampamento a infraestrutura das residências era dotada de água encanada, energia elétrica, ruas asfaltadas e as famílias recebendo subsídio para compras de alimentos a custo menor que o praticado no comércio regional, a população residente na Vila Poty não tinha água canalizada nas residências, não teve inicialmente acesso à energia elétrica, as ruas não eram asfaltadas, os esgotos corriam a céu aberto ocasionando doenças, principalmente nas crianças. Essa situação levou a companhia a adotar medidas de saúde para a população: fundou um hospital com maternidade, posto de puericultura, atendimento dentário, tratamento de água e esgotamento sanitário.

Novas práticas de cuidado com o corpo, com a saúde e novos *habitus* foram sendo instituídos para a população do acampamento. No caso das ações de saúde,

¹³⁷ O diretor regional do Senai no ano de 1950 era Eduardo Matos.

elas foram estendidas para a população da região. Um dos fatores foi a completa ausência de assistência à saúde por parte do poder público, e outro fator era o receio de que epidemias atingissem os trabalhadores e seus familiares.

O posto de puericultura realizava atendimento médico diário, vacinação, aplicação de injeções e distribuição de leite. Os dados que compilei na tabela abaixo trazem informações importantes do trabalho de cunho pedagógico de orientação higiênica das crianças e suas famílias realizado no posto. Mais uma vez, pela via da educação, a companhia buscava instituir novas práticas e *habitus* de saúde e higiene na população.

Tabela 4 – Serviços realizados pelo posto de puericultura em 1950

Natureza do serviço	1948	1949	1950
Crianças matriculadas	-	-	1.799
Crianças atendidas (menos as vacinadas)	-	-	10.635
Crianças atendidas pelo médico	-	-	4.973
Crianças atendidas pelo enfermeiro	-	-	5.662
Consultas em assistência médica	-	-	3.874
Consultas em higiene infantil (1 ano)	-	-	613
Consultas em higiene pré-escolar (1 a 6 anos)	-	-	481

Consultas em higiene escolar (7 a 14 anos)	-	-	15
Curativos realizados	-	-	1.451
Injeções aplicadas	-	-	4.211
Vacinas antitíficas realizadas	-	-	7.266
Vacinas antivariólicas realizadas	-	-	5.790

Fonte: CIA. HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950; adaptado pelo autor.

O acampamento como espaço social, categoria pensada na perspectiva de Bourdieu (2011), foi se transformado pela ação dos agentes detentores de capital cultural em um espaço social moderno. Os equipamentos e a infraestrutura foram instituindo um novo estilo de vida para a maioria da população, que não tinha acesso até então.

Como microcosmo, o acampamento deve ser compreendido nas disposições e trajetórias dos *habitus* dos agentes históricos. Nesse sentido, “[...] a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possível” (BOURDIEU, 2011, p. 78). Contexto esse que nos ajuda a compreender a instituição de *habitus* modernos pelos dirigentes, técnicos e trabalhadores do acampamento.

A população do acampamento tinha na sua composição uma grande maioria oriunda dos sertões do Nordeste, sem acesso a educação, saúde pública e condições de moradia decente. Neste sentido, instituiu-se no acampamento medidas de saúde e cuidado com o corpo, que aos poucos foram se instituindo como *habitus* pela maioria da população residente. As medidas implantadas pela empresa foram instituidoras de um conjunto de procedimentos que se desenvolveram sob a orientação dos dirigentes do empreendimento. Atividades cívicas e educacionais foram instituídas e instituidoras de práticas sociais. De certa forma, instituiu-se em caráter amplo um programa “civilizacional” e “modernizador” de *habitus* para a maioria dos moradores.

O tradicional mundo rural sertanejo foi sendo substituído para os moradores do acampamento por um estilo de vida urbana e moderna até então desconhecido da maioria dos trabalhadores. Atividades sociais, esportivas, culturais foram sendo implementadas. Foi um programa “civilizacional” que a companhia instituiu. Nesse sentido, as escolas também instituíram ritos e *habitus* para a comunidade estudantil e, de certa forma, para os moradores do acampamento.

O Sertão do São Francisco, cujas transformações econômicas e sociais eram até então cadenciadas por ciclos lentos, vivenciou, de forma acelerada e em curto espaço de tempo, mudanças em caráter definitivo na vida social e econômica regional.

Os *habitus* dos agentes com elevado capital cultural, sendo, no caso, os dirigentes da companhia, engenheiros, médicos, professores, advogados e técnicos que residiam no acampamento, na maioria vindos dos grandes centros urbanos, portanto, de modos de vida modernos, instituíram no cotidiano do acampamento estilo de vida que de certa forma se tornou predominante. Alguns *habitus* desse grupo foram sendo incorporados pelos trabalhadores. Os habitantes originários do interior do Nordeste foram sendo incorporados e se incorporam a um estilo de vida de moldes modernos e “civilizados”, segundo a ótica dos agentes detentores de capital cultural.

Por outro lado, as escolas foram sendo instituidoras de ritos e *habitus* e institucionalizaram uma cultura escolar no Sertão. As escolas desenvolveram um programa em diversas dimensões. A Chesf foi implantando escolas de educação infantil ao ensino técnico profissionalizante, constituindo um corpo de profissionais da educação de alto nível profissional.

A ausência de serviços públicos essenciais para atender a população que se aglomerava no entorno do acampamento trouxe preocupação para os diretores da companhia. O atendimento hospitalar e dentário ocorria “não só por espírito de humanidade, como também para garantia de segurança sanitária, tranquilidade e segurança social dos que habitam no Acampamento” (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1952, p. 11).

A situação de miséria da maioria dos moradores de Forquilha/Paulo Afonso foi um dos fatores que levaram a Chesf a adotar programas sociais para atender a população. O presidente da companhia registrou em relatório dirigido aos acionistas uma razão dos investimentos que eram realizados nas áreas sociais:

Outros serviços necessários à administração e manutenção da pequena cidade estão a cargo da própria Companhia, que, por falta de serviços públicos adequados na região, atende, em suas organizações assistenciais, a muitas pessoas a ela estranhas. Evidentemente, isto onera os nossos serviços administrativos mas seria impossível, por ser desumano, agir de outra forma. Esperamos que os Poderes Públicos e organizações de assistência social existentes, para algumas das quais a CHESF contribui com quotas obrigatórias, venham cooperar eficientemente conosco na função social que estamos exercendo na região e que, a rigor, não é da nossa atribuição (CIA. HIDROELETRICA DO SÃO FRANCISCO, 1951. p. 5).

Outra frente de atuação a área da saúde realizada pela Chesf foi o trabalho realizado de assistência odontológica à população do acampamento e região (conforme procedimentos apresentados na tabela abaixo); praticamente metade da população de Forquilha foi atendida.

Tabela 5 – Serviços dentários realizados pela companhia em 1950

Curativos e extrações	6.250
Obturações	411
Radiografias	286
Radioscopias	167

Fonte: Cia. Hidro Elétrica do São Francisco, 1950.

A ampliação das usinas, instalações de linhas de transmissão e subestações requeriam cada vez mais mão de obra técnica especializada. Para resolver o problema da ausência de profissionais¹³⁸ com formação técnica para atuar no setor elétrico a companhia criou um Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA) na década de 1960.

Ao entrar em funcionamento, esse centro passou a integrar o complexo educacional da companhia. O projeto educacional escolar ofertava as modalidades de educação infantil, ensino primário, admissão, ginásio, secundário e técnico profissionalizante, além da educação de jovens e adultos. A Chesf já se constituía enquanto empresa a desenvolver um programa educacional escolar moderno no Sertão. O programa desenvolvido nos moldes pedagógicos e preceitos da nova

¹³⁸ Conforme Luiz Fernando Motta Nascimento, as pessoas da região, admitidas pela Chesf, eram em grande parte vaqueiros, agricultores, ex-cangaceiros etc., os quais foram treinados na própria obra. Esse perfil exigiu da Chesf a instalação de cursos junto com o Senai. Adultos e jovens eram treinados para serem aproveitados nos quadros técnicos da Chesf. A primeira turma do curso técnico tinha 140 alunos, 80 meninos, fazendo cursos para torneiros, ajustadores mecânicos etc., e 60 meninas, nos cursos de corte e costura e prenda domésticas (NASCIMENTO, L., 1998).

escola. A população de Paulo Afonso, especialmente do acampamento incorporou a cultura escolar.

Para que esse processo fosse instituído, a Chesf teve que enfrentar o problema da falta de professores habilitados para levar adiante o projeto educacional. Precisava de um corpo de agentes detentores de capital cultural, no caso professores, capazes de desenvolver um projeto educativo nessa comunidade com vistas a inserir a população na nova sociedade em desenvolvimento. Incorporá-la através do domínio da cultura letrada e da técnica ao mundo moderno, onde progresso e industrialização requerem habilidades que só a formação cultural é capaz de promover. Se no primeiro momento quadros da companhia assumiram a tarefa da educação, posteriormente, a Chesf recrutou professores com habilitação voltados especificamente para a missão educacional. Isso ocorreu paulatinamente, até o momento em que o quadro de profissionais da educação atuando nas escolas da Chesf foi quase que integralmente formado por pessoas com formação no campo educacional.

A década de 1970 significou, do ponto de vista dos profissionais da educação das escolas da Chesf, o momento que todo o quadro educacional foi organizado com profissionais devidamente qualificados. Foi a consolidação de uma equipe técnica educacional voltada especificamente ao projeto educativo. A tarefa exigia um conjunto de profissionais detentores de capital cultural que compreendessem e empreendessem uma verdadeira missão educacional.

Quando entraram em funcionamento, as escolas primárias tinham no seu quadro funcional professoras¹³⁹ normalistas, formadas em geral em capitais do Nordeste ou cidades de médio porte. As professoras primárias recebiam salários acima da média pagos na região e incentivos como moradia.

Se para o ensino primário a companhia não teve maiores dificuldades para a contratação de professoras, o mesmo não ocorreu com os ensinos ginásial e secundário. Nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Paulo Afonso, os professores e professoras do ensino ginásial eram funcionários da empresa, que realizavam o trabalho docente voluntariamente.

¹³⁹ Farta documentação levantada sobre as professoras e o ensino primário nas escolas da Chesf em Paulo Afonso renderam os primeiros frutos como resultado desta tese. Utilizando fontes, entrevistas e documentação escrita de professoras do ensino primário, a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Laíse Soares Lima, realiza estudo intitulado: *Reflexões dos discursos e das memórias sobre a educação da criança no acampamento Chesf (194 –1980)*.

Em 1956, o quadro de professores atuando nessa modalidade de ensino já contava com alguns profissionais formados na Faculdade Fluminense de Filosofia, Faculdade de Filosofia do Recife e Faculdade de Filosofia do Distrito Federal (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1956, ANEXOS). A primeira contratação de professor para o Ginásio Paulo Afonso ocorreu em 1956¹⁴⁰. Outros dois professores recebiam gratificação (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1956, ANEXOS).

A administração das escolas primárias era diretamente responsabilidade da companhia, mantenedora do ensino primário¹⁴¹, apesar de receber apoio da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia e do Ministério da Educação e Saúde. Para a gestão do Ginásio Paulo Afonso, foi criada a Fundação Educacional Paulo Afonso, administrada por funcionários da empresa de forma voluntária; a Chesf repassava recursos para a sua manutenção. A participação da empresa se dava também através da cessão de funcionários para ministrarem aula nesse estabelecimento.

A obrigatoriedade da oferta do ensino primário para as empresas como dispositivo constitucional possibilitava a aplicação direta de recursos financeiros por parte da companhia. Isso explica os investimentos realizados pela diretoria da companhia, prestando contas aos acionistas da empresa.

Estatutariamente não havia previsão orçamentária para a aplicação direta de recursos financeiros para o ensino ginasial¹⁴². Do ponto de vista da legislação, não

¹⁴⁰ Em 1956 e 1957, foram contratadas as dispensas da companhia para trabalharem no Ginásio Paulo Afonso o senhor Francisco Pires Braga, com remuneração mensal de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), a senhora Meirice Freire da Silva, com gratificação mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e a professora Elvira Ferreira da Rocha, que recebia Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por aula (GINÁSIO PAULO AFONSO. I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1956 e 1957. ANEXOS). No ano de 1958, dos professores que lecionavam no Ginásio Paulo Afonso, apenas dois eram contratados com regime de dedicação integral: João Alves Neto, com remuneração de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), e Edmar Uchôa Queiroz Pierre, com vencimentos de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros). O primeiro dava aula de Canto Orfeônico e o segundo, de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia (GINÁSIO PAULO AFONSO. I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1958. ANEXOS). Já em 1960, os professores contratados eram Aluiz Tenório de Brito, Carlos Veloso de Melo e Zilá Magalhães de Oliveira, com salários mensais de 12.000,00 (doze mil cruzeiros). Os demais passaram a receber, a título de gratificação por aula dada, o salário base de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros) (GINÁSIO PAULO AFONSO. I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1960. ANEXO). Aos professores do curso noturno, o salário base era de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

¹⁴¹ Para a direção das escolas primárias, a companhia designou uma professora do quadro da Secretaria de Educação da Bahia. No caso do Ginásio Paulo Afonso, foi designada como primeira diretora Idalina Castro Wood.

¹⁴² Por ocasião da inauguração do Clube Operário, em outubro de 1949, onde estava presente o presidente da República general Eurico Gaspar Dutra, foi feita uma solicitação ao presidente para que o Governo Federal construísse o ginásio. Mesmo comprometendo-se a estudar a possibilidade, o solicitado apoio não se concretizou.

constituía obrigatoriedade às empresas a oferta dessa modalidade educacional. A solução encontrada frente à demanda desse ensino por funcionários e filhos foi a criação de uma instituição que realizasse a administração da unidade educacional. O repasse de recursos de forma indireta se justificava pela prioridade dessa escola na oferta do ensino ginasial aos filhos dos funcionários e dirigentes da empresa. Embora sua participação financeira no início de funcionamento do ginásio¹⁴³ ocorresse de forma indireta, a escolha do seu corpo de dirigentes e professores se dava através de entendimentos realizados entre os trabalhadores e sua direção. Ou seja, os diretores e professores eram pessoas vinculadas à própria Chesf e dela dependiam.

Como o acampamento estava localizado na Bahia, as unidades escolares da Chesf estavam subordinadas à legislação educacional desse estado. Sua fiscalização e acompanhamento cabiam ao inspetor federal do ensino, que atuava como inspetor local¹⁴⁴. A indicação desse inspetor nas três primeiras décadas do projeto educacional da companhia era exercida por membros próprios ou pessoas por ela indicadas. Esses inspetores fiscalizavam o funcionamento das unidades educacionais e assinavam, junto com a direção das escolas, os relatórios de inspeção encaminhados à Inspetoria sediada na capital.

Durante as primeiras décadas de funcionamento do Ginásio Paulo Afonso, os professores e demais profissionais do ensino que trabalhavam nessa unidade escolar recebiam autorização do Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria de Ensino Secundário, para atuarem nas escolas do acampamento. Posteriormente, como previsto na legislação do ensino implementada por Anísio Teixeira, devido à ausência de recursos humanos qualificados na área da educação, a Secretaria de Educação da Bahia passou a autorizar o exercício do magistério por pessoas não habilitadas, a título precário ou definitivo.

Ao encerrar o prazo de autorização para lecionar a título precário, e não tendo alcançado a habilitação da área de atuação educacional, o funcionário tinha encerrado por definitivo tal permissão. Alguns profissionais que trabalhavam em atividades docentes ou administrativas em escolas da Chesf foram impedidos de continuar desenvolvendo-as por não conseguirem formação na área no tempo estipulado e por

¹⁴³ Segundo Alves de Souza (1955), o Ginásio Paulo Afonso foi criado e era, nos primeiros anos de funcionamento, mantido pela Fundação Paulo Afonso.

¹⁴⁴ Os primeiros inspetores federais a acompanharem o funcionamento do Ginásio Paulo Afonso foram Newton Roberval de Oliveira Couto e Lourival Burgos Muccini (I RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1952/1953. ANEXO).

não se adequarem à legislação educacional vigente no estado. Um fato que confirma essas medidas é o documento que analisamos a seguir. Trata-se de ofício encaminhado à direção do Colégio Paulo Afonso pela Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, onde observa-se a comunicação entre as partes. No caso, o Conselho Estadual de Educação orientou a escola para o cumprimento de pareceres do Conselho Federal de Educação e Conselho Estadual. Em consulta sobre a possibilidade de continuar desenvolvendo atividades em unidade escolar da Chesf em Paulo Afonso, um funcionário se dirigiu ao Conselho de Educação, tendo recebido a seguinte resposta:

De ordem, cumpre-nos comunicar a V. S^a. que face ao que determina o Parecer nº. 1.706/73 do Conselho Federal de Educação, a autorização que lhe foi concedida finda o seu prazo a 31 de dezembro do ano em curso. Esclarecemos, ainda, que por não ser renovável a autorização, fica V. S^a. impossibilitado, a partir de janeiro de 1979, a assinar qualquer documento escolar (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1978, ANEXOS).

Essa autorização era fornecida pelo Conselho Federal de Educação e, após aprovação da Lei nº 5.692/71, passou a ser emitida pela Secretaria de Educação da Bahia¹⁴⁵.

Outro caso que trago para ilustrar essa situação é o requerimento de uma secretária do Colégio Paulo Afonso, que, após análise da Secretaria de Educação, expediu documento de autorização de exercício profissional pela Divisão de Organização Escolar da Secretaria de Estado da Educação.

AUTORIZAÇÃO Nº 0023/74

Face ao requerido pela Professora GLEIDE MARIA DA LUZ MENEZES, através do processo Nº 057001/74 e com base no Parecer 1706 do Conselho Federal de Educação do ano de 1973, autorizo a requerente a exercer, a título precário, por 5 (cinco) anos a função de Secretária do Serviço de Ensino Integrado – SPEI, situado em Paulo Afonso, Estado da Bahia (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1974, ANEXOS).

¹⁴⁵ O Conselho Estadual de Educação da Bahia, através da Resolução nº 599/1979, fixou normas para autorização precária para o exercício das funções de diretor, vice-diretor, secretário e secretário Adjunto de estabelecimentos de 1º e 2º graus. Anteriormente, o Departamento de Ensino do Segundo Grau, tendo em vista a Lei nº 5692/71 e a Resolução nº 129/72, do Conselho Estadual de Educação, através do processo 04922/74, autorizou um grupo de professores a lecionar no Colégio Paulo Afonso com possibilidade de renovação de até duas vezes. Essa autorização vigorou de 30/6/1974 a 30/6/1976.

Quem não tinha habilitação para atuar na área de ensino precisava requerer autorização¹⁴⁶, que quando atendida era emitida em caráter provisório, de forma que, para continuar atuando na educação, o profissional deveria buscar formação na área educacional. Até mesmo dos servidores da área administrativa era exigida formação adequada para o desempenho de funções educacionais.

Em 1982, a Secretaria de Educação da Bahia encaminhou ofício circular às unidades educacionais do estado com novas orientações sobre a relação de documentos a serem apresentados pelos requerentes à autorização para lecionar, para exercício das funções de diretor, vice-diretor e secretário. Segundo o teor desse, o objetivo era simplificar a burocracia, diminuindo o número de documentos solicitados (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1982, ANEXOS).

No caso do exercício, a título precário das funções de secretário e secretário adjunto de estabelecimentos de 1º e 2º graus, o Conselho Estadual de Educação emitiu outra resolução, de nº 1.793/87, prorrogando vigência das autorizações pelo prazo de cinco anos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1987, ANEXOS).

Os registros dos profissionais que atuaram nas escolas da Chesf, principalmente no Ginásio Paulo Afonso, posteriormente Colégio Paulo Afonso, Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso e Escola Rural Simões Lopes, comprovam que, até esse período, o quadro geral de professores dessas unidades escolares era formado por engenheiros, técnicos, médicos, militares etc.

A exigência legal para atuação de profissionais da educação devidamente habilitados em suas áreas e a reformulação do projeto educacional da empresa no início da década de 1970 foram fundamentais para que a partir da década de 1970, a companhia instituísse uma política de substituição dos profissionais que atuavam no ensino sem formação por um quadro de pessoal com formação nas áreas de ensino. Os engenheiros, técnicos, médicos, militares e outros profissionais não habilitados para a educação foram sendo substituídos. Tal medida consistiu na composição de um quadro profissional da educação bastante significativo do ponto de vista quantitativo, o que demonstra a grandiosidade do projeto e a sua importância para a

¹⁴⁶ A autorização para lecionar era encaminhada ao diretor do ensino secundário, do Ministério da Educação e Cultura, até o fim da década de 1970. Posteriormente, passou a ser atribuição da Diretoria Regional de Educação (Direc), órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Tal solicitação através de requerimento era acompanhada de diploma ou certificado do requerente, carteira de identidade, 2 fotografias (2x2), declaração de idoneidade do diretor da unidade escolar.

empresa. Esse corpo de profissionais passou a ter forte influência na vida social e cultural do acampamento e, por que não, da cidade de Paulo Afonso.

Quem atuava nas escolas e tinha formação no campo da educação tinha que comprovar junto ao órgão competente, que, por sua vez, emitia autorização para o desempenho da função. O profissional recebia um número de registro e uma carteira (Certificado de Registro de Professor), emitida pela Delegacia Regional (DR-2) do Ministério da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1979, ANEXOS).

Quando não tinha formação na área educacional, era emitida outro tipo de carteira (Autorização Precária) com prazo de validade, geralmente, de três a cinco anos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1994, ANEXOS).

Para que fosse requerida autorização do profissional das escolas da Chesf, a direção da escola ou do órgão coordenador das atividades educacionais da empresa emitia um “atestado de idoneidade moral”. Nas primeiras décadas, esse atestado era emitido pela direção da escola ou pelo juiz de direito da comarca local (ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL, ANEXOS).

O quadro geral dos profissionais que atuaram nas escolas da Chesf no acampamento de Forquilha/Paulo Afonso era bastante diversificado. Tanto nas suas origens, o que muito pode dizer sobre suas culturas, *habitus*, histórias de vida etc., como referente às respectivas habilitações. Ao longo das atividades educacionais no acampamento, foram contratados profissionais das mais diversas localidades do país e formação em diferentes instituições.

O levantamento do registro funcional dos profissionais da educação que atuaram nas escolas da Chesf possibilitou trazer a conhecimento suas respectivas formações e análise do perfil desses profissionais. Nesse sentido, a Chesf contratou professores com formação em Ciências Biológicas, formados na Universidade Católica de Salvador (BA); Letras, na Universidade Federal de Pernambuco; Geografia, na Universidade Católica de Salvador; Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, na Universidade Católica de Salvador; Desenho e Plástica, na Universidade Federal de Pernambuco; Letras, na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina; Educação Física, na Escola Superior de Educação Física (Fesp); Ciências, na Universidade Regional do Cariri; Ciências Biológicas, na Universidade Federal de Pernambuco; Letras com Inglês, na Faculdade de Formação

de Professores de Arcoverde; Licenciatura Plena em Educação Física, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Desenho e Plástica, na Universidade Federal da Bahia; Educação Física, na Faculdade de Educação Física de Santos; e Física, na Universidade Federal de Sergipe.

Por esse levantamento geral, constata-se a diversidade de áreas de formação dos profissionais que atuaram nas escolas da Chesf em Paulo Afonso nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Verifica-se, pela análise desses documentos, que esses profissionais saíram das mais diversas regiões do país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ANEXOS).

Em razão dos cursos técnicos oferecidos pela Chesf em nível de 2º grau, alguns funcionários de nível técnico ou superior continuaram atuando no ensino de matérias específicas de cursos técnicos. Nesse caso, solicitavam e recebiam autorização emitida pelos órgãos de educação a título precário para trabalharem nas escolas. Percebe-se uma mudança de atuação, haja vista que no início de atividades a carência de professores era suprida pelo seu quadro técnico. Engenheiros davam aulas de Matemática, Física, mas também de História, Geografia, Francês e Português; médicos atuavam geralmente lecionando Biologia e Ciências. Outros profissionais da companhia também atuavam no ensino, como: dentistas, farmacêutica, assistente social, militares do Exército (capitão, aspirantes, tenente). Esse último caso foi predominante na segunda metade da década de 1960, onde militares lecionavam e dirigiram o Ginásio Paulo Afonso. Nas demais unidades escolares, o preenchimento das vagas na direção e no ensino profissional prevaleceu com pessoas vinculadas à companhia.

Os primeiros engenheiros que atuaram como professores do Ginásio Paulo Afonso foram Mucio Mendonça de Lacerda, André Jules Balança, Hélio Gadelha de Abreu, Roberto de Azevedo Montenegro, Reginaldo Sarcinelli, Fernando Rezende, Dietrich Behrndt e Bret Iôlas de Cerqueira Lima. Médicos também lecionavam: Fernando Dias Freitas, Lourival Burgos Muccini e Edison Teixeira Barbosa. Vários outros profissionais da companhia trabalharam nas diversas escolas.

Não por acaso, os engenheiros tiveram atuação na instituição desse projeto educativo. Marta de Carvalho (1989) e Nagle (1976) destacam nos seus trabalhos a atuação dos engenheiros no campo educacional. Para Nagle (1976, p. 115),

A implantação de novos pré-requisitos do capitalismo no Brasil – principalmente os sinais do desenvolvimento urbano-industrial, estimulou, por antecipação, o aparecimento de um clima social, cuja nota característica consistia num desejo de prosperidade nacional. No campo da escolarização, isso se traduziu sob a forma de preocupação com o ensino técnico-profissional, capaz de formar a mão-de-obra nacional e fazer, da civilização brasileira, uma civilização eminentemente “prática”, como “práticas” eram as mais modernas e avançadas civilizações do mundo contemporâneo.

Os técnicos ou profissionais de nível superior que desempenhavam atividades docentes a título precário contribuíram, embora não tendo formação docente para a existência de um quadro de profissionais com boa formação atuando no ensino das escolas da Chesf. Graças a eles foi possível suprir a carência de professores nos primeiros anos de funcionamento das escolas do acampamento. De certa forma, esses profissionais contribuíram para que fosse institucionalizada uma cultura escolar no acampamento. Posteriormente, coube diretamente aos educadores a tarefa educativa quando as condições estavam postas, porque, até então, foi o quadro técnico da companhia que assumiu diretamente essa tarefa.

Esse projeto iniciado pela Chesf foi incorporado pela maioria da população, formada por trabalhadores que não tinham formação escolar, mas que incorporaram uma cultura escolar. Se ao chegarem no acampamento a maioria dos trabalhadores eram analfabetos, as gerações seguintes formadas por seus filhos vivenciaram a cultura da escola. Os filhos dos trabalhadores da Chesf, independente da função, foram sendo incorporados e incorporando capital cultural adquirido na escola.

Se Paulo Afonso é uma ilha, o acampamento da companhia pode ser considerado uma ilha de escolas ao instituir a escolarização para a sua totalidade de habitantes. Se fora do acampamento e na zona de confluência da cachoeira a população continuou excluída do acesso à educação escolar, a Chesf cuidou de institucionalizar a cultura escolar no seu domínio territorial.

A dimensão desse projeto educacional instituído nessa região deve ser analisada além dos resultados alcançados pela incorporação dos alunos contratados pela própria companhia e diversas outras empresas do setor de energia do Nordeste e do Brasil. Além de técnicos em elétrica, mecânica, agrícola, foram formados contadores, técnicos em laboratório, enfermeiras. Esses profissionais foram sendo incorporados aos mercados de trabalho local, regional e nacional. Grande foi o contingente de alunos que ingressou em cursos superiores nas diversas universidades do país e do exterior. O que se deve a diversos fatores, como nível de

excelência dos profissionais da educação dessas escolas, infraestrutura e proposta pedagógica etc., que garantiam uma boa qualidade do ensino.

Os programas curriculares adotados nas escolas da companhia foram construídos e modificados ao longo dos tempos. Um ensino de certa forma rígido e reconhecidamente de boa qualidade. A Secretaria de Educação da Bahia homenageou a companhia por ser modelo educacional no estado e aplicar de forma referencial a Lei 5.592/71.

Como de início do projeto educativo da Chesf apenas se ofertava ensino primário e ginásial, a adoção do curso de Admissão¹⁴⁷ passou a ser um instrumento de avaliação do ensino dos alunos oriundos das escolas primárias. Instituiu-se um rito de passagem, digno de acompanhamento das mais diversas autoridades da companhia e da educação na Bahia. Os exames de admissão eram revestidos de grande expectativa pela comunidade educacional. Na presença do inspetor federal de Ensino, a Comissão Examinadora¹⁴⁸ formada por professores aplicava os exames para os alunos.

Nas décadas de 1950 e 1960, o inspetor federal Newton Roberval de Oliveira Couto era o responsável por acompanhar os exames realizados no ginásio. Havia um curso preparatório ao exame de admissão ofertado aos alunos concluintes da educação primária e candidatos ao ginásio. Cabia à professora¹⁴⁹ do curso de Admissão presidir anualmente os exames (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1961, ANEXOS).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, dispensou a realização do Exame de Admissão para ingresso na 1ª série do ginásio em face da reorganização do ensino em ciclos de 1º e 2º graus. Acompanhando a legislação educacional vigente, a direção do Ginásio Paulo Afonso

¹⁴⁷ Para aprovação dos alunos(as) no exame de Admissão o Ginásio Paulo Afonso adotou as Médias aproximadas de acordo com a Portaria 128 de 16 de abril de 1959, artigo 1º § único.

¹⁴⁸ A Comissão Examinadora dos Exames de Admissão realizados nos dias cinco, seis e sete de dezembro de 1960 foi formada pelos Professores Aluiz Tenório de Brito, Professor de Português, Carlos Velozo de Melo, Professor de Francês, Zilá Magalhães de Oliveira, Professora de História do Brasil, História da América e História Geral, Mário Barbosa de Moura Sobrinho, Professor de Geografia do Brasil e Etelvina Viana Martins, Professora do curso de Preparação ao Exame de Admissão. Dos professores em atividade no Ginásio neste ano de 1960, apenas Aluiz Tenório de Brito, Carlos Veloso de Melo e Zilá Magalhães de Oliveira eram contratados com salário de Cr\$ 14.000m00 (catorze mil cruzeiros). Os demais recebiam a título de gratificação por aula dada, o salário base de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros). (GINÁSIO PAULO AFONSO. PAULO AFONSO – BAHIA. SALÁRIO AULA – BASE DOS PROFESSORES. ANEXO).

¹⁴⁹ O curso preparatório ao exame de admissão era ministrado pela professora Etelvina Viana Martins.

propôs que fosse suprimido o artigo do regimento escolar que previa a realização do referido exame. A partir de então, deixou de ser realizado. No acampamento da Chesf em Forquilha, o exame de admissão enquanto existiu constituiu-se num verdadeiro rito de passagem.

Vários dos profissionais que trabalharam nas escolas da Chesf prestaram exames de suficiência e receberam autorização para o trabalho docente. Entre os primeiros professores que não tinham habilitação nas áreas de educação que se submeteram ao exame, estavam: Dillon Alves da Silva, Hélio Gadelha de Abreu, Edison Teixeira Barbosa, Mário Barbosa de Moura Sobrinho, Elvira Ferreira Rocha, José Gomes Barbosa, Ademar Júlio Pereira Cabral, Irina Ewanow, Cláudio Madeira de Melo, tendo sido todos aprovados (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1957, ANEXOS).

Das poucas pessoas que atuaram sem habilitação nesse período, estavam Lindinalva Cabral dos Santos, que lecionava a disciplina Trabalhos Manuais sem ter registro profissional e Maria de Lourdes Rennó Carneiro, professora de Canto Orfeônico.

Alguns profissionais contratados pela Chesf para trabalhar nas obras das usinas eram estrangeiros. Aliás, foram inúmeros os que atuaram em Paulo Afonso. Alguns desses também exerceram função docente, como o aqui já citado engenheiro André Jules Balança, que era francês e lecionava a disciplina de Língua Francesa. Outro da mesma nacionalidade a lecionar em Paulo Afonso foi Jean Lièvre¹⁵⁰, também na disciplina de Francês. A americana Patrícia Maloney lecionou a disciplina de Inglês.

A Chesf foi assumindo paulatinamente a administração e manutenção do Ginásio Paulo Afonso que logo passou a ser a maior e principal escola do complexo educacional da empresa.

A partir de 1959, depois de exames de suficiência a que foram submetidos a maioria dos professores que trabalhavam nas escolas da Chesf, boa parte já tinha registro de professor (GINÁSIO PAULO AFONSO, 1959, ANEXOS).

Com a parceria da Chesf com a Secretaria de Educação da Bahia, em 1952 a Escola Adozindo Magalhães de Oliveira, a primeira escola do acampamento da Chesf em Forquilha em edifício próprio ofertando o ensino primário¹⁵¹, funcionou com 26

¹⁵⁰ Esse francês foi designado pela Électricité de France para coordenar a instalação e o funcionamento do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso.

¹⁵¹ Quando entrou em funcionamento em 1950, essa escola foi dirigida pela professora Antonieta Moraes. Essa unidade escolar adotou o currículo oficial do Estado da Bahia. Com a criação de mais duas escolas, passou essa professora também a responder pela direção delas. Ou seja, as Escolas

turmas e um quadro de 22 professoras. Dessas, o Governo da Bahia cedeu 11 professoras através da Secretaria de Educação e as demais foram contratadas pela Chesf.

O andamento das obras da Usina Paulo Afonso em ritmo acelerado exigiu a contratação de mais pessoas, aumentando consideravelmente a população do acampamento e da Vila Poty, desencadeando mais demandas por escolas.

Com o apoio do Governo Federal através do Ministério da Educação e Saúde, a Chesf construiu e inaugurou, em meados de 1952, a segunda escola, denominada Escola Murilo Braga¹⁵². Quando construída, essa unidade educacional tinha 406,66 m² de área (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1952, p. 3).

Esse crescimento populacional¹⁵³ ocasionou um grande contingente de crianças em idade escolar. Ainda no fim de 1952, aumentou em aproximadamente 65% em relação ao ano de 1951. Foi de 693 para 1.126 alunos matriculados. A frequência média anual foi de 460 na Escola Adozindo Magalhães de Oliveira e de 513 na Murilo Braga. Foi necessário reformar o local onde funcionou a escola improvisada numa terceira escola do acampamento denominada de Escola Alves de Souza (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1952).

No campo educacional, as ações foram sendo desenvolvidas de forma a atender, no acampamento, as diversas modalidades de ensino. Além do alojamento para as professoras, a chegada de mais professoras levou a Chesf a construir uma residência para alojar as novas contratadas.

Em 1955, estavam matriculados 1.250 alunos nas três escolas da companhia, a saber: Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga e Alves de Souza. Como já citado neste trabalho, de acordo com a legislação educacional da Bahia, as vilas onde encontravam-se várias escolas primárias eram essas unidades escolares denominadas de Escolas Reunidas. Assim, as escolas primárias passaram a ser classificadas de acordo com a legislação e chamadas de escolas reunidas da Chesf.

Cada criança recebeu dois uniformes escolares e um par de calçados. Essa medida foi empreendida, segundo Alves de Souza, “[...] para evitar o constrangimento

Reunidas da Chesf, ou todas as escolas primárias, tinham uma única diretora nesse período. Essa nomenclatura para as escolas primárias funcionando em vilas ou cidades do estado da Bahia foi instituída no período de Anísio Teixeira como secretário de Educação.

¹⁵² O Ministério da Educação repassou para a construção dessa escola Cr\$ 200.000,00 (SOUZA, A., 1955).

¹⁵³ Em 1952, já residiam 12.795 habitantes. 3.749 morando no acampamento, 8.840 na Vila Poty e 206 no acampamento da margem alagoana.

que às crianças pobres poderia causar uma diferença muito grande de vestuário [...]” (SOUZA, A., 1955, p. 48).

A importância atribuída à escolarização pelos técnicos e funcionários com nível superior foi elemento essencial nesse processo de escolarização. A necessidade de educar os filhos reforçou os investimentos realizados na educação escolar. Se a Chesf não pôde inicialmente realizar com recursos próprios esse empreendimento educacional, os funcionários realizaram com recursos financeiros próprios e doações. Em 15 de novembro de 1949, foi colocada a pedra fundamental para a construção do edifício ginásial em terreno doado pela companhia dentro do acampamento. Esse evento contou com a presença do presidente da empresa, Antônio José Alves de Souza, diretores, populares e de uma comissão intitulada pró-ginásio, constituída com o objetivo de realizar atividades de arrecadação de doações. A obra foi iniciada em 1950 com apoio dos funcionários, comerciantes, fornecedores da empresa e diretores. A construção foi sendo realizada na medida em que as doações¹⁵⁴ eram recebidas.

Figura 6 - Terreno doado pela Chesf para a construção do Ginásio Paulo Afonso, no bairro General Dutra (1950)



Fonte: Memorial Chesf

¹⁵⁴ A campanha de arrecadação de doações para a construção do ginásio mobilizou também os chefes dos escritórios da Chesf em Salvador e Recife, que articularam doações com os fornecedores da empresa nessas cidades. O material elétrico foi doado por um fornecedor de Salvador e o projeto, de autoria do engenheiro Raimundo Nonato. Todos os setores da empresa participavam de alguma forma da campanha de construção dessa unidade escolar. Cada funcionário doou um dia de serviço, assim como cada diretor também realizou a doação de 1.000 tijolos e foi colocada uma caixa na sala de visitantes para que também pudessem contribuir. A primeira turma iniciou com apenas sete alunos, o que se tornava bastante oneroso manter, tendo sido esses alunos transferidos para Salvador para o Ginásio Ipiranga, do professor Isaías Alves, que funcionava como internato. Daí porque os primeiros concluintes datam de 1955 (COLEPA EM REVISTA, 2013, pg. 3-4).

A fotografia (figura 6) da área onde foi construído o Ginásio Paulo Afonso possibilita fazer algumas considerações a respeito do local onde edificou-se o prédio escolar. Um descampado situado no bairro General Dutra com poucas edificações no seu entorno. Vê-se um galpão e uma residência ao fundo. Essa região foi posteriormente sendo ocupada por construções de residências para funcionários graduados e equipamentos como o Clube Paulo Afonso e o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso, construídos nas proximidades. As residências edificadas nesse bairro tinham áreas amplas e terrenos com arborização. O entorno do GPA passou a ter as residências e os terrenos¹⁵⁵ mais valorizados economicamente no interior do acampamento.

A cada nova construção de usina, mais demanda por mão de obra, consequentemente aumento populacional dentro e fora do acampamento. Conforme recenseamento realizado pela Chesf, é possível verificarmos como se deu a rápida urbanização em Forquilha. Pelos números abaixo (tabela 6), podemos concluir o desafio que a diretoria enfrentou para absorver cada vez mais gente no acampamento e arredores, o que demandava reorganizar a infraestrutura, inclusive de escolas.

Tabela 6 – População em Forquilha

1955	11.833
1956	13.149
1957	15.704
1958	18.200

Fonte: Chesf (1958); adaptação do autor.

Esses dados são da população da Vila Poty e do Acampamento Chesf e demonstram um maior crescimento populacional justamente onde a infraestrutura era precária, haja vista que no acampamento a chegada de novos moradores só ocorria na medida em que novas casas ou alojamentos eram construídos. Esse crescimento acelerado desencadeava a necessidade de outras ações de infraestrutura dentro do

¹⁵⁵ Na década de 1990, a Chesf iniciou um processo de venda das residências do acampamento para os funcionários. Alguns terrenos foram doados para a instalação de órgãos públicos e empresas privadas.

acampamento. Por outro lado, aumentavam os problemas na Vila Poty. Sem estrutura, a população se aglomerava à espera de oportunidade de trabalho.

Tabela 7 – Distribuição da população de Forquilha no ano de 1958

Vila Operária	
Homens	738
Mulheres	774
Crianças	2.313
Total	3.825
Vila Alves de Souza	
Homens	69
Mulheres	89
Crianças	160
Total	318
Bairro General Dutra	
Homens	47
Mulheres	66
Crianças	89
Total	202
Alojamentos	
Alojamentos de funcionários	101
Alojamentos de operários	54
Alojamentos de engenheiros	12
Alojamentos de professoras	4
Total	171
TOTAL GERAL NO ACAMPAMENTO	4.516
Vila Poty	
Homens	2.837
Mulheres	3.226
Crianças	6.974
Total	13.037
Cachoeira dos Veados	
Homens	71

Mulheres	88
Crianças	186
Total	345
Tapera	
Homens	67
Mulheres	81
Crianças	154
Total	302
TOTAL GERAL EM PAULO AFONSO	18.200

Fonte: Chesf (1959); adaptação do autor.

Embora o número de habitantes da Vila Poty fosse mais que o triplo do número de habitantes do Acampamento Chesf, a população em idade escolar que residia na Vila Poty estava, na grande maioria, desassistida quanto ao acesso à educação escolar. Apenas algumas crianças da Vila Poty frequentavam as escolas da Chesf, ficando a grande maioria sem acesso a escolas, haja vista que não existia até aquela data nenhuma unidade escolar fora do acampamento e a prioridade das vagas das escolas da Chesf era para os filhos dos trabalhadores. A companhia abriu algumas “exceções” para matrículas de filhos de comerciantes fornecedores da companhia e de funcionários de órgãos ou instituições, como banco, Correios etc., pessoas com alguma relação com a empresa.

Em 1958, ou seja, dez anos após a Chesf se instalar na região, estavam matriculadas 508 alunos na Escola Adozindo Magalhães de Oliveira; 412, na Escola Murilo Braga; 295, na Escola Alves de Souza, totalizando 1.215 alunos nas denominadas Escolas Reunidas da Chesf (Escolas Primárias)¹⁵⁶.

O início do ano letivo dessas escolas se dava, nos anos primeiros de atividade, na data de 10 de março. Novamente, a demanda por vagas escolares e a insuficiência de professoras dessa modalidade levaram a companhia a solicitar do Governo do Estado da Bahia duas professoras para trabalharem em suas escolas. Mesmo assim, o número de professoras continuou insuficiente para atender à grande demanda educacional.

¹⁵⁶ A direção dessas escolas foi exercida naquele ano pela professora do Estado Eunice Macedo Oliveira.

A frequência anual dos alunos nessas unidades escolares indicavam que a direção das escolas realizavam um trabalho que foi revertendo a evasão dos anos iniciais. No ano de 1958, foi de 94,81%, ou seja, 1.152 alunos. Segundo consta no relatório anual da companhia de 1958 e publicado no ano seguinte:

O aproveitamento foi superior ao do anterior, porquanto foram promovidos 856, reprovados 309 e 27 faltaram aos exames. Concluíram o curso 23. Funcionavam 34 classes, contra 29 em 1957, sendo 14 na Escola “Adozindo M. Oliveira”, 8 na “Alves de Souza” e 12 na “Murilo Braga”. Lecionaram 34 professoras, das quais 11 estaduais e 23 contratadas pela CHESF. Foram distribuídos durante o ano, gratuitamente, 191.231 merendas, 1 302 uniformes e 1 256 pares de calçados. A merenda é constituída de um copo de leite e um pão doce. Dado o nível de pobreza em que vive grande parte dos alunos, a merenda escolar, distribuída diariamente, constitui um dos maiores benefícios que a CHESF presta aos mesmos. Também os uniformes e calçados fornecidos indistintamente a todos os alunos, são de grande importância, pois, sem êste auxílio dado pela Companhia muitos não poderiam frequentar as Escolas. Estamos em entendimento com o INEP do Ministério da Educação e Cultura no sentido de serem fornecidos recursos para ampliação da Escola Murilo Braga visto como, em 1958, numerosas crianças em idade escolar não puderam ser matriculadas por falta de capacidade de acomodar mais alunos nas três escolas existentes. Durante o ano a CHESF despendeu, com as escolas Reunidas, a importância de Cr\$ 3 212 619,30. O encerramento do ano letivo, como de hábito, foi festivamente comemorado, tendo sido distribuídos prêmios aos alunos que mais distinguiram durante o curso, em sessão presidida pelo Sr. Superintendente-Geral da Administração (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1959, p. 11).

Diversos recursos foram criados pelas escolas para incentivar a frequência dos alunos. No início dos anos letivos, o Ginásio Paulo Afonso (posteriormente, Colégio Paulo Afonso) realizava solenidade em homenagem aos estudantes que tinham tido as melhores notas nas avaliações escolares do ano anterior. Essas homenagens transformaram-se em rito escolar no início de cada ano letivo com participação da comunidade. O tom ritualístico transformou essas homenagens em grande evento escolar realizado com as presenças de “autoridades” da cidade, como prefeito, representante do Ministério da Educação e diretores da companhia.

A rotatividade de trabalhadores que exerciam atividades temporárias na empresa ocasionava frequentes transferências de alunos que chegavam e saíam junto com os pais. Isso fazia com que houvesse uma grande alteração no quadro de alunos. No momento que as obras civis de construção das usinas se encerraram, permanecendo apenas trabalhadores do serviço de manutenção e administrativo, isso se estabilizou e as escolas passaram a ter uma certa regularidade no quadro de alunos.

No ensino profissionalizante, foram matriculados, em 1958, 356 estudantes, sendo 254 alunos e 102 alunas. Os cursos oferecidos foram de ajustador mecânico, torneiro mecânico e corte e costura. Formaram-se naquele ano letivo 68 alunos: 30 ajustadores mecânicos, 12 torneiros mecânicos e 26 em corte e costura. Assim, como nas demais modalidades, as conclusões desses cursos eram celebradas com entrega de certificados. Esses ritos foram instituindo valor social à educação.

A preocupação com a educação, ocupação e profissionalização das famílias dos trabalhadores ocasionaram várias iniciativas educacionais de caráter mais amplo. O Clube Operário Paulo Afonso organizou um curso de corte e costura e uma escola de bordados para as filhas, esposas e dependentes dos associados. Foi criado, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Comissão do Vale do São Francisco, o Artesanato Nossa Senhora de Fátima, com o objetivo de ofertar ensino profissionalizante às “mulheres desamparadas, esposas abandonadas por seus maridos, filhas abandonadas pelos pais, viúvas e órfãos” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1959, p. 11). Quando fundado este centro¹⁵⁷ desenvolveu suas atividades provisoriamente em espaço cedido pelo Ginásio Paulo Afonso.

Tratando do Ginásio Paulo Afonso no ano de 1958, seu quadro de professores continuava sendo majoritariamente composto por voluntários. Apenas duas pessoas estavam contratadas pela Chesf.

O número de alunos foi distribuído da seguinte forma:

Tabela 8 – Número de alunos por série no curso ginásial em 1958

1ª série	49
2ª série	32
3ª série	20
4ª série	10
Curso de Admissão	80
1ª série noturna	7
(para empregados da Chesf)	

Fonte: Chesf (1959); adaptação do autor.

¹⁵⁷ A fundadora desse centro de artesanato foi Marieta Marcondes Ferraz, esposa do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz.

A grade curricular adotada pelo Ginásio Paulo Afonso seguiu as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. O quadro das disciplinas oferecidas nessa e nas demais modalidades de ensino foi montado baseado nas orientações da Secretaria de Educação da Bahia.

No quadro que elaboramos com base nas grades curriculares, constam as disciplinas, o número de aulas e sua distribuição por série. Com base nessa grade, era montado o quadro de professores e o planejamento pedagógico dessa unidade de ensino.

Tabela 9 – Grade curricular do curso ginasial para o ano letivo de 1958

1ª SÉRIE	NÚMERO DE AULAS
Português	3
Matemática	3
Trabalhos Manuais	2
Educação Física	2
Latim	2
História do Brasil	2
Desenho	3
Francês	3
Geografia	2
Canto Orfeônico	1
2ª SÉRIE	NÚMERO DE AULAS
Português	3
Inglês	3
Geografia	2
Canto Orfeônico	1
Educação Física	2
Latim	2
Matemática	3
Trabalhos Manuais	2
Francês	2
História da América	2

Desenho	2
3ª SÉRIE	NÚMERO DE AULAS
Português	3
Inglês	2
História Geral	2
Canto Orfeônico	1
Educação Física	2
Latim	2
Matemática	3
Geografia	2
Economia Doméstica	1
Francês	2
Ciências	3
Desenho	2
4ª SÉRIE	NÚMERO DE AULAS
Português	3
Inglês	2
História Geral	2
Desenho	2
Educação Física	2
Latim	2
Matemática	3
História do Brasil	3
Canto Orfeônico	1
Economia Doméstica	1
Francês	2
Ciências	3
Geografia	2

Fonte: Ginásio Paulo Afonso (1958); adaptação do autor.

No relatório de inspeção¹⁵⁸ de 1958, o inspetor federal do Ensino responsável pelo acompanhamento das atividades escolares do acampamento encaminhou ao inspetor do Ensino em Salvador as informações das atividades realizadas e o desempenho educacional das unidades escolares. No documento, ele informa que o ano letivo teve número de aulas maior que os exigidos pela Portaria nº 80/1955, contando com 169 dias letivos. Informou que houve ausência de professores funcionários da companhia, ocasionando deficit de aula, mas que tal fato não gerou prejuízo aos alunos, porque esses receberam aulas complementares.

O inspetor realçou o trabalho realizado pela direção e corpo docente destacando a seriedade com o ensino. Na opinião do inspetor, o trabalho realizado por esses profissionais foi um dos elementos que incidiram no alto número de reprovação de alunos. Fazia referência às exigências em disciplinas, como Educação Física e Trabalhos Manuais, que, quando não levadas a sério pelos alunos, reprovavam. As escolas da Chesf estabeleceram um rígido sistema de avaliação do rendimento escolar. No caso do ginásio, a direção estabeleceu exames mensais.

As datas cívicas integravam o programa curricular de todas as escolas da Chesf. E os eventos esportivos e culturais realizados pelas escolas foram se instituindo em grandes atividades sociais para a comunidade do acampamento. O incentivo à prática esportiva instituiu na comunidade estudantil um *habitus*. Aliás, o programa educacional de incentivo e desenvolvimento de práticas esportivas atingiu um nível de excelência. As escolas da Chesf formaram atletas em diversas modalidades esportivas e foram referências atléticas na Bahia e no Brasil.

O trabalho de prática esportiva realizado pelas escolas deixou como legado a instituição do *habitus* esportivo.

¹⁵⁸ A direção do Ginásio Paulo Afonso encaminhava a partir de sua criação, em 1952, anualmente, relatórios para o diretor da Inspeção Federal de Ensino, em Salvador. Nesses relatórios de inspeção, fazia-se uma descrição das atividades escolares, apresentava-se a relação dos professores, a relação de transferências de alunos, o quadro geral de matrículas, o horário de aula, a grade curricular, a estatística de aproveitamento e a relação nominal dos alunos. Com base nesses relatórios, levantei que o encerramento do ano letivo no Ginásio Paulo Afonso nos primeiros anos de funcionamento ocorria na data de 28 de fevereiro. E, em março, o início do calendário escolar. A direção do ginásio e o inspetor federal do Ensino, responsáveis pelo relatório, adotaram a data de fundação da empresa (15 de março) simbolicamente, ano a ano, para a confecção e o encaminhamento dos relatórios aos órgãos competentes. Posteriormente, esse documento não tinha mais a rigidez de uma data para ser encaminhado. A partir de 1972, ocorreu a mudança de inspeção nas escolas da Chesf, deixando de ser realizada pela Delegacia Regional, órgão vinculado ao Ministério da Educação, para ser atribuição da Secretaria de Educação da Bahia, modificação efetuada pela Lei nº 5.692/71, que reestruturou o ensino nacional (COLEPA-120/72. Paulo Afonso, 19 de junho de 1972. ANEXOS).

A festa da Independência nacional foi celebrada com a realização da Iª OLIMPIADA DO GINÁSIO PAULO AFONSO que durante três dias mobilizou a juventude de ambos os sexos num louvável esforço físico, indispensável complemento da educação moderna (GINÁSIO PAULO AFONSO. Iº RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1958, ANEXO).

O programa educacional desenvolvido pelas escolas em caráter amplo integrava atividades escolares, culturais, esportivas e cívicas. O resultado foi sendo o desempenho dos alunos em diversos processos de seleção. Dos concluintes do curso no Ginásio Paulo Afonso, quatro realizaram provas de seleção para bolsas de estudos no programa do Fundo Nacional do Ensino Médio e todos foram aprovados.

No Brasil, a instauração do regime civil-militar trouxe mudanças sociais e políticas para a sociedade. Com a instauração do regime, em 1964, Paulo Afonso sofreu consequências políticas, como já analisado. O prefeito deixou de ser eleito para ser indicado e o Município passou a ser de Segurança Nacional.

No campo educacional, a década de 1960¹⁵⁹ foi marcada pela ampliação do número de unidades educacionais no acampamento pela Chesf. Implantação do curso científico no ginásio, que passou, a partir de então, a ser denominado Colégio Paulo Afonso. A parceria Chesf/Senai foi ampliada, ocasionando a criação de um grande centro de formação profissional em Paulo Afonso e foi fundada a Escola Rural Ministro Simões Lopes. Essas duas novas unidades integraram o complexo educacional da companhia.

Segundo recenseamento do IBGE, a recém-criada cidade de Paulo Afonso tinha uma população de 14.790 habitantes, dados que não incluíam a população do acampamento. Segundo levantamento da Chesf, a população residente no acampamento¹⁶⁰ era de seis mil pessoas (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1961).

¹⁵⁹ Foi o período de ampliação das usinas e expansão do setor de energia elétrica. Fato esse que demandou da companhia maior contratação de mão de obra. Com a conclusão de Paulo Afonso I, a obra da Usina Paulo Afonso II em andamento e o projeto de ampliação do Sistema Chesf em 1960, a companhia recebeu a importância de Cr\$ 800.000,00 relacionada ao aumento do capital da União na Chesf (referentes a ações ordinárias), prevista pelo Decreto nº 46.415, de 13 de junho de 1959. Além desse recurso, a empresa recebeu o incremento de receita ocasionada pelo pagamento realizado pelos Governos da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco referente a ações preferenciais que estavam em atraso (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1961, p. 24).

¹⁶⁰ No ano de 1960, foram concluídas as instalações de novas residências para engenheiros, a ampliação do laboratório fotográfico, conjuntos de casas para operários especializados e do edifício da estação de rádio, hangar para os aviões da Chesf, além de outras edificações (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, **Separata de O Observador Econômico e Financeiro**, n. 302, Rio de Janeiro, 1961).

As Escolas Reunidas Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga e Alves de Souza funcionaram com 1.547 alunos. Já o ensino secundário funcionou no Ginásio Paulo Afonso¹⁶¹ com 213 alunos. Desses, metade era de filhos de funcionários da Chesf e o restante, de alunos da região. A abertura de vagas para a população externa foi sendo realizada pela companhia.

O funcionamento do ginásio contou com recursos para custeio repassados no início de 1961 pela Comissão Vale do São Francisco no valor de Cr\$1.000.000,00. As três unidades escolares funcionavam com 41 professoras, das quais 20 eram cedidas pelo Governo do Estado da Bahia e as 21 restantes, contratadas pela companhia.

As medidas de premiação dos estudantes pelo desempenho se dava nas mais diversas atividades realizadas pelas escolas. Competições esportivas, apresentações culturais, comportamento e avaliações. Era a política da recompensa também instituída pela empresa e adotada pelas escolas. As premiações eram realizadas em solenidades transformadas em ritos. A importância dada pela companhia à política de recompensa pode ser comprovada pelo registro frequente dos resultados dos exames realizados pelas escolas e que consta nos relatórios de diretoria, como o que destacamos a seguir:

Em 1960 nenhum aluno alcançou média que lhe desse direito a medalha de ouro. Obteve medalha de prata, por ter tido média 8,7, o aluno da 2ª série, José de Souza Germino, e obteve medalha de bronze, com média 8,54, a aluna da 1ª série, Quitéria Bezerra de França (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1961, p. 23).

A premiação de alunos que se destacavam a cada ano foi uma estratégia utilizada para incentivá-los a buscar um bom desempenho. A companhia e as escolas instituíram um reconhecimento social ao realizar solenidades, divulgar os nomes dos alunos em informativos e premiando-os. Até mesmo os desfiles cívicos eram transformados em competições: as escolas mais organizadas, os pelotões mais bonitos, a melhor banda etc. Até o encerramento das atividades escolares, os eventos esportivos, cívicos e culturais foram movidos por rivalidade entre as escolas, instituída pelo incentivo à competição.

Por iniciativa de funcionários da companhia e pessoas da Vila Poty, foi construído um edifício para funcionar uma escola primária para atender a comunidade

¹⁶¹ A direção do Ginásio Paulo Afonso foi exercida, naquele ano, pela Senhora Neyde de Cerqueira Lima.

estudantil residente fora do acampamento. A escola Casa da Criança foi construída com capacidade para atender oitocentos alunos. Essa unidade educacional entrou em funcionamento em 1961 e oferecia o ensino primário. Para sua construção, contou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, através do Inep, que repassou Cr\$ 1.000.000,00¹⁶² (COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1961, p. 23).

O ano de 1962 iniciou com o impacto da morte súbita do presidente da Chesf em dezembro de 1961. Um dos responsáveis pela criação da companhia e condução da companhia. Entusiasta do projeto social que a empresa realizara no Sertão. Deve-se a Alves de Souza as medidas da empresa nas áreas sociais em Forquilha/Paulo Afonso. Foi desse presidente as primeiras iniciativas de apoio para a instituição de escolas no acampamento. Comumente, Souza reiterava que o objetivo da Chesf não era apenas construir usinas, gerar e transmitir energia, mas promover o desenvolvimento social na região do Nordeste, em particular no Sertão do São Francisco. Sua presença era constante nas atividades escolares.

Antônio José Alves de Souza foi fundamental para que a companhia adotasse uma concepção de desenvolvimento social na região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso. Em sua homenagem, foi escrito o poema¹⁶³ que se encontra fixado no Parque Belvedere, em Paulo Afonso:

O HOMEM E O RIO

Apertado entre as margens,
escondido no “canyon”
definindo sulcos erodidos
expressivos e firmes;
cortando vales, atravessando desertos,
o mais humilde, o menos estrepitoso,
o mais necessário, o maior dos mais brasileiros!
O moderador, o elo da união, calmo e cômico
do seu poder...
ÊSTE É O RIO

A vontade e o exemplo, persuadindo pela
brandura, impondo-se pela energia.
O moderador, o elo da união,

¹⁶² Esse recurso seria destinado pelo Ministério da Educação e Saúde para as escolas da Chesf. Diante da ausência de escolas para atender à comunidade estudantil da Vila Poty, os diretores da companhia resolveram solicitar ao ministério o remanejamento desse valor para a construção dessa unidade escolar. A sua construção tinha sido iniciada com doações de integrantes da companhia, comerciantes e pessoas da região. O ministério atendeu à solicitação da Chesf e transferiu o valor para a Casa da Criança.

¹⁶³ Relatório da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1960.

calmo e cômico do seu poder...
ÊSTE ERA O HOMEM.

Em vida, quando celebrou-se os dez anos de criação da Chesf, uma programação festiva foi realizada pela empresa. Na oportunidade, além de um busto colocado em sua homenagem, uma placa com a imagem de todos os diretores foi afixada no Parque Belvedere. Na oportunidade estudantes das escolas da Chesf realizaram homenagens à diretoria.

Em sua substituição, assumiu provisoriamente a Presidência da Chesf o diretor-técnico Amaury Alves Menezes, até que fosse eleito o novo presidente da companhia (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1962).

Como ex-ministro da Agricultura, Apolônio Jorge de Faria Sales foi o grande entusiasta da criação da Chesf e do desenvolvimento do Vale do São Francisco. Eleito Presidência da Chesf em substituição a Alves de Souza consolidou a expansão da companhia e o projeto educacional foi ampliado com as parcerias que realizou com Senai/Sudene/MEC/Usaid e o Governo da França. A Chesf se transformou na maior escola formadora de mão de obra para o setor de energia elétrica do Nordeste. O número de escolas no acampamento cresceu e o número de alunos atendidos aumentou substancialmente.

Logo no início da gestão Apolônio Sales o processo de formação profissional de pessoal realizado pela Chesf sofreu mudança. A partir de 1962 foi instalada em Paulo Afonso a Seção de Documentação Pedagógica Franco-Brasileira por ocasião de convênio realizado com o governo francês e o Senai.

Em 1961, as escolas primárias tinham 2.454 alunos matriculados e o Ginásio Paulo Afonso, 241, totalizando 2.695 alunos estudando no acampamento. Durante o ano letivo, foram distribuídos 302 mil merendas e 2.115 fardamentos e pares de calçados (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1963).

Percebe-se o crescimento do número de estudantes ocasionado pelo aumento do número de trabalhadores em razão de novas obras de usinas. Os dados relativos ao número e ao perfil dos trabalhadores da Chesf ajudam a compreender a composição dos funcionários de acordo com a formação, ou seja, o nível de capital cultural desses funcionários.

Tabela 10 – Número de funcionários e perfis no ano de 1962

Grupo	Total	Porcentagem
Técnico e administrativo superior	79	2%
Técnico e administrativo auxiliar	238	6%
Execução especializada	1.070	27%
Execução básica	2.576	65%

Fonte: Chesf (1963); adaptação do autor.

Os dados acima extraídos de relatório da diretoria indicam que a grande maioria dos trabalhadores exercia funções básicas, que, em geral, não requeriam formação técnica ou escolarização para o seu desempenho. Porém, a expansão de redes de transmissão e subestações por todo o Nordeste requereu profissionais com qualificação técnica. Nessa perspectiva as escolas da Chesf se transformaram num grande complexo de formação dessa mão de obra especializada. Duas frentes de ensino se abriram: a formação para os trabalhadores no Centro de Formação Profissional e o ensino técnico profissional realizado de forma integrada entre as escolas e o CFPPA.

O debate no campo educacional nos anos de 1950 e 1960 ocorreu tendo como referencial filosófico e político a relação educação e desenvolvimento. Nesse sentido, a educação proposta pelo governo se voltou para a formação do homem e o desenvolvimento econômico do país. No contexto nacional-desenvolvimentista, predominou a concepção de educação “como preparadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços [...]” (FÁVERO, 2005, p. 242), fundamentada no conceito de educação como investimento e no princípio da teoria do capital humano. Esse debate foi utilizado para justificar a vinculação de recursos orçamentários à educação na legislação brasileira. Segundo Fávero (2005, p. 243), na década de 1960 se deu um maior aprofundamento da relação educação e economia, principalmente:

A partir da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizado em Punta del Este, em outubro de 1961, sob a coordenação da OEA e com a participação dos Ministros da Economia ou de Finanças de

todos os países da América Latina, da qual resultou o Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso, e sobretudo, a Conferencia sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, promovida pela OEA, CEPAL, UNESCO e FAO, com a participação de todos os ministros de Educação latino-americanos, em Santiago do Chile, março de 1962.

Os desdobramentos desse cenário ocasionam mudanças no contexto da educação nacional e no projeto educacional da Chesf no acampamento. No fim de 1962, a companhia assinou contrato de empréstimo com o BID, como parte do programa Aliança para o Progresso no valor de US\$ 15 milhões. Outro acordo realizado com o Senai reestruturou o ensino para adequar-se às orientações da Aliança para o Progresso. Estava em andamento a construção das instalações de um conjunto de edifícios para funcionar o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA)¹⁶⁴.

O ano de 1964 foi de mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil com a instalação do regime civil-militar. A Chesf teve um pequeno superavit, mas, no ano seguinte, teve lucro maior que o esperado, em razão da operação de Paulo Afonso. A empresa cresceu e não sofreu maiores interferências do novo governo. Não houve mudanças que pudessem ocasionar um processo de descontinuidade administrativa e nas obras. Por decisão do presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o setor de energia no Nordeste, inclusive a Chesf, pôde dar continuidade ao programa de expansão estabelecido pela companhia. Esse processo de continuidade deu-se na permanência da diretoria que não sofreu interferência do governo.

Em reunião da Sudene realizada em Recife com a presença do presidente Castelo Branco, foram anunciadas medidas que garantiam expansão do sistema e apoio à Chesf, incluindo parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁶⁴ Em artigo publicado em O Jornal, do Rio de Janeiro, intitulado “Núcleo de Civilização”, em 6 de junho de 1969, o jornalista Theophilo de Andrade narra sua visita às obras e ao acampamento de Paulo Afonso. Um dos lugares visitados pelo jornalista foi o Centro de Formação Profissional (CFPPA), dirigido pelo general Matoso Maia. Segundo escreveu, “É um conjunto de nada menos de dez pavilhões, que a Companhia mantém com a cooperação financeira e técnica do SENAI. São bem dotados de equipamentos, construídos que foram com a ajuda da Aliança para o Progresso – motivo porque, em lugar de destaque, se depara o retrato de John Kennedy, da ‘Électricité de France’ e da SUDENE. De 1964 a 1968, esse centro formou 3.135 técnicos, sendo que, em 1968, foram dados 46 cursos a que atendiam 601 estagiários” (ANDRADE, 1969).

No campo de formação profissional entrou em funcionamento o Centro de Treinamento em instalações provisórias, funcionando os três pavilhões inicialmente construídos, ofertando cursos técnicos para o setor elétrico, sendo responsável pela supervisão pedagógica o professor francês monsieur Jean Lièvre.

Quando concluído, destinava-se aos ensinoss geral e especializado, incluindo-se laboratórios, especialmente de eletricidade e eletrônica. O Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso foi incluso no Plano de Aplicação: Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal para a Indústria, através do Programa de Ensino Industrial da Sudene, que previa a formação e o aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e operários qualificados para a indústria e setores de serviços. Uma das ações desse plano estabelecia parceria da Sudene com a Chesf, a Senai e a Usaid/Brasil para a construção e equipamentos modernos para os laboratórios. Com recursos da ordem de Cr\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzeiros) do acordo Chesf-Usaid–Sudene¹⁶⁵, o centro foi oficialmente inaugurado em 26 de março de 1966 (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1964).

Segundo relatório da companhia (1967, p. 47):

Projetado e construído sob a inspiração das mais modernas e rigorosas normas pedagógicas, o Centro de Treinamento de Paulo Afonso, que nesse mesmo ano tornou-se filiado ao Centro Coordenador Franco-Brasileiro para Formação de Pessoal para Empresas de Energia Elétrica, criado sob à égide do Serviço Francês de Cooperação Técnica, da Embaixada da França no Brasil, está instalado em 10 pavilhões, abrangendo numerosas salas, oficinas, laboratórios, etc. Destinados ao preparo e aprimoramento de pessoal de todos os níveis e das mais variadas especializações ligadas à indústria de produção e transmissão de energia elétrica, representando, nesse particular, o empreendimento de maior importância registrado no Nordeste do País em 1966.

O Centro de Treinamento de Paulo Afonso, que teve origem nos entendimentos de que resultaram a assinatura, em 1962, do Acôrdio CHESF-SENAI e, em seguida, do Convênio CHESF-SENAI-SUDENE-USAID [...].

Assim, o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso passou a ministrar cursos para a formação de técnicos em diversas áreas do setor de energia elétrica e outras áreas, como mecânica.

¹⁶⁵ Na década de 1960, o governo brasileiro realizou uma série de acordos com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid/Brasil), com objetivos variados no campo educacional. Formação e treinamento de professores do ensino primário, ensino secundário, ensino agrícola, ensino industrial, ensino superior, publicação e distribuição de livros, construção e equipamentos de edifícios, centros de formação e treinamento. Esse acordo foi bastante questionado pelo caráter ideológico dos objetivos dos planos. Para saber mais, ler: ALVES, Márcio Moreira. **Beabá MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

Paulatinamente, o ensino de cursos técnicos profissionalizantes foram sendo ofertados de forma integrada entre o Ginásio Paulo Afonso/Colégio Paulo Afonso¹⁶⁶ e o Centro de Formação Profissional. A formação de segundo grau foi sendo realizada nas duas unidades, sendo as aulas práticas dos cursos técnicos nos pavilhões do CFPPA e com os professores desse centro de treinamento e a base de disciplinas comuns no GPA/CPA. Praticamente no mesmo período, com o apoio da Sudene, a Chesf fundou a Escola Rural Ministro Simões Lopes, transformando o acampamento num complexo educacional de grande significado para o Nordeste.

A ampliação do sistema Chesf¹⁶⁷ trazia o problema de ausência de recursos humanos qualificados para o exercício de funções técnicas voltadas ao setor de energia elétrica. Assim, o centro de treinamento¹⁶⁸ constituía

[...] a fórmula por excelência da solução do problema da formação e aprimoramento do nível técnico do seu pessoal, em grande parte arregimentado numa região onde o aprendizado profissional não atingiu, sequer, os desejáveis índices mínimos de amplitude e eficiência [...] (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1965, p. 27).

No início dos anos de 1970, todas as unidades escolares foram integradas num projeto político-pedagógico e administrativo voltado para o ensino técnico-profissionalizante dentro dos preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/71.

Desde 1967, a Constituição Brasileira, no artigo 178, já trazia o seguinte item:

As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim, mediante a

¹⁶⁶ No ano letivo de 1964, as escolas primárias registraram a matrícula de 2.060 alunos(as), distribuídos em 61 classes, do 1º ao 5º ano, ministrado por 65 professores, continuando a parceria com o Governo da Bahia, 13 desses(as) eram cedidos para Chesf. O Ginásio Paulo Afonso teve 219 matrículas e 13 professores (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1965).

¹⁶⁷ Desde a inauguração da Usina de Paulo Afonso I até 31 de dezembro de 1965, segundo dados da Chesf, 393 povoações, distritos, cidades e capitais receberam energia de Paulo Afonso. Com a chegada da energia elétrica em regiões do Sertão nordestino, surgiram novas atividades humanas e o desenvolvimento de novos *habitus*, com a incorporação e utilização de eletrodomésticos.

¹⁶⁸ Diversos cursos foram realizados para os funcionários da companhia em 1964 promovidos no Centro de Treinamento. A Chesf proporcionou a realização de estágios de seu quadro médico e cirurgiões-dentistas na Universidade da Bahia, em Salvador. Profissionais da área técnica, principalmente engenheiros, realizaram estágio na França, na Électricité de France, em Paris, e na École Nationale Supérieure des Métiers, em Gurcy-le-Châtel (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1965).

contribuição do *salário-educação*, na forma que a lei estabelecer” (CAVALCANTI; BRITO; BALEEIRO, 2015, p. 197. Grifos nossos).

Ou seja, se a companhia já realizava investimentos financeiros para a oferta da educação escolar aos filhos dos trabalhadores, poderia, então, fazer uso da prerrogativa do salário educação de forma que realizasse os investimentos. De certa forma, os recursos do salário educação cobriam parte dos recursos destinados pela Chesf ao setor de ensino.

A expansão do ensino primário e secundário no contexto da industrialização ocasionou discussões sobre o caráter humanista e propedêutico do ensino secundário (ginásial e colegial). Buscava-se conciliar a educação geral com a formação para o trabalho. Foi daí que surgiram as bases no Ministério da Educação, dos ginásios modernos, ginásios polivalentes, ginásios pluricurriculares e ginásios orientados para o trabalho.

A partir do ano letivo de 1963¹⁶⁹, como já dito anteriormente a presença de militares tornou-se frequente na direção da Chesf, na administração regional da companhia em Paulo Afonso, lecionando e dirigindo o Ginásio Paulo Afonso. Inicialmente, com a presença de militares lecionando a disciplina de Educação Física. Com a instituição do regime civil-militar em 1964, a presença de militares atuando nas escolas tornou-se cada vez mais constante. Lecionavam disciplinas, como História, Organização Social e Política Brasileira (O.S.P.B.) e Educação Moral e Cívica.

Vários militares¹⁷⁰ assumiram função docente e administrativa nas escolas da Chesf em Paulo Afonso. Para atuação no campo educacional, receberam dos órgãos de educação autorização para lecionarem nas escolas do acampamento. Como Paulo Afonso tinha uma Companhia de Infantaria do Exército e o Brasil vivia sob o regime civil-militar, a presença de militares na estrutura administrativa dos órgãos estatais foi cada vez maior. A direção do Ginásio Paulo Afonso/Colégio Paulo Afonso passou a

¹⁶⁹ As escolas reunidas da Chesf tiveram, nesse ano, 2.204 matrículas e o Ginásio Paulo Afonso, 246. Foram iniciadas as obras de ampliação do alojamento das professoras para receber mais 12 pessoas. O prédio da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira foi reformado e no do ginásio mais duas salas de aula foram construídas. Foram distribuídas 227.734 refeições pelas escolas e 1.831 uniformes e o mesmo número de pares de calçados. O Posto de Puericultura atendeu 17.528 crianças e distribuiu 144.832 litros de leite (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1964).

¹⁷⁰ Alguns desses professores militares foram o capitão José Leite Batista, que lecionou História Geral, e o capitão José Jackson de Lima Figueirêdo, que foi professor de Matemática. Os aspirantes Antônio Maria Duarte Oliveira e Marcos Roberto Ferreira deram aula de Desenho.

ser exercida pelo militar Fausto Figueirêdo Leal da Silveira¹⁷¹ (Ginásio Paulo Afonso. I Relatório Anual de Inspeção. Anos 1964, 1965 e 1966. Corpo Docente em Exercício. ANEXOS).

O programa curricular adotado pelas escolas nesse período estava voltado à ordem e ao civismo, levado a cabo pelos militares através de disciplinas, como Educação Moral e Cívica, para a 4ª série, e O.S.P.B., para as 1ª, 2ª e 3ª séries do curso ginasial.

Duas mudanças que ocorreram no ano de 1966 reconfiguraram o ensino nessa unidade. Em primeiro lugar, houve a implementação do curso científico no horário noturno no Ginásio Paulo Afonso. Com essa nova modalidade de ensino, esse estabelecimento passou, a partir de 1966, a ser denominado Colégio Paulo Afonso. Com a oferta do novo curso, a companhia passou a oferecer o ensino correspondente aos 1º e 2º ciclos de ensino em regime de externato, além do ensino infantil e primário. Teve, nesse ano, 350 alunos matriculados (Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, 1967; Ginásio Paulo Afonso. Relatório de Inspeção. Quadro Geral de Matrícula. Ano 1966. ANEXOS; Ginásio Paulo Afonso. Relatório de Inspeção. O regime nos dois ciclos. Ano 1966, ANEXOS).

Em 1967, a política nacional para o ensino secundário, equivalente ao atual ensino médio, se modificou segundo estudo de Fávero (2005, p. 247), objetivando a “reformulação do ensino médio para constituir com o primário um sistema fundamental que atendendo à elevação do padrão qualitativo, assegure a formação básica do educando e sua preparação para as atividades econômicas na indústria, agricultura e serviços”.

O Colégio Paulo Afonso passou a oferecer o curso de Oficina de Artes Industriais, tendo início, em seu 1º ano, viabilizado através de convênio¹⁷² com a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura.

¹⁷¹ O corpo docente do curso científico, que era ofertado nessa época apenas no turno da noite, era formado por José Carlos Alves Gallindo, professor de Português; Adauto Pereira de Souza, que exerceu o cargo de prefeito do Município e dava aula de Português; Henrique Walter Keidel, professor de Matemática e Física; Fausto Figueirêdo Leal da Silveira, diretor e professor de Química; José Leite Batista, professor de História do Brasil e Geografia do Brasil; Antonio Maria Duarte Oliveira, professor de Desenho; Mário Barbosa de Moura Sobrinho, professor de Inglês; e Roque Manoel de Oliveira, de Biologia (GINÁSIO PAULO AFONSO. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO. CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO. ANO 1967. ANEXO).

¹⁷² Este convênio foi assinado entre a Chesf e a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, em 30 de novembro de 1965, previsto também para o ano de 1967, no sentido de viabilizar a continuidade do curso. Outro convênio foi assinado com a Diretoria de Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura, em 4 de outubro de 1966, assegurando repasses de recursos

O projeto educativo foi se instituindo em decorrência do projeto das usinas e pela determinação de suas diretorias de empreender um programa de educação escolar¹⁷³. O andamento das obras de Paulo Afonso, ampliação das usinas, crescimento do sistema distribuição de energia, garantias de recursos do Governo Federal e de financiamentos nacionais e internacionais garantiram à Chesf a continuidade dos programas de ampliação de suas ações e foi consolidando a companhia como uma das principais empresas do setor elétrico nacional. O seu desempenho foi refletido no entusiasmo do seu presidente. Segundo Apolônio Sales (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1968, p. 5),

[...] A empresa vem exercendo também uma tarefa importante como núcleo de civilização nas barrancas do São Francisco, onde se situa a lendária Cachoeira de Paulo Afonso.

A CHESF, ao se implantar no Nordeste, constitui-se também numa escola onde se ensina pelo exemplo e onde alunos se transformam em mestres e estes em paradigmas.

Na Empresa, não se cultiva o xenofobismo, nem se despreza a contribuição valiosa de técnicos estrangeiros. Mas ali reina também a salutar porfia do aperfeiçoamento profissional e técnico, com resultados tão marcantes que, sem favor, já se apontam o que foi feito e o que está sendo realizado em todos os setores do grande empreendimento como demonstrações inequívocas da habilidade do operário nordestino e da capacidade profissional dos técnicos brasileiros.

No Acampamento de Paulo Afonso há um nucleamento humano assistido em suas mais legítimas aspirações de ordem social e cultural.

O discurso de Sales demonstra, assim como o do presidente anterior, o caráter “civilizacional” que a companhia propagava através de suas ações sociais, culturais e educacionais para a população do Sertão do São Francisco. Apolônio, como ministro da Agricultura e senador da República com trajetória política construída pelo Estado de Pernambuco, sempre defendeu o aproveitamento do rio São Francisco para o desenvolvimento social e econômico da região Nordeste. Propôs o aproveitamento da

financeiros para treinamento e aperfeiçoamento de 368 funcionários da Chesf de Paulo Afonso, Recife e Rio de Janeiro (COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, Relatório Anual, 1966, p. 48).

¹⁷³ Com a incorporação da usina Termoelétrica de Cotegipe pela Chesf, a escola Parque Lauro de Freitas, passa a ser integrada ao conjunto de escolas da companhia. As escolas Reunidas, Ginásio Paulo Afonso e a escola construída no acampamento da Chesf no lado alagoano da usina de Paulo Afonso, totalizaram 2.657 alunos(as) matriculados, sendo 2.519 no acampamento de Paulo Afonso e Alagoano e 138 na escola de Cotegipe. Para atender esse número de alunos(as) trabalhavam 84 professoras, sendo 20 do quadro do Estado da Bahia e o restante contratadas pela Chesf. Foram realizados cursos de extensão para as professoras primárias (COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, Relatório Anual, 1966, p. 48).

cachoeira de Itaparica para impulsionar o núcleo industrial ali instalado. Na Presidência da Chesf, deu continuidade às ações sociais empreendidas pela companhia no acampamento. No setor de ensino, durante a gestão desse presidente, foi ampliado o número de escolas, fundado o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso e organizada a Escola Fazenda.

Na sua gestão, em razão da aprovação da LDBN (5.692/71), o programa escolar da Chesf foi reestruturado para adequar-se à nova organização e aos objetivos da educação nacional. Se desde o início de instituição das atividades de ensino a empresa buscou a formação de seu quadro técnico, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino técnico-profissionalizante passou a ser o foco da Chesf. Com isso, a companhia contratou especialistas da educação para elaborarem um projeto educacional de forma a integrar todas as escolas e modalidades de ensino. Inicialmente, o objetivo era organizar as unidades educacionais do acampamento de forma a regularizar o funcionamento junto à Secretaria de Educação da Bahia.

Para organizar o complexo escolar da Chesf, em Paulo Afonso, em consonância com a Lei nº 5.692/71, foi contratada uma equipe de especialistas em 1972 que, durante dois anos de trabalho, apresentou à companhia sugestões de modificações estruturais, novos métodos, conceitos e objetivos. Consistiu o plano numa nova fase do projeto educacional da empresa.

A Chesf, que já vinha realizando investimentos na manutenção das escolas no acampamento de Paulo Afonso, criou o Setor de Ensino Integrado de Paulo Afonso (SPEI) como órgão responsável pelo ensino.

Com a reestruturação do ensino, a companhia, utilizando recursos do salário-educação aumentou os investimentos no ensino de forma que, da década de 1970 em diante houve um incremento significativo nos valores destinados ao ensino em Paulo Afonso. Um dos fatores determinantes para que a companhia reestruturasse o ensino e o treinamento em Paulo Afonso foi o fato da legislação referente ao salário-educação¹⁷⁴ permitir que as empresas que ofertassem de forma direta o ensino aos

¹⁷⁴ O Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975, estabelecia, em seu artigo 1º, que o salário-educação, previsto no artigo 178 da Constituição, seria calculado com base em alíquota incidente sobre a folha de salário de contribuição, como definido no artigo 76 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, e pela Lei número 5.890, de 8 de junho de 1973, não se aplicando ao salário-educação o disposto no artigo 14, *in fine*, dessa lei, relativo à limitação da base de cálculo da contribuição. Ainda estabelecia esse Decreto-Lei, no artigo 3º, que ficariam isentos do recolhimento do salário-educação: I - As empresas

operários e seus dependentes pudessem dele fazer uso. Isso significou um aumento substancial nos recursos destinados pela companhia para o ensino.

O CFPPA funcionava com atividades de aperfeiçoamento técnico profissional de funcionários da companhia. Era coordenado pela Seção de Documentação Pedagógica Franco-Brasileira. Assim, “O treinamento está se orientando, cada vez mais no sentido de atingir todo o pessoal, particularmente o de Paulo Afonso e dos escritórios Regionais, ajudando-o no aperfeiçoamento de suas aptidões, de modo prático e realista” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1964, p. 7).

Com a integração do sistema de ensino em Paulo Afonso, os alunos dos cursos do 2º grau, ministrados no Colégio Paulo Afonso, realizavam parte dos estudos no colégio, as chamadas disciplinas do currículo, que formavam a base comum (Português, Matemática, Geografia, História etc.), e as disciplinas dos cursos técnicos no CFPPA, na Escola Ministro Simões Lopes e no Hospital Nair Alves de Souza, além de estágios na companhia e em órgãos públicos e privados. Para atender ao currículo dos cursos profissionalizantes na área de energia, os alunos realizavam estágio nas usinas de Paulo Afonso. A proximidade dessas do Colégio e do CFPPA¹⁷⁵ facilitava essa organização.

O período entre 1960¹⁷⁶ e 1970 foi de expansão do complexo escolar¹⁷⁷ no acampamento de Paulo Afonso com substancial ampliação do atendimento

que, obedecidas as normas que fossem estabelecidas em regulamento, mantivessem diretamente e às suas expensas, instituições de ensino de 1º grau ou programas de bolsas para seus empregados e, ou, seus filhos. A Instrução nº 1, de 30 de janeiro de 1976, estabeleceu critérios para aplicação dos recursos oriundos do salário-educação por empresas mantenedoras de ensino e normas para seu controle e fiscalização.

¹⁷⁵ Os edifícios do Colégio Paulo Afonso e do CFPPA localizam-se a aproximadamente 200 metros um do outro. O CFPPA ficou conhecido pela comunidade de Paulo Afonso como escolinha. Inicialmente, funcionou com 10 pavilhões e depois foi ampliado, chegando a 22 pavilhões. Continua sendo utilizado pela Chesf para realização de treinamento dos funcionários.

¹⁷⁶ Em 1967, 741 alunos foram matriculados no centro, incluindo a educação de jovens e adultos. Quanto à educação primária, as escolas existentes tiveram matriculados(as) 2.378 alunos(as). No ginásio, 358 e 49 no científico. No ano de 1968, a companhia mantinha sete escolas de ensino primário, com 2.911 alunos matriculados e 102 professoras, sendo 18 cedidas pelo Governo do Estado da Bahia.

¹⁷⁷ Consta no relatório de 1967 que “Pela escritura de 10 de novembro de 1967, a fls. 4v do livro 1 945 das notas do tabelião do 14.º Ofício da cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a Companhia adquiriu da Companhia Energia Elétrica da Bahia o acervo da Usina de Bananeiras, destinada ao aproveitamento do potencial hidráulico dos Rios Paraguaçu e Jacuípe, abrangendo os Municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso, Feira de Santana, Muritiba e Santo Estêvão, no Estado da Bahia. A transação resultou da autorização concedida pela assembleia-geral extraordinária de 16 de janeiro de 1967, ratificada pela de 8 de setembro de 1967” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1968, p. 32). Com a incorporação de mais uma usina - Bananeiras (BA) - pela Chesf, duas unidades educacionais mantidas para atender os filhos dos trabalhadores também foram incorporadas e integradas ao complexo educacional da companhia junto

educacional escolar nas suas diversas modalidades, principalmente a partir da reestruturação iniciada em 1974. Os dados levantados do Setor de Ensino Integrado mostram a expansão do atendimento escolar no município (tabela 11).

Tabela 11 – Número de alunos computados após resultados finais

ANO	NÚMERO DE ALUNOS
1974	6.548
1975	7.001
1976	7.034
1977	6.913
1978	6.819

Fonte: Relatório e planos de atividades de 1978 e 1979,
Setor de Ensino Integrado/Chesf

Ainda referindo-me à década de 1960, segundo constante no relatório de 1969 ao lado da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira funcionou o Jardim de Infância “com capacidade para atender a 100 crianças dentro dos mais modernos métodos educacionais” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1969, p. 71). Nesse mesmo ano o número de alunos matriculados foi para 429, sendo 343 no primeiro ciclo e 86 no segundo.

Na modalidade de cursos profissionalizantes, “De 1964 a 1968, funcionaram 193 cursos, atingindo 3.135 o número dos que ali aperfeiçoaram os seus conhecimentos, num intensivo trabalho de aprimoramento” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1969, p. 5). Esses cursos foram realizados no Centro de Treinamento Profissional. Além de ser o mais importante do gênero para a formação de mão de obra para a indústria de geração e transmissão de energia elétrica instalado no Nordeste também passou a oferecer cursos em outras áreas para atender a demandas da companhia. Nos galpões, foram instaladas salas de aula, oficinas e laboratórios (planta na próxima seção) equipados com o que de mais moderno existia em tecnologia.

com as demais, tornando-se uma rede de escolas mantidas pela empresa. As duas novas escolas incorporadas foram: Escola de Bananeiras e Escola Ferryboat.

O grande contingente de cursos e pessoas atendidas exigiu, já em 1968, sua ampliação, sendo também construído um alojamento para alunos doutorandos com capacidade para receber 50 pessoas.

Funcionários da companhia e alunos do CFPPA realizaram estágios no exterior resultados do convênio pela Chesf com Sudene/Senai/Usaid/Brasil. Os equipamentos instalados na escola de aprendizagem Delmiro Gouveia foram doados e transferidos do Senai para Chesf. Cursos técnicos e treinamentos de pessoal da companhia passaram a ser ministrados nesse espaço.

Tabela 12 – Dados referentes aos cursos realizados no Centro de Treinamento

Período	Cursos	Alunos	Horas/Homem
Ano I (1962/1963)	35	504	52.817
Ano II (1963/1964)	33	433	44.401
Ano III (1964/1965)	61	618	71.813
Ano IV (1965/1966)	48	1.062	100.356
Ano V (1967)	38	854	461.903
Ano VI (1968)	46	601	652.719
Total	261	4.072	1.384.009

Fonte: Chesf (Relatório de 1968); adaptado pelo autor

Os números acima indicam que, na década de 1960, a oferta de cursos e treinamento foram significativos. Isso ocorreu porque foi a década de ampliação e instalação de usinas. A empresa foi realizando investimentos na formação de seus quadros.

Apolônio Sales, como engenheiro agrônomo, defendia que o desenvolvimento do Vale do São Francisco passava também por projetos de agricultura. Aliás, desde a instalação de uma pequena usina em Itaparica que ele defendia o uso da energia elétrica gerada para projetos de irrigação e indústrias nas margens do São Francisco.

Quando presidente da Chesf implantou uma escola rural como laboratório de formação técnico-agrícola para atender à demanda de formação de profissionais que pudessem atuar no médio São Francisco. Os objetivos dessa escola foram descritos em documento da companhia da seguinte maneira:

Começado o programa há cerca de dois anos, já se pode dizer agora que, ali, bem perto da Cachoeira de Paulo Afonso, contam os nordestinos com uma instituição em vias de ser modelar onde se ensinam os processos agrícolas aconselhados para região árida, notadamente as práticas irrigatórias e o uso intenso da eletricidade.

Em meio de vinte e cinco hectares de um pomar eclético, de fruteiras tropicais variadas e viçosas, encontram-se instalações para a criação de pequenos e grandes animais, tudo com a ajuda da energia elétrica, largamente consumida.

Para manutenção desse centro, encontra-se bem perto o maior setor da Fazenda. Cento e vinte hectares de terra estão sendo conquistados à vegetação xerófila, pela irrigação, que condiciona com sucesso o plantio das forrageiras tecnicamente indicadas (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1969, p. 68).

Apolônio Sales era entusiasta da agricultura e pretendia com a Escola Rural desenvolver um programa de formação técnica que contribuísse para o desenvolvimento agrícola da região do São Francisco. Assim como o Centro de Formação Profissional, a Escola Rural foi equipada com tecnologia moderna e sua infraestrutura era das melhores que uma escola rural poderia ter.

Em meio dessa vegetação, convenientemente dispostos, erguem-se os edifícios e instalações funcionais. Estábulo com vacas de leite escolhidas, aviário para a produção de carne e ovos, pocilga para criação de reprodutores e para engorda de animais de corte, apiário e centro de desmolda, canteiros de hortaliças e galpões de sementeiras; nem foram esquecidos os tanques para criação de alevinos e as casas dos técnicos e residências para operários rurais especializados.

Finalmente, como motivação final de tudo, o grupo escolar, amplo, sóbrio e adequado, onde os concluintes do curso primário já irão se identificando com a faina agrícola que, possivelmente, um dia lhes há de sorrir no decorrer da vida (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1969, p. 68).

A Escola Rural Ministro Simões Lopes, no seu primeiro ano de atividade, teve 77 alunos matriculados. Suas instalações, também modernas, ocupavam uma vasta área de terras. Com mais essa unidade educacional funcionando, subiu para nove o número de estabelecimentos educacionais mantidos pela Chesf.

O trabalho integrado entre os diversos setores de treinamento e das escolas voltava-se para um caráter mais amplo do ponto de vista educacional. Nesse sentido,

diversas ações foram sendo desenvolvidas. O processo de escolarização tinha um caráter amplo. Assim,

Congregando todas as unidades de ensino e treinamento sediadas em Paulo Afonso, e através delas incluir na juventude os princípios essenciais de higiene e segurança no trabalho, a Companhia fez realizar um Curso de Formação de Monitores de Higiene e Segurança, tendo promovido, ainda, a instalação da Campanha Escolar de Prevenção de Acidentes, de caráter permanente (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1969, p. 49).

O ano de 1970 foi marcado por uma grande seca na região Nordeste, que atingiu a região de Paulo Afonso. Esse fenômeno climático levou para Paulo Afonso pessoas retirantes das secas dos vastos sertões do Nordeste em busca de trabalho. Apolônio Sales informou que, diante da gravidade da situação dos retirantes, “Mesmo com as limitações do seu programa, é de registrar-se que a CHESF proporcionou crescente aproveitamento de mão-de-obra local com o desenvolvimento do projeto Moxotó e a intensificação dos trabalhos na Usina de Paulo Afonso III” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1971, p. 4).

Do primeiro ano de atividade escolar ao final da década de 1970 houve um vertiginoso crescimento de alunos estudando nas diversas modalidades educacionais no acampamento da Chesf em Paulo Afonso.

Paulo Afonso entrou, nessa década, com uma população de aproximadamente 40 mil pessoas. Esse rápido processo de urbanização exigiu, mais uma vez, um conjunto de demandas sociais. As escolas da Chesf tinham, nesse ano, 3.400 alunos matriculados. O Colégio Paulo Afonso contava com 27 professores, para atender a 533 matrículas, sendo 405 no primeiro ciclo e 128 no segundo. Os 2.772 alunos, matriculados no ensino primário, estiveram distribuídos em 95 classes. O ensino primário para os jovens e adultos teve 92 matriculados.

Os cursos de aprendizagem industrial tiveram 67 alunos da faixa etária de 14 a 17 anos distribuídos nas seguintes especialidades: ajustador-mecânico, mecânico de automóveis, eletricitista-instalador, eletricitista-enrolador e eletroquímica (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1971, p. 55).

Na área do Centro de Formação, teve início a construção do Modelo Reduzido para estudo do conjunto hidráulico do projeto Moxotó, que seria transformado num laboratório a ser utilizado para formação de novos técnicos.

Novas unidades educacionais foram construídas. Escola Parque¹⁷⁸, Escola Boa Ideia, Escola Moxotó II¹⁷⁹. Na década de 1970, as escolas da Chesf ofereciam as modalidades jardim de infância, 1º grau¹⁸⁰ (1ª a 4ª séries), nível II e III (5ª a 8ª séries) e 2ª grau e educação de jovens e adultos.

Em 1972, por sugestão do grupo de trabalho constituído pela empresa para reformular o ensino nas suas escolas, foi criado o Serviço de Ensino Integrado¹⁸¹ (SEI). Esse órgão ficou subordinado ao Setor de Ensino e Treinamento (SET). Sua finalidade foi a reestruturação organizativa das escolas e a dirigir administrativa e pedagogicamente o complexo escolar¹⁸² de forma integrada metodológica, administrativa e pedagogicamente em articulação com o SET e com o CFPPA.

O Acampamento Chesf em Paulo Afonso se desenvolveu em ritmo acelerado. Nas proximidades de Paulo Afonso, outros núcleos urbanos também se desenvolveram influenciados pelo crescimento das obras de Moxotó e Paulo Afonso IV. A companhia continuou a desenvolver uma política de assistência aos funcionários na área de habitação, alimentação, saúde¹⁸³, segurança, recreação e educação.

¹⁷⁸ As escolas Engenheiro Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Alves de Souza, Moxotó I - Alagoas e Moxotó II - Bahia eram denominadas também como Escolas Reunidas da Chesf. Com a criação do complexo escolar, passaram a ser denominadas de Escolas Tributárias. Essas denominações foram utilizadas para agrupar o conjunto de escolas e para efeito de atender às exigências legais para regularização e autorização de funcionamento. A Escola Parque foi fundada já no período em que as escolas primárias estavam organizadas como bloco de ensino de 1º grau, denominadas de Escolas Tributárias.

¹⁷⁹ A Escola Moxotó Bahia foi construída no acampamento conhecido como Vila Cetenco, próximo do canteiro de obras da Usina Moxotó. Sua instalação teve a intenção de ofertar aos filhos dos funcionários que trabalhavam nessa obra o ensino primário no próprio acampamento de forma a evitar que essas crianças tivessem que se locomover até o Acampamento Chesf.

¹⁸⁰ A nomenclatura foi alterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (5.692/1971). Com a nova lei, os níveis Primário e Ginásial passaram a ser denominados de 1º Grau e o Secundário, 2º Grau.

¹⁸¹ Quando da criação do Serviço de Ensino Integrado (SEI), em junho de 1972, passaram à sua coordenação as unidades educacionais existentes: Colégio Paulo Afonso (Colepa), Colégio Comercial 15 de Março, Escolas Reunidas da Chesf (Erpa) e Escola Rural Ministro Simões Lopes. As escolas reunidas compreendiam as escolas Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Alves de Souza, Escola Parque, Boa Ideia, Moxotó I e Moxotó II.

¹⁸² A Chesf, através do SEI, reorganizou as escolares como complexo de acordo com a Resolução nº 155, de 30 de julho de 1973, da Secretaria de Educação da Bahia; segundo consta de relatório do SEI, pela facilidade na articulação das unidades escolares entre si.

¹⁸³ No início da década de 1970, foi criada a Fundação de Assistência Social da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Fachesf) para assistência à saúde dos trabalhadores e dependentes. No entanto, o Hospital Nair Alves de Souza continuou a prestar serviços aos funcionários e à população dos municípios de influência da cachoeira de Paulo Afonso, sendo o mais importante e mais equipado hospital em toda a região do Sertão do São Francisco.

A década de 1970¹⁸⁴ foi de expansão do sistema escolar. O número de matrículas no setor de ensino em Paulo Afonso chegou a 6.648 alunos matriculados nas diversas modalidades educacionais. Nesse período:

O ensino profissional de nível médio, proporcionado pela CHESF, em Paulo Afonso, forma técnicos especializados em atividades relacionadas com produção e transmissão de energia elétrica e prepara mão-de-obra que vem sendo disputada de Norte a Sul do País, mesmo nos grandes centros" (CHESF, 1973, p. 72).

Em 1974, a equipe de educadores contratada pela Chesf apresentou o plano de reestruturação das escolas. Propôs organizá-las como um complexo e funcionarem como sistema. As medidas propostas foram adotadas pela empresa e o pedido de reformulação, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação da Bahia. A partir de então, as escolas criadas pela Chesf em Paulo Afonso funcionaram como um complexo educacional escolar integrado. A nova equipe propôs e adotou novos métodos e técnicas de ensino inspirados nos princípios da Nova Escola.

Uma das mudanças no ensino diz respeito à integração dos antigos níveis primário e ginásial em um único ciclo de oito anos, que constituiu o 1º grau, obrigatórios de 7 aos 14 anos. O Setor de Ensino Integrado adotou para as escolas da Chesf a divisão do ensino em dois graus de acordo com a Lei 5.692/1971. O 1º grau dividido em níveis, sendo: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, consideradas nível I, 5ª e 6ª séries, nível II, 7ª e 8ª séries, nível III, além do 2º grau.

A partir de 1974, o SPI adotou um currículo profissionalizante nas áreas: Industrial, com os cursos de Mecânica, Eletrotécnico, Eletromecânica e Eletricidade; Comercial, com Contabilidade, Secretariado e Administração; Saúde, com os cursos de Enfermagem, Técnico-laboratorista - Análises Clínicas; e na área de Agricultura, com Agricultura, Agropecuária e Pecuária.

As medidas pedagógicas e administrativas mobilizadas pelas escolas visavam o alcance dos objetivos escolares. Muitas foram as estratégias e recursos utilizados com esse propósito: o desenvolvimento de experiência com educação pré-escolar; classes de aceleração para os alunos em atraso escolar; processos de avaliação

¹⁸⁴ Na passagem dos 25 anos de fundação da Chesf, em 25 de março de 1973, foi realizada uma série de atividades cívicas e sociais envolvendo as escolas para celebrar a data. As comemorações se deram no Rio de Janeiro, Paulo Afonso, Salvador e Recife. Outras solenidades foram realizadas nos estados em que a Chesf atuava. Foi publicado um álbum comemorativo à data (CHESF, 1973).

diferenciados; diversos tipos de atividades didáticas; qualificação profissional; integração do corpo de funcionários e avaliação do sistema.

Os números de alunos atendidos nos programas de assistência ao educando dão conta da dimensão que o projeto escolar da Chesf foi tomando. O programa de merenda escolar atendia diariamente 5.500 alunos, totalizando 384.741 refeições servidas em 1978. No mesmo ano, o programa de caixa escolar prestou assistência social fornecendo (blusas ou camisas, calças, shorts, congas “sapatos”) e empréstimos de livros a 2.984 alunos. A assistência médico-odontológica atendeu todos os alunos, realizando remoção de focos, restauração geral, profilaxia, raspagem de tártaro, aplicação tópica de flúor. A biblioteca desenvolveu atividades de incentivo à prática da leitura e teve 18.500 consultas e 11.195 empréstimos de livros. O centro cívico¹⁸⁵ estimulou a promoção de atividades culturais, científicas, artísticas, esportivas, recreativas, com destaque para os eventos cívicos.

Os órgãos de direção do complexo escolar buscaram integrar as escolas com os demais órgãos da empresa e da comunidade. Foi criado o curso Mobral¹⁸⁶ e o supletivo. Em cooperação com os clubes, passaram a ser realizadas atividades culturais, sociais e esportivas com o objetivo de “mostrar que a escola deve ser o centro da comunidade e que dela deve partir o impulso de melhoria social”

¹⁸⁵ Entre as estratégias de integração escola-comunidade, as datas cívicas transformaram-se em grandes eventos cívico-pedagógicos das escolas da Chesf. Instituidora de caráter cívico-militar, os eventos relacionados às datas cívicas passaram a ter especial destaque no calendário letivo no período da ditadura civil-militar brasileira. Murais, concursos, palestras, hasteamento solene da Bandeira Nacional somavam-se às comemorações do Dia do Soldado, Semana da Pátria, Dia da Bandeira, concurso de serviço militar. Outras datas, como Semana do Trânsito, Emancipação Política de Paulo Afonso, Independência da Bahia, Festa de São Francisco, Páscoa dos alunos e professores, Campanha da Fraternidade, festas juninas, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Professor, Dia do Estudante, Semana da Criança, shows folclóricos, Dia da Árvore, jogos estudantis, encontros de artes e solenidades de conclusão dos cursos de 1º e 2º graus mobilizavam toda a comunidade escolar e transformaram-se em eventos de grande significado para as escolas.

¹⁸⁶ A Fundação MOBREAL foi criada pela Lei de nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, no entanto, apenas em 1970 passou a ser executora do programa de alfabetização. Era financiado com recursos da Loteria Esportiva e de 2% do Imposto de Renda pago por pessoas jurídicas. Posteriormente ficou sendo subsidiado apenas com os recursos arrecadados com o percentual do Imposto de Renda. A Lei que criou o MOBREAL atribuiu ao Ministério da Educação a responsabilidade da alfabetização funcional e educação continuada dos adultos, através da nova fundação. No trabalho *Histórias e memórias: o Mobral no sertão alagoano*, Silva e Freitas (2017) analisam que para o governo repressor instalado no país com o golpe civil-militar em 1964, “a alfabetização de adultos só representava sentido porque o desenvolvimento do país, com a entrada das multinacionais, exigiria uma mão de obra capaz de dominar as técnicas de leitura e escrita” (2017, p. 46). Esses autores defendem a ideia que a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi uma reação do regime civil-militar aos movimentos de cultura popular com princípios e ideias influenciadas pelo educador Paulo Freire. Para saber mais sobre os contextos histórico, político e educacional (1964 – 1985) do Mobral, ver SILVA, Jailson Costa da; FREITAS, Marinilde Lima de Queiroz. **Histórias e memórias: o Mobral no sertão alagoano**. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

(COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, Setor de Ensino Integrado – SPI, Relatório, Planos de Atividades, 1978-1979).

O programa pedagógico e administrativo do Setor de Ensino Integrado da Chesf apresentava como objetivos:

[...] prover meios para o desenvolvimento integral do educando, utilizando a assistência psicopedagógica, religiosa, médico-odontológica, alimentar e social [...].

[...] promover ao educando contatos com a comunidade através de atividades que o levem a pesquisa, ao desenvolvimento de uma atitude reflexiva e do espírito crítico e criativo, facilitando-lhe a participação efetiva na sociedade (Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, Setor de Ensino Integrado – SPI, Relatório, Plano de Atividades, 1978-1979).

A conclusão da Usina Paulo Afonso III e Moxotó/Apolônio Sales incrementou em mais de 30% a capacidade de geração de energia da Chesf. Continuavam os trabalhos da casa de máquinas da Usina Moxotó e os aproveitamentos de Paulo Afonso IV e Sobradinho. O ritmo das obras levou ao crescimento do quadro de pessoal contratado pela Chesf ou trabalhando através de empresas terceirizadas. Em meados de 1974, totalizavam aproximadamente 17.000 trabalhadores em todos os setores da companhia. Com as conclusões de algumas obras, esse número foi reduzido no fim do ano para 15.134, dos quais 9.952 efetivos. Isso explica o crescimento da comunidade estudantil atendida pela empresa no início daquela década (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1975).

Em 1978, esse complexo educacional tinha 365 funcionários. Era um quadro formado por professores, psicopedagogos, orientadores educacionais, supervisores, médicos, dentistas, auxiliares de escritório, auxiliares administrativos, auxiliares de disciplinas, auxiliares de portaria, auxiliares de comércio, feitores, trabalhadores de campo, serventes, zeladores, jardineiros, cozinheiros, trabalhadores agropecuários, e atendia 5.500 alunos (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Setor de Ensino Integrado, Relatório/Plano de Atividades, 1978-1979).

Se as décadas de 1950 e 1960 foram as que a Chesf em Paulo Afonso fundou escolas e consolidou sua atuação na oferta de ensino escolar para os trabalhadores e seus filhos, os anos de 1970 e 1980 foram de ampliação e reorganização do complexo escolar, dado pelo caráter profissionalizante do ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na década de 1990, por decisão do Governo Federal, a Chesf abandonou sua função educativa. Iniciou um processo de encerramento de atividades em algumas escolas e outras foram paulatinamente sendo transferidas para o Governo do Estado da Bahia, Município de Paulo Afonso e instituições privadas. Em 1999, a última escola ainda administrada pela Chesf – Colepa – foi transferida para o Governo do Estado¹⁸⁷, encerrando um ciclo de 51 anos ofertando escolarização em Paulo Afonso.

Esse ciclo escolar apresentou diferentes contextos na organização, funcionamento e objetivos educacionais, podendo, em geral, ser caracterizado pelos binômios: criação/expansão, consolidação/reorganização, formação para a nação e formação para o trabalho.

As escolas da Chesf tiveram caráter de formação cívica e profissional. Foram promotoras de assistência médico-odontológica, atividades cívicas, religiosas, culturais, sociais e esportivas. Instituidoras de um programa de caráter modernizador. Como a própria companhia assinala, “a escola participa de um determinado momento histórico, do qual é inseparável. Sua tarefa não é formar o homem abstrato, mas formar o homem de determinada nação, de determinado meio social e época histórica” (Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, Setor de Ensino Integrado (SPI), Relatório, Plano de Atividades, 1978-1979).

A Chesf operou mudanças na natureza, no homem e na sociedade. A “modernização” implantada no Sertão foi institucionalizada pela educação escolar, que ditou ritos escolares para a comunidade estudantil, mas também em dimensões mais amplas na sociedade “chesfiana”. A aquisição de novos *habitus* processou um modo de vida “moderna” que se confrontava com a normalidade da natureza social no Sertão tradicional, marcado pela tradição, e de transformações em tempo lento. As escolas institucionalizaram uma “modernidade” irreversível no Sertão. Um novo modo de vida se estabeleceu em definitivo e a escola foi a instituição que a instituiu.

A criação de uma rede de escolas pela Chesf instituiu no Sertão do São Francisco a cultura escolar. As instituições educativas foram instituidoras de ritos escolares modificadores de contexto sociocultural para o Sertão em seus aspectos mais amplos no campo educacional. A institucionalização do educacional escolar implantado pelas escolas da Chesf foi, para além do que se apresentava como fins

¹⁸⁷ O Governo do Estado recebeu o edifício do Colégio Paulo Afonso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Posteriormente esta unidade educativa foi entregue ao Governo Federal que instalou uma unidade do Instituto Federal de Tecnologia da Bahia – IFBA, oferecendo cursos técnicos.

educacionais dessas escolas, para torná-las “essencialmente uma comunidade cultural-educativa. Visa formar o ser humano, dando-lhe uma cultura integral” (Companhia Hidroelétrica do São Francisco, 1974) e cuja tarefa era “formar o homem de determinada nação, de determinado meio social e época histórica” (Companhia Hidroelétrica do São Francisco, 1974), (re)construir essa história pelo caminho da História da Educação e observar as transformações que, para o bem ou para o mal, os ritos escolares impuseram para a zona de confluência da cachoeira de Paulo Afonso.

Além das escolas em Paulo Afonso, a Chesf mantinha, no ano de 1985, escolas nos acampamentos de Sobradinho, Itaparica e Boa Esperança, com um total de alunos matriculados de 7.429 no primeiro grau. Apenas Paulo Afonso ofertava as modalidades de segundo grau e jardim da infância, com 460 e 621 alunos matriculados respectivamente.

Na década de 1980, a Chesf concluiu o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso na produção de energia hidroelétrica. O complexo de usinas formado pelas usinas Paulo Afonso I, II, III, Moxotó, e Paulo Afonso IV fecharam um ciclo de usinas nessa localidade. Os esforços da companhia voltaram-se para Itaparica, Sobradinho e Xingó.

A crise econômica brasileira da década de 1980 atingiu o setor de geração de energia, inclusive a Chesf. Apesar da crise, os projetos em andamento das usinas de Itaparica e o projeto da Usina de Xingó exigiam a manutenção de uma política de formação e treinamento de pessoal. Isso fez com que as unidades escolares da companhia continuassem mantidas pela empresa¹⁸⁸ ao longo dessa década.

A diretoria empossada em 22 de maio de 1985 assumiu em meio à grave crise econômica nacional e dificuldades financeiras vivenciadas pela companhia. Diante das dificuldades, a diretoria recém-empossada afirmou, no relatório de 1985, manter a companhia “No cumprimento de sua missão social, como agente de promoção do desenvolvimento do Nordeste do Brasil [...]” (CHESF, 1986, p. 2).

Nos últimos anos da década de 1980 e início de 1990 continuaram, a crise econômico-financeira da Chesf. Foram paralisadas as obras da Usina de Xingó e o

¹⁸⁸ A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco mantinha em Sobradinho uma unidade escolar, denominada Escola da Vila de São Joaquim. Em 1983, a Companhia entrou em entendimento com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia no sentido de transferir para esta a referida unidade educacional (CHESF. Relatório de Diretoria, 1983, p. 20).

reassentamento das populações atingidas pelo enchimento do reservatório de Itaparica. O país iniciou a nova década com a posse do presidente da República eleito pelo voto popular depois de período de regime civil-militar. Em junho de 1990, com a presença de Fernando Collor de Mello, foram retomadas as obras da Usina de Xingó.

No meio à crise econômica que paralisou obras importantes e do novo momento político nacional, também tomou posse, em 28 de maio de 1990, uma nova diretoria na empresa. Essa diretoria iniciou uma reforma administrativa na companhia acompanhando as orientações de cunho neoliberal. Foram adotadas medidas de diminuição de custos e aumento de produtividade. As empresas de energia foram reestruturadas para atender às orientações ao Plano Nacional de Desestatização (PND) adotado pelo Governo Federal.

Como consta no relatório da companhia, “No exercício de 1990, a CHESF retomou o processo de Planejamento Empresarial, de modo a equacionar e dirigir as suas ações para os aspectos mais estratégicos, que se apresentam para o cumprimento de sua missão” (CHESF, 1991, p. 9). Como resultado das mudanças, o Plano Estratégico da Chesf para o período de 1990/1999 resultou na redução de 70% do número de órgãos vinculados diretamente à diretoria, eliminou 52 unidades administrativas e 300 funções gratificadas. Extinguiu os escritórios do Rio de Janeiro e de Brasília e, principalmente, foi substancialmente encerrando as ações sociais. Tais medidas levaram a Chesf a diminuir, no período de cinco anos (1997), em 35% o número de trabalhadores (CHESF, 1997, p. 30). Em 1999 a Chesf teve seu quadro de funcionários deduzidos a 6.048 pessoas, devido a política de desligamento (CHESF, 1999). As ações de ensino e treinamento foram direcionadas exclusivamente aos funcionários, pois “[...] foram instituídos programas de educação e treinamento, tais como complementação à educação básica e o aperfeiçoamento da qualidade técnico-profissional dos empregados” (CHESF, 1993, p. 14).

Quando a Chesf foi criada em 1948, o Nordeste tinha uma população de 18 milhões de habitantes, chegando, em 1998, ano do cinquentenário da companhia a 45,5 milhões. Os índices de analfabetismo nessa região do Brasil, que atingiam a média de 69% na metade do século passado, caíram para 30% em 1998 (CHESF, 1998). A modernização trouxe, por outro lado, um conjunto de problemas para os povos ribeirinhos atingidos pelas construções das usinas hidroelétricas da Chesf. Na região de Paulo Afonso, foram grandes os impactos com a construção da Usina

Moxotó/Apolônio Sales, tendo que reassentar a população do município de Glória numa nova cidade. Em Itaparica, milhares de famílias que viviam principalmente da agricultura de subsistência tiveram que ser reassentadas. Sobradinho foi o maior de todos os impactos.

Com a adoção de princípios neoliberais orientadores das empresas brasileiras, inclusive a Chesf, os investimentos em áreas como educação foram sendo retirados e as unidades educacionais, sendo transferidas para outros órgãos da administração pública e instituições privadas. Segundo a companhia (2000, p. 9),

Em Paulo Afonso (BA), a Chesf vem efetivamente atuando para aumentar a oferta de oportunidades de ensino na região, cedendo instalações para a universidade local e as escolas de 1º e 2º graus que possibilitam a formação de profissionais em áreas voltadas especificamente para as necessidades da comunidade, evitando o êxodo para outros centros em busca da formação desejada. Juntas, as instituições de ensino disponibilizam mais de 4.700 vagas, empregando diretamente cerca de 150 profissionais.

Na ausência da oferta de políticas públicas por parte dos estados da região de influência da cachoeira de Paulo Afonso, a institucionalização da educação escolar por parte da Chesf foi responsável pela disseminação de uma cultura escolar que foi se desenvolvendo na região do Médio São Francisco.

4 A CHESF E SEU COMPLEXO ESCOLAR EM FORQUILHA/PAULO AFONSO

Nesta seção, o conjunto de fotografias utilizadas para (re)construir o processo de escolarização instituído pela Chesf em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso) é analisado como imagens-documento/monumento¹⁸⁹. A utilização do documento/monumento fotográfico como fonte nas pesquisas historiográficas, em particular na História da Educação como mudança de paradigma, exige do historiador referenciais teórico-metodológicos específicos. A modernização promovida no Sertão do São Francisco através da institucionalização escolar é analisada pelo testemunho das imagens. As escolas criadas pela Chesf foram instituidoras da modernidade no Sertão.

As fotografias como evidências que possibilitam (re)construir uma narrativa historiográfica, principalmente a partir da revolução documental promovida pelos historiadores da Escola dos Annales e da História Cultural, trazem para a história novo conceito de documentos e fontes. É nessa perspectiva que utilizo imagens fotográficas para analisar as transformações que foram sendo processadas no Sertão do São Francisco, instituindo um modo de vida com particularidades só possíveis de análise através dessas fontes. O uso do termo documento/monumento traz uma premissa, uma concepção relacionada à crítica do documento.

Nesse sentido, o historiador Le Goff (2003, p. 535) defende que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Trato dos aspectos mais amplos da instituição da modernidade escolar no Sertão. A (re)construção histórica é realizada pela evidências das imagens. Apresento o espólio fotográfico e a caracterização do arquivo trabalhado de maneira

¹⁸⁹ O binômio documento/monumento é aqui utilizado conforme Le Goff (2003, p. 535), resultado de uma revolução documental ocorrida fundamentalmente no século XX, em que considera documentos como monumentos. “Colocá-los em série a trata-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de *coleção* (cf. *pesos e medidas, moeda*), os tipos de *habitação, a paisagem*, os fósseis (cf. *fóssil*) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. *animal, homem*). Enfim, em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. *verdadeiro/falso*), trata-se de pôr luz as condições de produção (cf. *modo de produção, produção/distribuição*) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. *poder/autoridade*)”.

que a modernização educacional no Sertão seguiu os rastros do testemunho das imagens. O espaço do acampamento, *locus* do projeto educativo analisado, é tomado como espaço social, na perspectiva de Bourdieu (2011), e apresenta as contradições de um projeto de modernidade excludente. Nesse sentido, as condições de escolarização não foram iguais para os moradores de Forquilha/Paulo Afonso.

Metodologicamente, esse conjunto fotográfico nesse formato permite analisar diversos aspectos do projeto educativo instituído pela Chesf no Acampamento Forquilha. As imagens fotográficas como evidências históricas possibilitam (re)construir a história da vida cotidiana, da cultura material e da institucionalização de ritos e *habitus* de caráter mais amplo nessa comunidade. E, por suas vezes, contextualizar o projeto educativo da Chesf para o Sertão também no contexto macro político, social e econômico das mudanças no país.

4.1 AS EVIDÊNCIAS DAS IMAGENS

O uso das imagens como fontes históricas tem sido um desafio posto aos historiadores ao longo dos tempos. Há, no entanto, quem no campo da historiografia defenda que o seu uso apresenta oportunidades para se compreender outras épocas. Analisar a institucionalização educacional escolar no acampamento da Chesf em Forquilha através das imagens fotográficas observando os *habitus* dessa comunidade, conforme perspectiva de Pierre Bourdieu (1989; 2011), constitui uma importante chave de leitura para a História da Educação. A análise do Acampamento Chesf em Forquilha como campo social e a população nele residente como agentes detentores de diferentes níveis de capital cultural, categorias caras a Bourdieu (2011), permitem um olhar sobre os diversos aspectos do projeto educativo ali instituído.

A escolha do uso de fontes imagéticas nesta pesquisa, as fotografias, ocorre junto com outras fontes, no caso, documentos escritos. A crítica realizada ao uso das imagens¹⁹⁰ como fontes quanto à sua fragilidade serve também para as demais, como

¹⁹⁰ Peter Burke (2004, p. 21), no trabalho *Testemunha Ocular: História e Imagem*, apresenta uma variedade de fontes imagéticas que foram sendo utilizadas em pesquisas historiográficas. Mesmo antes de se constituir como fontes para os historiadores, já eram utilizadas por outras ciências. Entre as variedades de imagens, cita o uso de pinturas, mapas, pratos decorados, ex-votos, manequins, soldados de cerâmicas, gravura em madeira, entalhe e gravura em água-forte, principalmente nos séculos XV e XVI. O surgimento da imagem fotográfica nos séculos XIX e XX, como a fotografia, filmes e televisão, é paradigmático para que os historiadores incorporem essas fontes como evidências históricas nas pesquisas historiográficas.

as fontes orais, escritas etc. Para não cair nas armadilhas que qualquer tipo de fonte pode proporcionar, cabe ao historiador que dela faz uso, é preciso realizar a devida “crítica da fonte”.

Para o historiador Peter Burke (2004, p. 13):

O emprego de imagens por alguns poucos historiadores remonta há muito mais tempo. Como destacado por *Francis Haskell* (1928 – 2000) em *History and its images* (A História e suas imagens), as pinturas nas catacumbas romanas foram estudadas no século 17 como evidência para a história dos começos do Cristianismo (e no século 19, como evidência para a história social). As Tapeçarias de Bayeux (ilustração 78) já eram levadas a sério como fonte histórica por estudiosos no início deste século 18. Na metade deste século, uma série de pinturas de portos marítimos franceses, realizada por *Joseph Vernet* (a ser discutido aqui no capítulo 5), foi elogiada por um crítico que declarou que, se mais pintores seguissem o exemplo de *Vernet*, os trabalhos seriam de utilidade para a posteridade porque “nas pinturas seria possível ler a história das práticas, das artes e das nações”.

Embora muitos historiadores tenham resistido ou não levado a sério o uso das imagens como fontes, essas têm sido cada vez mais utilizadas nas pesquisas históricas e por pesquisadores de outros campos das Ciências Sociais.

Um dos argumentos utilizados pelos historiadores críticos ao uso de imagens como evidência histórica está no fato de que, segundo eles, essas serem ambíguas e poderem ser interpretadas de diferentes maneiras. Contrapondo-se a essa crítica, Burke (2004) relativiza tal argumento apresentando a ambiguidade dos textos, especialmente quando são traduzidos de um idioma para outro. Ou seja, esse argumento, por si só, não se sustenta.

Colaborando com a mesma perspectiva de Burke (2004), quanto à antiguidade do uso das imagens pelos historiadores, Andrade Essus (apud BURKE 2004, p. 22), ao analisar a relação entre Iconografia e História das Mentalidades, apresenta a utilização por historiadores da Idade Média utilizando ex-votos, altares, estátuas etc. para traçar uma geografia do passado e o perfil das sensibilidades coletivas.

A reconfiguração do uso das fontes pelos historiadores, de fato, deu às imagens o mesmo lugar ao lado dos textos e testemunhos orais. A história passou a considerar o testemunho das imagens. No entanto, Burke (2004, p. 12) chama a atenção para a controvérsia entre os historiadores quanto ao uso das imagens, colocando de um lado os que “preferem lidar com textos e fatos políticos ou econômicos e não com os níveis mais profundos de experiência que as imagens sondam”. De outro, via-se um número relativamente pequeno de historiadores trabalhando com arquivos fotográficos.

Um problema que ocorre entre os que utilizam imagens é de tratá-las apenas como ilustrações. Na maioria das vezes, são utilizadas por historiadores apenas para reafirmar conclusões que o autor já tinha apresentado utilizando-se de outras fontes. Nesses casos, as imagens deixam de ser exploradas nas suas várias potencialidades, inclusive de oferecer novas respostas e, ou, suscitar outras questões que não as dos documentos escritos.

Borges (2011, p. 23) levanta outra situação referente ao uso das imagens que, na maioria das vezes, apenas confirmavam o que diziam os documentos escritos. Assim, eram utilizadas apenas para tornar mais “fácil” o que as fontes textuais já haviam dito.

Sob essa perspectiva, os espécimes iconográficos acima referidos funcionavam tanto como recurso didático, quanto como documento histórico. Como fonte de pesquisa histórica eles apenas confirmavam o que já estava dito nos documentos escritos. Dada essa posição subalterna na hierarquia de importância dos documentos utilizados na pesquisa histórica, *as imagens visuais não passavam de documentos de segunda categoria.*

Para os historiadores da Escola dos Annales, o texto para essa nova geração de historiadores ganha contornos mais amplos, incluindo toda produção material e espiritual humana “em suma, com tudo o que, sendo do próprio homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gosto e maneira de ser” (ESSUS apud FEBVRE, 1985, p. 249).

Burke (2004) chama a atenção dos historiadores que pretendem fazer uso dos recursos iconográficos para terem ciência das promessas e dos perigos em fazer uma escrita da história utilizando-se das evidências visuais. Embora essa observação seja pertinente para o uso de qualquer tipo de fonte, no caso de fotografias, que, além de método próprio, requer alguns cuidados específicos.

Uma virada significativa entre os historiadores a partir da década de 1960 foi ocasionada pela tomada de consciência da importância das fotografias para a história social do século XIX, contribuindo para se “construir ‘uma história a partir de baixo’, focalizando o cotidiano e as experiências de pessoas comuns” (BURKE, 2004, p. 15).

O termo fonte é utilizado por historiadores para se referirem aos documentos. Aqui, trataremos fontes como documento/monumento. Outro aspecto importante deve-se à ingenuidade de muitos historiadores pensarem que as “fontes” documentais não sejam contaminadas por intermediários.

É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas. Como sugeriu o historiador holandês *Gustaaf Renier*, (1892-1962) há meio século, pode ser útil substituir a ideia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo “indícios” refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias (Burke, 2004, p. 16).

No caso das fotografias, os fotógrafos são os intermediários, ou seja, tomando emprestado a frase de Burke (2004), testemunha ocular da história. O uso de fotografias nos trabalhos historiográficos nos permite “imaginar” o passado de forma mais vivida.

Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades. A “crítica da fonte” de documentos escritos há muito tempo tornou-se uma parte essencial da qualificação dos historiadores. Em comparação, a crítica de evidência visual permanece pouco desenvolvida, embora o testemunho de imagens, como o dos textos, suscite problemas de contexto, função, retórica, recordação (se exercida pouco, ou muito, tempo depois do acontecimento), testemunho de segunda mão, etc. (BURKE, 2004, p.18).

Ao historiador que faz uso de imagens, é imprescindível realizar a crítica da fonte, saber interrogar as fotografias. No caso do acervo fotográfico da Chesf, algumas questões devem ser levantadas antes mesmo da análise das fotografias: qual o propósito do registro fotográfico realizado pela Chesf? Quem as fez? Está devidamente levantada a identidade dos fotógrafos? Um primeiro dado a ser registrado é o número de fotografias¹⁹¹ que compõem esse fundo documental e a variedade de registros nos aspectos mais amplos das ações da companhia em Forquilha. Isso vai poder nos dizer sobre o olhar de quem documentou fotograficamente esse período da história do Sertão do São Francisco. Eles registraram um ponto de vista. Tinham uma intenção que não pode ser desprezada

¹⁹¹ O arquivo imagético da Chesf é constituído principalmente de fotografias e filmes. O acervo fotográfico existente no Memorial Chesf em Paulo Afonso é constituído de fotografias também de usinas hidroelétricas construídas pela empresa em outras regiões, como a Usina Luís Gonzaga, localizada em Petrolândia, e a Usina de Sobradinho, localizada entre os estados de Bahia e Pernambuco. No Cdoc, em Recife, o acervo é constituído de um amplo espólio fotográfico de todas as usinas construídas pela companhia, de linhas de transmissão, subestações e imagens do rio São Francisco, da nascente à foz. Das cidades banhadas pelo São Francisco com seus aspectos paisagísticos, culturais, ambientais e humanos. É um dos mais amplos acervos do Vale do São Francisco existentes.

por quem for analisá-las. O fundo iconográfico é bastante amplo e merece cuidado por quem dele fizer uso.

Um levantamento sobre os autores das fotografias já é um passo importante. Nos diz algo sobre o olhar de quem registrou o cotidiano social, cultural e educacional. De quem constituiu um relevante registro das transformações processadas no Sertão do São Francisco a partir da presença da Chesf. Nesse levantamento da autoria dos registros fotográficos que compõem esse acervo, constam ex-funcionários e ex-diretores da empresa. Obviamente que os registros eram realizados por orientação da diretoria da companhia e, portanto, não eram inocentes.

As fotografias foram produzidas na grande maioria por iniciativa da direção da companhia para diversos fins. Fez parte da estratégia de publicidade da empresa divulgar nos relatórios de diretoria e na imprensa dos grandes centros do Brasil as mudanças operadas no Sertão. O projeto de modernidade implementado pela Chesf causava impacto e recebia apoio quando mostrava-se a modernidade instalando-se no tradicional mundo rural sertanejo.

Refletindo sobre as imagens fotográficas produzidas, somos tomados pelo questionamento de quem orientava os fotógrafos sobre quais imagens deveriam ser registradas. Até que ponto os fotógrafos tinham liberdade de definir a respeito delas? O que deixou de ser registrado? Essas foram questões que procurei responder além da abordagem crítica que procurei realizar.

A escolha do uso de fotografias para este trabalho também incorre nessas mesmas dimensões. O acervo fotográfico levantado, se por um lado traz o olhar de certa forma “oficial” da Chesf, porque quase que na totalidade são fotografias produzidas por fotógrafos da companhia, portanto, tinham uma intensão de atender aos interesses objetivos da empresa, por outro, representam muito do mundo sertanejo, das transformações urbanísticas, da população residente no acampamento e na Vila Poty, das escolas, dos ritos, dos modos de vida. Possibilita estudar as mudanças operadas com a modernidade levada ao Sertão do São Francisco pela Chesf.

A fotografia foi também utilizada para divulgar as ações de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia e seu projeto “civilizatório” no Sertão alagoano. O operário vestido nos moldes dos grandes centros e dominando as técnicas inovadoras da tecnologia no Sertão. A Usina de Angiquinho a mostrar o homem a desafiar a natureza. Essas

imagens, extraídos os seus excessos, nos falaram muito desses momentos e personagens da história do Sertão do Nordeste.

Três décadas antes da instalação da Chesf na margem baiana da cachoeira de Paulo Afonso, a fotografia já era utilizada para produção de sentido e registro de mudanças ocorridas na comunidade sertaneja. Na Vila da Pedra, núcleo industrial pioneiro no Sertão nordestino, a fotografia foi usada,

Com a finalidade de impulsionar essa representação, as atividades industriais foram representadas por meio das imagens do maquinário hidrelétrico da usina, os equipamentos eletromecânicos da fábrica, além dos setores operacionais do empreendimento. Assim, apesar de essas imagens não corresponderem necessariamente ao espaço urbano da Pedra, são fundamentais para se compreender as alterações do fluxo entre o rural, o urbano e a organização operária, que foram estabelecidas justamente no propósito de registrar situações de um sertão com hábitos civilizados e progressistas. Ou seja, a ordem aliada ao progresso, na impressão que mantém a disciplina de um trabalho regular (SILVA, D., 2016, p. 94).

Na Vila da Pedra, algumas décadas antes da Chesf se instalar em Forquilha, a fotografia foi utilizada como uma prática desenvolvida na produção da imagem do Sertão moderno em oposição ao tradicional mundo sertanejo. Analisando a atuação dos fotógrafos que atuaram nesse lugarejo do Sertão alagoano, Davi Roberto Bandeira da Silva (2016, p. 94) observou que:

Destacava-se, portanto a postura adotada pelo fotógrafo de mostrar os sertanejos – inclusive crianças – trabalhando no moderno empreendimento, e seus patrões no confortável escritório administrativo, ao passo que excluía a situação de uma parte da comunidade local, constituída por retirantes e desordeiros, em busca de ocupação, a muitos dos quais não era permitido desfrutar das vantagens amplamente divulgadas pelos gestores do empreendimento.

O Núcleo Fabril da Pedra, fundado por Delmiro Augusto da Cruz Gouveia no Sertão alagoano, foi difundido como modelo de ordem e civilidade, onde o sertanejo residente no núcleo fabril incorporou estilo de vida do mundo moderno. O sertanejo residente em Pedra era considerado oposto ao sertanejo do mundo rural: bárbaro, incivilizado, inculto, representado pelos fanáticos de Canudos e sanguinários cangaceiros. As imagens produzidas por jornalistas, viajantes e fotógrafos representavam

Um índice expressivo dessa transformação parece ter sido constituído pelas fotografias, pois alcançam uma dimensão pragmática alinhada à ideologia do

progresso com as imagens de obras de engenharia (Complexo hidrelétrico) e a construção de indústrias (Fábrica de Linhas), cujo ideal de modernidade, progresso e desenvolvimento ainda estava em voga, sobretudo vinculado às cidades. “O que se percebe logo é o caráter simbólico da fotografia como um ícone da modernidade. A intensão é usá-la ao máximo para constituir formas culturais de um cotidiano urbano repleto das complexidades do mundo civilizado” (SILVA, D., 2016, p. 94).

Davi da Silva (2016) levanta a presença de inúmeros fotógrafos¹⁹² que atuaram na Vila da Pedra, amadores e profissionais. A cachoeira de Paulo Afonso e a Usina Hidroelétrica de Angiquinho atraíam muitos visitantes, tendo o fotógrafo Germano Jatobá instalado um estúdio na localidade atraído pelo grande número de pessoas a visitar as belezas do lugar. As imagens¹⁹³ produzidas pelos fotógrafos do pequeno núcleo industrial revelavam “o perfil social de uma comunidade operária em transformação e que apontava para um desenvolvimento urbano possível, na medida em que a fotografia criou e projetou essa imagem da Vila da Pedra para o Brasil” (SILVA, D., 2016, p. 94).

As imagens de Virgulino Ferreira, o Lampião, e dos cangaceiros feitas por Benjamim Abraão serviram para muitas interpretações sobre a vida dos cangaceiros. Além da valentia muito divulgada, foi possível através dos registros fotográficos estudar outros aspectos de suas vidas: as festas realizadas pelos integrantes do Cangaço, as vestimentas carregadas de estética, a racionalidade da alimentação para enfrentar as dificuldades da Caatinga e as perseguições das volantes e fazendeiros, tipos de armamentos utilizados etc. Também imagens da Guerra de Canudos foram utilizadas por historiadores para análise de várias dimensões da guerra. A própria imagem de Antônio Conselheiro¹⁹⁴ rodou o mundo e provocou muitos debates sobre sua personalidade e costumes.

Para (re)construir uma história da educação e um projeto de modernização transformador de uma região do Sertão, levantou-se um importante fundo iconográfico depositado no arquivo do Memorial Chesf, composto de 31.419 (trinta e uma mil quatrocentos e dezenove) fotografias. Extraí desse fundo fotográfico as imagens que

¹⁹² Sobre a atuação dos fotógrafos e utilização da fotografia para divulgação dos empreendimentos, Vila da Pedra, Fábrica de Linhas, Usina Hidroelétrica de Angiquinho e da cachoeira de Paulo Afonso, ler o importante trabalho de David Roberto Bandeira da Silva: *Vila da Pedra, Fotografia e História* (2016).

¹⁹³ Em levantamento realizado sobre os aspectos registrados pelos fotógrafos da Vila da Pedra, destacavam-se o conjunto das edificações, espaços públicos, vistas de edificações isoladas, propriedades rurais, eventos comemorativos, tipos humanos, personalidades, paisagens, automóveis.

¹⁹⁴ Era o nome popular de Antônio Vicente Mendes Maciel.

possibilitam uma interpretação do processo de institucionalização da educação escolar levados a cabo pela Chesf. A seleção das imagens fotográficas e a necessidade de realizar exclusão já são desafios que se colocam neste trabalho. Pela quantidade de arquivos iconográficos, percebemos a importância dada pela Chesf às imagens.

O espólio fotográfico da Chesf é constituído por acervos produzidos ao longo das décadas por diferentes fotógrafos. As obras das usinas de Paulo Afonso foram utilizadas por diferentes governos como referências do projeto de desenvolvimento e da modernidade brasileira. Nesse sentido, a produção de imagens fez parte das estratégias da empresa para a divulgação das suas ações no Sertão. Foram produzidos em abundância filmes e fotografias, tanto por fotógrafos e filmadores contratados pela própria companhia, como por terceiros, como engenheiros, jornalistas etc. A companhia fez uso dos recursos iconográficos para divulgar as suas realizações às margens da cachoeira de Paulo Afonso.

A produção de uma imagem do Sertão moderno passou a ser realizada pela Chesf contrapondo-se à imagem do Sertão tradicional, atrasado. Fotógrafos foram contratados desde o início das obras para registrar os diversos aspectos das transformações que a empresa processava na região. As primeiras fotografias das obras da Chesf foram feitas pelo fotógrafo Germano Jatobá, residente na Vila da Pedra, atual município de Delmiro Gouveia.

Quando a Chesf se instalou na região de Forquilha, em 1948, esse fotógrafo já atuava com estúdio na Rua Olavo Bilac, com o estabelecimento denominado Phot. Jatobá, oferecendo os serviços de retrato, foto de grupo e demais serviços fotográficos. Atuava principalmente na cachoeira de Paulo Afonso, comercializando fotos aos visitantes da Usina Hidroelétrica de Angiquinho (SILVA, D., 2016).

Trabalharam como fotógrafos da Chesf em Forquilha, além de Germano Jatobá (o primeiro que veio de Pedra); Oscar Esteves; Leonardo Francisco Xavier; Severino Queiroz e Cláudio Xavier. Esse último atuou como fotógrafo da companhia em Paulo Afonso até aposentar-se. O primeiro foi contratado para realizar serviços fotográficos e os demais foram funcionários da companhia. A Chesf, quando teve sua sede transferida do Rio de Janeiro para Recife, em 1975, constituiu uma equipe de

fotógrafos na sede da empresa responsável pela produção de imagens da companhia nas últimas décadas¹⁹⁵.

Optei por organizar as fotografias em grupos temáticos buscando agrupá-las de forma que se integrassem ao conjunto. As fotografias mostram diversas dimensões da institucionalização educacional escolar em Forquilha. Balizaremos nosso caminho “No caso do testemunho das imagens, como em muitos outros casos, as testemunhas são mais confiáveis quando elas nos contam alguma coisa que elas, nesse caso os artistas, não sabem que sabem” (BURKE, 2004, p. 39).

As imagens aqui utilizadas são fontes com potencial singular na construção de um quadro de mudanças no Sertão. Uma mudança processada pela via da educação escolar e em aspectos mais amplos. A própria visualização configura uma leitura ímpar. O conjunto das imagens selecionadas é atrativo.

A modernização instituída pela Chesf através das escolas foi devidamente registrada pela própria empresa. Nesse caso, é evidente que as intenções de registrar e divulgar a “modernidade” precisam ser analisadas criticamente. Extrair das imagens leituras para além do olhar sedutor e dimensão apaixonada da história. As imagens podem testemunhar um período passado. “É certo que diferenças e conflitos culturais devem existir em qualquer momento histórico” (BURKE, 2004, p. 38), e não podem ser ignoradas.

Observar os pequenos detalhes presentes nas fotografias é muito importante. O fato de alguns alunos nos primeiros anos das escolas serem fotografados calçando apenas um sapato enquanto o outro pé está descalço dá pistas da situação econômica desses estudantes. Nesse caso, um relatório do presidente Alves de Souza informa que a empresa passou a fornecer fardamento e sapatos aos alunos. Essa atitude pode ter sido ocasionada diante das dificuldades econômicas dos alunos e familiares. Ou seja, os detalhes nos dizem muito. “A interpretação de imagens através de uma análise de detalhes tornou-se conhecida como ‘iconografia’” (BURKE, 2004, p. 41).

Concordando com as preocupações de Peter Burke sobre o uso das imagens pelos historiadores, Vidal (1998) adverte aos pesquisadores em história da educação no sentido de que geralmente as fotografias são utilizadas nos trabalhos apenas como ilustração, razão pela qual pede para os historiadores:

¹⁹⁵ Durante as últimas três décadas, foram fotógrafos da Chesf Tereza Branco e Severino Silva.

Refletir sobre a fotografia como fonte, superando a atração exercida pela imagem, tem levado historiadores a recorrer a outros campos disciplinares como a semiótica, a sociologia e a antropologia, na busca de compreender a foto como uma produção de sentido, cuja análise envolve o conhecimento do fotógrafo, da agência contratante, dos recursos tecnológicos disponíveis e das condições sócio-histórica em que foi efetuado o registro do instantâneo (VIDAL, 1998, p. 76).

Se no século XIX, a fotografia era vista como neutra, percebida apenas como ato mecânico e ou expressão do real, entre os historiadores contemporâneos é consenso a necessidade de questionar como? Por quê? E por quem as imagens foram feitas? Além de observar a história da fotografia, tipo de equipamento etc.

Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é 'necessário concebê-la como discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio do ato de fotografar (VIDAL, 1998, p. 78).

Tais reflexões sobre o uso das fontes fotográficas servem, neste trabalho, para advertir sobre os cuidados e desafios que estão postos na medida que escolhi o uso de imagens como fontes. Assim, essa escolha nos remete a metodologia e narrativa específica de forma a nos alertar sobre as especificidades da linguagem no uso de cada fonte documental. No caso aqui, as fotografias.

4.2 ESPÓLIO FOTOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIVO

Incursionando pelos arquivos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco em Recife e Paulo Afonso, tive contato com seus acervos iconográficos. Pesquisando nesses arquivos, tive a exata noção da sua dimensão em quantidade e qualidade do acervo. Foi, sem dúvida, um encontro da “fome com a vontade de comer”. Um pesquisador desejoso de encontrar suas fontes e essas à espera de um pesquisador para lhes desse vivacidade, sentido de existência.

Embora as fontes sejam fundamentais para o desempenho de pesquisas, no meu caso passou a ser um problema, pois, além de ter um grande desafio selecioná-las diante de tão grande número de documentos e imagens, tive que buscar uma literatura que me ajudasse na compreensão e análise desse tipo de fonte. Burke

(2004), Borges (2011), Sontag (2004), Le Goff (2003) e Magalhães (2010) foram algumas das referências que ajudaram na construção teórico-metodológica da tese.

No Centro de Documentação da Chesf, em Recife, e no Memorial Chesf, em Paulo Afonso, encontrei acervos diversificados (documentos escritos/fotografias/filmes) sobre a trajetória da empresa. Particularmente, fiquei impressionado com o significativo registro iconográfico da vida social e educacional nos acampamentos da Chesf em todo o Nordeste, especialmente em Forquilha – *locus* da minha pesquisa.

Os arquivos da Chesf estão localizados nas cidades acima referidas. A primeira passou, a partir de 1975, a ser sede da empresa no Nordeste. E a segunda é o *locus* primeiro de sua atuação, onde tudo começou. No Memorial Chesf¹⁹⁶, além do conjunto iconográfico, encontram-se documentos e objetos relacionados à companhia e seus diretores. É no Centro de Documentação¹⁹⁷ da capital pernambucana que tem o maior conjunto de documentos, sejam iconográficos ou textuais.

No Cdoc (Recife), o espólio fotográfico da Chesf é um valioso acervo a ser explorado por pesquisadores. Em meios físico e digital, o conjunto de fotografias e imagens em movimento (filmes) forma um arquivo iconográfico bastante expressivo. É possível acompanhar a trajetória de atuação da Chesf através desse acervo iconográfico desde a sua fundação aos nossos dias.

Percebe-se que as gestões da empresa tiveram preocupação no sentido de registrar os mais diversos aspectos da sua trajetória em Forquilha e demais áreas de sua atuação, bem como preservar esses documentos. Isso deve-se, sobretudo, à

¹⁹⁶ O Memorial Chesf está localizado na cidade de Paulo Afonso-BA. Foi idealizado pelo jornalista Sérgio Xavier, assessor de comunicação da Chesf na gestão do presidente Sérgio Maya de Moreira Pedrosa. Foi inaugurado em 25 de outubro de 1997, quando exercia o cargo de administradora regional de Paulo Afonso a engenheira Diana Suassuna. Nesse contexto de organização do arquivo do memorial, participou entre outros colaboradores, o professor Antônio Galdino. O Memorial Chesf mantém uma exposição fotográfica permanente, uma biblioteca com acervo diversificado, um auditório e salão de exposições onde estão expostos equipamentos (filmadoras) utilizados pelo engenheiro Bret de Cerqueira Lima. Alguns filmes produzidos por esse engenheiro são importantes registros feitos de imagem em movimento.

¹⁹⁷ O Centro de Documentação (Cdoc), localizado na cidade do Recife, abriga o conjunto de documentação por meios físico e digital. Nesse Cdoc, encontram-se atas de reunião de diretoria da empresa desde sua fundação, em março de 1948. Nelas, é possível acompanhar as deliberações da companhia sobre os mais variados temas. As atas de reunião do conselho deliberativo também formam um conjunto bastante significativo de documentos. Outros documentos relacionados à vida da empresa são os relatórios anuais elaborados pelas diretorias da Chesf. Esses foram se constituindo em importantes fontes de informações para esta pesquisa por apresentarem dados já compilados sobre diversos aspectos da vida dessa empresa.

política de documentação que a companhia adotou e à própria natureza de sua missão.

Houve uma preocupação dos diretores da Chesf com a memória da companhia de forma que é imensurável para a história do Brasil, em particular do Nordeste, o conjunto documental preservado.

A iniciativa da empresa em constituir e guardar a sua memória tem várias explicações. Inicialmente, os registros fotográficos eram utilizados para ilustrar os relatórios de diretoria. Fotografias das várias etapas das obras, como o fechamento do rio São Francisco, escavações dos túneis, construções de barragens, edificação do acampamento (conjunto de casas, galpões, igreja, clubes, escolas etc.), e montagem e instalação de equipamentos (tubulações, turbinas, linhas de transmissão, subestações etc.).

A necessidade da guarda de documentos passou a ser um componente de valor jurídico diante de demandas judiciais. As demandas judiciais contra a Chesf levaram-na a, de certa forma, organizar seu arquivo. Foi necessário adotar uma política de documentação e memória. Daí surgem o Cdoc e o Memorial Chesf.

Em levantamento preliminar, observamos que os arquivos foram compostos de acervos da própria empresa e de doações pessoais realizadas por ex-funcionários e ex-diretores da empresa. A Chesf mantém profissionais especializados para registro, guarda e tratamento dos seus arquivos em Recife e Paulo Afonso. Previamente, é possível detectar que o acervo fotográfico das duas cidades tem parte comum (reprodução) e parte específica. No caso do acervo do Memorial Chesf, o arquivo fotográfico se encontra em parte desordenado e acondicionado inadequadamente.

A escolha das fotografias se constituiu principalmente por seu valor simbólico de retratar os mais diversos momentos da institucionalização da educação escolar instituída pela Chesf no Sertão do São Francisco em seus aspectos mais amplos. Textos e imagens se complementam no enredo, na argumentação e na análise da institucionalização educacional escolar.

Optei por trabalhar com as imagens já digitalizadas. Inicialmente, um conjunto de 45 álbuns (pastas arquivos) que formam um total de 13 mil fotografias. Realizei uma seleção por um conjunto que considero representar o contexto aqui estudado em caráter abrangente. No sentido do uso de álbuns, Faria Filho (1998, p. 84) diz: “O interessante ao trabalharmos com álbuns é que a seleção e o arranjo das imagens

compõem uma narrativa que deve ser observada na análise das fotografias e decifrada em sua série”.

Em geral, o arquivo fotográfico é caracterizado por imagens dos diversos ciclos de obras das usinas de Paulo Afonso e do acampamento. É possível observar as paisagens naturais, as obras, equipamentos, os diretores e operários. Referente à educação, identifiquei imagens significativas, por ser possível analisar o perfil dos alunos, levantar número de estudantes, mobiliário, atividades educativas, a construção das primeiras escolas, uso de fardamento, atividades recreativas sociais, culturais, esportivas, religiosas, cívicas. Em seu conjunto, as fotografias possibilitam observar aspectos da vida educacional no acampamento.

A instituição de escolas no Acampamento Chesf em Forquilha empreendeu, por parte da Chesf e dos operários, a construção de espaços escolares. As escolas foram construídas em espaços amplos, com arquitetura moderna e utilização de material predominante na região. Os edifícios e mobiliário indicam os altos investimentos realizados. Laboratórios, auditórios, oficinas, bibliotecas, quadras. Os métodos de ensino desenvolvidos através de pedagogia moderna conforme princípios da escola nova.

Embora pesquisadores que incursionam pelos arquivos nunca sintam encerrada essa tarefa, no caso das escolas da Chesf é a documentação encontrada e de certa forma catalogada suficiente para a comprovação desta pesquisa. Na verdade, considero humanamente impossível dar conta de analisar toda a documentação identificada e disponível numa única tese. Nesse sentido, alguns trabalhos de mestrado e doutorado já fazem uso da documentação levantada por esta pesquisa. E espero empreender outros estudos sobre outros aspectos ainda não pesquisados desse projeto educativo fazendo uso dessa documentação.

O trabalho realizado ao longo desta tese para localização e catalogação de fontes até então “perdidas ou inacessíveis” aos pesquisadores merece divulgação para estimular novas pesquisas sobre esse projeto educativo.

4.3 O ACAMPAMENTO CHESF COMO ESPAÇO SOCIAL

Os conceitos de campo social¹⁹⁸ e *habitus* desenvolvidos por Bourdieu (2011) possibilitam analisar a organização e a dinâmica social do acampamento da Chesf, tornando-o material empírico nesta pesquisa. É com essa abordagem teórica que analiso a composição social dos seus habitantes, considerados agentes detentores de capital econômico e capital cultural que instituíram *habitus* e ritos escolares de caráter “moderno” no Sertão.

O acampamento foi constituído de forma a separar a elite econômica e intelectual, no caso engenheiros, médicos, advogados e técnicos residentes oriundos de diversos lugares, especialmente grandes centros urbanos, além de estrangeiros mobilizados pela companhia para realizarem o empreendimento da usina hidroelétrica, do grupo formado por técnicos também recrutados nas diversas regiões do país e da grande maioria dos moradores que eram trabalhadores não alfabetizados.

Os três núcleos residenciais foram construídos de forma a separar os tipos de residências de acordo com o capital econômico e cultural e a função desempenhada na empresa. Foi a partir da formação heterogênea que foram estruturadas as residências no acampamento e equipamentos coletivos nesse espaço.

Essa composição social imprimiu uma dinâmica e um *éthos* da sociedade residente no acampamento – a chamada comunidade chesfiana.

A constituição espacial do acampamento, como já abordado anteriormente, foi realizada em três vilas residenciais que funcionavam como bairros. No caso do bairro General Dutra, destinado a essa elite econômica e cultural e construído afastado dos

¹⁹⁸ A análise que desenvolvo leva em conta os diferentes tipos de capital pensados por Bourdieu (2011) que determina a estrutura do espaço social. “Dado que o capital econômico e o capital cultural têm, nesse caso, um peso importante, o espaço social organiza-se de acordo com três dimensões fundamentais: na primeira dimensão, os agentes distribuem-se de acordo com o volume global do capital possuído, aí incluídos todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com o peso relativo do capital econômico e do capital cultural no conjunto do seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital. Dada a correspondência que se estabelece entre o espaço de posições ocupadas no espaço social e o espaço de disposições (ou de *habitus*) de seus ocupantes e também, por intermediação dessas últimas, o espaço de tomadas de posição, o modelo funciona como princípio de classificação adequado: as classes que podemos produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas etc.” (BOURDIEU, 2011, p. 30).

demais, as distâncias espaciais estabelecidas no acampamento equivaliam também a distâncias sociais.

Na imagem abaixo (figura 7), uma vista panorâmica do acampamento logo no princípio de sua ocupação. Pela fotografia, visualizamos alguns dos seus equipamentos: galpões, ruas espaçosas, escola e residências. O espaçamento entre as vilas residenciais, seus conjuntos de edifícios e as ruas sem pavimentação separavam os grupos sociais nele residentes. No conjunto, o acampamento já se apresentava como uma cidade. Estruturado com tudo o que fosse necessário para assegurar qualidade de vida aos seus moradores e manter uma “independência do mundo externo”. Lembramos que esse acampamento foi isolado com uma cerca de arame farpado, posteriormente substituído por um muro de pedras, separando o perímetro territorial da companhia da comunidade externa – a Vila Poty. No meio da Caatinga, ergueu-se um acampamento e se iniciou um processo de urbanização com vistas ao empreendimento de usinas hidroelétricas.

Figura 7 – Vista panorâmica do acampamento da Chesf no lugarejo de Forquilha (atual Paulo Afonso)



Fonte: Memorial Chesf

As posições sociais da população residente do acampamento tiveram uma configuração diferenciada na estruturação das residências e demais equipamentos, como os clubes e escolas que foram construídas de acordo com o nível dos agentes residentes naquele conjunto, ou seja, a partir do capital cultural e econômico. O fundamento da ideia de diferença e separação, segundo Bourdieu (2011, p. 18), são constitutivas da própria noção de espaço. Assim, “o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de suas posições nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação [...] o capital econômico e o capital cultural”. Foi o que aconteceu em Forquilha.

Tal isolamento dos trabalhadores e familiares foi utilizado pela companhia na institucionalização de normas e de controle no interior desse campo social. Foi

construída fora do acampamento uma delegacia¹⁹⁹ de polícia para a reclusão de quem incomodava a ordem pública. Para realizar a fiscalização das normas no interior do acampamento e proteção da área e dos equipamentos, foi instituída uma guarda da própria companhia.

As duas placas na entrada do acampamento (figura 8) indicavam o acesso ao canteiro de obras e para a Vila Operária. Tinha duas aberturas, sendo uma de acesso para pessoas e outra para veículos. Durante décadas, foi o acesso principal ao acampamento. A guarita por trás do muro foi montada e mantida com guardas a identificar todas as pessoas e veículos que chegavam. Outras duas guaritas também com guardas foram montadas e faziam a vigilância permanente do acesso ao acampamento. Próximo à guarita principal, foi instalada a Sala dos Visitantes, onde eram recebidos por funcionários da empresa. Nessa sala, era realizada uma apresentação sobre o projeto das usinas e o andamento das obras. Após ouvir a exposição, os visitantes eram levados para conhecer as obras e o acampamento. Esse rito foi instituído pela Chesf desde o início das atividades. Funcionava como uma catequização do projeto de modernização do Sertão. Nos primeiros anos da construção da Usina Paulo Afonso I, quando da visita de autoridades, a apresentação sobre as obras era realizada pelo diretor-técnico Octávio Marcondes Ferraz.

¹⁹⁹ Autores como Oliveira (2017) denominam de presídio a construção realizada para recolhimentos de pessoas que fossem detidas por algum motivo.

Figura 8 – Entrada principal para as obras e para o acampamento da Chesf no lugarejo de Forquilha (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Para garantir que no espaço do acampamento não ocorressem incômodos externos, rígidos dispositivos de segurança impediam o acesso fácil de qualquer pessoa estranha à empresa. Para isso, a companhia criou equipamentos que possibilitassem aos moradores nada depender do mundo externo. Embora o acampamento estivesse organizado por categorias, esse isolamento não impediu que os diferentes grupos de moradores interagiam nos espaços de trabalho, na igreja, nos clubes, na feira e nas escolas, como veremos adiante.

No interior do acampamento, algumas áreas também foram isoladas com cerca ou muro. No caso do edifício da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira (figura 9), ele foi cercado para evitar perturbações no seu entorno. Na imagem da figura 9, o amplo espaço cercado servia de pátio da escola, utilizado para a recreação das crianças e eventos. Ainda pela fotografia, identifica-se que a localização da escola no centro do acampamento, entre a Vila Alves de Souza e a Vila Operária, foi estratégica; mostra a intenção e o destaque dado à instituição escolar.

A companhia instituiu uma política de não cobrança de pagamento aos trabalhadores pelo consumo de água, energia e aluguel dos imóveis fornecidos à população residente no acampamento. Essa condição elevou o nível de consumo

dessa população, especialmente dos trabalhadores sem qualificação, que tinham seu salário livre para outras despesas. A Chesf disponibilizava serviços de saúde, educação, lazer e alimentação subsidiada. Essa condição proporcionada pela companhia possibilitou uma condição de vida acima da média da maioria da população residente nos municípios da região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso e dos sertões do Nordeste. Essa condição criada pela Chesf fez surgir um grupo social significativamente com condição de consumo. Roupas, eletrodomésticos, automóveis passaram a ser adquiridos por funcionários da empresa.

As residências localizadas no bairro General Dutra foram destinadas para a residência dos agentes detentores de maior capital cultural e econômico; era a elite local. Nesse bairro, as casas eram entregues aos moradores com geladeira, fogão elétrico e disponibilizados serviços permanentes de jardinagem.

Figura 9 – Vista aérea do acampamento da Chesf na Vila Operária



Fonte: Memorial Chesf

Os edifícios e residências do Acampamento Chesf tiveram as obras iniciadas em outubro de 1949. O parque de serviços²⁰⁰ e o conjunto de residências²⁰¹ ficaram prontos no início de 1950. O ritmo de construção do acampamento foi acelerado. Em pouco tempo, já funcionava a base dos serviços e residências. Tudo era realizado com prazos a cumprir. As metas estabelecidas pela direção da empresa visavam responder à urgência da produção de energia elétrica e aos investimentos públicos e privados realizados no empreendimento. Ao longo dos anos, várias ampliações foram sendo realizadas para atender um número maior de pessoas. Na medida em que novas usinas foram sendo construídas em razão do aumento de demanda por energia elétrica, tornava-se a realizar ampliações no acampamento.

O projeto de modernização do Nordeste tomou proporções maiores que a ideia inicial de construção de uma usina hidroelétrica. Para alçar a região ao progresso e à industrialização, a energia elétrica gerada em Paulo Afonso era fundamental. A medida que usinas iam sendo inauguradas, a região demandava mais energia. A cada nova usina construída em Paulo Afonso, mais pessoas especializadas para o trabalho com tecnologia de alto nível eram contratadas.

No acampamento, diversos equipamentos do mundo moderno iam sendo instituídos: cinema, biblioteca, clubes, rede de abastecimento de água do rio São Francisco, energia hidroelétrica. Parte dos residentes, principalmente os trabalhadores sem formação técnica ou superior, foi instituindo um novo padrão e estilo de vida.

Os grandes volumes de investimentos realizados na infraestrutura para garantir um padrão de qualidade de vida aos trabalhadores eram justificados pela direção da empresa por ausência de condições na região capazes de proporcionar uma vida digna aos seus habitantes. Segundo a direção da empresa, a região do Sertão do São

²⁰⁰ O parque de serviços era o conjunto de edifícios que foram construídos inicialmente para atender às primeiras demandas da companhia e que ficaram prontos logo no início de 1950, como: escritórios, laboratório de ensaio de materiais, armazém de subsistência, refeitório para 300 pessoas, depósitos de materiais, oficinas, carpintaria, serraria, garagem, posto de lubrificação, oficina para reparos de veículos, casas para estação de rádio, edifícios para instituições sociais, ambulatório, hospital, escola, posto de puericultura, igreja, casa para farmácia, residência para farmacêutico, mercado, armazém de subsistência, coreto, prisão com alojamento para soldados e casa para o chefe do departamento de polícia, essas duas últimas construídas fora do acampamento (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950).

²⁰¹ O Acampamento Chesf e o parque de serviços ficavam na margem baiana da cachoeira de Paulo Afonso. Mas foram construídos no lado alagoano da cachoeira um pequeno acampamento com nove casas para residências de famílias, três alojamentos para operários solteiros, um escritório, um ambulatório, dois depósitos, duas oficinas, depósitos de explosivos e uma cozinha coletiva (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950).

Francisco onde a Chesf se instalou estava “[...] desprovida dos mais comezinhos recursos necessários à vida do homem civilizado, implanta-se um sistema colonizador onde, ao lado do interesse econômico, surge a vida social, a educação de uma nova sociedade (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950, p. 3).

A implantação de ações sociais foi necessária para que os ali residentes tivessem condições de vida nos moldes pensados pela direção da companhia, ditos por “civilizados”. Pensava-se na atração de mão de obra qualificada, mas, ao mesmo tempo, nos técnicos e trabalhadores em geral.

As precárias condição de vida de milhares de nordestinos levaram grandes contingentes de pessoas para a região de Forquilha. Já no início de 1950, a ocupação populacional no acampamento se dava, segundo levantamento da Chesf, da seguinte forma: na Vila Operária, onde estavam a maior parte dos trabalhadores, residiam 1.702 homens, 370 mulheres, 267 meninas e 246 meninos distribuídos em alojamentos e residências. A maioria era de trabalhadores sem formação profissional, recrutados para os serviços não especializados (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950).

Ainda segundo esse levantamento, na Vila Alves de Souza, moravam os trabalhadores com formação técnica, sendo 26 homens, 31 mulheres, 10 meninas e 6 meninos. No bairro General Dutra, a ocupação era de 27 homens, 19 mulheres, 5 meninas e 2 meninos. Como o contingente de pessoas contratadas foi maior que a quantidade de residências e alojamentos disponíveis em alguns pontos do acampamento, foram improvisadas barracas enquanto se construíam mais residências e alojamentos. Foram acomodados precariamente em barracas 417 homens, 141 mulheres, 81 meninos e 96 meninas.

As casas do acampamento construídas de alvenaria e arquitetura moderna contrapõem-se aos casebres predominantes na região quando a Chesf se instalou. Como autopromoção, a companhia utilizou uma dessas casas para divulgar “as transformações” promovidas para essa população e propagar as péssimas condições de habitação das pessoas ali instaladas. As residências dos operários, embora pequenas, mantinham estrutura melhor que a maioria das casas da região. As ruas do acampamento foram posteriormente pavimentadas.

Ao se estabelecer no Sertão, na zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso, e criar o acampamento, a Chesf se autoinstituiu realizadora de “progresso” e

“modernidade”, de forma que a companhia se colocava, segundo os relatórios de diretoria, como promotora de uma nova “civilização” no Sertão. Embora não se possa negar as melhorias nas condições de vida dos residentes no acampamento, em número maior eram os que não conseguiram trabalho e se aglomeravam no entorno da Cidade Chesf.

A companhia divulgava as ações realizadas numa estratégia de publicidade com forte apelo social, tendo em vista que buscou associar a sua imagem à de promotora de “civilização” no Sertão.

Figura 10 – Casa existente no lugarejo de Forquilha antes da instalação da Chesf em Paulo Afonso



Fonte: Memorial Chesf

As pessoas que migraram em busca de trabalho nas obras da companhia se instalavam nas proximidades do acampamento. Nesse local, denominado Vila Poty, residiam comerciantes, desempregados e trabalhadores²⁰² da Chesf que não

²⁰² A ampliação do projeto de construção de usinas demandou aumento por mão de obra e consequentemente populacional. Embora a companhia tenha ampliado o número de residências e

conseguiram residência no acampamento. A maioria das casas era construída com barro ou de sacos de cimento²⁰³ e outras, de alvenaria. As condições de vida precárias da maioria dos seus moradores determinaram o tipo de construção predominante. As residências construídas de barro batido e caibros de madeira eram comuns no interior do Nordeste. Esse tipo de moradia era conhecido como casas de pau a pique (figura 10). A casa da fotografia acima era utilizada pela companhia para propagar um dos modelos de residências existentes na região. Em geral, essas casas tinham uma porta e uma janela na frente, uma porta atrás, piso de chão batido, telhas de barro e não tinham sanitário.

Na Vila Poty, as ruas não tinham pavimentação, nem iluminação pública, nem saneamento básico, tampouco água encanada. Aos poucos, foi se constituindo num aglomerado urbano dotado de posto de combustível, cinema, bares, armazéns e igrejas evangélicas. Foi desenvolvendo uma dinâmica própria, embora muito dependesse da Chesf.

Já no acampamento, a infraestrutura era capaz de atender os moradores nas suas necessidades de habitação, saúde, alimentação, educação, lazer, inclusive religião. Com isso, em quase nada os moradores dependiam do mundo externo aos limites territoriais da companhia, e o cotidiano no acampamento foi se desenvolvendo com diversas práticas sociais em completo isolamento com a vida fora da área delimitada pela empresa.

alojamentos no acampamento, por diversas vezes não foi possível absorver no acampamento todos os trabalhadores. Alguns tiveram que residir na Vila Poty, tendo, no entanto, acesso aos equipamentos e serviços oferecidos pela empresa no acampamento, como clube, mercado, hospital e as escolas podiam ser frequentada por seus filhos. Nessa Vila, a Chesf construiu alojamentos destinados a trabalhadores solteiros. Segundo Marcos Oliveira (2017), tais alojamentos foram construídos em caráter provisório e sua construção, de forma simples, com madeira e telhas de fibrocimento.

²⁰³ Sobre os tipos de moradia existentes na Vila Poty, Marcos Oliveira (2017) afirma que, embora o tipo de casas (figura 10) tenha sido utilizado pela Chesf para mostrar o modelo de residências existentes na região como exemplo de casas não apropriadas e insalubres, não foi esse o tipo predominante na Vila Poty. Para esse pesquisador, as primeiras construções de residências da Vila Poty eram barracos improvisados, construídos com materiais que sobravam das obras das usinas. A Vila Poty funcionou no início das obras como vila provisória da companhia, embora que não planejada. Marcos Oliveira (2017, p. 221), em sua análise sobre os tipos de moradia da Vila Poty, diz ainda que as “construções improvisadas, ou barracos, foram substituídas, ao longo dos anos, por casas mais elaboradas do ponto de vista das técnicas e materiais de construção, quando seus moradores passavam a ser funcionários da Companhia ou quando retornavam a Vila com recursos financeiros oriundos de trabalhos em obras em outras regiões do país. Desse modo, foram substituídas por construções com alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, cozidos em olaria local. Essas habitações, apresentando-se com uma organização espacial simples, conforme a necessidade e o número de membro da família”.

Para Marcos Oliveira (2017, p. 199):

Diante de tais recursos, ser morador da cidade-companhia significava ter uma espécie de identidade que lhe concedia *status* na cidade. Em outras palavras, a Chesf além de transformar o território municipal, também imprimiu a sua marca nessa comunidade, autodenominada chesfiana”.

A grande maioria dos trabalhadores da Chesf, apelidados pejorativamente de “cassacos”²⁰⁴, era oriunda dos sertões do Nordeste, analfabetos, que desenvolviam os trabalhos que não requeriam formação técnica ou elevado capital cultural. De forma que, ao residirem no acampamento, foram desenvolvendo interação social com agentes detentores de capital cultural e incorporando novo estilo de vida.

Foi introduzido na comunidade do acampamento um modo de vida moderno evidenciado nos *habitus* dos seus agentes demonstrados nas diferentes práticas sociais, esportivas, culturais, de lazer e no processo de escolarização para os trabalhadores e seus filhos.

Os *habitus* dos agentes foram marcados por diferenças que se estabeleceram pelas posições de diferenciação dos agentes distribuídos nos espaços sociais que foram agrupados no acampamento por um princípio de classificação de forma heterogênea pelas condições materiais de existência (capital econômico). De forma que foram desenvolvidas práticas culturais, sociais e esportivas de acordo com o capital cultural dos agentes e grupos residentes.

No trabalho realizado por Oliveira (2017) – *A cidade de Paulo Afonso, 1948-1985: As especializações do trabalho, do controle e da luta* –, o autor adota a categoria de *Company Towns*, empregada para designar “um conjunto de habitações e de equipamentos comunitários, incluindo pequeno comércio, escola, hospital ou centro de saúde e clube, ligados exclusivamente a uma companhia” (FARAH; FARAH, 1993 apud OLIVEIRA, 2017, p. 66).

Ainda segundo esse pesquisador, a prática adotada por empreendimentos industriais de criar núcleos urbanos, especialmente os do setor elétrico em razão do alto nível de tecnologia requerido por seus empreendimentos de obras civis, eletromecânicos e operação das usinas, arregimentou grande número de

²⁰⁴ Os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolarização recrutados para os serviços que não exigiam formação técnica nas obras de Paulo Afonso, geralmente oriundos dos sertões nordestinos, foram apelidados de cassacos. Posteriormente, os operários de usinas passaram a ser chamados de barrageiros.

trabalhadores de diferentes categorias e formações para Forquilha, além de grandes investimentos em infraestrutura.

Analisando os acampamentos construídas por companhias do setor de mineração e elétrico, Oliveira (2017, p. 68) diz que:

[...] a tecnologia requerida pelas hidroelétricas de grande porte é mais sofisticada, justificando o grande investimento inicial nas obras de infraestrutura de apoio, bem como é mais complexo o seu sistema de gestão e estrutura organizacional, devido à dimensão de seu quadro funcional e especialidades requeridas na construção e na fase de operação das usinas e subestações; a abrangência do impacto econômico sobre a região é maior no caso de usinas hidroelétricas de grande porte, pois a energia gerada e transmitida por essa indústria alimenta parques fabris em estados e regiões. Nesse sentido, tais diferenças resultam em características diferenciadas em relação ao poder econômico e político dessas companhias, bem como nos investimentos em seus acampamento.

Se por um lado os que conseguiam emprego na Chesf sentiam-se como se passassem do purgatório ao céu, aos que chegaram a Forquilha e não conseguiram trabalho, restava continuar vivendo em situações sub-humanas: violência, alta mortalidade infantil, falta de água, de escola e de saúde eram o que tinha para a maioria dos moradores da Poty. Essa ambivalência entre os dois aglomerados urbanos perpassam a maior parte da história do município de Paulo Afonso, a Capital da Energia.

4.4 A MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE

Já foi dito que a maior parte dos moradores da Vila Poty era de desempregados. Para se estabelecerem, alguns passaram a trabalhar por conta própria: merceeiros, marchantes, donos de pensão, barbeiros, oleiros, proprietários de restaurantes, alfaiates, sapateiros, ferreiros, maleiros, ourives, agricultores eram algumas das atividades profissionais dos primeiros habitantes. A maioria aproveitava as condições de renda dos trabalhadores da Chesf e prestava serviços para esses.

Moravam na Vila Poty²⁰⁵, segundo relatório da companhia de 1949, 1.231 homens, 821 mulheres, 633 meninas e 593 meninos. A maioria se deslocou de

²⁰⁵ Os relatórios de diretoria da Chesf contam dados da população do acampamento e da Vila Poty. A empresa realizava recenseamento anual como se pretendesse acompanhar o número de pessoas que chegavam para ali residir. Geralmente, o número de habitantes da Vila Poty era o dobro da população residente no acampamento. Os dados acima constam em CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950.

diversas partes do país, principalmente dos sertões do Nordeste, em busca de trabalho. Chegavam com as famílias, permanecendo a maioria desempregada. Das 854 casas existentes em 1949 na Poty, mais de 600 eram barracos dos mais diversos modelos.

Os contrastes sociais ocasionavam espanto aos visitantes. Se as condições de vida dos moradores do acampamento promoviam os melhores comentários, por outro lado as condições de miséria dos habitantes da Vila Poty causavam indignação.

Figura 11 – Presidente da Chesf, Antônio José Alves de Souza, visita casa na Vila Poty (1952)



Fonte: Memorial Chesf

Na Vila Poty, as residências improvisadas (figura 11), sem abastecimento de água, sem rede de energia, sem saneamento básico, sem escolas, nem postos de saúde, desprovida de equipamentos e serviços públicos, levaram a diretoria da Chesf a adotar algumas medidas atenuantes, tendo em vista que a possibilidade de uma rebelião social preocupava seus dirigentes. Essa situação de miséria se agravava na medida que a população aumentava ano a ano com a chegada de mais pessoas em busca de trabalho, e, com isso, também aumentavam os problemas resultando em altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e violência.

Para diminuir o caos que se instalava nas proximidades do acampamento, a diretoria da Chesf implantou ações de caráter social e de infraestrutura. Na figura 11, o presidente da Chesf, Alves de Souza visita casebre na Vila Poty. As crianças vistas na imagem estão descalças e a casa de pau a pique indica as condições de vida de parte dos moradores desse lugarejo. As medidas implementadas eram paliativas. As iniciativas de caráter social realizadas pela empresa nessa comunidade eram propagadas, o que, de certa forma, demonstrava que as ações de caridade junto aos pobres eram utilizadas como publicidade para fortalecer a imagem da Chesf como realizadora de transformação social.

De certa forma, considerando a completa ausência dos poderes públicos estaduais e municipais na oferta de serviços públicos na região, a companhia precisou tomar tais iniciativas. Além do mais, havia a preocupação com os problemas decorrentes para essa população e que poderiam interferir no acampamento e nos empreendimentos da empresa.

Assim, para atenuar a situação da população pobre da Vila Poty, a Chesf construiu alguns equipamentos para atendimento a essa população. Com dificuldades de acesso à água, foram construídos chafarizes. Como a maioria das residências não tinha banheiros, foram construídos sanitários públicos. O alto índice de mortalidade infantil levou a Chesf a criar um programa de distribuição de leite²⁰⁶ para as crianças.

Nos relatórios da empresa e nos discursos de seus diretores e autoridades governamentais, era frequente a narrativa das condições de miséria da maioria da população residente no entorno do acampamento. Nesse sentido, para os diretores da Chesf, além de gerar energia hidroelétrica, a companhia deveria realizar um programa civilizatório junto à população sertaneja.

É impressionante e comovedor o espetáculo da miséria em massa que oferecem esses grupos de famílias nordestinas que, tangidas pela penúria a que se reduzem as secas e outros males, procuram cidades, vilas e povoados tentando obter trabalho (CIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1957, p. 8).

²⁰⁶ No início dos trabalhos da companhia, foi criado, por iniciativa de diretores e contribuição de voluntários, o programa Gota de Leite. Posteriormente, a Chesf passou a contribuir na cobertura das despesas oriundas da distribuição de leite para crianças. Foi montado também um posto de puericultura.

Esse discurso justificava investimentos em ações sociais para atender o contingente de miseráveis ali residentes, sem acesso a saúde, educação, habitação digna etc. Por outro lado, ajudou a construir uma imagem de uma companhia com responsabilidade social e realizadora de verdadeira ação civilizatória para os habitantes da região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso.

Figura 12 – Crianças e adultos moradores da Vila Poty



Fonte: Memorial Chesf

O conjunto de documentos imagéticos produzidos pela companhia parece ter a clara intenção de reproduzir o conceito predominante a respeito da população sertaneja do Nordeste. Se por um lado aqui, mais do que nunca, cabe na leitura dessa imagem a expressão de “Uma imagem vale mais do que mil palavras” (TUCHOLSKY apud BURKE, 2004, p. 11), por oferecer evidências das precárias condições de vida dessa gente, mostrar crianças descalças, homens e mulheres maltrapilhos, descabelados, latas d’água e potes de barro sendo utilizados no transporte de água e os casebres ao fundo, a intenção parece ser a de reforçar o caráter “civilizatório” da companhia. A figura 12 tem uma representação muito forte da população miserável que chegava à região de Forquilha.

Imagens foram utilizadas para estereotipar a população sertaneja. Fotografias de cangaceiros foram reproduzidas para criar o estereótipo do sertanejo como sinônimo de violento. Fotos dos romeiros do Padre Cicero Romão Batista para criar a

representação do fanático religioso. Da mesma forma, imagens de sertanejos de Canudos, Sertão da Bahia. Esses acontecimentos históricos foram interpretados por muito tempo como a representação do tradicional mundo sertanejo em oposição ao progresso e à modernidade.

Bartelt (2009), em pesquisa sobre a Guerra de Canudos, apresenta uma análise discursiva que predominou sobre o Sertão para a elite intelectual, política e econômica brasileira como região sinônima de atraso, avessa à modernização e ao progresso. O sertanejo, seu habitante, era um sujeito inculto, incivilizado, violento e bárbaro. Segundo esse pesquisador, imagens e eventos discursivos de integrantes da comunidade de Canudos, seguidores do Antônio Conselheiro, também foram utilizadas nessa perspectiva.

As crianças pobres, descalças e descabeladas de Forquilha foram fartamente fotografadas pela companhia (figura 12). O número de crianças residentes na Vila Poty era grande e a maioria delas não tinha acesso às escolas do acampamento. Na primeira década de instalação da empresa, nenhuma escola foi fundada na Poty. Os índices de mortalidade infantil registrados eram altos²⁰⁷. Segundo relatório da Chesf (1950, p. 8),

Apesar da assistência prestada às crianças pelo Posto de Puericultura, a mortalidade infantil ainda é muito grande na Vila Poti, devido, certamente, ao extremo grau de pobreza de muita gente que acorre àquela localidade e ali permanece com seus dependentes, na esperança de obter colocação na Companhia.

Na figura 13, tem-se uma imagem que representa uma cena do cotidiano do mundo rural sertanejo da época: crianças transportando água para consumo doméstico. Existia uma divisão social do trabalho nas famílias pobres sertanejas, sendo das crianças geralmente a responsabilidade dessa tarefa. No chafariz construído pela Chesf, um guarda foi designado por ela para garantir a ordem e evitar desavenças entre os moradores. Diante do problema de abastecimento de água para o consumo humano na Vila Poty, a solução foi construir uma caixa d'água e chafarizes para atender a população. Eram dessas caixas e dos chafarizes que a população

²⁰⁷ Os números de crianças e dados de mortalidade infantil em Forquilha/Paulo Afonso constam nos relatórios de diretoria publicados anualmente pela companhia. O trabalho realizado pelo Posto de Puericultura consistia no acompanhamento preventivo de gestantes e crianças.

retirava a água para suas necessidades (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1950).

Figura 13 – Crianças a transportar latas com água do chafariz construído pela Chesf na Vila Poty (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Antes da empresa construir a caixa d'água e chafarizes, o acesso à água dos moradores da Poty era realizado pelo fornecimento através de carros-pipa da Chesf. Levava-se água até um ponto de distribuição, onde as pessoas com recipientes, em geral latas de alumínio e potes de barro, recebiam água (figura 14).

Figura 14 – Moradores da Vila Poty a transportar água em potes de barro (1958)



Fonte: Memorial Chesf

A imagem da figura 14 traz uma evidência que reforça a ideia da construção de dois mundos em Forquilha: o da vida moderna no acampamento e o da miséria na Vila Poty²⁰⁸. Quase todas as pessoas dessa imagem olham na direção do fotógrafo dando a entender que ele orientou a posição das pessoas para produzir a imagem. Todas as mulheres estão com latas de alumínio ou potes de barro na cabeça. Um pano enrolado na cabeça em forma de círculo, denominado pela população sertaneja de *rudia*, colocado entre o recipiente e a cabeça e que servia para equilibrar o objeto e diminuir as dores. A companhia agiu para solucionar o problema de abastecimento de água para essa população, mas não perdeu a oportunidade de registrar e divulgar através de imagens.

O aglomerado de pessoas à espera de água registrado na figura 15 mostra como era realizado o abastecimento de água para essa comunidade. Uma imagem produzida dez anos após a instalação da companhia indica que o problema de abastecimento ainda não tinha sido completamente resolvido para os que residiam no entorno do acampamento. O carro-pipa era instrumento de utilização eleitoreira por

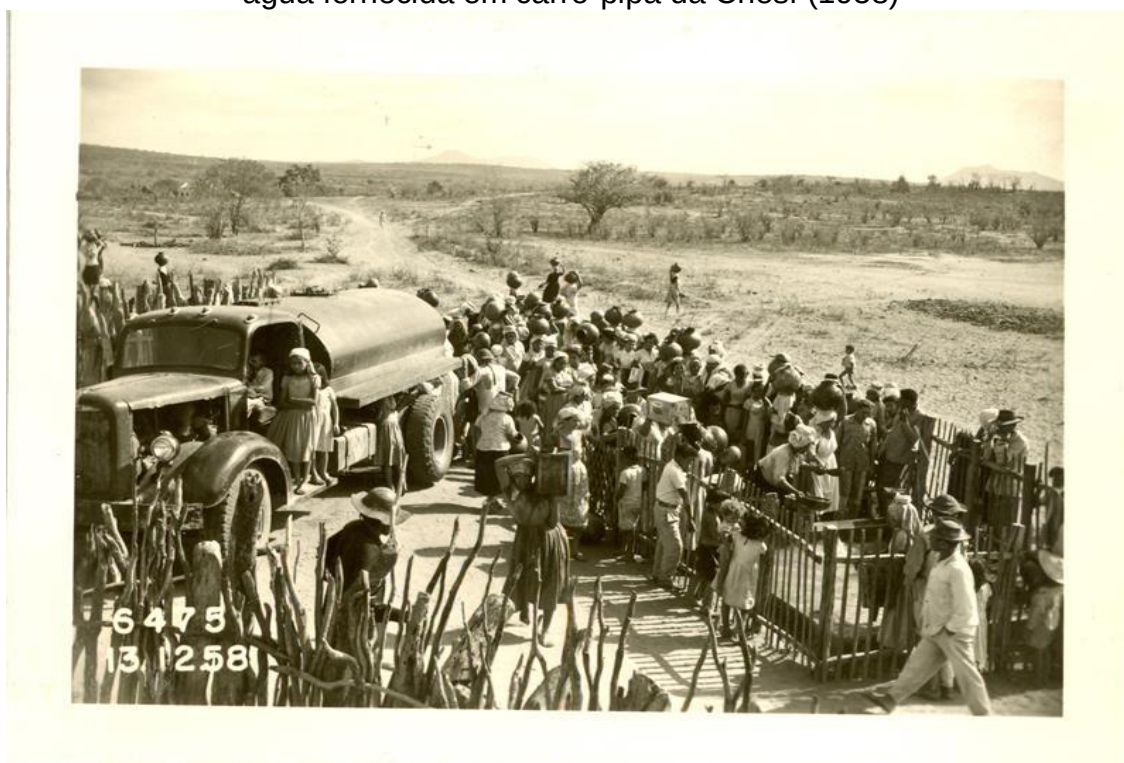
²⁰⁸ Segundo estudo de Marcos Oliveira (2017, p. 201) a respeito da cidade de Paulo Afonso, a Chesf utilizava o território da Vila Poty como um centro de recrutamento de mão de obra não especializada, funcionando como uma cidade-livre, “[...] uma vila que se configurava como extensão socioespacial do operariado, de trabalhadores diversos, de empreendedores, de nômades e de famílias em busca de melhores condições de vida. [...] Sua economia era dependente, a princípio, da companhia”.

parte dos coronéis e lideranças políticas no interior do Nordeste. Por longos anos, foi utilizado para o fornecimento de água de populações sertanejas.

A figura 15 evidencia que o acesso à água, quando ocorria, mobilizava grande número de pessoas. Vemos um tanque cercado. Nele, era despejada a água. O isolamento da área servia para organizar o acesso à água e indica que deveria existir tumultos e conflitos no processo de distribuição. Daí sua finalidade era organizar a entrada de uma pessoa por vez para receber água. O carro-pipa utilizado para abastecimento era da Chesf. A empresa evitava utilizar veículos de lideranças políticas da região para evitar interferência desses no processo.

Embora Forquilha estivesse localizada nas proximidades do rio São Francisco, a população tinha dificuldade de acesso à água por ser nesse trecho localizado o cânion de aproximadamente 60 quilômetros de extensão e 80 metros de profundidade em média.

Figura 15 – Moradores da Vila Poty aglomerados para receber água fornecida em carro-pipa da Chesf (1958)



Fonte: Memorial Chesf

Para manter um certo afastamento entre as casas construídas por populares na Vila Poty²⁰⁹ e a cerca/muro do acampamento, a Chesf delimitou uma distância para a construção das primeiras residências. O espaço entre as primeiras casas do lado da Poty e a cerca/muro construído pela Chesf originou uma rua, bastante ampla, denominada pelos moradores de Rua da Frente e, posteriormente, Av. Getúlio Vargas. A maioria das casas foi, ao longo do tempo, sendo substituída por estabelecimentos comerciais. A Rua da Frente (figura 16) era composta por casas conjugadas. Pela imagem, é possível ver o tipo de construção aglomerada e nos mostra o conjunto de residências. Pela fotografia (figura 16), já não são vistas nessa área casas de pau a pique, mas construídas em alvenaria. Assim, é possível analisar o processo de ocupação e desenvolvimento urbano nesta vila.

Figura 16 – Vista da Rua da Frente (atual Av. Getúlio Vargas) da Vila Poty



Fonte: Memorial Chesf

Nessa rua, ocorriam eventos cívicos e culturais realizados pelas escolas e pela companhia, como veremos adiante. A Vila Poty foi se expandindo e se transformou

²⁰⁹ Em relevante estudo realizado por Francisco de Souza (*Planejamento estratégico para o desenvolvimento local competitivo – O caso Paulo Afonso*, 2012), o autor afirma que as casas da Rua da “Frente” foram construídas em obediência a um afastamento superior a 80 metros da cerca de arame farpado que isolava o acampamento do restante do município. Segundo ele, esse limite foi estabelecido pela diretoria da Chesf para evitar que construções fossem erguidas próximo ao território da empresa.

no centro comercial da cidade de Paulo Afonso, como nos confirma Oliveira (2017, p. 224):

Nessa rua foram reunidas diversas funções urbanas ao longo de sua história: residencial; comercial; gestão urbana; lazer e cultura; além de abrigar todos os eventos cívicos, políticos, festivos e culturais da cidade. Por outro lado, essa rua foi um lugar de transição e conflitos – de um lado, a Vila Poty, que era representada pelos que lutavam contra o muro e pela unificação urbana e, do outro lado, a companhia impunha o seu poder político sobre a cidade-livre, recusando-se a unificar as partes segregadas.

O fato é que a Vila Poty e o Acampamento Chesf constituíram, a partir de 1958, o município de Paulo Afonso, como já analisado nesta tese. Entretanto, os processos de desenvolvimento social ocorreram de maneiras distintas até a década de 1980, quando a derrubada do muro iniciou um processo de integração urbana.

Outra mudança significativa no aspecto urbanístico da cidade ocorreu com as obras do canal da Usina Paulo Afonso IV na década de 1970. Paulo Afonso foi transformada numa ilha artificial e sua expansão se deu com o surgimento de novos bairros: BNH, Panorama, Tapera/Centenário, Mulungu, Jardim Bahia.

4.5 COMPLEXO ESCOLAR E MODERNIDADE NO SERTÃO

O projeto de modernidade levado a cabo pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco alterou o modo de vida de populações nessa região sertaneja do Nordeste. Nesse sentido, “A modernidade refere-se a estilo, costume de vida e organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). Os modos de vida de populações de diversas partes do mundo sofreram transformações com a modernidade. Ainda segundo Giddens (1991, p. 14),

O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno.

No Sertão do São Francisco, as ações sociais empreendidas pela Chesf na região de influência da cachoeira de Paulo Afonso tiveram função modernizadora. Entre os projetos desenvolvidos nas mais diversas áreas por essa empresa, a

instituição e ampliação da escolarização de crianças, jovens e adultos teve um caráter transformador e modernizador dessa população. As medidas adotadas pela Chesf demonstram a crença de seus diretores na escolarização do povo. O acesso à escola junto com as noções de moral e civismo se constituíram instauradora de uma nova ordem social nessa região do Sertão do São Francisco.

O amplo programa de ensino primário, secundário, técnico profissionalizante e de educação de adultos configurou a instituição de um programa educacional escolar para além de ensinar conhecimentos úteis fundados nas ciências sociais e naturais aos educandos. Representou a institucionalização da cultura escolar e a universalização da escolarização da população diretamente vinculada à companhia.

Seus dirigentes eram herdeiros da crença no papel regenerador da escola. Acreditavam que, instituindo escolas para os trabalhadores e seus filhos, contribuíam para a construção da nação, para o progresso e a modernidade. O debate e a crença na escola, como já refletido aqui, tinham nos engenheiros não apenas a concordância. No caso do acampamento da Chesf em Forquilha, foi, inicialmente pela ação desses agentes detentores de capital cultural, instituída a cultura escolar para essa população.

Esses profissionais, no período nacional-desenvolvimentista, tiveram papel importante na implantação do projeto de modernização do país. A construção de usinas hidroelétricas no Vale do São Francisco estava inserida nesse contexto mais amplo do debate econômico, político e social brasileiro, onde esses profissionais tiveram papel de vanguarda.

Para os engenheiros, o êxito de um projeto de modernização para o Brasil tinha como uma condicionante a educação do povo. Nesse sentido, participaram de movimentos de defesa da educação escolar como instrumento fundamental para o Brasil moderno; para alcançar as transformações necessárias com vistas à modernização e tendo a industrialização como base do novo modelo de desenvolvimento econômico que se instituiu no país a partir de 1930. Para conseguir avançar nesse processo de industrialização brasileira, tinha que escolarizar a população dando a ela formação capaz de enfrentar os desafios do novo mundo.

De fato, a Chesf, dirigida inicialmente por engenheiros, foi instituindo passo a passo um programa educacional moderno, construindo edifícios escolares modernos, recrutando professores, implantando um modelo pedagógico renovador. Instituiu um

programa educacional onde as unidades escolares educacionais fundadas no acampamento foram instituidoras de *habitus* e ritos de cultura escolar.

De início, foi construída a Escola Paulo Afonso, posteriormente denominada Adozindo Magalhães de Oliveira²¹⁰. Essa foi a primeira unidade educacional a funcionar em edifício próprio no acampamento da Chesf.

Quando construída, tinha 732 metros quadrados. O aumento do número de matrículas demandou novos espaços, sendo realizadas sucessivas reformas e ampliações no seu edifício. Sua área total era, em 1955, de 14.950m² e 2.470m² de área construída. Foi construído um anexo onde funcionava o alojamento das professoras com 453m².

Na Escola Adozindo Magalhães, a Chesf ofertava os ensinos infantil e primário para os filhos dos trabalhadores das diversas categorias e níveis residentes no acampamento e alguns que residiam fora dele. Quando outras unidades educacionais primárias foram instaladas, essa escola passou a funcionar como unidade-núcleo das demais escolas de ensino primário.

Durante sua construção, um grupo de políticos que vieram inspecionar as obras da Usina Paulo Afonso I visitou suas instalações. A comitiva²¹¹ foi recepcionada por professores e alunos da escola improvisada. Um dos integrantes da comitiva era o senador Apolônio Jorge de Faria Sales, que discursou para os estudantes. Posteriormente, ele assumiu a Presidência da Chesf.

O prédio escolar da primeira unidade educativa no acampamento foi construído como a maioria dos demais edifícios, utilizando-se material predominante na região, como pedras. Vários registros fotográficos do edifício mostram diversas etapas de sua construção. Na fotografia a seguir (figura 17), com o prédio já construído, observamos a grande quantidade de pedras no terreno onde foi edificada a escola. No detalhe, o nome escola feito de cimento na fachada principal. Localizada numa área central do acampamento, local alto, o prédio escolar foi construído com muitas janelas e portas para favorecer sua ventilação.

²¹⁰ A morte repentina do diretor administrativo da Chesf levou a direção da empresa a lhe prestar homenagem, denominando com seu nome essa unidade escolar.

²¹¹ Na visita dessa comitiva, estiveram presentes Apolônio Sales, na época exercendo o mandato de senador da República, eleito pelo Estado de Pernambuco, e Juscelino Kubitschek, então deputado federal por Minas Gerais.

Figura 17 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira, primeira construída no acampamento (Vila Operária) da Chesf



Fonte: Memorial Chesf

A construção desse prédio escolar representou uma medida importante para o projeto educacional que se iniciava, pois a maioria dos edifícios escolares existentes nos municípios da região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso era provisória e, quando existia, era em condições precárias. Prevalciam em municípios da região os grupos escolares. O conjunto de escolas que foram sendo edificadas no acampamento representa um conjunto arquitetônico moderno.

Em 1955, a Escola Adozindo Magalhães de Oliveira²¹² era dotada de hall de entrada, varanda, palco, secretaria, coordenação, biblioteca, depósitos, copa, 13 salas de aula para o nível I, e 8 para o jardim da infância, 33 sanitários masculinos e femininos, sala de direção e quadra de esportes. O alojamento para as professoras tinha varanda, sala, cozinha, 11 quartos, 2 apartamentos, 6 sanitários e lavanderia, conforme planta abaixo (figura 18). Esse alojamento era devidamente equipado com mobiliário, tendo sido reformado em 1957 e 1964 (CHESF, 1955).

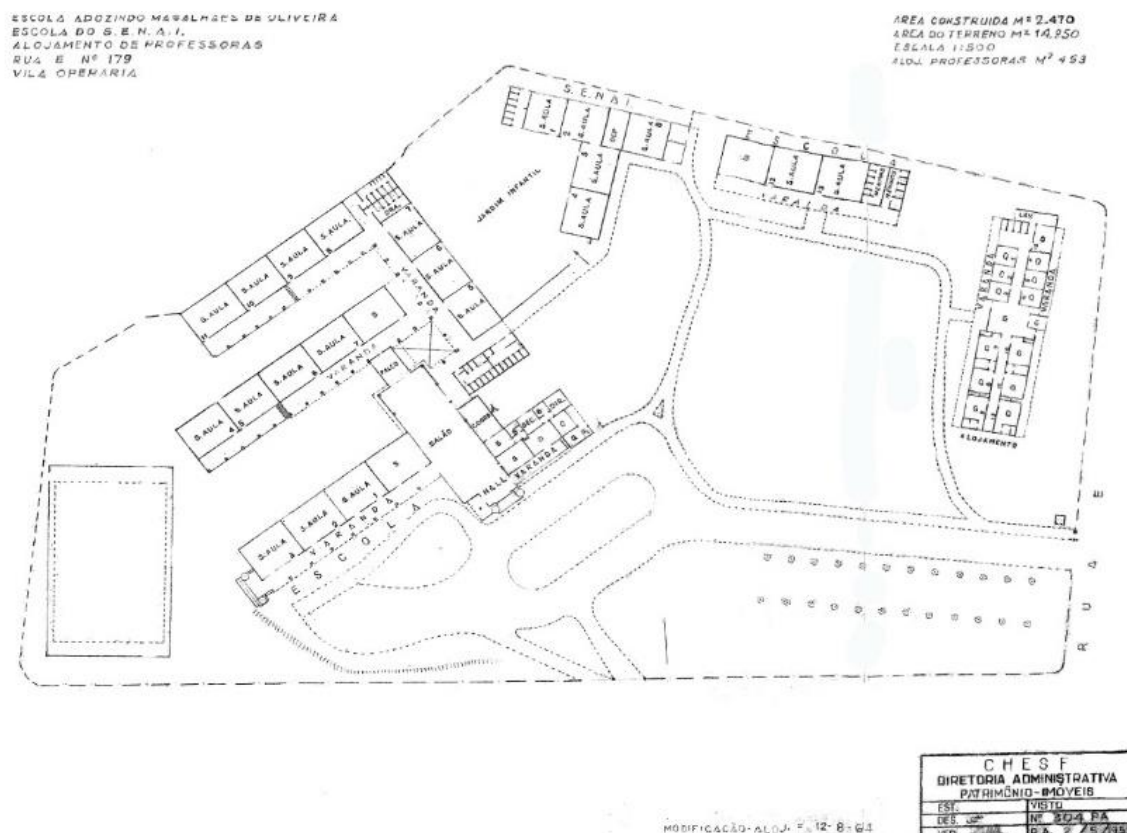
Conforme o estudo de Oliveira (2017, p. 149) a respeito das construções no acampamento,

²¹² Esse edifício sofreu algumas intervenções, mas mantém sua estrutura original. Atualmente, funciona o Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

[...] do ponto de vista dos materiais e das soluções construtivas utilizadas em geral nas edificações do Acampamento da Chesf, percebe-se que os projetistas tentaram adequar as construções ao clima quente da região, utilizando-se de alpendres, avanços de cobertura constituídas por telhados cerâmicos, janelas com sistemas de venezianas e disseminou-se a “pedra” como material que marcou aquela arquitetura, pois se tratava de um recurso abundante na região, e que estava também disponível com material retirado dos grandes maciços rochosos na construção da Usina Paulo Afonso.

Em 1993, após ter passado por várias reformas e ampliações, a área total da escola era de 15.000 m², e 3.493,03 m² de área construída. Além de salas de aula, o edifício tinha sala de coordenação pedagógica, área de recreação, depósito, biblioteca, sanitários femininos e masculinos, cantina, lavanderia, área de circulação, varanda, mecanografia, coordenação administrativa, sala de ponto, sala de eventos, copa dispensa, secretaria, jardim, auditório com palco e quadra de esportes (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1993).

Figura 18 – Planta da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira



Fonte: APA/Chesf

Como primeira e maior de todas as escolas primárias do complexo educacional da Chesf em Paulo Afonso, foi a unidade matriz das Escolas Reunidas da companhia. A direção dessa escola exercia a coordenação geral das unidades primárias e a coordenação pedagógica acompanhava o programa pedagógico de todas as demais unidades de ensino primário. Reuniões de planejamento das unidades escolares de ensino primário eram realizadas semanalmente nas dependências dessa escola. Os serviços de secretaria, como emissão de documentos de alunos, histórico escolar e transferências, eram emitidos também por essa unidade de ensino.

As mais de 20 salas de aula da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira não foram suficientes para atender à crescente demanda educacional escolar, de forma que, em 1952, foi necessário construir outro edifício. O local escolhido foi um amplo terreno numa área próxima a uma das guaritas de acesso ao acampamento. Ainda em 1952, a nova escola já estava construída. A unidade de ensino recebeu o nome de Escola Murilo Braga. Tinha varanda, secretaria, sala de professores, copa, depósito, 13 salas de aula, 22 sanitários. Sua área total media 9.791 m², tendo uma área construída de 1.126 m². Funcionou como unidade de ensino primário até quando o ensino das escolas da companhia sofreu reformulação.

Na área frontal da escola (figura 19), um amplo terreno servia de recreação para os alunos. Um mastro foi fixado para a realização dos ritos de hasteamento da Bandeira Nacional. Seu amplo terreno era utilizado para solenidades. Era mais uma unidade escolar com edifício moderno construído pela Chesf.

Figura 19 – Escola Murilo Braga na Vila Operária do Acampamento Chesf (1952)

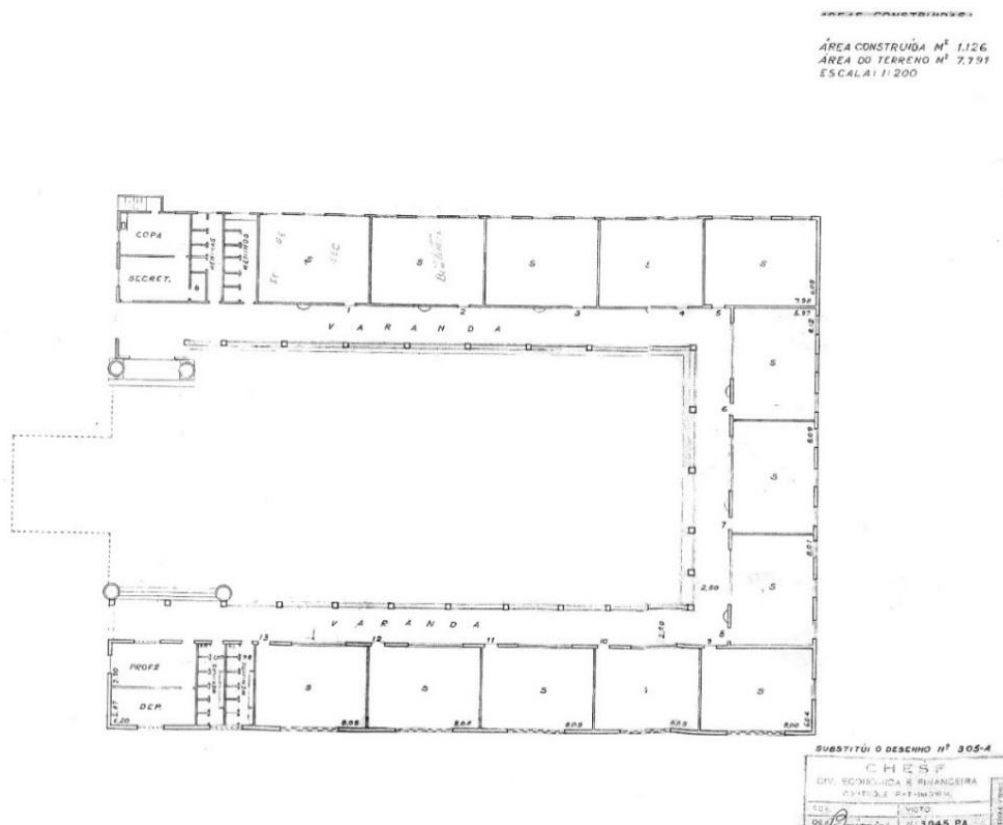


Fonte: Memorial Chesf

A Escola Murilo Braga²¹³ teve sua área de terreno ampliada para 11.640.00 m², assim como a área construída para 1.657,46 m², sendo 1.291.51 m² de área coberta. A taxa de ocupação do espaço era de 14,24% (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1993).

Quando da implantação da LDBN 5.692/71, que ocasionou a reestruturação do ensino no Brasil, a Chesf transformou o conjunto de unidades escolas em um complexo educacional escolar. Com isso, essa unidade educacional passou a ofertar algumas séries do primeiro grau. A planta abaixo (figura 20), anexada ao projeto de reorganização e regulamentação dos estabelecimentos educacionais da Chesf em Paulo Afonso, apresentada ao Conselho de Educação da Bahia, tem um formato diferente do formato de sua construção original. Isso deve-se à ampliação que ela sofreu.

²¹³ Essa unidade escolar quando do encerramento da oferta de ensino pela Chesf foi transferida para o Governo do Estado da Bahia. Atualmente, funciona a Escola Estadual Carlina Barbosa de Deus, com a oferta de ensino de 1º e 2º graus.

Figura 20 – Planta da Escola Murilo Braga

Fonte: APA/Chesf

A ampliação do projeto de construção de usinas em Paulo Afonso, dada a demanda por energia elétrica na região Nordeste, promoveu na segunda metade da década de 1950 e década de 1960 o aumento de contratação de pessoal pela Chesf para as novas obras.

À medida que as pessoas chegavam para trabalhar e residir com suas famílias em Paulo Afonso, novas demandas de vagas nas escolas surgiam. A companhia reformou emergencialmente o prédio anexo à Casa de Hóspedes para atender à demanda de vagas para o ensino primário.

Localizada na Rua da Gangorra, foi a terceira unidade escolar construída. Era a menor das unidades de ensino. Tinha varanda, coordenação, depósito, copa, 4 salas de aula e 7 sanitários. Sua área construída era de 360 m². Funcionava com a oferta de ensino primário e, posteriormente, com a modalidade de educação para jovens e adultos. Quando a Chesf resolveu encerrar a oferta educacional escolar em Paulo Afonso, o prédio dessa unidade educativa foi cedido para a Secretaria Estadual de Educação da Bahia, que instalou a sede da Direc-10ª Região.

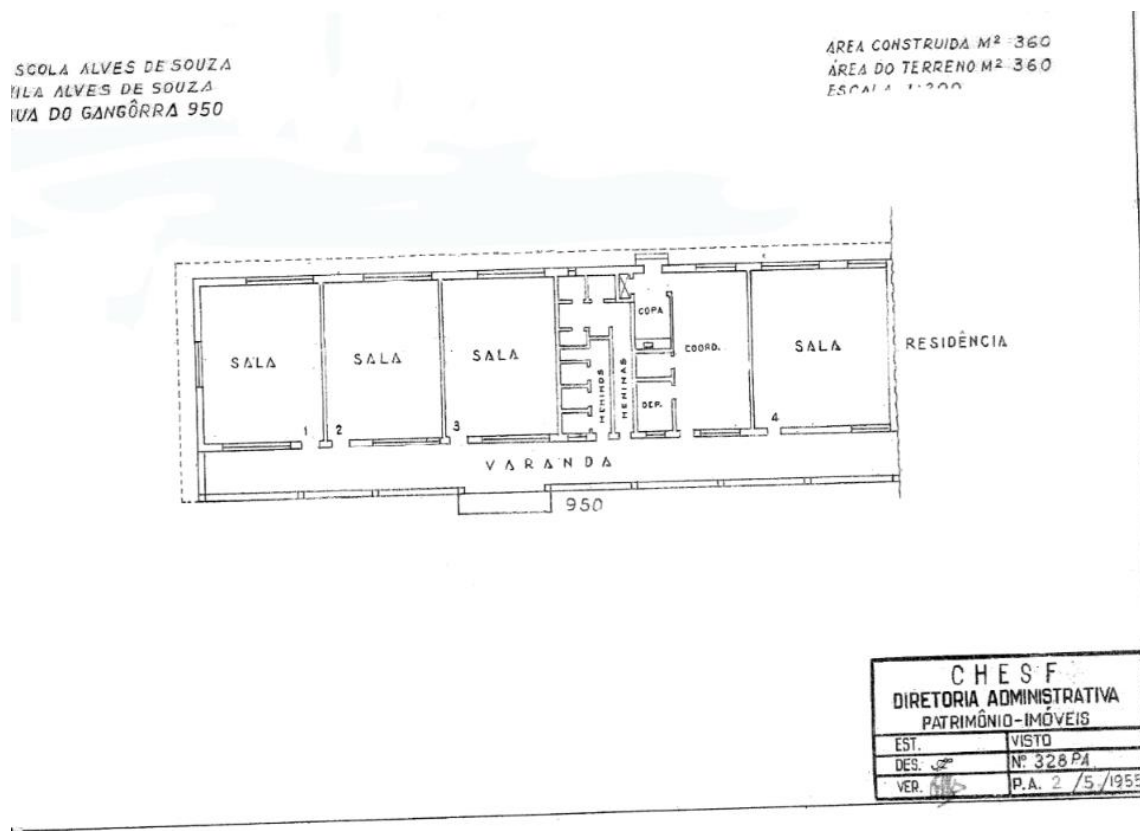
Figura 21 – Escola Alves de Souza, na Vila Alves de Souza, no Acampamento Chesf



Fonte: Memorial Chesf

A estrutura do prédio da Escola Alves de Souza manteve a base de todas as demais construções do acampamento. A edificação dessa unidade foi realizada com fundação em alvenaria de pedra, paredes em alvenaria de bloco cerâmico, cobertura em telha de cimento amianto e piso e laje de concreto simples.

Segundo memorial descritivo do imóvel, quando esse foi ocupado pela Direc – 10ª Região, tinha área total de 1.717,75 m², sendo 254,89 m² de área construída e 404,92 m² de área coberta. Essa informação mostra que durante seu funcionamento foi reformada e ampliada e, embora pequena e simples (figura 21), tinha o mesmo padrão de construção das demais escolas. Era a menor unidade escolar do acampamento (figura 22).

Figura 22 – Planta da Escola Alves de Souza (1955)

Fonte: APA/Chesf

Com três escolas primárias em funcionamento, a questão posta para a comunidade residente no acampamento passou a ser a ausência de ensino ginásial. A preocupação dos funcionários da Chesf com a oferta dessa modalidade levou-os, com apoio da diretoria, a organizar, por conta própria, a construção de um prédio para funcionar o curso ginásial.

Quando construído, o Ginásio Paulo Afonso (posteriormente, Colégio Paulo Afonso - Colepa) se constituiu na maior e principal unidade escolar no Acampamento Chesf. O seu edifício foi construído com doações realizadas por funcionários, empresários, pessoas da região e dirigentes da companhia. Foi construído no bairro General Dutra, onde foram edificadas as residências dos diretores, engenheiros, médicos, professores e advogados da Chesf. O prédio tinha andar térreo, um pavimento de pequena dimensão no andar superior (figura 23), varandas, sala de diretoria e de professores, secretarias, coordenações, biblioteca, gabinete médico-odontológico, almoxarifado, livraria, oficina, depósitos, copa, 17 salas de aula, 33

sanitários, prédio para merenda escolar e campo de futebol. Sua área total era de 22.395 m², sendo 2.648 m² de área construída.

As salas de aula, em 1965, tinham dimensão de 8m x 6m, totalizando área de 48 m² para uma média de 15 alunos por turma. Outras salas utilizadas para aulas de Português, Ciências e Geografia mediam 10,5m x 10m, totalizando 105 m², 12m x 6,1m, totalizando 73 m² e 18m x 6m, totalizando 108 m², respectivamente (GINÁSIO PAULO AFONSO. 1º RELATÓRIO DE INSPEÇÃO. ÁREA E LOTAÇÃO DAS SALAS DE AULA. ANO 1965, ANEXOS).

Figura 23 – Ginásio Paulo Afonso (depois, Colégio Paulo Afonso) no bairro General Dutra (1952)



Fonte: Memorial Chesf

Ao entrar em funcionamento no ano de 1952, foi constituída uma entidade para ser mantenedora do ginásio, a Fundação Educativa de Paulo Afonso, criada e administrada por funcionários da Chesf com finalidade de gerir essa unidade escolar. Quando iniciou suas atividades, ofertava o curso de admissão e ginásial. A partir de 1966, também o curso científico. Em razão dessa nova modalidade educacional ofertada, teve sua denominação alterada para Colégio Paulo Afonso. A partir de 1974, essa unidade educacional centralizou toda a organização educacional escolar da Chesf em Paulo Afonso.

Em 1972, a Chesf criou o Serviço de Ensino Integrado (SPEI), órgão responsável pela organização e administração do ensino com objetivo de integrar as unidades educacionais, modalidades de ensino e cursos ofertados. Na estrutura da empresa, o SPEI estava subordinado ao Setor de Ensino e Treinamento (SPT). Seus elaboradores justificam que seu objetivo estava marcado por duas preocupações centrais:

[...] atendimento da demanda escolar, (aspecto quantitativo) e busca de novos métodos e novas técnicas que tenham como princípio básico os ditados pela filosofia da ESCOLA NOVA, tais como “o respeito pela personalidade do educando, a importância da atividade em todas as suas formas, o incentivo à criatividade” (aspecto qualitativo). (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, SERVIÇO DE ENSINO INTEGRADO, 1974, p. 2).

O SPEI, através do Colégio Paulo Afonso, incorporou o Colégio 15 de Março, que já funcionava no acampamento com o curso técnico em contabilidade. A reforma educacional promovida pela Lei 5.692/71 reestruturou o ensino em todo o país e ensejou a Chesf a adequar à nova legislação as unidades escolares por ela mantidas. Assim, todas as escolas se organizaram de forma a integrar um complexo educacional escolar sendo reestruturados os níveis de ensino. O complexo escolar da companhia foi reestruturado, passando ofertar o ensino de 1º e 2º graus²¹⁴, sendo essa segunda modalidade exclusivamente ofertada pelo Colepa²¹⁵.

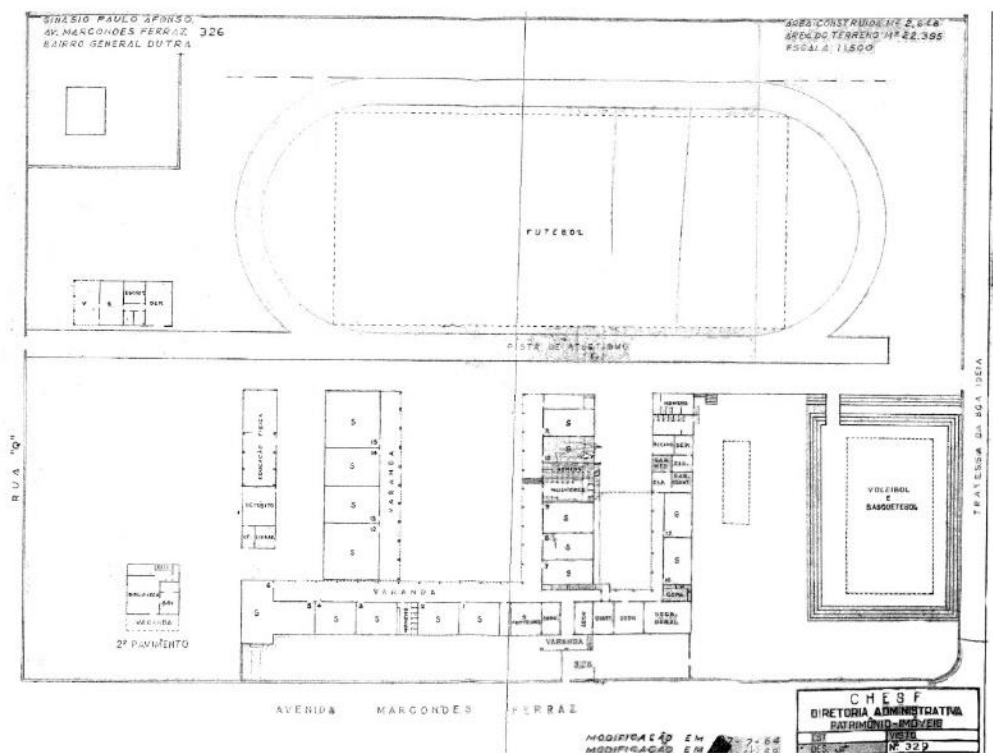
O edifício do GPA, quando pronto (figura 23), mantinha um muro de pedras de baixa altura, muitas janelas para ventilação e um pavimento superior; foi construído na parte da frente do terreno, deixando área na parte de trás livre para outros equipamentos, como a quadra e o campo de futebol. Na parte frontal da escola, não tinha alpendre como as outras escolas. No período de sua inauguração, o seu entorno

²¹⁴ O corpo de profissionais contratados pela Chesf para apresentarem um plano de reestruturação do ensino em Paulo Afonso propôs, em 1974, uma série de mudanças, a começar pela criação do SPEI, órgão responsável pela reestruturação do ensino e pela constituição das unidades escolares em um complexo educacional. A documentação apresentada à direção da Chesf e por ela aprovada foi posteriormente encaminhada para aprovação do Conselho Estadual de Educação da Bahia. Em 1978 e 1979, um relatório de avaliação também elaborado pela equipe do SPEI constituiu um conjunto documental representativo da principal mudança no sistema educacional da companhia, de forma que merece um estudo específico para avaliar quais as principais mudanças e seus impactos no projeto educativo da empresa.

²¹⁵ A LDBN 5.692/71 reformou a educação no país. Os Ensinos Primário e Ginásial passaram a ser denominados de Ensino de Primeiro Grau e o Secundário Ensino de Segundo Grau.

era pouco povoado. Pelo projeto do colégio (figura 24), é possível ver a sua estrutura interna com todos os equipamentos dessa unidade escolar.

Figura 24 – Planta do Ginásio Paulo Afonso (depois, Colégio Paulo Afonso)



Fonte: APA/Chesf

Nessa unidade escolar, era realizado o atendimento médico-odontológico de todos os alunos matriculados nas escolas da companhia. Para tanto, foi construído um gabinete para atendimento médico-dentário²¹⁶. A Chesf contratou profissionais exclusivamente para atender os estudantes. A higiene e a saúde faziam parte do programa educacional desenvolvido pela Chesf no acampamento.

Ao fotografar o profissional dentista realizando procedimento numa criança, o fotógrafo da Chesf constituiu em forma de registros fotográficos um quadro das ações

²¹⁶ O artigo 62 da Lei 5.692/71 estabeleceu que cada sistema de ensino compreenderia obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurassem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congregassem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Definiu, no inciso 1º, que os serviços de assistência educacional de que trata o artigo se destinariam, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e inclusão de auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. Na prática, a Chesf já tinha instituído essa política de assistência aos estudantes desde o início de funcionamento das escolas em Forquilha.

educacionais mais amplo instituído pela empresa. Como já mencionado anteriormente nesta tese, desde o início das atividades da Chesf em Forquilha que se realizava tratamento dentário dos funcionários, familiares e, especialmente, crianças. Aliás, as fontes escritas e iconográficas existentes possibilitam um trabalho bastante apurado sobre a assistência social e os impactos na educação dessa comunidade. Na imagem (figura 25), observamos os equipamentos utilizados pelo profissional e o uso de farda para o trabalho pelo dentista²¹⁷. O trabalho relacionado à educação higiênica foi fortemente desenvolvido pelas escolas da companhia.

Figura 25 – Dentista em atendimento a criança no Acampamento Chesf



Fonte: APA/Chesf

²¹⁷ Como serviços de inspeção médica, coube ao Gabinete Médico-Odontológico realizar atendimento médico a todos os alunos, do Jardim da Infância ao 2º Grau. Eram levantados os índices antropométricos, estado nutricional, exame clínico, imunizações, recomendações médicas. Exame de todos os atletas que participavam dos jogos estudantis, assistência médica regular dos alunos dependentes de servidores da Chesf, campanha de combate ao surto de escabiose e piolho, concessão de dispensa temporária ou permanente da execução de determinados exercícios, nos casos de deficiência física ou problema de saúde. Na assistência odontológica: remoção da cáries, restauro em geral, profilaxia, raspagem de tártaro e aplicação de tópico de flúor (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1979).

Uma mudança muito significativa para o ensino em Paulo Afonso ocorreu quando foi instalado o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA). Esse centro inicialmente funcionou através de um convênio da Chesf com o Senai e o Serviço Francês de Cooperação Técnica. Instalado num galpão improvisado, em 1962, funcionou como uma Seção Franco-Brasileira de Documentação Pedagógica. Nesse espaço, a Chesf/Senai e o organismo francês desenvolveram programas de aperfeiçoamento de mão de obra especializada para o setor de energia elétrica. Não tinha função educacional escolar. No entanto, um convênio celebrado entre Chesf/Senai/Sudene/Usaid-Brasil, em agosto de 1964, garantiu recursos da ordem de 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzeiros), para a construção dos prédios e a compra de equipamentos. A nova estrutura começou a funcionar em 1966 e foi inaugurada oficialmente em 1968. Esse complexo de formação e treinamento foi criado para formar o quadro técnico para a Chesf e para o setor elétrico no Nordeste.

Segundo Hauptli (1995, p. 118), a maior parte dos trabalhadores da Chesf era de “[...] analfabetos, não passavam por ensinos escolares”. Com o centro de formação e treinamento em funcionamento, a Chesf assumiu a tarefa de formar técnicos para suprir a carência do setor, que se encontrava em franca expansão, o de energia elétrica. Embora a companhia não tenha tido problemas para arregimentar mão de obra não qualificada para conseguir profissionais com formação técnica, enfrentou alguns, pois o número de profissionais qualificados era insuficiente para atender às demandas do setor no país; a concorrência da empresa Light, que oferecia melhores salários que a Chesf, e a localização das obras no Sertão, distante dos grandes centros urbanos.

Quando inaugurado, o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso²¹⁸ era composto de 10 pavilhões. Sofreu reformas e ampliações, chegando a funcionar com 22 pavilhões. Quando do seu integral funcionamento, era o maior e mais moderno Centro de Formação Profissional para o setor de energia elétrica no Nordeste.

²¹⁸ O Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA) ainda está em funcionamento, embora não tenha mais a mesma finalidade de quando foi criado. Considero também que é merecedor de uma pesquisa voltada à análise dos seus objetivos. A relação do CFPPA com o ensino e a formação profissional em Paulo Afonso é uma contribuição valiosa à História da Educação. Outro aspecto que merece uma pesquisa é o método de ensino adotado da França ou os cursos técnicos profissionalizantes e de ensino industrial, que se tornaram referências no país.

Figura 26 – Vista aérea do conjunto de pavilhões do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (1968)



Fonte: Memorial Chesf

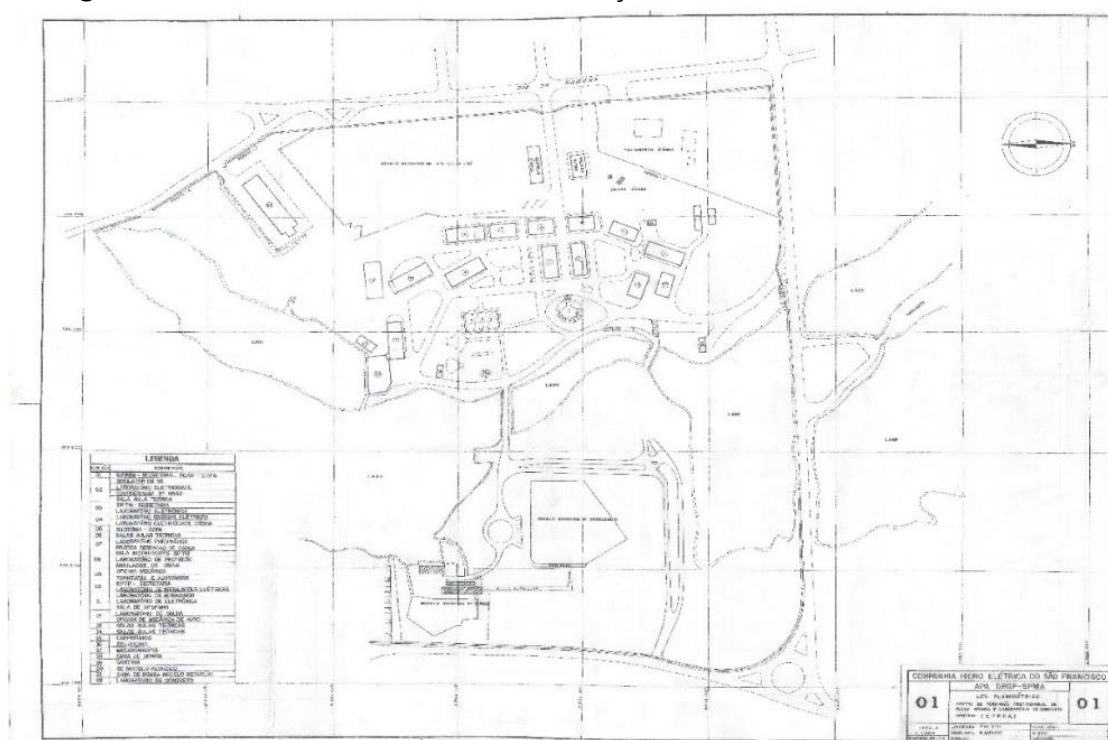
A organização e distribuição da estrutura desse centro se dava da seguinte forma: No pavilhão 1, funcionou a Secretaria, EQAA – EDPG. No pavilhão 2, simulador de SE, Laboratório de Eletricidade, Coordenação 2º grau, sala de aula teórica. No pavilhão 3, SPTO – Secretaria, laboratório de eletrônica. No pavilhão 4, laboratório de medidas elétricas e laboratório de eletricidade básica. Pavilhão 5, Auditório e copa. Pavilhão 6, salas de aula teórica. Pavilhão 7, laboratório pneumática e prática despacho de carga. Pavilhão 8, Sala instrutores SPTO, laboratório de proteção e simulador de usina. Pavilhão 9, Oficina mecânica e tornearia e ajustagem. Pavilhão 10, SPTP – Secretaria e laboratório de instalações elétricas. Pavilhão 11, Laboratório de bobinagem, laboratório de eletrônica e sala de desenho. Pavilhão 12, Laboratório de solda e oficina de mecânica de auto. Pavilhão 13, salas de aula teórica. Pavilhão 14, Salas de aula teóricas. Pavilhão 15, Carpintaria. Pavilhão 16, Zeladoria. Pavilhão 17, Mecanografia. Pavilhão 18, Casa de bomba. Pavilhão 19, Cantina. Pavilhão 20, SE modelo reduzido. Pavilhão 21, Casa de bomba do modelo reduzido e Pavilhão 22,

Laboratório de concreto (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1991).

Pelas imagens (figuras 26 e 27), temos uma visão do amplo espaço que formava o centro. Sua vasta área era totalmente arborizada, próximo de um lago, com pavimentação das vias entre os pavilhões, guarita de acesso e um alojamento para estagiários. Foi responsável pela formação de expressivos contingentes de alunos, técnicos e funcionários da companhia e de profissionais de outras empresas.

As ações de ensino realizadas pela companhia demonstram, conforme Hauptli (1995, p. 120), que “As preocupações da CHESF concentravam-se não tanto no recrutamento – que não precisava de fomento particular – senão quase inteiramente no aprendizado e treinamento técnico”. O ritmo acelerado das obras colocavam como desafio arregimentar mais mão de obra especializada: mecânicos, operadores de guindastes, eletricitas e montadores eram algumas das profissões demandadas.

Figura 27 – Planta do Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso



Fonte: APA/Chesf

O centro de formação foi organizado de forma que a companhia passou a receber pessoas de diversas regiões do Brasil para realização de estágios. Quando formados, os alunos das escolas da Chesf eram recrutados por ela ou por outras

empresas. A partir de 1974, um convênio do CFPPA com o Colégio Paulo Afonso possibilitou a integração entre essas duas unidades de ensino. O centro passou a receber alunos do Colepa para a realização de aulas nos laboratórios. Os cursos Técnicos de Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica, além dos Cursos de Aprendizagem Industrial, eram realizados numa integração Colepa/CFPPA.

Além do ensino técnico oferecido pelo Colepa/CFPPA, a Chesf criou uma Escola Técnica Agrícola, a Escola Rural Ministro Simões Lopes²¹⁹. Para a construção dessa escola, a companhia recebeu recursos da Sudene. Esse investimento fez parte do Programa de Ensino Agrícola de Nível Médio para formar trabalhadores semiqualeificados a curto prazo. A finalidade de investimentos nessas unidades agrícolas era garantir a execução dos programas da reestruturação da agricultura no Nordeste e aumentar a matrícula dos cursos regulares de nível médio, tanto no 1º ciclo como no 2º ciclo.

Com a reestruturação do programa educacional da Chesf, em vigor a partir de 1974, essa unidade funcionou como Escola Agregada a Unidade Núcleo (Colepa), com oferta de 7ª série e parte da formação especial do currículo de 1º grau (sondagem de aptidões e iniciação profissional em Técnicas Agrícolas). Essa escola funcionava integrada com a Fazenda Chesf ofertando o curso de Técnico em Agropecuária²²⁰ em nível de 2º Grau.

O edifício (figura 28) mantinha a predominância de pedras na sua construção, incluindo o muro de meia altura e o nome da unidade. Repleta de árvores ao redor, quando construída, tinha varanda, sala de diretoria e de professores, secretaria, biblioteca, depósitos, copa, área de serviço, 10 salas de aula, 9 sanitários e caramanchão. Sua área construída era de 1.010 m². A produção da Escola Rural, como hortaliças, era adquirida pela Chesf para o restaurante e para as escolas.

²¹⁹ No ano de 1978, a Chesf adquiriu, através do Setor de Ensino Integrado e da Central de Merenda Escolar, gêneros alimentícios produzidos nessa escola para a merenda escolar das escolas da companhia. Foram adquiridos: 3.200 kg de abobrinha, 237,500 kg cenoura, 18.000 kg de couve, 7.300 kg couve-flor, 37.000 kg de repolho, 9.000 kg de tomate (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, p. 1979).

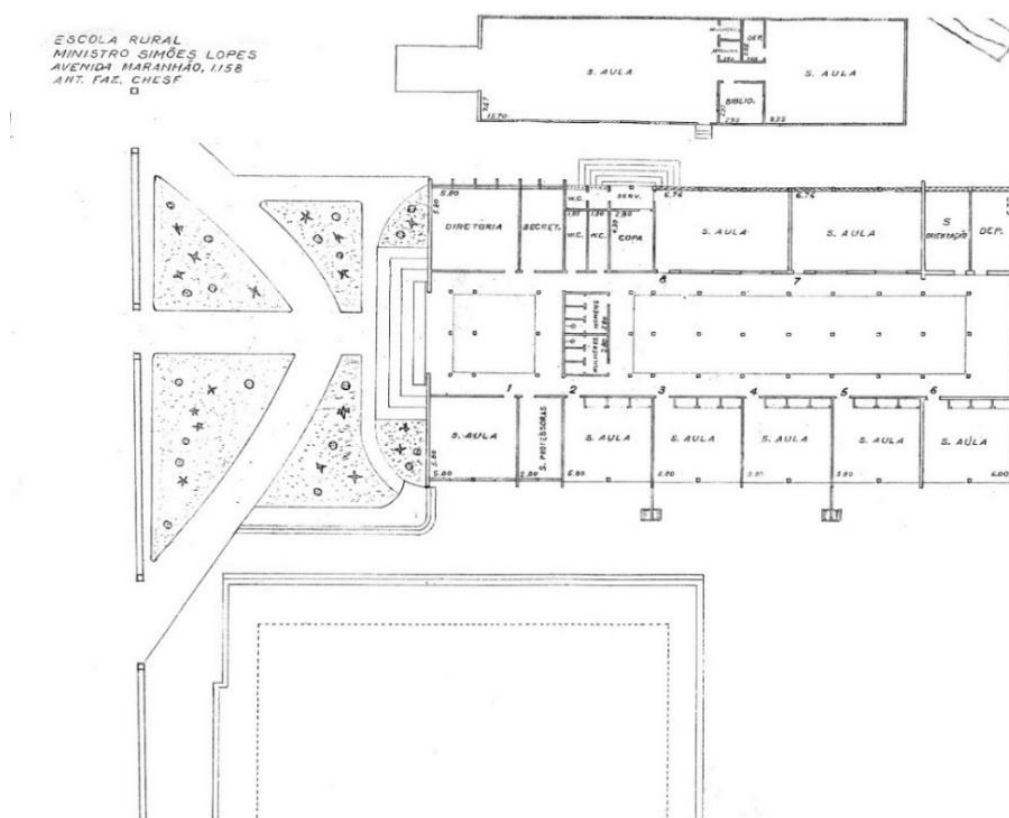
²²⁰ Esse curso foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, através da Resolução 283/76, que autorizou cursos de 2º Grau no Colégio Paulo Afonso. Como o único autorizado, as aulas eram realizadas nessa unidade e a parte prática, na Escola Rural.

Figura 28 – Entrada da Escola Rural Ministro Simões Lopes (1984)



Fonte: Cdoc/Chesf

Quando estava em pleno funcionamento, sua área de terreno era de 28.215,66 m², e de área construída 1.499,24 m², e área coberta, 1.293,89 m². Isso representava uma ocupação de 5,31% do terreno (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. PROJETO ESCOLA RURAL MINISTRO SIMÕES LOPES. PLANTA BAIXA. Nº DE CONTROLE 2875 P.A.).

Figura 29 – Planta da Escola Rural Ministro Simões Lopes

Fonte: APA/Chesf

Na década de 1970, novas demandas por escolas ocasionaram a fundação de novas unidades escolares e a construção de mais edifícios. Nessa década, houve um aumento significativo de atendimento educacional escolar no acampamento e se consolidou o complexo educativo modelo na Bahia e no Nordeste.

O prédio que a Chesf tinha construído para ser o mercado foi reformado e transformado em mais uma unidade escolar - Escola Parque²²¹. Essa unidade ofertava ensino primário e algumas séries do primeiro grau. Com um andar térreo e outro superior em estrutura de concreto armado, contava com hall de entrada, circulações, recreio, palco e bastidores, camarins, secretaria, biblioteca, salas de professores, coordenações, depósitos, copa, 20 salas de aula e 27 sanitários. Com área total de

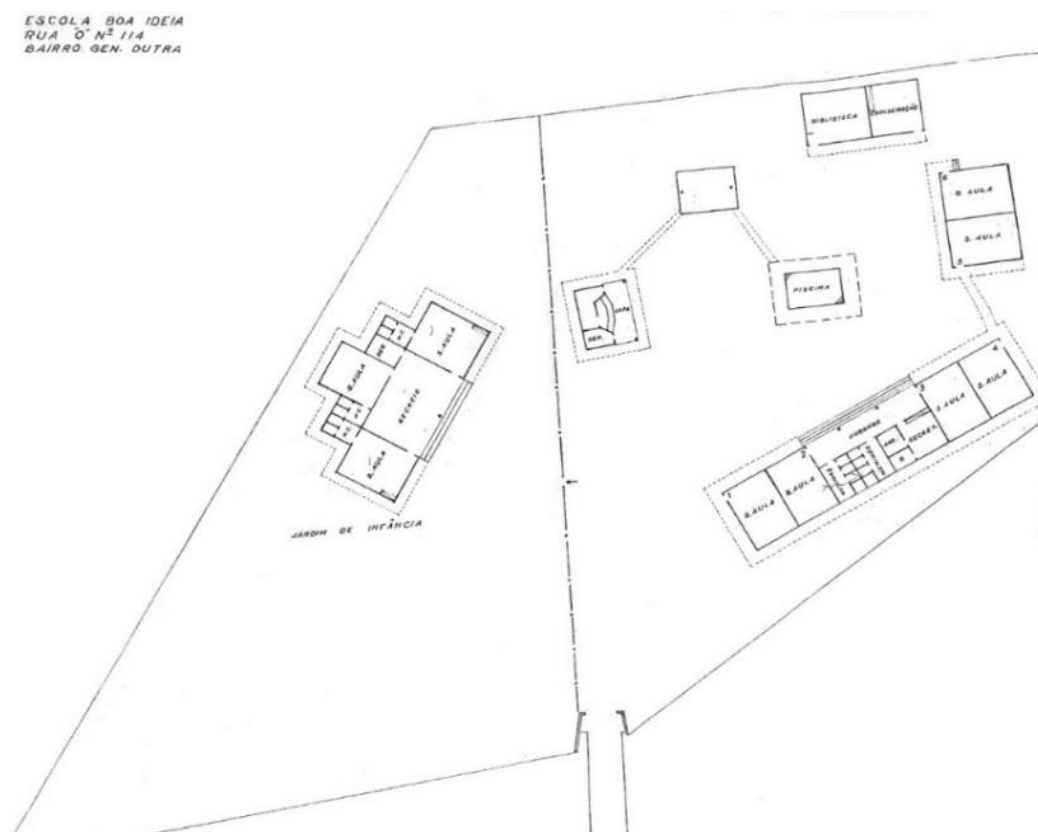
²²¹ Essa escola está localizada na Rua da Gangorra nº 1, bairro Alves de Souza, em frente ao Clube Operário e Estádio de Futebol Ruberlino Oliveira. Por funcionar no prédio do mercado que funcionava no acampamento, ficou sendo popularmente chamada de Escola do Mercado. No entanto, o nome definitivo caiu no gosto popular e assim passou a ser chamada: Escola Parque. Com a desativação dessa escola, o edifício foi entregue à Universidade do Estado da Bahia – Campus VIII. Antes da transferência das salas de aula dessa universidade para o prédio da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira, as salas de aula dos cursos oferecidos por essa instituição de ensino superior funcionavam nesse prédio. Atualmente, funciona laboratório e biblioteca da universidade.

criação dessa unidade de educação primária. A estratificação social no interior do acampamento trouxe para o setor educacional alguns conflitos. A origem do movimento²²² foi o desejo de setores da “elite cultural chesfiana”, que não aceitava seus filhos estudando junto com os filhos dos trabalhadores.

A estrutura física da Escola Boa Ideia era composta de um conjunto de prédios com jardim de infância, varanda, recreio, secretaria, coordenação, biblioteca, depósitos, copa, 9 salas de aula, sendo 3 para o jardim de infância e 14 sanitários. Com uma área total de 4.902 m² e construída de 588 m².

A ideia de segregar os estudantes funcionou parcialmente, pois quando os alunos dessa unidade escolar concluíam a primeira etapa do primeiro grau eram transferidos para continuarem os estudos nas demais unidades escolares do acampamento, de forma que voltavam a se misturar com os filhos dos trabalhadores.

Figura 31 – Planta Escola Boa Ideia



Fonte: APA/Chesf

²²² O desejo de segregação dos filhos por parte de um grupo de mulheres, esposas de engenheiros, médicos, advogados etc. teve reação contrária de funcionários da companhia e, principalmente, de professores que não aceitavam a separação dos alunos em razão da classe social a que pertenciam.

Quando a Chesf construiu o acampamento em Forquilha, construiu também um pequeno acampamento na margem alagoana do rio São Francisco para atender um grupo de trabalhadores que trabalharia nesse lado do rio, haja vista que um canteiro de obras e alguns galpões também foram construídos na margem do rio São Francisco do lado de Alagoas.

Nesse acampamento, residia um pequeno grupo de trabalhadores com suas respectivas famílias. Da mesma forma que se ofertava educação primária aos filhos dos trabalhadores residentes no Acampamento Chesf no lado baiano do rio, a companhia ofertava aos filhos dos trabalhadores residentes no pequeno acampamento em Alagoas. Essa decisão evitava o transporte dos alunos para as escolas do acampamento em Forquilha.

Denominada de Escola Moxotó Alagoas ou Moxotó – I, essa unidade educacional funcionou com a modalidade de ensino primário e estava vinculada à unidade matriz das Escolas Reunidas. As atividades pedagógicas, de planejamento e secretaria eram coordenadas pelo equipe da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira.

Bastante próxima à margem alagoana do rio São Francisco, essa unidade tinha as mesmas condições disponibilizadas para os alunos e professoras das escolas localizadas no acampamento de Forquilha. Os alunos recebiam fardamento (figura 32), merenda escolar e material didático.

O calendário escolar era planejado de forma integrada entre as Escolas Reunidas. Reunia-se todas as professoras primárias sob a coordenação geral da diretora da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira para planejamento pedagógico e orientações administrativas.

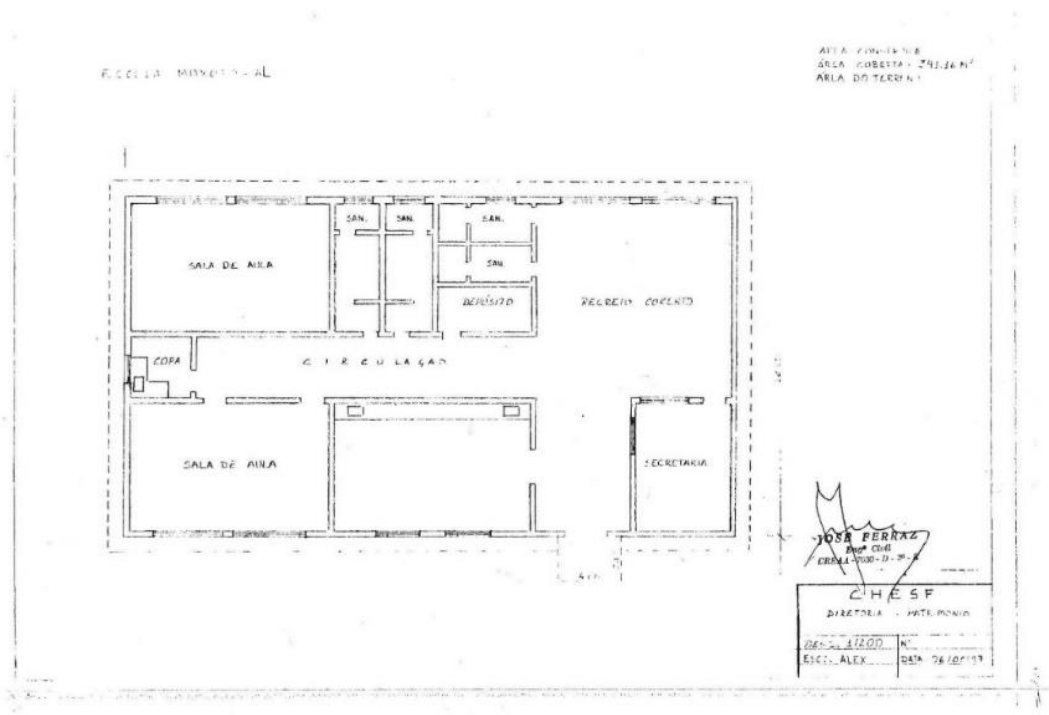
Figura 32 – Escola Moxotó (Alagoas) – Alunos



Fonte: Memorial Chesf

A Escola Moxotó Alagoas, ao realizar atividades cívicas, sociais e culturais, buscava integrar-se à comunidade residente na margem alagoana. No prédio escolar da Moxotó Alagoas, foi fixado o símbolo do SPEI (figura 32). Sua estrutura era bastante modesta.

A construção dessa pequena unidade educacional escolar objetivou evitar o deslocamento diário desses alunos, que teriam que atravessar o rio São Francisco para estudar numa das escolas do acampamento. A idade dos alunos também causou preocupação da companhia, haja vista que eram crianças que fariam o traslado diário de uma margem a outra do rio, o que exigiria cuidados especiais. Quando concluído o ensino primário, os alunos dessa escola eram transferidos para uma das unidades educacionais do acampamento.

Figura 33 – Planta Escola Moxotó Alagoas

Fonte: APA/Chesf

Na década de 1990, essa escola foi transferida da Vila Zebu²²³ para a Vila Moxotó, sendo instalada num edifício pertencente à Chesf que tinha funcionado como ambulatório médico da companhia e estava desativado. Seu edifício localiza-se ao lado da guarita de acesso à Usina Moxotó (lado alagoano).

A Escola Moxotó Alagoas tinha apenas duas salas de aula (figura 33), sendo a menor unidade escolar da Chesf. Seu quadro de funcionários era efetivo e as condições de ensino mantinham o mesmo padrão das demais escolas do acampamento situado no lado baiano.

Para acomodar os trabalhadores da Usina Moxotó (Apolônio Sales), a Chesf construiu outro acampamento nas proximidades do canteiro de obras montado para os trabalhos de construção dessa hidroelétrica. Assim como ocorreu com a Escola Moxotó Alagoas, também tornava-se inviável transportar diariamente os filhos dos trabalhadores para o acampamento de Paulo Afonso. Resolveu a empresa implantar

²²³ O primeiro acampamento localizado na margem alagoana ficou conhecido como Vila Zebu, em razão dos sacos de cimento dessa marca serem utilizados para a cobertura das primeiras casas, assim como na Vila Poty. Posteriormente, foram construídas residências para os trabalhadores.

uma unidade escolar no local, onde foi erguido o novo acampamento. Assim, evitava-se o deslocamento diário dos estudantes.

A Escola Moxotó Bahia²²⁴ foi mais uma unidade escolar pertencente à Chesf e integrava o complexo educacional escolar da empresa. Essa escola ofertava ensino primário e seus alunos também recebiam fardamento, material didático e merenda escolar.

Figura 34 – Escola Moxotó (Bahia) – Professora e alunos



Fonte: acervo de Maria Ferreira

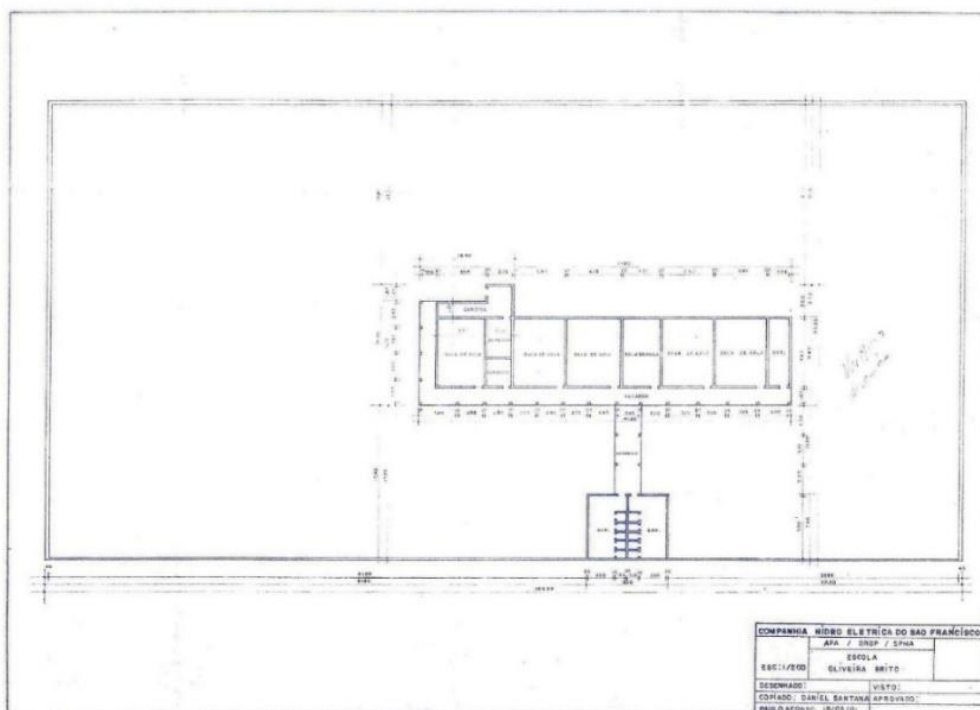
Durante a realização desta pesquisa, alguns fatos chamaram atenção, especialmente em contato com as fontes relacionadas às Escolas Moxotó – Alagoas e Moxotó – Bahia. Observou-se que o fardamento utilizado pelos alunos dessas escolas tinha o símbolo do SPEI ou do Colepa. Isso se devia ao fato de ser o Colepa a unidade núcleo de todas as unidades educacionais da Chesf e única reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação. Os alunos das escolas Moxotó (figura 34) utilizavam o mesmo tipo de fardamento (meninos e meninas): bermuda azul marinho e blusa branca.

As imagens coloridas anunciaram uma nova etapa da história da fotografia, advento do avanço tecnológico dessa época, abrindo novas possibilidades

²²⁴ As escolas Moxotó Alagoas e Moxotó Bahia eram as únicas unidades do complexo educacional escolar Chesf construídas fora do perímetro do acampamento da companhia em Paulo Afonso.

interpretativas e estéticas. A fotografia, nessa perspectiva, possibilita conhecermos as cores do fardamento utilizado no período. Observarmos os detalhes das janelas pintadas de azul (detalhe da figura 34) e constatamos as cores dos sapatos dos alunos.

Figura 35 – Planta da Escola Moxotó (Bahia)



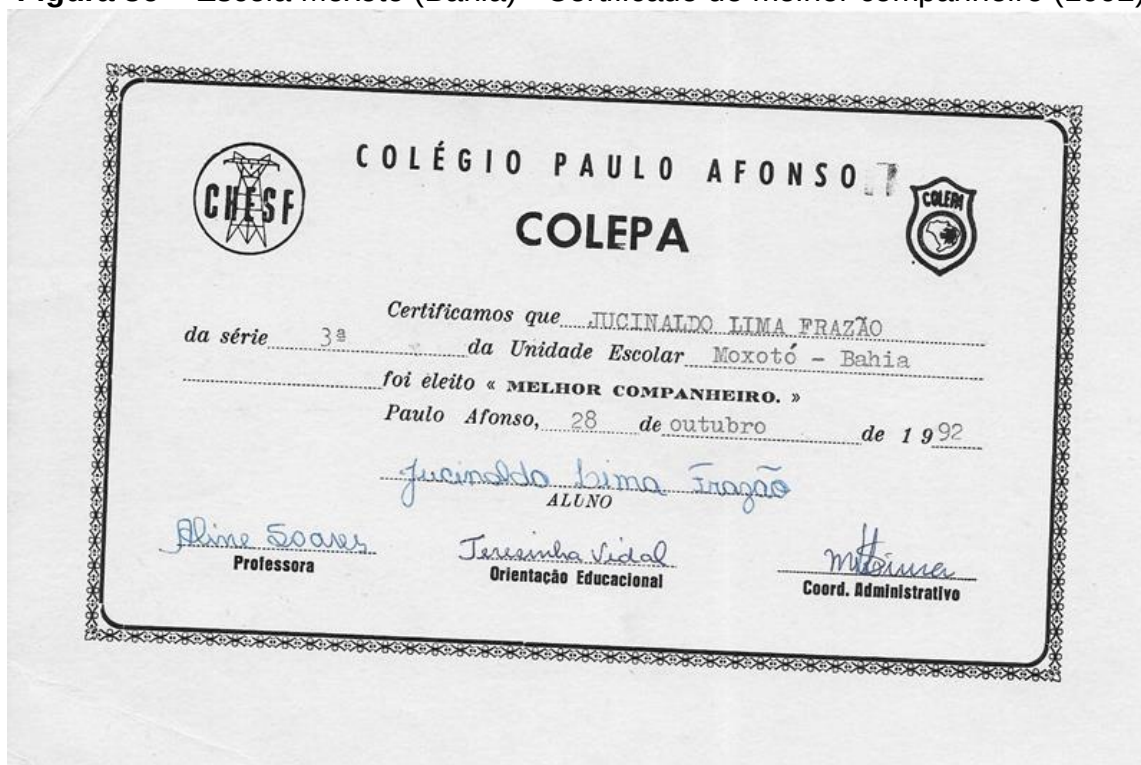
Fonte: APA/Chesf

No caso da Escola Moxotó Bahia, alguns documentos dão nomes diferentes para essa unidade. Em alguns, é denominada de Enock Pimentel Tourinho. Em outros, como a planta da escola (figura 35) consta o nome Oliveira Brito. Embora não seja possível afirmar, levantamos a hipótese de que o nome Enock Pimentel Tourinho foi uma homenagem que a comunidade escolar prestou ao fundador do Ginásio Paulo Afonso e incentivador da educação no município. Tal homenagem foi realizada extraoficialmente, tendo em vista que essa não era uma unidade escolar reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia²²⁵. Quanto ao nome Oliveira Brito constante na planta arquitetônica dessa escola, ele faz referência ao bairro onde está ela situada.

²²⁵ Essa unidade escolar integrava o Complexo Educacional da Chesf em Paulo Afonso, mas funcionava como agregada.

O projeto de formar para a nação foi instituidor de diversos ritos. O respeito aos símbolos nacionais foi sendo incorporado através de eventos, verdadeiros rituais de demonstração de amor à pátria. Nas escolas da Chesf, incentivou-se o registro fotográfico do aluno com o fardamento tendo a bandeira nacional ao fundo. Foi instituída também premiação através de certificados de reconhecimento aos alunos pelo desempenho. A premiação foi instituída nas unidades escolares (figura 36).

Figura 36 – Escola Moxotó (Bahia) - Certificado de melhor companheiro (1992)



Fonte: acervo de Jucinaldo Lima Frazão

A maioria dos trabalhadores contratados pela Chesf era de mão de obra não qualificada. Para treinar uma parte desses funcionários, a empresa realizou parceria com o Senai, que implantou um programa de treinamento de trabalhadores em 1950, instalou a escola Delmiro Gouveia e passou a oferecer cursos profissionalizantes nas áreas em que a Chesf tinha carência. Direcionado para a formação de jovens aprendizes, oferecia cursos de eletricitista de manutenção, mecânica de autos e eletrônica em nível básico.

O programa educacional escolar da Chesf não se resumiu na primeira década apenas ao combate ao analfabetismo. A crença na educação por parte dos que dirigiam a empresa justificava o esforço empreendido na disseminação da educação

escolar e profissional. Se por um lado as escolas primárias centravam-se na educação moral e cívica, patriotismo e combate ao analfabetismo, era necessário também formar de imediato trabalhadores que pudessem ser inseridos no mundo do trabalho da sociedade da indústria e do progresso.

Foi com essa finalidade que foi instalada a Escola do Senai Delmiro Gouveia (figura 37); ofertar cursos, capacitar trabalhadores para o desempenho de funções da companhia. Sua estrutura era composta de salas de aula, sanitários masculinos e femininos e depósito.

Figura 37 – Escola Delmiro Gouveia - Chesf/Senai (1951)



Fonte: Memorial Chesf

Essa unidade de ensino profissional foi muito importante para formar parte dos profissionais que trabalhavam na companhia. O edifício tinha uma edificação simples, era uma espécie de galpão (figura 37), onde foram instaladas as oficinas com equipamentos. Os alunos da escola do Senai eram jovens trabalhadores da empresa.

Figura 38 – Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Professor Sinésio e alunos – Aula prática (1951)



Fonte: Memorial Chesf

A capacitação de jovens em diversas profissões pelo Senai garantia à Chesf profissionais treinados no acampamento. As turmas recebiam aulas teóricas e práticas. Nas imagens (Figura 38, 39, 40 e 41), os alunos são orientados em aulas práticas.

Em geral, os alunos eram jovens de classes populares. Alguns já trabalhavam na empresa e outros eram contratados quando concluíam os cursos. Na figura 39, observamos que era um espaço simples: piso de cimento, paredes caiadas de branco. Professor e alunos utilizam bata. Essa escola profissionalizante, ao formar profissionais para atuação na companhia, estava realizando uma transformação de jovens oriundos do meio rural para o trabalho industrial. As oficinas se transformaram em salas de aula. De certa forma, a maior parte das pessoas que buscavam emprego em Forquilha, quando conseguia trabalhar na Chesf, terminava por adquirir uma profissão.

Como a maior parte dos que chegavam nunca tinha trabalhado em outra atividade, senão na agricultura de subsistência, por necessidade de mão de obra eram contratados e iam sendo treinados no próprio trabalho, no Senai ou CFPPA.

Para Hauptli (1995, p. 122), os sertanejos desempenharam com desenvoltura profissões que não tinham exercido até então. “A aptitude estupenda ao aprendizado originava numa motivação fortíssima. Ambição e orgulho eram fatores de valor, expressão da consciência do salto rapidíssimo da economia de subsistência ao manejo de máquinas e equipamentos modernos”.

Figura 39 – Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Professor Sinésio e alunos – Aula prática (1951)



Fonte: Memorial Chesf

Para Le Goff (2003, p. 197), “o critério econômico torna-se primordial, como se viu, com a introdução da modernidade no Terceiro Mundo. E, no complexo da economia moderna, a pedra de toque da modernidade é a mecanização. Ou melhor, a industrialização”. Para instituir a industrialização no Nordeste, o Sertão do São Francisco passou a ser região estratégica em razão do seu potencial para produção de energia hidroelétrica. Para dar conta de gerar energia elétrica como insumo básico para a indústria, promovendo uma passagem na esfera econômica da produção artesanal para a industrial, foi inclusa através da escolarização e treinamento parte da

população nativa do Sertão. Nesse sentido, essa região de confluência da cachoeira de Paulo Afonso e sua população passou por transformações aceleradas²²⁶.

A tomada de consciência para afirmação da modernidade no Brasil se restringia a grupos. Ou seja, a princípio, a modernidade mantinha-se nos planos de uma elite. A incorporação de populações nativas promoveu uma ruptura com o passado (tradição). Alunos foram formados para o desenvolvimento de atividades profissionais até então não conhecidas pelo mundo rural sertanejo. Isso implica em novo estilo de vida.

Figura 40 – Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Aula prática (1950)



Fonte: Memorial Chesf

A dificuldade de o Estado proporcionar formação de mão de obra capaz de atender à crescente demanda industrial no país ensejou na criação do Senai.

²²⁶ Sobre o caráter de rápida transformação da vida social moderna, Giggens (1991) diz que, para Durkheim, não deriva essencialmente do capitalismo, mas do impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, aproveitando a produção para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza. Segundo ele, vivemos numa ordem que não é capitalista, mas industrial.

Subsidiada pelas próprias indústrias, foi responsável pela formação de expressivo número de trabalhadores. Os jovens aprendizes (figuras 40 e 41) foram preparados para desenvolverem atividades nas obras de Paulo Afonso. Serralheiros, torneiros mecânicos, eletricitas de manutenção, mecânicos e eletricitas de nível básico foram alguns dos cursos oferecidos pelo Senai.

Figura 41 – Escola Delmiro Gouveia (Senai) – Aula prática (1951)



Fonte: Memorial Chesf

No fim da década de 1960, a Chesf mantinha um complexo educacional escolar e de treinamento profissional em Paulo Afonso. Era, de acordo com a legislação educacional brasileira da época, organizado da seguinte forma: as Escolas Reunidas voltadas ao ensino primário, o Colégio Paulo Afonso funcionando com o curso de admissão, ginásial e secundário, a Escola Rural Ministro Simões Lopes com o ensino técnico agrícola, o Centro de Formação Profissional – que substituiu a escola do Senai – ofertando cursos profissionalizantes. Os edifícios eram dotados de equipamentos e móveis necessários ao desenvolvimento do ensino.

4.6 CULTURA ESCOLAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

As escolas fundadas no acampamento foram instituindo um programa curricular de forma a instituir uma cultura escolar para crianças, jovens e adultos. Também foram instituidoras de um amplo programa de dimensões sociais, culturais, religiosas, esportivos e de valores e práticas consideradas regeneradoras. As escolas instituíram programas disciplinares, higiênicos, de saúde, de educação física, cultural e social. Foram instituidoras de ritos e *habitus*.

Figura 42 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Os alunos filhos de engenheiros, médicos, advogados, técnicos e trabalhadores estudavam juntos. A presença de alunos filhos de agentes detentores de elevado capital cultural estudando nas escolas da companhia foi um dos fatores que influenciaram a empresa a atentar para realizar investimentos no ensino. Outra razão motivadora da aplicação de recursos no ensino deve-se ao fato de ter Paulo Afonso se constituído em um complexo de usinas hidroelétricas. Com isso, mesmo com o término das obras civis, seria necessária a permanência de um grande número de trabalhadores de diversos níveis a residir em caráter definitivo no acampamento para manutenção das usinas. Na fotografia acima (figura 42), o grupo de alunos no início

das atividades escolares de diferentes grupos sociais e culturais. A maioria era de filhos de trabalhadores sem formação escolar. Os alunos com trajes roupas de acordo com as condições econômicas de sua família. Nessa imagem, o número de meninos é maior que o de meninas. A fotografia evidencia que o fotógrafo organizou o grupo para efetuar o registro. Para que todos apareçam na foto, posicionaram-se de acordo com altura. Todas as crianças estão com olhar na direção do fotógrafo.

O ensino nas unidades escolares funcionava de forma integrada. Quando do início as atividades educativas no acampamento em 1950 até 1974, a organização se dava com uma coordenação para as escolas primárias. A Escola Rural e o Colégio Paulo Afonso, com direções específicas em cada unidade, e o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso também. A coordenação de todas as unidades de ensino e treinamento era exercida pelo Setor de Ensino e Treinamento, que funcionava como coordenação geral e atuava no sentido de integrar as ações das diversas escolas, de forma que podemos dizer que, em geral, todas as unidades eram coordenadas por esse setor.

Figura 43 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Professora e alunos (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Os registros fotográficos das escolas realizados pela Chesf evidenciam que os seus diretores tinham a crença na escola como instituição “regeneradora” da população sertaneja, capaz de preparar as crianças e jovens para os desafios de uma sociedade que se inseria no progresso e na modernidade. A escola primária, nos ideários republicanos, como projeto político e social, tinha a missão de formar o cidadão, torná-lo capaz de regenerar a nação.

As diferenças culturais e econômicas entre os alunos ocasionaram, no início de funcionamento das escolas, uma discrepância no uso de roupas, calçados, material didático e nos *habitus* de higiene. Enquanto alunos filhos de engenheiros, médicos, técnicos e dirigentes da Chesf usavam roupas melhores de acordo com as condições financeiras de sua família, os filhos dos trabalhadores iam para a escola com roupas modestas. Os alunos com melhores condições econômicas iam de sapatos ou sandálias, enquanto alguns de pouco poder aquisitivo frequentavam as aulas descalços (figura 43).

No sentido de realizar um “processo civilizador” mais amplo envolvendo toda a população do acampamento, o Setor de Ensino da Chesf articulava a participação das escolas nas atividades realizadas pela companhia. As famílias dos alunos e dirigentes da empresa participavam dos eventos escolares. Festas juninas, carnaval, Independência do Brasil, aniversário da empresa, Dia dos Pais, Dia dos Professores, Dia das Mães eram algumas das datas celebradas pelas escolas, que mobilizavam, além dos alunos, familiares e comunidade.

Junto com o projeto de construir usinas hidroelétricas, é consistente pensar que os diretores da companhia ensejavam implantar a cultura escolar nos habitantes do acampamento. Paralelo ao projeto das usinas, foi sendo instituído um programa de escolarização modernizador dessa sociedade na qual a escola passou a ter papel fundamental.

Em razão das dificuldades econômicas da maioria dos alunos filhos dos trabalhadores, a direção da empresa adotou algumas medidas de assistência social. Os estudantes passaram a receber fardamento, calçados, material didático e merenda escolar. Instituída no início das atividades escolares, a distribuição de material²²⁷ foi

²²⁷ No ano de 1978, com recursos do Caixa Escolar, foram beneficiados 2.984 alunos com doações de: blusas ou camisas; calças; shorts; congas; empréstimos ou doações de livros. Desse total de alunos, constavam estudantes das unidades de nível I (ensino equivalente da 1ª à 4ª série do 1º Grau), Murilo Braga, Escola Rural e Colepa (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1979).

realizada para os que não podiam pagar ao longo de funcionamento das escolas. O pagamento de material ou do fardamento foi adotado para os que tinham renda que possibilitasse o pagamento.

Figura 44 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Sala de aula – Professora e alunos (1950)



Fonte: Memorial Chesf

As escolas foram dotadas de carteiras escolares duplas confeccionadas em madeira (figura 44). As salas eram mistas, sentando em duplas crianças do mesmo sexo (figura 44). Nessa figura acima, a sala está lotada de alunos para o registro fotográfico.

A atuação de professores leigos predominou por muito tempo, principalmente no interior do país, em razão da dificuldade na formação desses profissionais. A insuficiente formação de professoras era um dos graves problemas da educação baiana, já denunciada por Anísio Teixeira. O número de profissionais formadas era pequeno e a qualidade dos cursos normais, duvidosa. Juntam-se, ainda, as péssimas condições materiais das escolas e de ensino.

Em Forquilha, as professoras e professores desempenharam função importante na formação de agentes detentores de capital cultural e na instituição de novos modos de vida. Os educadores das escolas da Chesf tornaram-se um grupo

privilegiado na companhia. Detentoras de um poder simbólico perante à sociedade, recebiam salários melhores que os que eram pagos pelo Estado da Bahia. A considerar os salários pagos e o papel social desempenhado pelos professores, a incorporação desses profissionais no grupo dos agentes detentores de capital cultural elevado consistiu também em tratamento econômico diferenciado.

Figura 45 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira –
Professoras do curso primário (1950)



Fonte: Memorial Chesf

As primeira professoras contratadas para trabalhar nas escolas primárias da Chesf (figura 45) tinham curso Normal. A tarefa das professoras não era fácil. Elas tinham a função de guiar o ensino. Nessa imagem acima, as professoras da Escola Adozindo Magalhães de Oliveira estão em posição frontal e olhar direcionado ao fotógrafo. Todas as professoras estão utilizando o mesmo tipo de roupa – vestido abaixo do joelho. A apresentação da professora era considerada fundamental. Vestir-se bem e adequadamente transformou-se num rito da profissão docente.

Na fotografia acima, produzida em junho de 1950, observa-se que as professoras não utilizavam fardamento. O registro fotográfico foi realizado no começo das atividades escolares no acampamento. No decorrer daquele ano letivo, a Chesf forneceu fardas e calçados para os alunos (meninos e meninas) e para as professoras.

A instituição do uso de fardamento escolar foi adotada pela companhia e o seu uso tornou-se um *habitus* de bastante significado para os estudantes e a comunidade educacional de Paulo Afonso. A farda utilizada nos primeiros anos de funcionamento das escolas tinham o símbolo da Chesf. Ao longo do desenvolvimento do processo educacional instituído no acampamento, foram sendo modificados os modelos e estilos do fardamento utilizado. O símbolo da Chesf posteriormente foi substituído pelo do SPEI e no caso de algumas escolas foram instituídos seu próprio símbolo, como no caso do Colepa.

Figura 46 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos das primeiras turmas (1950)



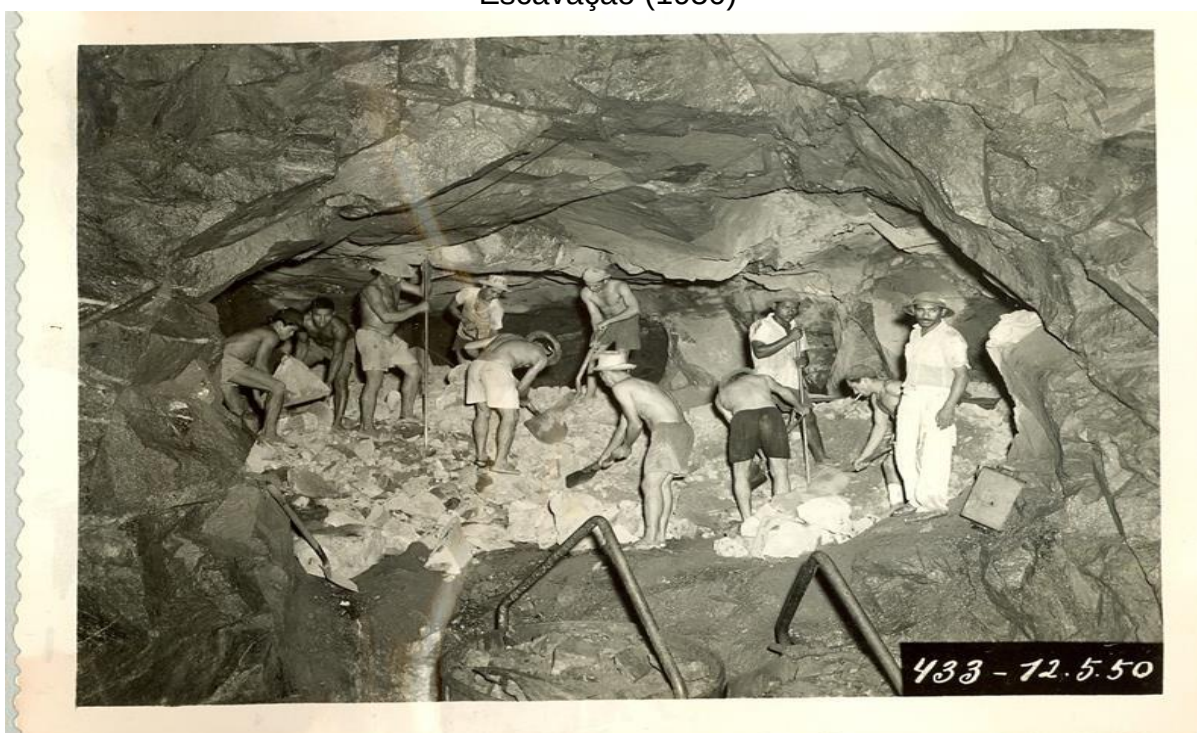
Fonte: Memorial Chesf

O registro de uma numeração sequencial, data, mês e ano constantes nas fotografias (figuras 42, 43, 44, 45 e 46), deixa evidente que foram produzidas pelo mesmo fotógrafo. As imagens de diversos ângulos, frontal, sala de aula, grupo de professoras, alunos, evidenciam que quando, inicia o funcionamento da oferta escolar, a companhia registra como quem deseja construir uma memória documental do projeto educativo.

O grupo de engenheiros, médicos, advogados, professores, técnicos e dirigentes da Chesf oriundos de regiões desenvolvidas, detentores de capital cultural

e *habitus* de estilo de vida modernos trabalhava em condições melhores que a maioria dos trabalhadores que realizavam os serviços que não requeriam formação técnica ou elevado capital cultural, como os trabalhadores das escavações de túneis. Esse grupo (figura 48) realizava o serviço de retirar material das escavações. Trabalho de alto risco de morte, tendo sido registrados nos relatórios da companhia diversos casos fatais. Era um serviço realizado sem proteção. Apenas trajando bermuda, descalços e chapéus, esses homens trabalhavam em até 80 metros de profundidade.

Figura 47 – Usina Paulo Afonso I – Casa de máquinas – Galeria superior – Escavação (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Esses trabalhadores eram, na maioria, analfabetos. Para eles, a companhia implantou o ensino de jovens e adultos. Chegava a quase 70% o total de trabalhadores sem formação ou escolarização trabalhando nas obras das usinas.

A oferta de educação para jovens e adultos²²⁸, para os que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada, foi instituída paralelamente ao ensino regular e incentivado ao longo do tempo pela companhia. Essa modalidade de ensino era ofertada nas escolas Adozindo Magalhaes de Oliveira, Alves de Souza e Centro de

²²⁸ O Setor de Ensino Integrado cedeu, em 1978, as dependências da Escola Murilo Braga e Escola Parque para, no período noturno, funcionar os cursos Mobral e Supletivo (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1979).

Formação Profissional de Paulo Afonso. Para escolarizar a grande maioria dos trabalhadores da companhia, a Chesf manteve um programa contínuo de educação para jovens e adultos. Na figura 49, uma turma de jovens e adultos em processo de alfabetização na Escola Adozindo Magalhães. Algumas jovens também frequentaram essa modalidade. Nas salas de aula onde se realizava o ensino para estudantes fora da faixa etária, as carteiras escolares eram individuais e não conjugadas.

Figura 48 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Aulas noturnas – Jovens e adultos (funcionários da Chesf)



Fonte: Memorial Chesf

O ensino ministrado nas escolas da Chesf coadunava com a mesma concepção de educação analisada por Rosa de Souza (2009, p. 80) no estado de São Paulo: “[...] o que mais importava não era a assimilação de conceitos e fatos, mas sim o desenvolvimento de habilidades intelectuais básicas, uma certa apreensão alimentar do conhecimento da natureza que habilitasse o futuro trabalhador a se adaptar à sociedade moderna”.

5 A INSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE ESCOLAR NO SERTÃO

A instituição de ritos escolares, novos *habitus* e de um sociocultural instituidor de um novo modo de vida no Sertão significou um processo de aculturação escrita e de modernização em que a escola foi decisiva. No caso de Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso), teve um caráter mais amplo no conjunto de ações desenvolvidas pela Chesf para funcionários e familiares residentes do acampamento. As transformações socioculturais instituídas pelo educacional escolar estiveram presentes no cotidiano do acampamento com atividades socioculturais, como chegada de autoridades, bailes, carnaval, São João, desfiles cívicos, eventos religiosos, bailes musicais etc.

O programa educacional escolar adotado buscou atender às finalidades de modernização do país, sendo instituído, para tanto, princípios de uma educação integral. No caso das escolas de Forquilha, esse programa tinha como princípios a educação para o corpo, noções científicas e instrumentalização para o trabalho. Foram assim elaborados programas no sentido de desenvolver *habitus* e valores, como: ordem, disciplina, gosto pelo trabalho, caridade e amor à pátria.

As escolas eram mobilizadas para integrarem-se às atividades da empresa. Ao mesmo tempo, as escolas foram incorporadas pela companhia no programa que tornava essa instituição como central na instituição da modernidade e consequente transformação nacional com vistas à inserção do Brasil na sociedade capitalista.

Na figura 49, os alunos ordenados e fardados²²⁹ acompanham solenidade realizada na Escola Adozindo Magalhães de Oliveira. Um programa voltado à ordem, à moral e ao civismo foi sendo instituído. No cotidiano, a ordem se incorporou e se transformou em *habitus*, como, por exemplos, a ordem da fila na solenidade ou a ordem de como sentar na sala da aula, a ordem do trabalho.

Nesta mesma figura, as alunas vestem saia e blusa e os meninos, bermuda e camisa. Na imagem, diferentemente das primeiras fotografias produzidas ainda quando os alunos não utilizavam fardamento, o uso de uniforme passa um sentido de ordem e asseio.

²²⁹ A distribuição do fardamento foi realizada inicialmente de forma gratuita. Posteriormente, adotado o critério de apenas os alunos pertencentes a famílias de baixa renda receberem de graça depois de comprovada impossibilidade de arcar com tais despesas. Por orientação da companhia com as respectivas unidades escolares, os demais custeavam o fardamento. Ocorreu de, em certo momento, ser fornecido o tecido para os alunos, sendo a costura realizada às suas expensas. Deviam, no entanto, seguir os modelos adotados pelas escolas.

Figura 49 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunos participando de solenidade



Fonte: Memorial Chesf

Em algumas salas de aula, as carteiras utilizadas eram organizadas de forma conjugadas. Nesse caso, os alunos eram agrupados em duplas de meninas e meninos. Na figura 50, as alunas fazem uso do fardamento e o ordenamento das carteiras e a postura das alunas dão um perfeito ordenamento da sala.

Figura 50 – Escola Adozindo Magalhães de Oliveira – Alunas –
Fardamento escolar doado pela Chesf (1950)



Fonte: Memorial Chesf

As professoras compuseram um corpo de profissionais instituidores de exemplos para os alunos. Eram referências do programa de educação moral e civismo instituído. Exemplos de novas práticas sociais e culturais.

Figura 51 – Bandeirantes – Coordenadora Célia Couto (quinta da esquerda para a direita) e colaboradoras (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Nessa imagem, professoras que participavam de um grupo de bandeirantes fazem uso de fardamento: blusa branca, saia abaixo do joelho, cinto, sapatos e detalhe na gola. O modelo de farda utilizado era diferente do fardamento escolar.

Figura 52 – Bandeirantes – Fadinhas, coordenadora e colaboradoras (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Diversos modelos de fardamento foram adotados ao longo do projeto educativo pelas escolas da Chesf para as meninas e para os meninos. Da mesma forma, os professores utilizaram modelos diferentes de uniforme para o desempenho de suas atividades escolares.

O grupo de professoras das Escolas Reunidas (escolas primárias) utiliza um modelo de saia com tecido em xadrez, blusa branca (figura 53). Essas professoras, em geral, eram mulheres jovens que chegaram para trabalhar em Forquilha/Paulo Afonso. Algumas solteiras e outras casadas com funcionários da companhia. Na imagem, o semblante de seriedade das professoras.

As condições de trabalho possibilitavam o bom desempenho das atividades de ensino-aprendizagem. Um aspecto que foi fundamental para o desenvolvimento integrado do corpo docente, técnico e administrativo do complexo escolar da companhia foi a realização de seminários, treinamentos e encontros. Era uma espécie de formação continuada realizada pelas coordenações administrativas e pedagógicas das unidades. Isso justifica de certa forma o sucesso desse projeto educativo e da qualidade da educação nessas escolas.

Figura 53 – Grupo de professoras das Escolas Reunidas da Chesf



Fonte: Memorial Chesf

As professoras contratados pela Chesf para o ensino primário tinham o curso Normal. Para o desempenho de suas atividades, a empresa disponibilizava uma

infraestrutura de material e orientação pedagógica. Os salários dessas profissionais eram melhores que os pagos pelo Governo do Estado da Bahia.

Figura 54 – Professoras e funcionárias das Escolas Reunidas da Chesf



Fonte: Memorial Chesf

Desde o início de funcionamento das escolas por determinação da diretoria da Chesf, as escolas forneciam a merenda aos alunos. As precárias condições de vida da maioria dos trabalhadores levaram a empresa a realizar a distribuição de merenda (figura 54). A assistência aos estudantes foi desenvolvida através de programas que, em dado momento, contou com apoio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e recursos do Caixa Escolar. O programa de alimentação escolar buscou suprir carências nutricionais dos alunos, criar condições de eficiência escolar e instituir *habitus* alimentares saudáveis.

Figura 55 – Merenda escolar – Distribuição diária gratuita feita pela Chesf (1961)



Fonte: Memorial Chesf

A ordem transformou-se, em alguns casos, em ritos escolares, como a fila diária para a merenda nas escolas. Os alunos eram organizados em fila na cantina. Ordenados, os alunos entravam na cantina, recebiam sua merenda e ordeiramente iam merendar.

A merenda escolar teve um setor exclusivo para sua confecção e distribuição. A organização estabelecida para o ritual da merenda e o tipo de merenda. Nesse período, um pão com queijo e um copo de leite eram distribuídos aos alunos na merenda. Argumentavam os dirigentes das escolas da Chesf que a desnutrição dos alunos provocava atrasos das atividades intelectuais, alterando o rendimento. Portanto, deveria ser combatido com uma boa alimentação proporcionada pelas escolas.

5.1 A ESCOLA E A CULTURA DA SELEÇÃO

As escolares desenvolveram atividades de caráter social e de integração dos alunos. Nessa estratégia de estabelecer a integração da comunidade “chesfiana”, as atividades recreativas e de lazer funcionaram no acampamento no sentido de estabelecer um sentimento de pertencimento. As atividades premiavam os “melhores”

buscando incentivar o desempenho e ao mesmo tempo instituir nos alunos a competição e o desejo de buscar os melhores resultados.

Figura 56 – Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Crianças – Atividade recreativa



Fonte: Memorial Chesf

As atividades realizadas nos parques infantis eram organizadas de forma que alunos e alunas fossem desenvolvendo e incorporando valores, como disciplina, ordem, cooperação, considerados importantes na sua formação. A escola implementava através do lazer sentimentos que iam sendo incorporados pelos estudantes. Por trás de brincadeiras infantis, aparentemente ingênuas, como beber mais rapidamente o refrigerante, conseguir chegar ao topo do pau de sebo e brincar no parque eram utilizadas estratégias que incentivavam a competição, a ordem, o respeito as regras e convívio em grupo.

Figura 57 – Vila Alves de Souza – Parque Infantil das Bandeiras



Fonte: Memorial Chesf

Os jogos e as brincadeiras tinham função pedagógica. No parque infantil (figura 57), a ordem da fila e o respeito à vez do outro eram valores ensinados nessas atividades desde a educação infantil.

Figura 58 – Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Pau de sebo



Fonte: Memorial Chesf

Nas atividades realizadas (figuras 58, 59 e 60), o público assiste às crianças realizarem a brincadeira do pau de sebo e corrida do saco. Na imagem, o perfil do público evidencia pessoas de várias idades assistindo às brincadeiras. O público estimulava as crianças a enfrentar obstáculos. Geralmente, ao conseguir chegar no objetivo final, o participante recebia uma recompensa. Da mesma forma, as brincadeiras das figuras 58, 59 e 60. A diversão infantil exigia concentração e esforço, habilidades que eram incentivadas. Na figura 59, um adulto, possivelmente professor, acompanha os alunos para incentivá-los.

Figura 59 – Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Corrida de saco



Fonte: Memorial Chesf

As meninas eram incentivadas a participar de atividades que requeriam mais concentração do que esforço físico. Na figura 60, as alunas participam da corrida do ovo, que exige habilidade e atenção. Há uma corda para isolar o público na pista. Ganhava quem cruzasse primeiro a linha de chegada.

Nas primeiras duas décadas de ensino escolar nas unidades da Chesf, o programa educacional tinha o propósito semelhante ao desenvolvido pelas escolas de grandes centros urbanos, como São Paulo. Para Rosa de Souza (2009, p. 83), o objetivo educacional na maior cidade do Brasil era:

Educar, mais que instruir, constituía a finalidade fundamental do ensino primário. Essa diferenciação sublinhada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino – Educar supunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de informações fornecidas pela instrução, implicava, essencialmente, a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade.

Figura 60 – Praça do Coreto (atual Praça dos Táxis) – Corrida de ovo na colher



Fonte: Memorial Chesf

A premiação sempre foi utilizada para recompensar e estimular as crianças na realização de atividades extraescolares. Ela acontecia de diversas formas. No fim do ano, sempre no período natalino, as crianças recebiam presentes doados pela companhia (figura 61).

Figura 61 – Ginásio Paulo Afonso – Crianças com presentes natalinos



Fonte: Memorial Chesf

Figura 62 – Clube Paulo Afonso – Festa natalina infantil



Fonte: Memorial Chesf

Outra forma de estimular as crianças eram as festas infantis realizadas em datas simbólicas, como Dia das Crianças, Natal, Dia do Estudante. Na figura 62, as professoras e as crianças participam de festa natalina; trajes sociais e a descontração do grupo, crianças exibindo o refrigerante, tudo realizado com fins pedagógicos.

Figura 63 – Clube Paulo Afonso – Diretores da Chesf e bandeirantes (1953)



Fonte: Memorial Chesf

A presença de diretores da Chesf em atividades escolares dava um tom solene aos eventos. Configurava o reconhecimento simbólico que a direção institua à escola, prestigiava a comunidade educacional. Na figura 63, o presidente da Chesf na primeira gestão, Antônio José Alves de Souza, e o diretor-técnico Marcondes Ferraz assistem à apresentação de alunas no Clube Paulo Afonso. Os trajes dos presentes indicam o caráter solene dos eventos escolares. As mulheres de roupas sociais, os diretores de ternos. Um grupo de alunas bandeirantes vestidas elegantemente a rigor.

5.2 RITOS ESCOLARES

O espírito patriótico era incentivado através de diversas atividades escolares. O hasteamento da bandeira diariamente foi instituído desde o início de funcionamento das escolas no acampamento. Cantar o Hino Nacional e acompanhar o hasteamento da bandeira foram ritos instituídos desde o princípio das atividades educativas. Geralmente, no início do turno escolar era solenemente realizado esse ritual²³⁰.

O rito do hasteamento da bandeira era repetido em todos os eventos cívicos²³¹ e atividades com a presença de autoridades. Esse rito integrava os planos de atividades curriculares de todas as unidades escolares. Nesse ato, procurava-se inculcar no aluno o respeito à bandeira e o sentimento de nacionalidade: amar a pátria.

Nas datas cívicas nacionais, não apenas a comunidade educacional escolar participava desses eventos. Diretores da companhia, lideranças políticas, religiosas, comunitárias entre outros também se faziam presentes.

Na imagem (figura 64), o rito da bandeira realizado no pátio de uma unidade escolar em celebração à data de 1º de maio. Esse rito envolvia pessoas de todas as faixas etárias. Era frequente em casos de datas nacionais o hasteamento ser acompanhado por uma banda de música. Os discursos de autoridades e lideranças educacionais foram parte do roteiro solene.

²³⁰ No programa curricular do Ginásio Paulo Afonso, consta como primeira atividade realizada diariamente pelos alunos o canto do Hino Nacional e o hasteamento da bandeira (GINÁSIO PAULO AFONSO. RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. HORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 1963. ANEXOS).

²³¹ Nas datas cívicas, as escolas realizavam atividades, como: murais, concursos, palestras, hasteamento solene da Bandeira Nacional, desfiles cívicos, gincanas, jogos, festivais. As principais datas cívicas que faziam parte do calendário escolar: Dia do Soldado, Dia do Trabalhador (1º de Maio), Semana da Pátria, Dia da Bandeira, Semana do Trânsito, Emancipação Política de Paulo Afonso (28 de julho), Independência da Bahia (2 de julho), Festa de São Francisco, Páscoa dos alunos e professores, Campanha da Fraternidade, Independência do Brasil.

Pensando os ritos escolares, Magalhães (2017, p. 14) diz que:

Rito, teatro, jogo, festa, eis uma sequência conceptual que forma uma estrutura hierárquica no campo educativo. São representações que contém uma ordem de processos, atividades, manifestações, acções que, não correspondendo d forma directa, ao mundo escolar e à instrução, compõem o sociocultural educativo. Dando corpo a relação entre educação e sociedade, mediada por regras e transformações nos grupos e nos indivíduos, aqueles conceitos contém uma semântica na combinatória que os articula e na especificidade de cada um deles.

Figura 64 – Vila Operária – Alunos no hasteamento das bandeiras do Brasil e da Bahia (1963)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 65 – AG – Administrador-geral (engenheiro Múcio Lacerda) –
Comemoração de Primeiro de Maio de 1963



Fonte: Memorial Chesf

Os ritos em Forquilha foram reforçados pelo trabalho disciplinador realizado por grupos de escoteiros e bandeirantes²³². Na figura 66, alunos e professores organizados para participarem de solenidade. A Bandeira Nacional carregada por um aluno e a completa ordem organizacional do grupo. Meninos e meninas participavam desses grupos.

²³² Grupos de escoteiros e bandeirantes foram criados em Forquilha/Paulo Afonso tendo grande adesão dos alunos. Professores e professoras das escolas da Chesf organizaram diversos grupos. Na Vila Poty, também foram criados grupos de escoteiros.

Figura 66 – Ginásio Paulo Afonso – Alunos, escoteiros e bandeirantes (1953)



Fonte: Memorial Chesf

Souza analisou o programa de educação cívica proposto para as escolas de São Paulo. Segundo seu estudo (SOUZA, 2009, p. 81), o objetivo do ensino cívico considerava

relevante desenvolver sentimentos e hábitos, cultivar valores morais desejáveis, tais como: respeito, ordem, disciplina, abnegação, tolerância, amor ao dever, apreço ao trabalho, frugalidade, o bom emprego do tempo, probidade, sinceridade, autocontrole, decência, lealdade, caridade, amor à pátria. Para tanto, o melhor método seria o exemplo, a ação prática do mestre [...].

Esses eram objetivos da educação instituída no período republicano. A escola tinha a função de formar o cidadão.

Figura 67 – Escola Chesf – Alunos perfilados (1958)



Fonte: Memorial Chesf

A ordem e a disciplina foram ritos instituídos das mais diversas atividades. Na figura 67, estudantes em posição de sentido antes de entrarem para as salas de aula.

Figura 68 – Escola Chesf – Alunos na biblioteca (1958)



Fonte: Memorial Chesf

Ordem e disciplina também estavam presentes nas atividades, como estudos na biblioteca. Nas figuras 68 e 69, nota-se as filas organizadas para o acesso ao livro. Essa atividade requeria também silêncio e concentração. Os ritos escolares foram se constituindo de diversas formas.

Pelas evidências das imagens, as escolas constituíam o saber como símbolo da cultura, desenvolvendo um programa de formação geral, incentivando *habitus* de uma cultura literal, disseminando a cultura escrita e as ciências sociais e naturais. Em geral, os ritos constituíam um amplo programa com fins de instituir nos alunos uma cultura escolar.

Figura 69 – Escola Chesf – Rito escolar do *habitus* de leitura (1961)



Fonte: Memorial Chesf

De acordo com Souza (2009, p. 92), “A crença na educação popular, ideal iluminista e liberal, que atravessou os séculos XIX e XX, vinculou o conhecimento à concepção clássica de cultura, a mesma que opunha a cultura à incultura, o saber à ignorância, as luzes ao obscurantismo, a civilização à barbárie, como nos lembra Chartier (2005)”.

As escolas da companhia instituíram ritos solenes e públicos de formatura desde a alfabetização aos cursos profissionalizantes. Na figura 70, a turma de

alfabetização concluinte de 1958 participa desse rito de passagem para o ensino primário. O uso de indumentária e a posição dos alunos em cima do palco objetivava reforçar o mérito do feito. A figura 70 é a representação simbólica dos vencedores.

Figura 70 – Curso de Alfabetização – Formatura (1958)



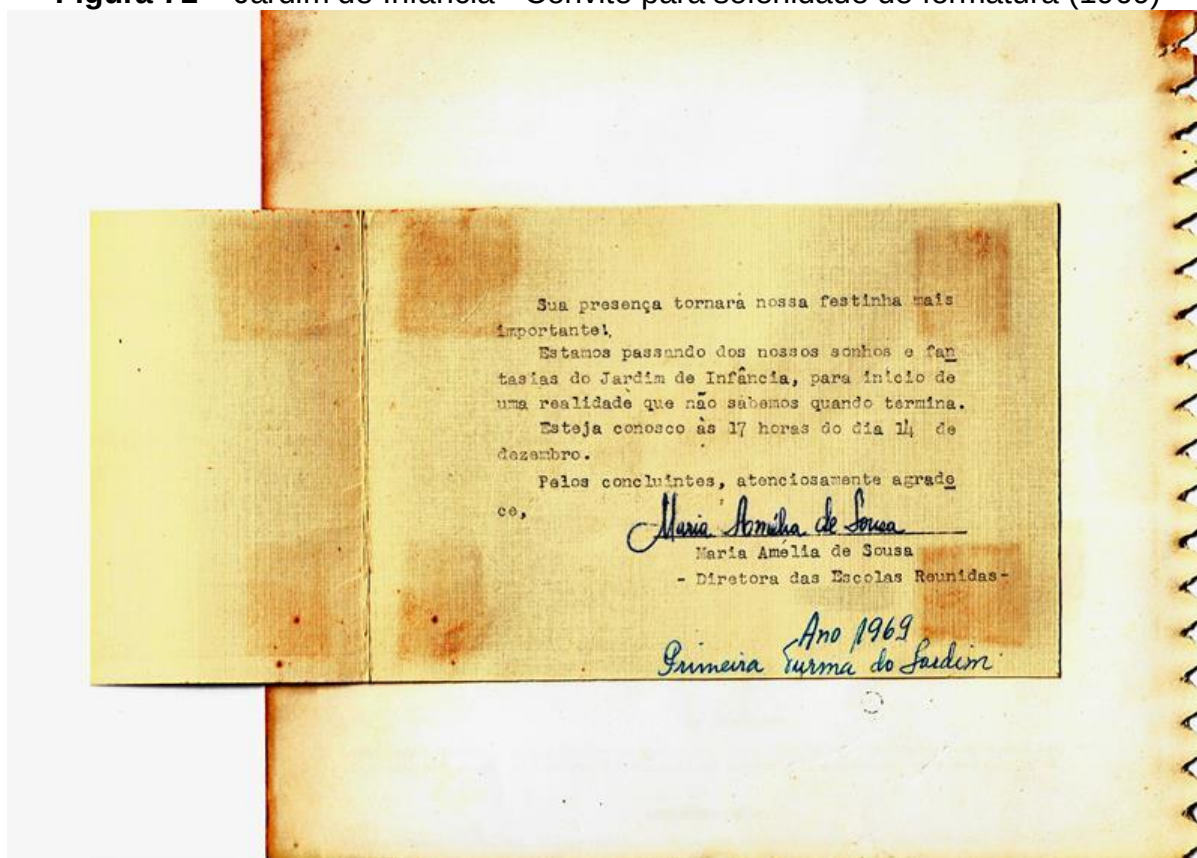
Fonte: Memorial Chesf

Para Magalhães (2017, p. 17), as cerimônias festivas de formatura consagravam-se como ritos.

Há cerimônias que, pela estrutura formal e sentido de consagração, tendem a aproximar-se e a ser conotadas como o rito. É o que sucede com as formaturas e com as manifestações festivas sazonais.

A escola deve ter o devido reconhecimento social; é a instituição responsável pelo ensino. Em Forquilha/Paulo Afonso, as cerimônias de formatura passaram a ter forte valor simbólico. Os eventos de formatura eram bastante esperados pela comunidade que deles participava.

Figura 71 – Jardim de Infância - Convite para solenidade de formatura (1969)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 72 – Copa – Alves de Souza (presidente da Chesf) – Curso de Corte e Costura – Diplomação



Fonte: Memorial Chesf

Os rituais de diplomação visavam reconhecer publicamente a cultura escolar e celebrar e valorizar o mérito do aluno. Esses ritos incentivavam o reconhecimento social da cultura escolar. Na figura 72, há a presença do presidente da companhia na diplomação das alunas do curso de Corte e Costura. A solenidade contou com uma exposição das roupas produzidas pelas alunas. Na composição da mesa, o rito tem tom solene.

As conclusões de ciclos educacionais escolares representavam um rito de passagem. É um terminar para recomeçar permanente do processo ensino-aprendizagem. A comunidade residente no Acampamento Chesf transformou esse momento de rito de passagem em grandes celebrações. O diploma (figura 73) representava o fim de um ciclo e o reconhecimento da sociedade. De posse dele, o aluno estava apto a iniciar uma nova etapa em sua vida.

A educação tem sido um campo de aplicação de ritos, podendo distinguir-se diferentes tipos rituais. Os mais comumente referenciados são os ritos de passagem, em regra associados à transição de um estágio para outro, consagrando mudanças, transformações, metamorfoses. Pela cerimonialidade, os ritos são aplicáveis a sistemas formais, como também a quadros informais, onde funcionam como fatores de sagração, posto que, usualmente, essas cerimônias são coletivas (CORSINI apud MAGALHÃES, 2017, p. 16).

Figura 73 – Copa – Curso de Corte e Costura – Alunas com diplomas (1953)



Fonte: Memorial Chesf

Até a visita de autoridades e aniversário da companhia eram transformados em eventos solenes carregados de ritos. Na visita do presidente Eurico Gaspar Dutra e no transcurso das comemorações do primeiro decênio da Chesf, na data de 15 de março de 1958, a empresa mobilizou os trabalhadores e alunos para os ritos solenes: discursos, missa, almoço, baile, homenagens, inauguração de placas; era o coroamento de uma primeira etapa da vida social no acampamento.

Figura 74 – Aeroporto de Paulo Afonso – Presidente Gaspar Dutra – Alunos desfilando (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 75 - Belvedere – Busto do presidente da Chesf, Alves de Souza – Homenagem dos estudantes



Fonte: Memorial Chesf

Os eventos alusivos ao decênio de criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco tiveram o valor simbólico da vitória coletiva no desafio de construir Paulo Afonso. Mas também nas transformações em curso nessa região. O desafio frente à geografia do lugar tinha sido vencido pela engenharia brasileira. Nesse contexto, pensar que “um contraste com a tradição é inerente à ideia de modernidade. Como já foi observado, muitas combinações do moderno e do tradicional podem ser encontradas nos cenários sociais concretos” (GIDDENS, 1991, p. 43).

Significa dizer que já estava em gestação a instituição da modernidade nessa comunidade.

A Diretoria que vem administrando a CHESF desde sua constituição foi objeto, nas comemorações do transcurso do seu primeiro decênio, de uma homenagem especial, altamente honrosa e altamente significativa dos sentimentos que unem aos seus dirigentes os empregados de todas as categorias, homenagem que reflete bem o espírito de solidariedade que congrega os componentes da equipe harmoniosa, que levou a bom termo, sob todos os aspectos, a grande e difícil obra de Paulo Afonso: cotizaram-se todos eles e mandaram construir, por sua conta, o magnífico monumento comemorativo, que foi erigido ao lado da Barragem Oeste, no meio de um belo jardim, monumento que os membros da diretoria da CHESF só conheceram no dia da sua inauguração. E nesse monumento inscreveram a

seguinte frase, que tão bem sintetiza o espírito que sempre orientou a CHESF: “A FÉ, A TENACIDADE, O SACRIFÍCIO E A UNIÃO TORNARAM REALIDADE O ANSEIO DE VÁRIAS GERAÇÕES” (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1959, p. 3).

5.3 *HABITUS* ESPORTIVOS E O CUIDADO COM O CORPO

A educação física²³³ e prática esportiva instituíram uma nova relação com o corpo e a saúde para alunos e moradores do Acampamento Chesf em Forquilha/Paulo Afonso. Nas escolas, a Educação Física fazia parte da grade curricular para meninas e meninos, embora em alguns anos letivos o número de aulas de Educação Física para as meninas fosse menor que para os meninos. Atividades esportivas foram incentivadas pela companhia junto aos trabalhadores.

No Ginásio Paulo Afonso²³⁴, em 1962, os meninos assistiam a três aulas de Educação Física, enquanto as meninas, apenas a uma. No ano letivo seguinte, aumentaram para duas aulas para as meninas. Os alunos do turno noturno eram dispensados da disciplina de Educação Física²³⁵.

²³³ Souza indica no seu trabalho *Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890 – 1976)*, que os estudos de Soares (1994; 1998), Vago (1999) e Neto (1997) revelam que a educação física foi introduzida no Brasil tributária das concepções do movimento ginástico europeu em sua versão disciplinar do corpo. Sobre esse corpo tomado como objeto discursivo, recaíram concepções sobre a moral, a saúde e a produtividade do trabalhador (SOUZA, 2009).

²³⁴ Até 1961, a diretora do Ginásio Paulo Afonso foi Neyde Cerqueira Lima. No ano letivo de 1962, respondeu provisoriamente pela direção o professor Carlos Veloso de Melo, que lecionava Matemática. Foi escolhido diretor Enock Pimentel Tourinho, pessoa de vínculo direto com a direção da companhia e um dos membros fundadores desse estabelecimento educacional. A secretária escolar era Darcy Maria Gonçalves. Nesse período, não consta o inspetor federal do Ensino responsável pelas escolas do acampamento.

²³⁵ Na grade de distribuição de disciplinas do Ginásio Paulo Afonso, consta o número de aulas de Educação Física para as meninas e para os meninos (GINÁSIO PAULO AFONSO. RELATÓRIOANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1962. QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS. ANEXO; GINÁSIO PAULO AFONSO. RELATÓRIOANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1962. QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS. ANEXOS).

Figura 76 – Educação Física – Alunas – Aula ao ar livre



Fonte: Memorial Chesf

Na figura 76, as alunas realizam atividades físicas no pátio da escola. Os movimentos indicados para as meninas eram harmoniosos. As atividades realizadas por elas eram separadas das dos meninos. Pela resta produzida na imagem, constata-se que a atividade estava sendo realizada sob o sol sertanejo. Das práticas esportivas realizadas pelas alunas das escolas da Chesf, tiveram bastante relevo em Paulo Afonso e no estado da Bahia as equipes de ginásticas artística e rítmica²³⁶. Era atração que chamava atenção nas exibições e competições que participavam.

²³⁶ O Relatório e Plano de Atividades produzido pelo SPEI em 1978 e 1979 apresenta um detalhado programa de educação física realizado e a ser executado pelas escolas da Chesf (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1979).

Figura 77 – Colégio Paulo Afonso – Olimpíadas Escolares – Criança – Símbolo Harmonia e Paz (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Desde o ensino pré-escolar, a experiência educacional desenvolvida pelas escolas da Chesf foi considerada modelo pelos resultados alcançados. A aprendizagem infantil foi reconhecida pela Secretaria de Educação e Cultura da Bahia e serviu de modelo para o programa educacional do Sesi-BA.

No Brasil, a educação física nos programas de ensino justificava-se pela sua função moralizadora, higiênica e patriótica (SOUZA, R., 2009), com finalidades morais e sociais da ginástica: prevenção dos hábitos perigosos da infância, meios de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos imprescindíveis à defesa da pátria (SOUZA, R., 2009).

Figura 78 – Ginásio Paulo Afonso – Times de futsal – Madrinhas (1952)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 79 – Colégio Paulo Afonso – Olimpíadas Escolares – Vôlei feminino (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Bourdieu (2011) trabalha a ideia de diferença e separação como fundamento da própria noção de espaço. São posições distintas que coexistem, anteriores umas às outras. Podem ter relação de vizinhança, distanciamento. Cabe, no caso, para analisar os agentes e diferentes grupos no Acampamento Chesf. Na constituição do espaço social, sua organização se deu de acordo com os dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural.

Essa diferenciação estava muito bem delineada nos espaços físicos e nas atividades sociais no interior do acampamento. No CPA, algumas atividades sociais eram realizadas pelos agentes detentores de capital cultural e econômico e se distanciavam em diversas práticas e *habitus* dos agentes que frequentavam o Copa. Os equipamentos esportivos, por exemplos, foram disponibilizados de acordo com o capital dos seus usuários. Vemos, por exemplo, a prática do pingue-pongue (figura 80) sendo realizada por técnicos e detentores de formação profissional média e superior. A princípio, era uma atividade desenvolvida por um grupo restrito.

Figura 80 – Clube Paulo Afonso – Jogo de pingue-pongue (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Ao analisar práticas esportivas desenvolvidas por burgueses ou pelas classes populares na França e no Japão, Bourdieu (2011) assinala que trabalha com os

conceitos de distinção e diferenciação para afirmar que esportes foram sendo apossados por grupos populares e vice-versa. Essas categorias nos ajudam com a análise do desenvolvimento e da instituição de práticas esportivas pelos diferentes grupos no acampamento.

Uma quadra de tênis foi construída no Clube Paulo Afonso, frequentado por agentes que tinham o *habitus* de praticar esse esporte, já que não era uma modalidade esportiva popular. No início, apenas um grupo de elevado capital cultural praticava esse esporte. Já a prática de futebol de campo era realizada pelos trabalhadores, principalmente de menor capital cultural. A construção do estádio de futebol (figura 81) ao lado do Clube Operário, localizado no bairro onde residiam os operários não qualificados, obedeceu a um ordenamento espacial dos equipamentos esportivos e a uma lógica do espaço, que funcionava de acordo com diferentes tipos de capital, econômico e cultural dos agentes ali residentes.

Figura 81 – Estádio Ruberleno Oliveira (atual Álvaro de Carvalho) – Atletas entrando em campo (1961)



Fonte: Memorial Chesf

O *habitus* da natação em piscinas era praticado por agentes da companhia detentores de alto nível de capital econômico e cultural. O custo de manutenção desse equipamento, por si só, já demonstra a intenção da empresa de ofertar ao seu corpo

técnico e superior qualidade de vida até então existentes apenas nos grandes centros. Os praticantes dessa atividade utilizavam trajes próprios para a prática da natação. Alguns também usavam bermudas e camisetas (figura 82). A prática dessa atividade era mais vivenciada como recreação e modalidade esportiva em competições.

Figura 82 – Clube Paulo Afonso – Piscina – Plateia e salto do nadador (1950)



Fonte: Memorial Chesf

O desenvolvimento desse conjunto de atividades esportivas e cuidado com o corpo em Forquilha/Paulo Afonso permitem pensar que o processo de consolidação do modo de produção fabril configurou, paulatinamente, uma clara distinção entre jornada de trabalho e tempo livre. No acampamento, estabeleceu-se uma nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à constituição de um novo conjunto de comportamentos, considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção. Essa parece ser uma questão relevante se quisermos compreender de forma mais apropriada e aprofundada, desde uma perspectiva histórica, a importância do que hoje chamamos de lazer. Abordar esse tema permite-

nos, do mesmo modo, lançar mais um olhar para o processo de construção do ideário e imaginário da modernidade.

Nesse sentido, o estilo de vida instituído no acampamento foi reconfigurado por grupos de moradores originários dos sertões do Nordeste, que passaram a desenvolver costumes tidos como civilizados e modernos.

5.4 ACAMPAMENTO CHESF E A DIVERSIDADE DE CAPITAL CULTURAL

Os eventos culturais e sociais desenvolvidos no acampamento são analisados a partir das fotografias e evidenciam alguns aspectos importantes para compreensão da instituição de novos *habitus* por essa comunidade. O São João, evento tipicamente característico da região Nordeste, foi incluído no calendário cultural das escolas, dos clubes e da própria companhia. Na figura 83, o presidente da Chesf acende uma fogueira, símbolo dessa festividade. Na imagem, algumas pessoas estão utilizando vestimenta característica dessa festividade. O presidente Alves de Souza e outras pessoas estão trajando terno, vestimenta destoante desse tipo de evento. Podemos pensar que são pessoas de lugares e culturas diferentes. O *habitus* de festejar o São João, festa tipicamente nordestina, não mobilizou todos os agentes e grupos do acampamento.

Figura 83 – Praça Gaspar Dutra – Presidente da Chesf, Alves de Souza, acendendo fogueira joanina (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Para Bourdieu (2011, p. 19), “[...] os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas”. No caso das dimensões econômicas e culturais no Acampamento Chesf, as diferenças entre os grupos, como entre os engenheiros e os trabalhadores não qualificados, foram tomando posições de intermediação do espaço das disposições (ou do *habitus*). Significa dizer que há sistemas de separações diferenciais nas propriedades dos agentes ou suas práticas e nos bens que possuem.

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 2011, p. 21).

Figura 84 – Clube Paulo Afonso – Festa joanina infantil (1951)



Fonte: Memorial Chesf

Já na figura 84, observa-se que as crianças participam dos festejos joaninos utilizando vestimenta característica. Chapéu de palha, camisa xadrez e bigode pintado para representar o matuto nordestino. Meninas de saia ou vestido xadrez. As escolas realizavam alguns desses eventos nos clubes do acampamento. Posteriormente, faziam nas suas próprias dependências. Aqui, as escolas desenvolveram o processo de aculturação, considerando que parte dessas crianças era de outras regiões do país, onde não se comemorava o São João.

Para Giddens (1991, p. 44),

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

Figura 85 – CPA – Clube Paulo Afonso – Festa joanina (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Na imagem da figura 85, observamos uma representação de um casal de matutos nordestinos; os dois caracterizados tipicamente. O inusitado é a presença de um jumento, animal utilizado para o trabalho na roça, símbolo no Sertão, levado ao clube como alegoria. Há, nessa imagem, um esforço para representar a cultura do Nordeste de forma alegórica.

Figura 86 – Clube Paulo Afonso – Festa carnavalesca infantil (1952)



Fonte: Memorial Chesf

O desenvolvimento de atividades culturais nas escolas da Chesf estava a cargo da disciplina Educação Artística. Aos seus professores, cabia a tarefa de montar grupos folclóricos, de teatro, de danças e conjuntos musicais para apresentações nos eventos cívicos e sociais. No caso do teatro, Magalhães (2017, p. 16) afirma que o desenvolvimento dessa prática está

Associado e tomado como meio educativo, o teatro distingui-se face ao rito e fez parte da formalização escolar, tendo-se desenvolvido como manifestação circum-escolar e sociocomunitária. O teatro dava curso à dramatização, como substituto e simulação da realidade, produto da experiência simbólica associada à representação de papéis e à configuração das personagens.

O conjunto de imagens dos eventos culturais desenvolvidos pelas escolas em Forquilha/Paulo Afonso demonstram a diversidade de atividades. Constituem uma importante chave de leitura sobre como as escolas desenvolviam essas atividades.

Figura 87 – Clube Paulo Afonso – Teatro estudantil (1958)



Fonte: Memorial Chesf

Os grupos culturais tiveram caráter de disseminar nos estudantes e nas comunidades mensagens educativas e religiosas. Na figura 87, alunos realizam apresentação para a comunidade. Na imagem 88, as alunas representam uma das mais fortes tradições do folclore nordestino, o Pastoril.

Figura 88 – Folclore nordestino – Pastoril infantojuvenil



Fonte: Memorial Chesf

Desde o início das obras, foram organizadas bandas de música compostas por funcionários e alunos (figuras 89, 90 e 91). As bandas realizavam apresentações nos desfiles cívicos, festividades e recepção de autoridades que visitavam Paulo Afonso. Na imagem da figura 89, a primeira banda formada por funcionários da companhia.

Figura 89 – Banda de Música Chesf – Apresentação no restaurante da companhia (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 90 – Escola de Música (antigo Alojamento dos Solteiros) – Integrantes do curso de música (1956)



Fonte: Memorial Chesf

O ensino de música foi instituído na educação brasileira, segundo Rosa de Souza (2009, p. 78),

Ainda como parte da educação física, a música e o canto foram indicados como conteúdos essenciais no programa de ensino Primário. [...] Como afirma Barbosa, “A música produz n’alma uma verdadeira cultura interior, e faz parte da educação do povo. Tem por efeito desenvolver os vários órgãos do ouvido e da palavra, adoçar os costumes, civilizar as classes inferiores, aligeirar para elas as fadigas do trabalho, e proporcionar-lhes um inocente prazer, em vez de distrações muita vez grosseiras e arruinadoras”.

Figura 91 – Escola de Música (antigo Alojamento dos Solteiros) – Alunos e integrantes do curso de Música



Fonte: Memorial Chesf

Ainda de acordo com Rosa de Souza (2009, p. 78),

[...] a cultura musical foi concebida para a escola primária tendo em vista seu caráter moral e utilitário. A evolução do ensino da música no Brasil ocorreu acentuando os valores cívico-patrióticos e a dulcificação dos costumes.

Além da música, as riquezas do nosso folclore e as belezas naturais eram cultuadas nos programas escolares. As escolas desenvolviam atividades que incentivassem o espírito de nacionalidade e o amor à pátria. Paulo Afonso, banhada pelo rio São Francisco, repleta de belezas e riquezas naturais, tem sua história contada como uma saga dos pioneiros da hidroeletricidade e da modernização do Nordeste. A história de Paulo Afonso ensinada nas escolas enaltece os pioneiros e estimula o sentimento de orgulho e amor à cidade.

Figura 92 – Clube Paulo Afonso – Índios Pankararu – Apresentação



Fonte: Memorial Chesf

Os eventos sociais constituíram-se atividades de integração entre os diversos agentes. As missas, festas nos clubes, eventos cívicos mobilizavam todos os segmentos da companhia. Nesses eventos, os trajes, as músicas, as bandas, as comidas iam constituindo um programa civilizacional e instituindo *habitus*. Tudo era

motivo de celebração. As visitas de “autoridades”, como os presidentes da República e ministros de Estado, transformavam-se em exibições da institucionalização de um novo modo de vida “moderno”.

Figura 93 – Clube Paulo Afonso – Apresentação do campeão de xadrez René Pratt (em pé de costas), 1952



Fonte: Memorial Chessf

O desenvolvimento da prática do xadrez pelos alunos nas escolas e trabalhadores foi incentivado no acampamento. Atividade considerada de alto nível de complexidade, a prática desse jogo foi apoiada por meio de competições nos clubes e como atividade recreativa nas escolas. Quanto à prática de jogos didáticos, Magalhães (2017, p. 17) diz que:

Há alguns jogos didáticos que, pela solenidade que envolvem, pela regularidade, pela repetição e pelo cunho transformativo, em termos individuais e de normalização social, são tomados como rito.

Figura 94 – Estudantes jogando xadrez



Fonte: Memorial Chesf

5.5 RITOS RELIGIOSOS

A diretoria da companhia desde o início das atividades em Forquilha estimulou a realização de ritos católicos no acampamento e canteiro de obras. O pároco dos municípios baianos de Jeremoabo e Glória, monsenhor José de Magalhães, ia com frequência realizar atividades religiosas a convite de integrantes da Chesf. Os eventos realizados pela empresa²³⁷ e das escolas eram celebrados geralmente com ritos religiosos. A Igreja Católica era tratada como se fosse religião oficial da Chesf. Na figura 95, uma missa campal é realizada para os operários em frente à Casa de Hospede.

²³⁷ Quando da conclusão de etapas das obras, como o término da concretagem da soleira da barragem móvel na metade do braço principal do rio, foi celebrada uma missa com o altar montado dentro da enscadeira (CIA. HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1954).

Figura 95 –Forquilha (Bahia) – Casa de Hóspedes – Missa campal



Fonte: Memorial Chesf

Pelos registros encontrados nos documentos oficiais da companhia, como os relatórios de atividades da diretoria, observa-se as crenças dos diretores no catolicismo. As práticas religiosas instituídas no acampamento fizeram parte do programa utilizado por diretores da companhia para profissão de fé.

A fé em Deus, a fé no valor e nos objetivos de grande obra cuja realização nos fora confiada, a fé em que poderíamos e deveríamos realiza-la dentro dos melhores critérios técnicos, econômicos e sociais, a fé no apoio que nos davam as autoridades do nosso País, a fé, a confiança recíproca entre dirigentes e colaboradores de todas as graduações, revestiu-nos a todos de couraça de tenacidade de sacrifício que nos levaram a vencer obstáculos, às vezes muito graves, que se antepuseram à nossa caminhada, que nunca teve paradas nem, muito menos, recuos. Unidos por esses sentimentos, realizamos a grande obra que se tornara o anseio de várias gerações, obra que está a serviço de uma grande área do Nordeste e do Leste do Brasil há mais de quatro anos e que está em rápida e ampla expansão (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1959, p. 3).

Havia duas igrejas católicas: a de São Francisco de Assis²³⁸, no acampamento, e a de Nossa Senhora de Fátima, na Vila Poty, onde residia o pároco pertencente à freguesia de Glória.

A construção da Igreja de São Francisco de Assis (figura 96) no centro do acampamento constituiu um símbolo da comunidade católica do lugar. No fim de 1953, o acampamento passou a ter assistência religiosa permanente através do capelão padre João Evangelista de Matos, que passou a exercer a função de pároco do Acampamento Chesf.

Figura 96 - Acampamento Chesf – Igreja de São Francisco – Torre em construção



Fonte: Memorial Chesf

O primeiro grande evento foi a celebração do fechamento do braço principal do rio São Francisco com um rito religioso católico. Também foi oferecido um almoço para os operários, familiares, diretores e convidados. Para além do êxito da

²³⁸ Com o crescimento populacional de Forquilha/Paulo Afonso e o surgimento de outros bairros, foram criadas novas igrejas católicas. Também surgiram as igrejas evangélicas. No entanto, nas primeiras décadas de existência do acampamento, não existiu nenhuma igreja evangélica no seu perímetro.

engenharia que domava a força do rio, o modo de viver no acampamento deveria ser testemunhado pelos que iam a Paulo Afonso.

[...] Diretores, engenheiros, funcionários de todas as categorias, mestres, operários, operários e numerosas pessoas das respectivas famílias assim como vários amigos, reuniram-se na Ensecadeira, no dia 4 de outubro de 1953, dia de São Francisco de Assis, e ali, durante a missa celebrada em altar erguido sobre a soleira, elevaram uma fervorosa prece a Deus de ação de graças pelo êxito alcançado em trabalho de tanta responsabilidade e de execução tão penosa (ALVES DE SOUZA, 1955, p. 30).

Figura 97 - Andor com imagem de São Francisco de Assis – Procissão (1950)



Fonte: Memorial Chesf

As procissões religiosas foram realizadas pela comunidade residente no acampamento com participação e apoio de diretores da Chesf (figura 97). Eventos religiosos, como Dia de São Cristóvão (padroeiro dos motoristas) e Novena de São Francisco de Assis (padroeiro de Paulo Afonso), contavam com a participação da comunidade e tinham o incentivo dos diretores da Chesf.

Figura 98 – Crianças realizam o rito católico da Primeira Comunhão (1962)



Fonte: Memorial Chesf

Nas escolas, as crianças eram estimuladas a realizar a primeira comunhão (figura 98). No currículo, aulas de ensino religioso. As obras de Paulo Afonso tinham o apoio da Igreja Católica. Frequentemente, a companhia recebia visitas de padres, seminaristas (figura 99) e bispos desejosos de conhecerem o empreendimento “civilizatório” de Paulo Afonso. Líderes religiosos de diversos lugares iam conhecer os feitos da Chesf. Uma dessas lideranças que visitaram Paulo Afonso foi o bispo dom Helder Câmara (figura 100), que, acompanhado de outros religiosos, foi recebido com todas as honrarias pela Chesf.

Figura 99 – Acampamento Chesf – Visita de padres e seminaristas (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 100 - Paulo Afonso – Visita de bispos (1961)



Fonte: Memorial Chesf

5.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA OS POBRES

O Artesanato Nossa Senhora de Fátima foi fundado com o propósito de educar e dar trabalho às mulheres desamparadas, viúvas, esposas e filhas abandonadas pelos pais ou responsáveis residentes na Vila Poty. Nele, trabalhavam aproximadamente 150 mulheres no ano de 1960 e a renda desse trabalho era utilizada para custear as despesas delas e suas famílias. Essa instituição funcionou de forma provisória em espaço cedido pelo Ginásio Paulo Afonso, até ser construída sua sede própria (figura 101) construída com recursos da Comissão do Vale do São Francisco. A manutenção dessa instituição foi realizada pela Chesf com o apoio da Comissão do Vale do São Francisco e da Legião Brasileira de Assistência (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1961).

O trabalho desenvolvido, além de ter o objetivo de ensinar uma atividade profissional as mulheres pobres, tinha função educativa: ensinar uma profissão as mulheres pobres.

Figura 101 – Artesanato na Travessa da Boa Edéia – Artesãs trabalhando



Fonte: Memorial Chesf

O que era produzido pelas participantes era comercializado em Forquilha/ Paulo Afonso e levado para venda no Rio de Janeiro. A iniciativa dessa ação social foi da senhora Marieta Marcondes Ferraz. O trabalho desenvolvido por essa instituição assistencial contou também com a participação das Irmãs de Caridade, que residiam numa residência anexa ao artesanato. Quando construída a sede própria dessa entidade, ela contava com duas salas para aula.

Figura 102 – Artesanato na Travessa da Boa Edéia – Artesãs trabalhando (1958)



Fonte: Memorial Chesf

Na figura 102, mulheres e crianças trabalham com palhas. O espaço lotado. Uma religiosa e um altar ao fundo. Essa ação tinha participação de irmandade religiosa. Os cursos de Corte e Costura eram profissionalizantes para as mulheres desempregadas. Na imagem da figura 103, uma sala de aula do curso de Corte e Costura. Duas crianças acompanham as aulas. As alunas com material sobre a mesa enquanto a professora explica no quadro de giz. Um manequim ao fundo. O espaço utilizado para sala de aula era pequeno e simples.

Figura 103 – Curso de Corte e Costura – Professora e alunas (1950)



Fonte: Memorial Chesf

5.7 A CULTURA CÍVICA EDUCANDO PARA A MODERNIDADE

A cultura moral e cívica foi desenvolvida através de amplos mecanismos em Forquilha/Paulo Afonso. Foi, junto com a educação religiosa, importante instrumento de instituição moral. O seu desenvolvimento tornou-se relevante no projeto educativo da Chesf. No desejo republicano de consolidar uma nova nação, o ensino de moral e civismo tinha objetivo de:

Desenvolver sentimentos e hábitos, cultivar valores morais desejáveis, tais como: respeito, ordem, disciplina, abnegação, tolerância, amor ao dever, apreço ao trabalho, frugalidade, o bom emprego do tempo, probidade, sinceridade, autocontrole, decência, lealdade, caridade, amor à pátria. Para tanto, o melhor método seria o exemplo, a ação prática do mestre: 'o caráter, a ação pessoal do mestre, é o eixo, é o segredo irresistível de toda a educação moral' (SOUZA, R., 2009, p. 81).

A educação cívica vinculava-se à educação patriótica. Os eventos cívicos realizados em Forquilha/Paulo Afonso expressavam a representatividade e o poder

simbólico desse tipo de atividade para a formação dos educandos. A direção da Chesf aliava-se as escolas na realização da educação cívica. O conjunto de imagens dos eventos cívicos realizados em Forquilha/Paulo Afonso indicam que teve um caráter bastante amplo. Funcionários da companhia, militares e sociedade eram mobilizados para participarem desses eventos. As comemorações das datas cívicas ocorreram dentro e fora do espaço escolar. Constituíram-se em grandes eventos as comemorações de datas como 1º de maio, 28 de julho (aniversário de Emancipação Política de Paulo Afonso) e Independência do Brasil.

Figura 104 – Presidente Dutra – Veículos e funcionários da Chesf prontos para desfile (1950)



Fonte: Memorial Chesf

A exibição das máquinas a desfilar no meio da Caatinga em 1950 (figuras 104 e 105), mais que impressionar a autoridade máxima do país que visitava as obras em Forquilha, representava o poder simbólico da modernização e do advento do progresso. Caminhões, caçambas e outras máquinas exibidas no desfile também parecem ser partes da estratégia de constituição da imagem que a companhia foi construindo de modernizadora do Sertão. Promotora do progresso e de um novo tempo. O tempo do progresso e da modernidade.

Figura 105 – Presidente Dutra – Rua da Gangorra – Veículos participando de desfile (1950)



Fonte: Memorial Chesf

Os desfiles de 7 de Setembro transformaram-se em eventos mobilizadores não apenas das comunidade do acampamento, mas também dos moradores da Vila Poty e arredores. Na figura 106, o pelotão de alunas estão em movimento uniforme e usam saia longa, blusa branca de mangas compridas, gravata, chapéu na cabeça e tênis brancos. Os trajes utilizados pelos alunos das escolas da Chesf nos desfiles configuraram um capítulo à parte desses eventos.

Figura 106 – Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Alunas (1956)



Fonte: Memorial Chesf

Figura 107 – Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunas do Curso Ginásial



Fonte: Memorial Chesf

Figura 108 – Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Trator, veículos e funcionários (1956)



Fonte: Memorial Chesf

As comemorações das datas cívicas dentro e fora da escola, como já dito, foram um dos recursos mais utilizados pela Chesf e pelas escolas²³⁹ para o desenvolvimento de sentimentos de amor aos feitos da própria companhia. Dos diversos eventos e ritos solenes instituídos pelas escolas e companhia em Forquilha/Paulo Afonso, os desfiles cívicos passaram a ter forte representatividade para essa comunidade. Além de mobilizar grande contingente de pessoas, constituiu-se numa representação da vida social e cultural de Paulo Afonso.

²³⁹ Foi instituído o Centro Cívico Escolar Olavo Bilac, órgão representante do corpo discente para realizar atividades de natureza cultural, científica, artística, esportiva e recreativa, e participar de campanhas e solenidades cívicas. Seu objetivo era cooperar na formação e aperfeiçoamento do caráter dos educandos. Atuou sob a coordenação da Diretoria do SPI e da sua diretoria.

Figura 109 – Pelotão de alunos(as) em posição de sentido



Fonte: Memorial Chesf

Figura 110 – Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunos



Fonte: Memorial Chesf

Figura 111 – Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Alunos (1958)



Fonte: Memorial Chesf

Na imagem 111, os pelotões realizam os preparativos antes de iniciar o desfile. As apresentações das bandas das escolas da Chesf nos desfiles cívicos eram atrações bastante esperadas pelo público. Na figura 112, a exibição da Banda Musical do Ginásio Paulo Afonso; uniformes de gala.

Figura 112 – Acampamento Chesf – Pátio da Feira – Desfile cívico da Independência – Banda musical de alunos



Fonte: Memorial Chesf

Figura 113 – Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Setor de Segurança – Guardas (1963)



Fonte: Memorial Chesf

Na imagem da figura 113, a guarda da Chesf apresenta-se em cima da carroceria de um caminhão e dá destaque aos seus integrantes. Coloca-os acima do público. No detalhe de suas roupas, um bracelete no braço direito. Todos de capacete. Um adereço de muito significado para a sociedade moderna é usado por quase todos os guardas: o relógio.

Figura 114 – Acampamento Chesf – Desfile do Dia do Trabalhador – Trator, veículos e funcionários (1963)



Fonte: Memorial Chesf

A exaltação da sociedade ao trabalho não passava em branco. O dia 1º de maio transformava-se numa festa cívica de celebração ao trabalho. Na figura 114, os veículos da Chesf desfilam com mensagens de apologia ao trabalho. A Chesf era o sinônimo da modernidade, do progresso e do trabalho. Os setores de trabalho nas obras exibiam-se para o público.

Figura 115 – Vila Poty – Desfile cívico da Independência – Militares do Exército (1963)



Fonte: Memorial Chesf

A Companhia de Infantaria do Exército de Paulo Afonso tinha participação especial nos desfiles cívicos. Na figura 115, um batalhão de integrantes do Exército desfila pelas ruas no acampamento.

Figura 116 – Acampamento Chesf – Desfile cívico da Independência – Pelotão de Honra do Ginásio Paulo Afonso – Bandeiras do Brasil e da Bahia



Fonte: Memorial Chesf

5.8 ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E A FORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE INDUSTRIAL

Na instituição de uma sociedade moderna, a educação escolar passou a ter função primordial, haja vista que:

O industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens (GIDDENS, 1991, p. 62).

A reforma²⁴⁰ do ensino nas escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco buscou atender aos objetivos do ensino técnico profissionalizante voltado para a indústria. Nesse sentido, o complexo educacional da Chesf direcionou seus objetivos para uma

otimização do uso de métodos e meios e, conseqüentemente, maior eficiência e produtividade. Nesse propósito as unidades escolares se inserem no novo contexto educacional que caracterizará o ensino em Paulo Afonso. O Sistema de Ensino Integrado traçou como objetivos melhores níveis de desempenho e rendimento escolar dos educandos. Constituiu de forma integrada aos objetivos traçados [...] (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1974).

²⁴⁰ A equipe contratada pela Chesf realizou de 1972 a 1974 estudos e apresentou proposta à Chesf para reformular o sistema de ensino até então adotado, de forma a atender às mudanças educacionais ocasionadas pela Lei nº 5.692/1971 e às necessidades da empresa. O plano proposto, após aprovado pela diretoria, foi encaminhado para avaliação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. No entanto, enquanto era avaliado pelo órgão educacional, as mudanças foram sendo implementadas já a partir de 1974. A equipe responsável pelo plano foi composta por: Manoel Carlos Formigli Souza, Ana Creuza Mendonça Barreto, José Carlos Alves Gallindo, Maria Albertina de Almeida Cerqueira Lima, Maria das Graças Cerqueira Leite, Maria do Socorro Bitencourt Pereira, Rocilda Gonçalves da Silva, Silvanda Netto de Souza, Vilma Bagdeve de Oliveira.

Figura 117 – CFPPA – Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso – Aula prática (1968)



Fonte: Memorial Chesf

As mudanças decorrentes da reestruturação do Complexo Educacional Escolar da Chesf em Paulo Afonso a partir de 1974 culminaram na integração do ensino entre o Colégio Paulo Afonso e o CFPPA na oferta de cursos de nível técnico em Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica. O Colepa, em parceria com o Hospital Nair Alves de Souza, passou a ofertar o curso de Auxiliar de Enfermagem e de Laboratório. Integrado com a Escola Rural e parceria com a Ematerba, Gerfab e SPAB, o curso de Agropecuária.

A reforma do ensino realizada pela Companhia Hidro Elétrica teve por objetivo:

- a) Manter a unidade do sistema, dinamizando, renovando, orientando, executando e avaliando o trabalho pedagógico e administrativo.
- b) Prover meios para o desenvolvimento integral do educando, utilizando a assistência psicopedagógica, religiosa, médico-odontológico, alimentar e social.

Quanto ao ensino escolar nas escolas da Chesf em Paulo Afonso, a reforma porpunha como objetivos para o Nível Pré-Escolar e Nível I (1ª a 4ª séries)²⁴¹:

²⁴¹ Na área de educação pré-escolar, a experiência educacional desenvolvida pelas escolas da Chesf foi considerada modelo pelos resultados alcançados. A aprendizagem infantil foi reconhecida pela

- a) Vivenciar o currículo de Atividades, oportunizando a formação de hábitos, habilidades e atitude que servirão de base para o desenvolvimento bio-psico-social do educando, favorecendo a continuidade nos níveis subsequentes.
- b) Atentar para as características psicológicas do educando que compõem o nível, oferecendo atividades condizentes com as mesmas.
- c) Oferecer currículo especial para alunos fora de faixa

Para Nível II e III (5ª a 8ª séries):

- a) Desenvolver o currículo de Área de Estudo, integrando os conteúdos afins e as áreas entre si, de forma que o educando perceba o conhecimento como um todo.
- b) Oportunizar ao educando a identificação de seus interesses e aptidão e o domínio de habilidades mínimas necessárias ao trabalho.
- c) Apresentar ao aluno oportunidades de experiência que o levem ao uso de pensamento lógico independente e à utilização adequada das habilidades intelectuais.
- d) Despertar no aluno a curiosidade e o interesse em relação às Artes, à Ciência e à Tecnologia, dentro de uma perspectiva humanística.

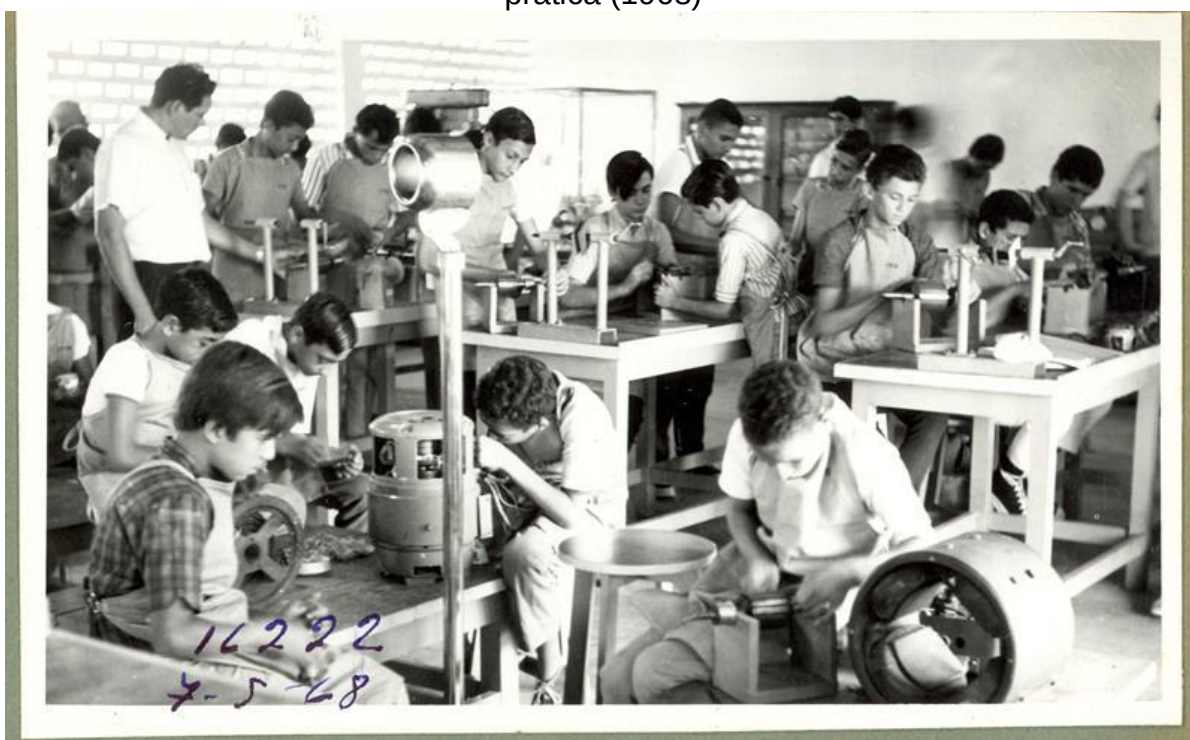
Para Nível de 2º Grau:

- a) Vivenciar o Currículo de Disciplinas, oportunizando o desenvolvimento da aprendizagem predominate sobre conhecimentos sistemáticos.
- b) Orientar o aluno na compreensão do valor social e econômico das atividades econômicas primária, secundária e terciária.
- c) Desenvolver o processo de encaminhamento do aluno para habilitação profissional compatível com suas possibilidades de auto-realização, atendendo-se às exigências do mercado de trabalho.

A instituição de um projeto educacional escolar pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco foi mais amplo do que pensaram alguns analistas da empresa. Se no primeiro momento da instituição escolar os dirigentes buscaram instituir o acesso

à escolarização com vistas à construção da nação e de um projeto, segundo eles civilizador, para a região, sem dúvida não podemos negar, no segundo momento, que a demanda por mão de obra especializada redirecionou o programa educacional da companhia. E, nesse aspecto, a Chesf foi uma grande escola de formação de técnicos para o setor de energia elétrica no Nordeste e no Brasil. No entanto, desde suas origens, esse projeto foi instituidor de cultura escolar, de *habitus*, ritos escolares e de mudança de estilo de vida.

Figura 118 – CFPPA – Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso – Aula prática (1968)



Fonte: Memorial Chesf

[...] O fato de que a Companhia conseguiu formar das massas de mão-de-obra não qualificada, dentro de pouquíssimo tempo, um contingente de especialistas nas matérias mais diversas, era considerado por engenheiros e funcionários altos, muitas vezes, um milagre" (HAUPTLI, 1995, p. 120).

Pensar o programa educativo instituído pela Chesf no Sertão apenas como formador de mão de obra é apequenar a dimensão e o seu significado social, cultural e educacional desse projeto. Só pelo número de escolas criadas, temos a dimensão da abrangência do processo de escolarização promovido nessa região do país, até então excluída de projetos educacionais para a maioria da população. O número de alunos que foram escolarizados nas diversas unidades é imenso. Mas a sua

grandiosidade está no que foi institucionalizado na sociedade, embora nem toda a população de Forquilha e região tenha tido acesso às escolas da Chesf. Mas essa é outra questão.

Figura 119 – Colégio Paulo Afonso – Professores e alunos



Fonte: Memorial Chesf

Finalizo, tomando emprestadas as palavras de Magalhães (2017, p. 22),

E se a escola da modernidade cumpriu o destino e, porventura, chegou ao fim, não deixará de haver escolas e cenas educativas. A escola é fator do humano e a humanidade não se cumpriu ainda.

A Chesf encerrou um ciclo de instituição educacional escolar na região do Sertão do São Francisco, mas os seus efeitos permanecem presentes nesta sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a instituição de escolas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) no acampamento instalado em Forquilha (atual cidade de Paulo Afonso-BA), na margem baiana da cachoeira de Paulo Afonso, região do Sertão do nordeste brasileiro.

A constituição dessa companhia esteve inserida no contexto do debate sobre o aproveitamento hidráulico do Vale do São Francisco para o desenvolvimento do Nordeste. Portanto, a sua instalação na margem baiana da cachoeira de Paulo Afonso para construir usinas hidroelétricas, gerar e transmitir energia esteve inserida no projeto de desenvolvimento econômico e social do país, sendo a primeira experiência de empresa estatal brasileira nesse segmento.

Para realizar a construção de usinas hidroelétricas aproveitando o potencial da referida cachoeira de Paulo Afonso, fez-se necessário construir um acampamento dotado de casas, hospital, clubes, mercado e escolas para atendimento dos operários, quadro técnico, de nível superior, diretores da empresa e seus familiares. Nesse sentido, a mobilização de grande contingente de profissionais de níveis técnico e superior detentores de elevado capital cultural para essa região sertaneja do Nordeste exigiu da empresa dotar o acampamento de infraestrutura capaz de oferecer qualidade de vida satisfatória para esses profissionais e familiares, tendo em vista ser essa região distante dos grandes centros urbanos e que não dispunha de infraestrutura que pudesse atender às necessidades básicas dos trabalhadores.

A instalação da Chesf e construção de usinas hidroelétricas em Forquilha/Paulo Afonso mobilizou grande contingente de pessoas de diversas partes do Brasil, especialmente dos sertões do Nordeste, que se fixaram na região ocasionando um processo de imigração de pessoas que chegavam em busca de trabalho e se fixaram nas proximidades do canteiro de obras.

Por outro lado, a Chesf promoveu um ambiente de entusiasmo em setores da sociedade brasileira crentes de que a companhia promoveria um surto de progresso nos sertões do Nordeste, principalmente na área castigada pelas secas e responsável por constantes migrações da população. Acreditava-se que ela promoveria melhoria nas condições de vida dessa gente e, conseqüentemente, atenuaria as dificuldades enfrentadas por essa população, inserindo-a na vida moderna.

Diante da precariedade nas condições de infraestrutura na região, a companhia teve que lançar mão de promover ações de saúde, educação, lazer, assistência social, infraestrutura etc. A distância da região para centros urbanos, como Salvador, Recife, Aracaju e Maceió, e a ausência de condições básicas para a realização do empreendimento foram exigindo da própria Chesf as soluções. Por outro lado, a precariedade das condições de vida da população que se instalava nas proximidades do acampamento construído para os trabalhadores e da ausência de infraestrutura, principalmente de saúde e educação, levou a companhia a desenvolver programas em diversas áreas, principalmente de assistência social.

Os planos de desenvolvimento do Vale do São Francisco a serem realizados com a criação e a instalação da Chesf não tinham caráter apenas de geração e distribuição de energia elétrica. Para alguns de seus criadores, a empresa deveria realizar um programa diversificado de desenvolvimento regional, assim como ocorreu no Vale do Tennessee através da Tennessee Valley Authority (TVA).

A Chesf implementou um programa de desenvolvimento econômico, e também social, nessa região do país e inspirou a criação de outras instituições estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que funcionaram como órgãos de desenvolvimento na região nordestina.

A Chesf passou a ser uma empresa estratégica no projeto de desenvolvimento industrial e de modernização do Nordeste. A construção das usinas hidroelétricas em Paulo Afonso foi a primeira experiência do Estado brasileiro nesse setor. O projeto de construção de usinas na cachoeira de Paulo Afonso ganhou dimensão nacional pelos desafios postos à engenharia brasileira e pela representatividade no projeto desenvolvimentista em curso no país. E por ser a energia insumo básico para a industrialização do Nordeste. Nesse sentido, o Clube de Engenharia realizou inúmeras atividades, como seminários e conferências com especialistas e autoridades governamentais, para discutir as obras de Paulo Afonso e o aproveitamento do Vale do São Francisco.

A chegada da Chesf a Forquilha, a instalação do acampamento, o envolvimento de grande número de trabalhadores nas obras de construção desse acampamento e das usinas, a fundação de hospital, clubes e a criação de escolas para os filhos dos funcionários imprimiram uma dinâmica social à região do Sertão do São Francisco,

estabelecendo nova configuração na vida dos sertanejos incorporados pela empresa no seu projeto de modernização para o Nordeste levado a cabo pelo Estado brasileiro.

A contratação de mão de obra em grande número e a chegada de pessoas à procura de emprego vindas de diferentes regiões, com maior número dos sertões do Nordeste, fizeram surgir em Forquilha duas comunidades: uma no acampamento da empresa, conhecido popularmente como Acampamento Chesf ou Cidade Chesf, e outra nas proximidades desse, chamada Vila Poty, comunidade extramuros, onde a dinâmica social foi se processando diferentemente da vida no interior do acampamento.

Forquilha, atual cidade de Paulo Afonso, desenvolveu-se na ambivalência de duas dinâmicas sociais perpassadas pelos binômios dentro/fora, tradição/modernidade, contrastada na vida social e estrutura urbanas dos dois núcleos populacionais.

No Acampamento Chesf, as casas eram dotadas de água e energia. Os espaços coletivos proporcionavam uma condição de vida diferente da vida para depois da cerca/muro. O acampamento foi construído com residências, áreas de lazer, hospital, equipamentos esportivos, feira livre, igreja e escolas. O acesso restrito, o estabelecimento de normas, a autonomia econômica e administrativa, o programa educacional exclusivo para os trabalhadores e seus dependentes estabeleceram, no Acampamento Chesf, uma dinâmica social e modos de vida próprios, um campo social.

A Vila Poty expandiu-se com ruas não planejadas, casas sem água, sem energia, sem escolas e infraestrutura precária. A população residente fora do acampamento e que não trabalhava na companhia não tinha acesso às escolas criadas pela Chesf.

O contraste dessas comunidades demonstrava a existência de dois “Brasis”: um de existência secular – o Sertão tradicional, com sua população vivendo em grande maioria da agricultura de subsistência, sem acesso aos serviços públicos, analfabeta e sob o sistema político do coronelismo (a Vila Poty); e outra que se inseria na modernidade, pelas mãos do Estado (o Acampamento Chesf).

No tocante à educação na zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso até a instalação da Chesf, a oferta escolar era realizada, em geral, pelos Estados e Municípios. A maioria da população não tinha acesso à escolarização, e, onde essa

era ofertada, a qualidade era precária. Além do mais, no caso das escolas existentes, eram baixas as taxas de matrícula e menor ainda de frequência. Em geral, o curso oferecido era de educação primária, ofertado em quatro anos nos centros urbanos e em três na zona rural de forma deficiente. Os professores, em sua maioria, eram leigos. Não existia em nenhum dos doze municípios da zona de confluência da cachoeira qualquer instituto educacional no período de instalação da Chesf.

Quando iniciou suas atividades, a Chesf, em parceria com o Senai, instalou no acampamento uma escola profissionalizante para capacitar trabalhadores para o desempenho de funções necessárias às obras, já que a grande maioria da mão de obra recrutada era formada por analfabetos oriundos dos sertões do Nordeste e que nunca tinham desempenhado funções que não de atividades agrícolas. Paralelamente, criou escolas de ensino primário e de educação para jovens e adultos. O ensino ginásial foi instituído por funcionários da empresa, tendo em vista que a companhia não tinha, inicialmente, a tarefa de ofertar à comunidade do acampamento essa modalidade de educação.

Para os engenheiros, o êxito de um projeto de modernização para o Brasil tinha como uma condicionante a educação do povo. Nesse sentido, participaram de movimentos de defesa da educação escolar como instrumento fundamental para o Brasil moderno; para alcançar as transformações necessárias com vistas à modernização e tendo a industrialização como base do novo modelo de desenvolvimento econômico que se instituiu no país a partir de 1930. Para conseguir avançar nesse processo de industrialização brasileira, tinha que escolarizar a população dando a ela formação capaz de enfrentar os desafios do novo mundo.

Quando foi constituída a Chesf, pensava-se que ela construiria apenas uma usina, Paulo Afonso I. Porém, a demanda de energia elétrica ocasionou a construção de um complexo de usinas. A cada novo empreendimento, a necessidade de contratação de mão de obra e, conseqüentemente, mais residências, mais infraestrutura social, mais escolas. A Chesf foi instituindo um projeto educacional escolar em Forquilha/Paulo Afonso em paralelo ao andamento das obras das usinas hidroelétricas.

Portanto, a criação de escolas pela Chesf esteve vinculada ao projeto de construção das usinas. As transformações socioculturais no meio rural sertanejo requereu atentar para os diversos contextos vividos pela companhia. Isso significa

compreender que havia vínculo entre a relação do projeto empreendido pela Chesf em caráter mais amplo na região do Sertão e a criação de escolas. O acesso às escolas da companhia era exclusivo aos filhos dos trabalhadores e negado à maioria do público de fora do acampamento. As exceções ficavam por conta das autoridades, que, mesmo não trabalhando na Chesf, conseguiam autorização para que seus filhos estudassem nas escolas da companhia.

Em certo momento, houve uma intrínseca relação do projeto educacional escolar institucionalizado no acampamento com o projeto da própria empresa de modernização econômica e social. Foi praticamente em caráter simultâneo ao projeto de expansão das usinas que foi se constituindo o projeto educativo. De certa forma, a ampliação do projeto das usinas necessitava da contratação de mais mão de obra. A chegada de trabalhadores com respectivas famílias demandava vagas nas escolas, consequentemente a ampliação do projeto educativo.

Ao longo de sua existência, a Chesf não foi uma empresa homogênea. Passou por mudanças de diretoria e de objetivos, de modo que essas também interferiram no projeto educacional escolar. As décadas de 1950 e 1960 foram de criação das unidades escolares. Os anos de 1970 e 1980, de ampliação e reestruturação do projeto educativo. Já as mudanças políticas e econômicas vividas no país no início da década de 1990 – refiro-me às transformações ocasionadas pela adoção de uma política econômica de caráter neoliberal – promoveram alterações no setor de energia e determinaram o encerramento do projeto educacional da Chesf em 2000.

Em 1972, por sugestão do grupo de trabalho constituído pela empresa para reformular o ensino nas suas escolas, foi criado o Serviço de Ensino Integrado (SPI). Esse órgão ficou subordinado ao Setor de Ensino e Treinamento (SPT). Sua finalidade foi a reestruturação organizativa das escolas e a direção administrativa e pedagógica do complexo escolar de forma integrada metodológica, administrativa e pedagogicamente em articulação com o SPT e com o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso.

Quando da criação do Serviço de Ensino Integrado (SPEI), passaram à sua coordenação as unidades educacionais existentes: Colégio Paulo Afonso (Colepa), Colégio Comercial 15 de Março, Escolas Reunidas da Chesf (Erpa) e Escola Rural Ministro Simões Lopes. As escolas reunidas compreendiam as escolas Adozindo

Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Alves de Souza, Escola Parque, Boa Ideia, Moxotó I e Moxotó II.

O projeto educacional escolar implementado pela Chesf passou por mudanças de objetivos. A principal foi em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 5.692/1971, que instituiu o ensino de 1º e 2º graus, e o ensino técnico-profissionalizante tornou-se objetivo da educação nacional. Com a nova LDB, o programa educacional instituído no acampamento da companhia voltou-se à formação técnico-profissionalizante, formando sua própria mão de obra.

Em 1974, a equipe de educadores contratados pela Chesf apresentou o plano de reestruturação das escolas. Propôs organizá-las como um complexo e funcionarem como sistema. As medidas propostas foram adotadas pela empresa e o pedido de reformulação, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação da Bahia. A partir de então, as escolas criadas pela Chesf em Paulo Afonso funcionaram como um complexo educacional escolar integrado. A nova equipe propôs e adotou novos métodos e técnicas de ensino inspirados nos princípios da Nova Escola.

Uma das mudanças no ensino diz respeito à integração dos antigos níveis primário e ginásial em um único ciclo de oito anos, que constituiu o 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos. O Setor de Ensino Integrado adotou para as escolas da Chesf a divisão do ensino em dois graus de acordo com a Lei nº 5.692/1971. O 1º grau dividido em níveis, sendo: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, consideradas nível I, 5ª e 6ª séries, nível II, 7ª e 8ª séries, nível III, além do 2º grau.

A partir de 1974, o SPI adotou um currículo profissionalizante nas áreas: Industrial, com os cursos de Mecânica, Eletrotécnica, Eletromecânica e Eletricidade; Comercial, com Contabilidade, Secretariado e Administração; Saúde, com os cursos de Enfermagem, Técnico-laboratorista - Análises Clínicas; e na área de Agricultura, com Agricultura, Agropecuária e Pecuária.

As medidas pedagógicas e administrativas mobilizadas pelas escolas visavam o alcance dos objetivos escolares. Muitas foram as estratégias e recursos utilizados com esse propósito: o desenvolvimento de experiência com educação pré-escolar; classes de aceleração para os alunos em atraso escolar; processos de avaliação diferenciados; diversos tipos de atividades didáticas; qualificação profissional; integração do corpo de funcionários e avaliação do sistema.

A convivência no acampamento de agentes com capital cultural diverso, trabalhadores, técnicos e dirigentes da Chesf que lá passaram a residir, promoveu a interação entre esses agentes e grupos. Assim, a vida cotidiana promoveu interações sociais, mudanças de atitudes e de pensamento. Foram instituindo-se significativas alterações no modo de vida dos indivíduos dessa sociedade. Principalmente dos que originalmente residiam no Sertão, que, adotando os ritos, *habitus* e regras que passaram a reger esse campo social (o acampamento), desenvolveram mudanças de comportamento e incorporaram novos *habitus*.

O complexo educacional escolar apresentou diferentes contextos na organização, funcionamento e objetivos educacionais. Inicialmente, objetivou a formação para a nação, regenerando o ser humano. Ou seja, as escolas no primeiro momento objetivavam a formação cívica e profissional. Foi promotora de assistência médico-odontológica, atividades cívicas, religiosas, culturais, sociais e esportivas. Foi instituidora de um programa de caráter modernizador. Esse projeto educacional escolar foi sendo ampliado e tomando novos contornos. Buscou atender, no contexto da sociedade industrial em desenvolvimento e da legislação educacional, aos objetivos da empresa, formando mão de obra para a própria companhia e, em caráter mais amplo, para o setor de energia elétrica do país em franca expansão no período.

Ao longo de meio século, consolidou-se um processo de aculturação da população sertaneja via escolarização. As escolas criadas pela Chesf institucionalizaram um conjunto de valores e atitudes moldados a partir das ideias de modernidade que levaram à incorporação de formas de pensar e agir.

Considerando a interação da escola com o meio social, essas transformações no modo de vida tiveram caráter mais amplo. As escolas foram construídas em espaços amplos e arquitetura moderna. As escolares desenvolveram atividades de caráter social e de integração dos alunos. Nessa estratégia de estabelecer a integração da comunidade chesfiana, as atividades recreativas e de lazer funcionaram no acampamento no sentido de estabelecer um sentimento de pertencimento. As atividades premiavam os melhores buscando incentivar o desempenho e ao mesmo tempo instituir nos alunos a competição e o desejo de buscar os melhores resultados.

Os grande número de alunos atendidos nos programas de assistência ao educando dão conta da dimensão que o projeto escolar da Chesf foi tomando. Programa de merenda escolar atendia diariamente os educandos com o serviço de

refeições. O programa de caixa escolar prestava assistência social fornecendo blusas ou camisas, calças, shorts, congas (“sapatos”) e empréstimos de livros. A assistência médico-odontológica atendia os alunos realizando remoção de focos, restauração geral, profilaxia, raspagem de tártaro, aplicação tópica de flúor. A biblioteca desenvolvia o incentivo à prática da leitura e empréstimos de livros. O centro cívico realizava atividades culturais, científicas, artísticas, esportivas, recreativas, com destaque para os eventos cívicos.

Quando entraram em funcionamento, as escolas primárias tinham no seu quadro funcional professoras normalistas formadas, em geral, em capitais do Nordeste ou cidades de médio porte. As professoras primárias recebiam salários acima da média do que era pago na região, além de incentivos, como moradia.

Se para o ensino primário a companhia não teve maiores dificuldades para a contratação de professoras, o mesmo não ocorreu com os ensinos ginasial e secundário. Nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Paulo Afonso, os professores e professoras do ensino ginasial eram funcionários da empresa que realizavam o trabalho docente voluntariamente.

A presença de grande número de engenheiros no acampamento, detentores de capital cultural elevado, foi fundamental para a institucionalização de um programa educativo pela Chesf. O curso ginasial e os cursos técnicos contaram com o empenho desses profissionais. Lembremos que a legislação educacional vigente no período obrigava as empresas a implantar o ensino primário. No caso da instituição do ensino ginasial, foi iniciativa dos funcionários. Posteriormente, a empresa assumiu a manutenção dos ensinos secundário e técnico profissional.

Pelas características do empreendimento – das obras de engenharia e geração de energia elétrica –, fazia-se necessário um corpo técnico de alto nível para tocar as obras e a manutenção das usinas. Foi contratado um conjunto de profissionais detentores de capital cultural e a Chesf passou a contratar também professores habilitados voltados especificamente para a missão educacional. Paulatinamente, o quadro de profissionais da educação atuando nas escolas da empresa foi quase que integralmente formado por pessoas com formação no campo educacional.

A educação escolar foi sendo instituída no Acampamento Chesf em função, principalmente, da ação dos engenheiros que assumiram para si o papel de treinar trabalhadores e educar seus descendentes. No caso de Forquilha/Paulo Afonso, o

projeto de nação e de modernização do país levado a cabo pelas mãos desses profissionais. Eles assumiram a função de ensinar, já que, no início de constituição das escolas, havia dificuldades para contratar professores formados. Nos primeiros anos de funcionamento do ginásio, coube aos técnicos e funcionários de nível superior da Chesf assumir as disciplinas do curso ginasial.

A reformulação do ensino no acampamento ocasionada pela necessidade de adequação e reestruturação do ensino com base na Lei nº 5.692/71 levou a companhia a recrutar grande número de profissionais da educação para atuarem nas escolas do Acampamento Chesf. A década de 1970 significou, do ponto de vista dos profissionais da educação das escolas da Chesf em Paulo Afonso, o momento em que todo o quadro educacional foi organizado com professores devidamente qualificados.

Foi constituída uma equipe técnica educacional voltada especificamente para elaborar uma proposta de reestruturação do projeto educativo da Chesf. Para essa tarefa, foram contratados profissionais de diversas áreas do campo educacional.

Quando de sua fundação até o fim da década de 1960, a companhia ofertou o ensino nas modalidades de Educação Infantil, Primária, Ginasial, Secundária, Educação de Jovens e Adultos e Profissionalizante. Com a aprovação da Lei nº 5.692/71, o complexo educacional escolar foi reestruturado e as unidades passaram a ofertar, a partir de 1974, o ensino de 1º e 2º Graus, sendo essa segunda modalidade de Ensino Técnico Profissionalizante (curso de nível técnico em Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica, Auxiliar de Enfermagem e de Laboratório, Técnico em Agropecuária e Técnico em Contabilidade), responsável pela formação técnica de várias gerações de alunos e pela institucionalização de uma cultura escolar com vistas à modernização.

Na medida em que o processo de escolarização foi avançando, mudanças foram sendo promovidas decorrentes de alterações na legislação educacional e dos objetivos educacionais das escolas da companhia, o que exigiu, para atuação no ensino, a contratação de profissionais da educação com formação nas respectivas áreas de atuação, o que resultou, a partir do fim da década de 1970, na constituição de um quadro de profissionais da educação de alto nível, portadores de capital cultural elevado, que, passando a residir no acampamento da empresa, exerceu forte papel na formação educacional dessa comunidade.

Nesta pesquisa, levantei a hipótese de que, quando da implantação da Chesf no Sertão do Nordeste brasileiro para a construção da Usina Paulo Afonso, embora essa empresa tenha construído um acampamento em Forquilha em 1949 e dentro desse implantado escolas primárias e profissionalizante (Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Alves de Souza e Escola Delmiro Gouveia e Senai), a direção da companhia não tinha o objetivo de implantar um projeto educacional escolar mais amplo. Hipótese essa confirmada, haja vista que foi decorrente da demanda crescente de energia na região Nordeste o que ocasionou a expansão do projeto de construção de novas usinas em Paulo Afonso, que, por sua vez, teve como consequência a demanda de contratação de grande contingente de trabalhadores, técnicos e dirigentes que passaram a residir em Forquilha/Paulo Afonso, exigindo também infraestrutura educacional. Também em razão da falta de mão de obra especializada para atuar no setor de energia elétrica que se encontrava em franca expansão, a Chesf instituiu um programa educacional e de formação técnica-profissional, passando então a formar profissionais para atuarem nesse setor.

Esse processo de ampliação de usinas levou a empresa a lançar mão de capacitar, formar e educar trabalhadores e seus filhos e, portanto, instituir um projeto educativo para além da oferta dos ensinos primário e ginásial. Por outro lado, a demanda social de grupo detentor de capital cultural de um lado e o fato de a empresa ampliar suas ações no campo social desenvolvendo uma programa civilizatório na região, adicionada à necessidade de formação de seu corpo técnico, foram determinantes para a instituição do programa educativo da Chesf.

Na medida que ela passou a organizar um projeto educacional escolar em Forquilha/Paulo Afonso, embora o seu funcionamento estivesse submetido à legislação e à regulamentação educacional do Estado da Bahia, do ponto de vista financeiro, pedagógico e administrativo, esse projeto era relativamente independente do Município e do Estado. A Chesf era mantenedora e definidora dos seus objetivos político-pedagógicos. Como empresa de economia mista controlada pelo Governo Federal, estava alinhada com um projeto de Estado-Nação. Nesse sentido, as escolas também, pois tinham por objetivo regenerar, formar o cidadão, civilizar, modernizar a economia e a mão de obra (técnicos). As escolas da Chesf tinham por objetivo formar o homem novo, na perspectiva dos ideários iluministas e da Revolução Francesa.

Esse processo de escolarização não incluía a população da Vila Poty, comunidade que se formou nas proximidades do acampamento, e que, excluída do projeto educacional da Chesf, foi atendida posteriormente por escolas criadas pelo Município de Paulo Afonso, Governo da Bahia ou por instituições religiosas e filantrópicas. Para os moradores da Vila Poty, a dinâmica educacional processou-se de modos diferentes dos que residiam no Acampamento Chesf em natureza e ritmo.

Considerando que a história do Sertão até certo momento foi por séculos a história quase imóvel, de lentas transformações, ao menos até a instalação da Chesf, ela promoveu mudanças de forma acelerada na zona de confluência da cachoeira de Paulo Afonso. Tais transformações foram processadas na natureza, no homem e na sociedade. A modernização implantada no Sertão foi institucionalizada pela educação escolar, que ditou ritos escolares para a comunidade estudantil, mas também em dimensões mais amplas na sociedade.

O espírito patriótico era incentivado através de diversas atividades escolares. O hasteamento da bandeira diariamente foi instituído desde o início de funcionamento das escolas no acampamento. Cantar o Hino Nacional e acompanhar o hasteamento da bandeira foram ritos instituídos desde o princípio. As conclusões de ciclos educacionais escolares em Forquilha/Paulo Afonso representavam um rito de passagem. Um terminar para recomeçar o processo ensino-aprendizagem. A comunidade residente no Acampamento Chesf transformou esse momento de rito de passagem em grandes celebrações. Da mesma forma, eram bastante representativos nessa comunidade os ritos religiosos instituídos para as crianças, jovens e adolescentes, como Primeira Comunhão.

A aquisição de novos *habitus* instituiu modo de vida moderna que se confrontava com a normalidade da natureza social no Sertão tradicional, marcado pela tradição e de transformações em tempo lento. As escolas institucionalizaram uma modernidade irreversível no Sertão. Um novo modo de vida se estabeleceu em definitivo e a escola foi a instituição que a instituiu. A criação de um complexo educacional pela Chesf instituiu, no Sertão do São Francisco, a cultura escolar. As instituições educativas foram instituidoras de ritos escolares modificadores de contexto sociocultural para o Sertão em seus aspectos mais amplos no campo educacional. A ideia da institucionalização do educacional escolar implantado na região pelas escolas da Chesf era, para além do que se apresentava como fins

educacionais dessas escolas, torná-las essencialmente uma comunidade cultural-educativa. Visou formar o ser humano, dando-lhe uma cultura integral e cuja tarefa foi formar o homem de determinada nação, de determinado meio social e época histórica. Reconstruir essa história pelo caminho da História da Educação foi o objetivo desta pesquisa.

No acampamento, estabeleceu-se uma nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à constituição de um novo conjunto de comportamentos, considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção. Os eventos culturais e sociais desenvolvidos pelas escolas evidenciam aspectos importantes para análise da instituição de novos *habitus* para essa comunidade.

O complexo de escolas da Chesf em Paulo Afonso era formado pelas seguintes unidades educacionais: escolas Adozindo Magalhães de Oliveira, Murilo Braga, Delmiro Gouveia (Senai), Alves de Souza, Parque, Moxotó Alagoas, Moxotó Bahia, Boa Ideia, Escola Parque, Escola Rural Ministro Simões Filho, Colégio 15 de Março, Ginásio Paulo Afonso (posteriormente Colégio Paulo Afonso) e Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso. Essas escolas ofertavam as modalidades de ensino (educação infantil, ensinos primário e ginásial, transformados em ensino de primeiro grau, ensino secundário, transformado em ensino de segundo grau, educação de jovens e adultos, científico e cursos técnico-profissionalizantes). O complexo escolar chegou a ter mais de sete mil alunos matriculados por ano.

O acervo documental dessas escolas comportou analisar diversos aspectos das escolas da Chesf. Conhecer o histórico de cada unidade educacional, as modalidades de educação ofertadas, profissionais envolvidos, número de alunos, proposta político-pedagógica, formas de avaliação da aprendizagem etc., de maneira que abordamos individualmente cada uma das instituições educativas constituídas no acampamento e ao mesmo tempo buscando compreendê-las como parte integrante de um complexo educacional que funcionou como um sistema educativo dentro do acampamento.

A documentação levantada por esta pesquisa constitui um farto conjunto de fontes que possibilitará que outros estudos possam ser realizados sobre diversos aspectos relacionados ao projeto educativo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, trazendo a lume novas contribuições para a História da Educação. Nessa

perspectiva, alguns aspectos que entendo serem merecedores de futuros estudos dizem respeito à trajetória das professoras primárias dessas escolas; o processo de reestruturação do projeto educativo da Chesf, iniciado em 1972, que significou uma mudança de objetivos do programa de ensino da companhia; um estudo sobre o Ginásio Paulo Afonso, posteriormente Colégio Paulo Afonso, como instituição educativa que funcionou como unidade núcleo das escolas no acampamento; o Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso, instituído com recursos da Sudene e montado em parceria com o governo francês; a relação das escolas da Chesf com o Ensino Agrícola e Industrial; e os impactos do acordo MEC-Usaid no projeto educativo da Chesf em Paulo Afonso são alguns temas e objetos que merecem ser analisados e cuja documentação dá conta de análise desses aspectos.

Sem dúvida, a documentação já levantada e catalogada e agora disponível para os pesquisadores é um forte estímulo a quem deseja estudar esse projeto educativo de grande significado para a região do Sertão do São Francisco e o e região Nordeste.

Nesse sentido, também a produção de imagens como estratégia da empresa para divulgação das suas ações no Sertão constitui uma documentação iconográfica. Foram produzidos em abundância filmes e fotografias, tanto por fotógrafos e filmadores contratados pela própria companhia, como por terceiros, como engenheiros e jornalistas etc. Se a companhia fez uso dos recursos iconográficos para divulgar as suas realizações às margens da cachoeira de Paulo Afonso, objetivando por realizar a produção de uma imagem do Sertão moderno contrapondo-se à imagem do Sertão tradicional, atrasado, terminou por constituir um relevante conjunto de imagens. Por meio da iconografia produzida, podem ser analisados o cotidiano do acampamento, as atividades socioculturais, como chegada de autoridades, bailes, carnaval, São João, desfiles cívicos, eventos religiosos, enfim, a vida dos moradores foi fartamente registrada pelos fotógrafos da Chesf.

A opção pelo uso das fotografias nesta pesquisa segue a linha das novas abordagens da História da Educação a partir da história cultural, que faz uso de novos tipos de fontes e de abordagens. Justifica-se também por considerar o valor simbólico de retratar os mais diversos momentos da institucionalização da educação escolar instituída pela Chesf no Sertão do São Francisco através de imagens. O farto registro fotográfico da arquitetura escolar, eventos cívicos, culturais, esportivos, fardamento

de professores e alunos, bibliotecas etc. são parte de um conjunto de imagens da vida escolar no acampamento. Nessa teia, documentos escritos e imagens se complementam no enredo da argumentação e análise da institucionalização do educacional escolar através de *habitus* e ritos escolares instituídos na comunidade do Acampamento Chesf.

Cabe ainda dizer que há uma vasta produção acadêmica sobre aspectos relacionados à Chesf e às usinas de Paulo Afonso em aspectos mais gerais, principalmente nas áreas de engenharia, economia e administração. Entretanto, poucos são os estudos sobre o projeto educacional da Chesf.

Encontrei no campo da História da Educação alguns trabalhos com abordagens diferentes da que realizei: a pesquisa intitulada *A Educação, Estratégia de Poder: SPEI – Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, As Doutrinas de Segurança Nacional na Área de Ensino*, de Cecília Maria Bezerra de Oliveira, que analisa as representações das políticas públicas educacionais do regime de exceção político-militar (1972-1985) no âmbito das diretrizes de segurança nacional, tendo como objeto o Sistema de Ensino Integrado de Paulo Afonso (SPEI), instituído pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco é uma importante contribuição à História da Educação. Outro trabalho, como o de Rudolf Hauptli, em História Geral, intitulado *Pioneiros do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Fase pioneira, expansão e mudança (1948-1974)*, traz um subcapítulo sobre as escolas da Chesf e inclui aspectos gerais da educação em Forquilha/Paulo Afonso. E o trabalho de Antônio Marcos Lima de Oliveira, intitulado *A Cidade de Paulo Afonso, 1948-1985: As Espacializações do Trabalho, do Controle e das Lutas*, embora esteja situado no campo da arquitetura, traz aspectos relacionados às escolas.

O levantamento dos trabalhos até então realizados sobre as escolas da Chesf demonstra que, pela importância e seu significado, muito pouco foi estudado, o que já coloca esta pesquisa como importante para o campo da História da Educação. A representatividade desse projeto educacional para o Nordeste deu-se nas dimensões qualitativas e quantitativas. As escolas da Chesf foram consideradas modelo pelo Conselho de Educação da Bahia. O ensino era considerado de qualidade, sendo referência na região Nordeste.

Considerando o período de 51 anos de atividades educativas, podemos dimensionar a quantidade de alunos que foram atendidos.

As mudanças políticas no país no início da década de 1990, com a eleição e posse de Fernando Collor de Mello na Presidente da República, ocasionaram mudanças na política de governo, com a adoção dos princípios da política econômica neoliberal. O Governo Federal, ao implementar o Plano Nacional de Desestatização, afetou o setor de energia no país. A Chesf, seguindo a política do Governo Federal, foi reestruturada para atender aos interesses do setor privado (mercado) e iniciou a retirada de investimentos nas áreas sociais. O projeto educativo instituído pela companhia desde sua implantação foi uma das áreas mais atingidas por tais medidas. Deu-se início ao processo de encerramento do projeto educacional escolar mantido pela empresa. As unidades escolares da companhia em Paulo Afonso foram transferidas para o Município, o Estado da Bahia e a iniciativa privada.

Em dezembro de 1999, foi realizada a programação e ritos de formatura da última turma de 2º grau do Colégio Paulo Afonso. As atividades foram coordenadas pela diretora da instituição educacional, Nancy Coelho. Ocorreu um encontro com o administrador regional da Chesf em Paulo Afonso, Rubem Alcântara, no qual foram realizados um culto evangélico na Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil e uma missa na Igreja de N. S. do Perpétuo Socorro. A solenidade de conclusão de curso e o baile foram realizados no dia 3 de dezembro no Clube Paulo Afonso.

No ano de 2000, o Colepa ofertou o ensino de 1ª a 4ª séries – Nível 1, e no fim do ano encerrou as atividades como instituição de ensino mantida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Chegou ao fim o projeto educativo concebido para a modernização do Nordeste, inserido no desejo de construção da nação nos limites do liberalismo. Contudo, a Chesf, ao fundar escolas, instituiu um projeto educacional escolar em Forquilha/Paulo Afonso no Sertão do São Francisco em caráter irreversível e definitivo, através de processos socioculturais instauradores da modernidade nessa região do Sertão.

Finalizo esperando que esta pesquisa fomenta o interesse de outros estudiosos da História da Educação para empreenderem novos estudos relacionados a esse projeto educativo, abordando questões que não foram tratadas ou respondidas aqui, haja vista que, pelas diversas dimensões do projeto educacional escolar da Chesf em Forquilha, é humanamente impossível dar conta de abordar e responder a todas as

questões inerentes numa única tese. Dar-me-ei por satisfeito se conseguir, com este estudo, trazer a lume o significado desse processo de escolarização como contribuição para melhor compreendermos os caminhos da educação nesta região do país.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- ALVES, Castro. **Os escravos**: A cachoeira de Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ANDRADE, Theophilo de. **Paulo Afonso a Cachoeira Domada**. Crônicas. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Rio de Janeiro, 1969.
- AZEVEDO, Fernando de. et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122p. (Coleção Educadores).
- BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Regional de Educação – Direc. **Autorização Precária**.
- BAHIA. Departamento de Ensino de Segundo Grau – Segunda Coordenadoria Regional de Educação de Paulo Afonso CR/06. **Ofício Circular nº 04/82**.
- _____. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Divisão de Organização Escolar. **Seção de Legislação**, 1978.
- _____. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Divisão de Organização Escolar, Salvador, 18 de dezembro de 1974.
- _____. Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Regional de Educação – Direc. **Autorização Precária**, 0131/94.
- _____. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº CEE-1.793/87**. Prorroga prazo de vigência da autorização precária para o exercício das funções de secretário e secretário adjunto de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus.
- BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. **Coleção Constituições Brasileiras**, v. 5., 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão/ República e Nação**. Tradução de Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BATISTA FILHO, Euclides. **Paulo Afonso: Nós fizemos essa história**. 3. ed. Paulo Afonso, BA: Editora Fonte Viva, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou, O ofício do historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilian Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONFIM, Luiz Ruben Ferreira de Alcântara. **Estrada de Ferro Paulo Afonso (1882 – 1964)**. Paulo Afonso, 2001.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História &...Reflexões, 4).

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: ente o iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. – (Encyclopaidéia)

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL. Presidência da República. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Proposição nº. 47/64**. Recife, 1964.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História**. Coleção Debates. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. **História e Ciências Sociais**. 2. edição. Tradução de Carlos Braga e Inácia Canelas. Portugal/ Brasil: Livraria Martins Fontes, 1976.

BROSE, Markus E. (Org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das ideias** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. 2. ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

_____. **O que é história cultural**. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão dos Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. (Org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. (Biblioteca básica)

CARVALHO, Afranio de. **Paulo Afonso e a Integração Nacional**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CARVALHO, Daniel de. **Estudos e Depoimentos**. (1ª Série). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. Tudo é história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão; BRITO, Luiz Navarro de; BALEEIRO, Aliomar. **Coleção Constituições brasileiras**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Octavio Marcondes Ferraz**: Um pioneiro da engenharia nacional – Depoimento/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: coordenação Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **CHESF**: 70 anos de história. Rio de Janeiro, 2018.

CHESF - COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF. 50 ANOS. 1948 – 1998.

_____. **Relatório 1997**.

_____. **Relatório da diretoria, exercício de 1974**. Recife, 1975.

_____. **Relatório da Diretoria, exercício de 1976**. Recife, 1977.

_____. **Balanço Social**. Relatório Anual. Recife, 2000.

_____. **Movendo o futuro do Nordeste**. Recife.

_____. **Nossa energia contagia**. Recife, 2007.

_____. **Relatório Anual 1998**. Recife, 1998.

_____. **Relatório Anual 1999**. Recife, 1999.

_____. DIRETORIA ADMINISTRATIVA. **PATRIMÔNIO IMÓVEIS**. P.A. 2/5/1955.

_____. **Relatório anual 1997**. CHESF 50 Anos. Recife.

_____. **Relatório da Diretoria 1979**. Recife, 1980.

_____. **Relatório da Diretoria 1980**. Recife, 1981.

_____. **Relatório da Diretoria 1981**. Recife, 1982.

_____. **Relatório da Diretoria 1982**. Recife, 1983.

_____. **Relatório da Diretoria 1985**. Recife. 1986.

- _____. **Relatório da Diretoria 1986**. Recife, 1987.
- _____. **Relatório da Diretoria 1987**. Recife, 1988.
- _____. **Relatório da Diretoria 1989**. Recife, 1990.
- _____. **Relatório da Diretoria 1990**. Recife, 1991.
- _____. **Relatório da Diretoria 1991**. Recife, 1992.
- _____. **Relatório da Diretoria 1992**. Recife, 1992.
- _____. **Relatório da Diretoria 1993**. Recife, 1995.
- _____. **Relatório da Diretoria**, 1983. Recife, 1983.
- _____. **Relatório da diretoria, exercício de 1972**. Rio de Janeiro, 1973.
- _____. **Relatório da Diretoria. Exercício de 1973**. Rio de Janeiro, 1974.
- _____. **Relatório de 1975**.
- _____. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1963; 1964.
- _____. **Inauguração da Usina de Paulo Afonso**. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. **Relatório de 1949**. Separata do “Observador Econômico e Financeiro”. Nº. 172. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Maio de 1950.
- _____. **Relatório de 1950**. Separata do O Observador Econômico e Financeiro, Nº. 183. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 1951.
- _____. **Relatório de 1951**. Rio de Janeiro, 1952.
- _____. **Relatório de 1952**. Rio de Janeiro, 1953.
- _____. **Relatório de 1953**. Rio de Janeiro, 1954.
- _____. **Relatório de 1954**. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. **Relatório de 1959**. Rio de Janeiro, 1960.
- _____. **Relatório referente ao exercício de 1948**. Publicação n.º 2. Rio de Janeiro, 1949.
- _____, **1970**. Publicado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara em abril de 1971. Rio de Janeiro, 1971.

_____. **1971.** Publicado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, setembro, 1972. AGGS Indústrias Gráficas S.A., Rio de Janeiro, 1972.

_____. **1966.** Editado em Março de 1967. Esta obra foi composta e impressa no mês de março de 1967 – ano 49 da Livraria Freitas Bastos S.A., Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 1967.

_____. **1968.** Publicado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em abril de 1969. Composição e Impressão: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A., Rio de Janeiro, 1969.

_____. **1969.** Publicado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em maio de 1970. Composição e impressão: Empresa Gráfica: O Cruzeiro S.A., Rio de Janeiro, 1970.

_____. **1973.** 25 Anos. Publicação da Diretoria Técnica. Rio de Janeiro, GB, Março de 1973.

_____. COMISSÃO PR – 06 E 10/91 EQUIPE TÉCNICA – **PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.** PLANTA BAIXA. ESCOLA ADOZINDO. 30/04/1993.

_____. **Relatório 1964.** Rio de Janeiro, 1965.

_____. **Relatório 1965.** Rio de Janeiro, 1966.

_____. **Relatório 1967.** Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Relatório Anual.** Exercício de 1962. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **Relatório da Diretoria 1977.** 1978.

_____. **Relatório de 1956.** Rio de Janeiro, 1957.

_____. **Relatório de 1958.** Rio de Janeiro, 1959.

_____. **Relatório de 1961.** Rio de Janeiro, 1962.

_____. (1978/1979). Setor de Ensino Integrado. **Relatório/Plano de Atividades.** Paulo Afonso/Bahia.

_____. **Relatório de 1960,** Separata de “O Observador Econômico e Financeiro, Nº. 302, Rio de Janeiro, 1961.

_____. **Plano de Implantação do Regime Instituído pela Lei 5.692/71 no Serviço de Ensino Integrado da Chesf – SPEI.** Salvador/Bahia, 1974.

_____. **Companhia Hidroelétrica do São Francisco: 50 ANOS (1948-1998).**

CORREIA, Maria Letícia. **O Setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1934 – 1954)**. 2003. 326 f. Tese (Doutorado em História Social)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2003.

DICK, Sara Martha; CARRERA, Gilca Oliveira; VENAS, Ronaldo Figueiredo (Org.). **A Bahia na História da Educação**. Salvador: EDUFBA, 2018.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras (1823 – 1988)**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação).

FERNANDES NETO, Otoniel. **Velho Chico: Uma Viagem Pictórica**. s/d.

FERREIRA, José Ivaldo de Brito. **O direito que emerge da água: As barragens de Paulo Afonso e a invenção dos royalties**. 2012. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Ambiental)–Departamento de Educação, Campus VIII, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, 2012.

FILGUEIRAS, Otto. **Chesf em alta tensão: a greve proibida**. Salvador: Edição Independente, 1983.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica)

GINÁSIO PAULO AFONSO, **1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO, ANO 1954, ANEXO**.

_____, **1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO, ANO 1955, ANEXO**.

_____. **1º. RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1964. CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO. ANEXO**.

_____. **1º. RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO. ANO 1965. CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO. ANEXO**

_____. PAULO AFONSO – BAHIA. **SALÁRIO AULA – BASE DOS PROFESSORES. ANEXO**.

_____. **RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO, ANO 1956**.

_____. PAULO AFONSO, BAHIA. **ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1961. ANEXO**

HABERMAS, Jurgen. **A Modernidade: Um Projeto Inacabado**. Prefácio de Claudia Álvares. Tradução: Sara Seruya. 2. ed. Passagens, 2017.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. 1797 – 1873. **Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco: desde a cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlantico**. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.

HAUPTLI, Rudolf. **Pioneiros do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste:** A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Fase pioneira, expansão e mudança (1948 – 1974). 1995. 283 f. Tese (Doutorado em História Geral)–Instituto Politécnico de Zurique, Universidade de Zurique, Alemanha, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos da Zona de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso.** Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **A construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso:** Fotografia e História. Pesquisa e texto: Davi Roberto Bandeira da Silva. Maceió: IHGAL, 2012.

JAYME, Abreu. **O educador, a obra e o meio.** Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/anisio1.html>>. Acesso em 12 mar. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LILIENTHAL, E. David. **TVA: A Democracia em Marcha,** Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Editora Civilização Brasileira S.A., 1956.

LIMA, João de Souza. **Paulo Afonso e a Vila Poty:** a História não Contada. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

_____. **Centenário de Luiz Gonzaga e a passagem do Rei do Baião em Paulo Afonso.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 2012.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Rito Escolar:** perspectiva histórico-pedagógica. Histedbr On Line. Campinas/ São Paulo, 2017.v. 17, n. 3. pp. 714-731. Jul./Set. (2017).

_____. **Da Cadeira ao banco:** Escola e modernização (séculos XVIII-XX). (Ciências da Educação: 9). Lisboa/ Portugal, 2010.

_____. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2004.

MARKUS, E. Brose (Organizador). **TVA e instituições de desenvolvimento regional:** contribuições para a história das ideias [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

MARQUES, Juracy; ANDRADE, Alfredo W. B. de; MENEZES, Luciano (Org.). **Barrando as barragens:** O início do fim das hidrelétricas. 2. ed. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2018.

MELO, José Antonio Feijó de. **Chesf:** memórias, registros e lembranças. Recife: Bagaço, 2004.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Apoio Administrativo, Delegacia Regional (DR-2), **Certificado de Registro de Professor**, Processo nº. 4085/79, ANEXO.

_____. Secretaria de Apoio Administrativo, Delegacia Regional (DR-2), **Certificado de Registro de Professor**.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. 4. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

_____. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014. 216 p.: il. – (Edições do Senado Federal; v. 199).

NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso**: Luz e força movendo o Nordeste. Salvador: EGBA/ACHÉ, 1998. 368 p.; il.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). – **Pierre Bourdieu: Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. – (Ciências sociais da educação).

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2000a.

_____. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, dezembro/00, 2000b.

OLIVEIRA, Cecília Maria Bezerra. **Educação, Estratégia de poder**: SPEI – Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as doutrinas de segurança nacional da área de ensino. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)–Instituto de Investigação Científica e de Pós-Graduação, Universidade Internacional, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Lima de. **A cidade de Paulo Afonso, 1948-1985**: As espacializações do trabalho, do controle e das lutas. 2017. 297 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. **Chesf: Gênese e trajetória de uma empresa estatal no Brasil**. 1998. 367 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã- **Cadernos de Formação – História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora, 2005.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Viagens pelo Brasil**: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859/1860, prefácio e notas Lourenço Luiz Lacombe. 2. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2005. (Coleção História &... Reflexões, 5)

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. São Paulo: José Olympio, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Posfácio de Álvaro Lima, Ilustrações de Aldemir Martins. 80ª tiragem. Rio, São Paulo: Record, 2000.

RAMOS, Joranaide Alves. **Professor Gilberto**: Realizador de sonhos. Aracaju/SE: Gráfica e Editora J. Andrade, 2012.

REIS, Roberto Ricardo do Amaral. **Paulo Afonso e o Sertão baiano**: sua geografia e seu povo. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

REVISTA MANCHETE, A cidade da miséria é vizinha da fortuna. **Revista Semanal**, EDIÇÃO Nº. 233, outubro de 1956, pp. 56-58).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). 19. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SALES, Apolônio. **O Potencial Hidroelétrico do São Francisco**. Serviço de Documentação: Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1945.

SANTOS, Maria Lúcia Teixeira. **Impactos socioambientais provocados pela barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à população ribeirinha dos municípios de Glória e Paulo Afonso – BA**. 2012. 116 f. (Mestrado em Ecologia Humana), Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, 2012.

SEMINÁRIO “Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia” (1995, Niterói, RJ). **Anais...** Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996.

SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso**: História e Memórias de Pioneiros. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2014.

_____. **Colepa em Revista**: História & Memórias. Paulo Afonso: 2013.

_____. MASCARENHAS Sávio. **Paulo Afonso**: De Pousos de boiadas a redenção do Nordeste. Câmara Municipal de Paulo Afonso, Paulo Afonso, 1995.

SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Vila da Pedra**: fotografia e história. Maceió: Edição do Autor, 2016.

SILVA, Jailson Costa da; FREITAS, Marinilde Lima de Queiroz. **Histórias e memórias**: o MOBREL no sertão alagoano. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

SILVA, José Renato Melo da. **Centralização política e as instituições municipais** – O município de Segurança Nacional em perspectiva: O caso Paulo Afonso. 1985. 44 f. (Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Antônio José Alves de. **Paulo Afonso**. 2. ed. Coleção Mauá. Ministério da Viação e Obras Públicas: Serviço de Documentação, 1955.

SOUZA, Edilson Fernandes. **Histórias e memórias da educação em Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2009.

SOUZA, Francisco de. **Memórias de um pioneiro**: Uma história com base na cidade de Paulo Afonso. João Pessoa: Ideia, 2017.

_____. **Planejamento estratégico para o desenvolvimento local competitivo**: o caso Paulo Afonso. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

SOUZA, Josefa Eliana; DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira (Org.). **Instituições e práticas educativas no Brasil**: teoria e história. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Rosa Fatima de. **Alicerces da Pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890 – 1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. Apresentação de Anna Waleska P. C. Mendonça. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Col. Anísio Teixeira ; v. 8).

_____. **Educação e o mundo moderno**. Organização da coleção Clarice Nunes; apresentação Marcus Vinicius da Cunha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. (Col. Anísio Teixeira; 9).

_____. **A educação e a crise brasileira**. Apresentação de Marcos Cézar de Freitas; prefácio de Alberto Venâncio Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. (Col. Anísio Teixeira; v. 5).

_____. **Educação, Saúde e assistência no Estado da Bahia em 1948**. Salvador, 1949.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta et al. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. Editora Ática, São Paulo. 2001.

ZARUR, Jorge. **A Bacia do Médio São Francisco**: uma análise regional. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia: Publicação Nº 4 da Série A "Livros". Biblioteca Geográfica Brasileira. Rio de Janeiro, 1946.

ANEXOS

GINÁSIO PAULO AFONSO

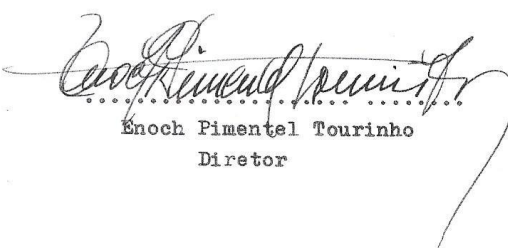
AV. MARCONDES FERRAZ, 326

PAULO AFONSO — BAHIA

TURNO = NOTURNO

O Ginásio Paulo Afonso é administrado e mantido pela Fundação Educativa de Paulo Afonso que recebe recursos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco / com a condição de ser ministrado o ensino secundário aos filhos dos seus servidores, de funcionários públicos, e militares, sendo as vagas excedentes lotadas com elementos da região, estranhos à referida Companhia.

Todos, sem exceção, gratuitamente, não recebendo a Fundação Educativa de Paulo Afonso, colaboração de qualquer outro órgão governamental ou particular, a não ser da CHESF.



Enoch Pimentel Tourinho
Diretor

Maria Leonina de Alcântara
Maria Leonina de Alcântara
Secretária

Ano letivo de 1954

Corpo Docente em Exercício

CURSO GINASTIAL

Série	Matérias	Nome do professor	N.º do registro ou do ofício autorizando a lecionar	Reservado para o visto da Seção de Registro
2ª	Português	Dr. Mucio Mendonça de Lacerda - Engº.		
1ª	"	Lucia Maria de Carvalho Muricy Norma-		
1ª e 2ª	Latim	Pe. João Evangelista de Carvalho Mattos		
1ª e 2ª	Francês	Dr. André Jules Balança - Engenheiro.		
1ª	Matemática	Dr. Hélio Gadelha de Abreu - Engº.		
2ª	"	Dr. Roberto de Azevedo Montenegro - Engº.	P. 298/48	
1ª	História	Etelinda Viana Martins - Normalista		
2ª	História d/geral	Dr. Reginaldo Sarcinelli - Engº.		
1ª e 2ª	Geografia	Dr. Fernando Rezende - Engenheiro		
1ª e 2ª	Trabalhos Manuais	D. Idalina Castro Wood	D. 10.189	
1ª	Desenho	D. Idalina Castro Wood	D. 10.189	
2ª	"	Hélio Cabral - Desenhista CHESP		
1ª	Canção Orfeonico	Consuelo Resende Costa	Of. 65	
2ª	"	Maria Neusa Dourado de oliveira e Sil		
		va - formada no Conservatório de Música d/Salvador - Normalista		
1ª e 2ª	Educação Física	Eduardo Laine Neto - Cabo Exército		
		Em 1953 e 1954 nenhuma taxa foi recebida e nenhuma remuneração foi ou será paga ao seu Corpo Docente. Todos colaboram à causa do Ensino com dedicação.		

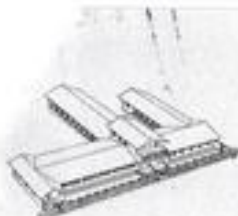
Idalina Castro Wood

(Diretor)
Idalina Castro Wood

Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. - São Paulo - Modelo D. E. Sec. 158-7

Newton Roberval de Oliveira Couto

(Inspetor)
Newton Roberval de Oliveira Couto



Ginásio Paulo Afonso

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/1955.

Relatório das atividades escolares durante o exercício de 1954

ANO LETIVO 1954

- Março de 1955 -

- 1 - Os resultados obtidos no ano letivo de 1954, que praticamente foi encerrado em 28 de fevereiro de 1955, com os trabalhos de 2ª época, incluem o movimento de matrícula para o exercício de 1955.
- 2 - Como demonstram as folhas anexas de estatística de aproveitamento em 1954 e quadro geral de matrículas para 1955, podemos resumir as atividades do Ginásio Paulo Afonso nos seguintes resultados:
 - a) Matrículas no início do ano letivo:
 - 23 alunos na 1ª série
 - 21 alunos na 2ª série
 - b) Transferências expedidas:
 - 4 para alunos da 1ª série; sendo que uma durante o ano e três em época legal - isto é, janeiro e fevereiro de 1955.
 - 6 para alunos da 2ª série, em época legal 1955.
 - c) Transferências recebidas:
 - 1 de alunos da 1ª série - começo de 1954
 - 7 de alunos da 2ª série - começo de 1954
 - d) Matrículas canceladas por desistência:
 - 4 a alunos da 1ª série
 - 1 a aluno da 2ª série
 - e) Promovidos:
 - 13 alunos da 1ª série
 - 13 alunos da 2ª série
 - f) Não promovidos:
 - 5 alunos da 1ª série
 - 4 alunos da 2ª série

Visto
Paulo Afonso

-segue-



Ginásio Paulo Afonso

Paulo Afonso - Bahia,

cont.-fl.2

3 - Para iniciar o exercício de 1955 contamos com a matrícula de 44 alunos assim distribuídos:

1ª série	20 alunos
2ª série	13 alunos
3ª série	11 alunos
Total matrícula	44 alunos.

4 - Curso de Admissão:

Está funcionando anexo ao Ginásio, o curso de admissão, contando com 37 alunos frequentes.

Contamos com certo número de alunos que estão sendo preparados no 5º ano do Grupo Escolar "Diretor Adozindo de Oliveira", da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

5 - O corpo docente do Ginásio, constituído exclusivamente de funcionários da CHESF - Engenheiros, Médicos e Funcionários graduados - foi, como nos anos anteriores, de real dedicação ao ensino, merecendo todos os seus membros, sem distinção de nomes, os melhores elogios pela valiosa cooperação.

Paulo Afonso, 15 de março de 1955

Idalina Costa Ward
DIRETORA

VISTO DO INSPECTOR

Reinaldo Costa

ANEXO – 1º Relatório Anual de Inspeção. Ano 1952/1953. Corpo docente em exercício

GINÁSIO PAULO AFONSO
Nome do Estabelecimento

PAULO AFONSO
Cidade

BAHIA
Estado

1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO

ANO 1952/53

CURSOS GINASIAL

SERIES 1ª

TURNOS Diurno

REGIME - EXTERNATO

Inspetor Federal
NEWTON ROBERVAL DE OLIVEIRA COUTO

ANEXO – 1º Relatório Anual de Inspeção. Ano 1952/1953. Corpo docente em exercício

Ano letivo de 19 52

Corpo Docente em Exercício

CURSO GINASTIA

Série	Matérias	Nome do professor	N.º do registro ou do officio autorizando a lecionar	Reservado para o visto da Seção de Registro
1ª	Português	Efigênia Carvalho Soares Andrade	P.67.219/50	
1ª	Latim	Odette Resende	Pr.41.797-52	
1ª	Francês	Odette Resende	Pr.41.797-52	
1ª	Matemática	Raymundo Carneiro Santiago	D.15.248	
"	"	Roberto de Azevedo Montenegro	15293	
1ª	Hist.Bras.	Efigênia Carvalho Soares Andrade	P.67.219/50	
"	"	Fausto Soares Andrada	11799	
1ª	Geogr.Br.	Odette Resende	Pr.41.797-52	
1ª	Trab.Man.	Idalina Castro Wood	D.10189	
1ª	Desenho	Idalina Castro Wood	D.10189	
1ª	Canto Or.	Consuelo Resende Costa	Of.65	

Idalina Castro Wood
(Director)

(Inspector)

Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. - São Paulo - Modelo D. E. Sec. 156-7

Dr. Dermeval Vieira de Resende

ANEXO – 1º Relatório Anual de Inspeção. Ano 1952/1953. Corpo docente em exercício

Ano letivo de 19 53

Corpo Docente em Exercício

CURSO GINÁSIAL

Série	Matérias	Nome do professor	Nº do registro ou do ofício autorizando a lecionar	Reservado para o visto da Seção de Registro
1ª	Português	Dr. Mucio Mendonça de Lacerda - engenheiro.		
1ª	Latim	Padre João Evangelista de Carvalho Mattos.		
1ª	Francês	Dr. André Jules Balança - engenheiro.		
1ª	Matemática	Dr. Roberto de Azevedo Montenegro engenheiro.	215278/48	
1ª	Hist. do Brasil	Dr. Reginaldo Sarcinelli - engenheiro.		
1ª	Geografia	Dr. Fernando Dias Freitas - medico.		
1ª	Trab. Man.	Idalina Castro Wood.	D 10.187.	
1ª	Desenho	Idalina Castro Wood.	D 10.187.	
1ª	Canto Orf.	Maria Neissa Dourado de Oliveira e Silva - formada pelo Conservatorio de musica - Salvador - Normalista.		
1ª	Educação F.	Teruliano Vieira Fectun. - Sargento da Polícia baiana		
Em 1952 e 1953 nenhuma remuneração foi e será paga ao corpo docente. Todos colaboram com entusiasmo, dedicação e patriotismo.				

Idalina Castro Wood (Diretor)
 Idalina Castro Wood.
 Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. - São Paulo - Modelo D. E. Sec. 156-7

Raimundo Burgos Muccini (Inspector)
 Dr. Lourival Burgos Muccini

GINÁSIO PAULO AFONSO

Nome do Estabelecimento

PAULO AFONSO

Cidade



BAHIA

Estado

1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO

ANO 1954

CURSOS GINASIAL

SERIES 1ª e 2ª

TURNOS Diurno

REGIME - EXTERNATO

Inspetor Federal

NEWTON ROSEVAL DE OLIVEIRA COUTO

ANEXO – Relatório Anual de Inspeção do Ginásio Paulo Afonso, ano 1956.
Relatório sobre os professores.

GINÁSIO PAULO AFONSO
Nome do Estabelecimento

PAULO AFONSO
Cidade

BAVIA
Estado



1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO

ANO 1956

CURSOS GINASIAL

SERIES 1ª, 2ª e 3ª

TURNOS DIURNO

REGIME - EXTERNATO

Inspector Federal
NEWTON ROBERTO DE OLIVEIRA COUZO

Modelo II

15/3/56

Relatório sobre os Professores

A Sra. MEIRICE FREIRE DA SILVA, é formada pela Faculdade Fluminense de Filosofia, já lecionou alguns anos e está com seus papéis encaminhados para a repartição competente, afim de serem registrados. (Formada em néu-latinas)

O Sr. FRANCISCO PIRES BRAGA, é igualmente formado em néu-latinas, pela Faculdade de Filosofia de Recife, e já encaminhou seus papéis para a Seccional de Salvador.

A Profª Elvira Ferreira da Rocha está se preparando para fazer o exame de suficiência; para isso já se inscreveu na Seccional de Salvador sob o nº 549/55.

O Sr. DILON ALVES DA SILVA, cursou mais de um ano na Faculdade de Filosofia do Distrito Federal e lecionou vários anos sob condições, no Rio de Janeiro.

Os demais professores conforme explicamos no Relatório anexo, sobre as atividades escolares, não têm registro nem licença para lecionar.

Paulo Afonso, 15 de março de 1956

Neyde Cerqueira Lima
Diretora

Roberto de Oliveira Couto
Inspetor Federal

Obs. O SR. FRANCISCO PIRES BRAGA, foi contratado com Cr\$ 6.000,00 mensais, livre de despesas. (seis mil cruz.)
A Sra. MEIRICE FREIRE DA SILVA, recebe uma gratificação de Cr\$ 2.000,00, mensais. (dois mil cruz.)
A Profª Elvira Ferreira da Rocha. \$30.00 (trinta cruzadinhos) por aula.

GINÁSIO PAULO AFONSO

Nome do Estabelecimento

PAULO AFONSO

Cidade



BAHIA

Estado

1º RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO

ANO

1952/53

CURSOS GINASIAL

SERIES 1ª

TURNOS Diurno

REGIME - EXTERNATO

Inspetor Federal

NEWTON ROBERVAL DE OLIVEIRA COUTO

QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS

Em 31 de Março de 1952

		1.º Ciclo			2.º Ciclo						Outros cursos mentidos					
					C. Clássico			C. Científico								
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Turno	1.ª Série.....	1	3	7												
	2.ª Série.....	=	=	=												
	3.ª Série.....															
	4.ª Série.....				xx	xx	xx	xx	xx	xx						
	TOTAL.....										8	19	27			
Turno	1.ª Série.....															
	2.ª Série.....															
	3.ª Série.....															
	4.ª Série.....				xx	xx	xx	xx	xx	xx						
	TOTAL.....	4	3	7							8	19	27			

Selma Costa W. ...
(Diretor)

Impressão Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. - São Paulo - Modelo B. II, Ser. 116-10

(Supervisor)
Hr. Dorneval Vieira de Resende

GIRASIO PAULO APONSO

RELACÃO NOMINAL DOS ALUNOS MATRICULADOS ATÉ 31 DE MARÇO= 1º ANO GINASIAL =

Nº DE ORDEM	N O M E S
1	Adail Bitencourt Silva
2	Anaiza Maria da Silva
3	Antônio Geraldo Brandão Cavalcanti
4	Antônio Pereira Barros
5	Bervalda Marinho Vieira
6	Dinalva Dias Carvalho
7	Edvaldo Alves Siqueira
8	Edilson Feitosa de Alencar
9	Francisca Candida do Nascimento
10	Heraclio Prado Dônes
11	Janice Dantas de Souza
12	Jeffthe Rodrigues de Mello
13	Jether Rodrigues de Mello
14	João Dutra
15	José Neides do Nascimento Geis
16	José Simplicio de Carvalho
17	Luzinete Pereira Lima
18	Maria Aparecida Braga Guimarães
19	Maria Barbosa Carvalho
20	Maria Celeste Pereira
21	Maria de Lourdes Martins
22	Maria Deusdete Pinheiro de Souza
23	Maria Leticia Pinheiro
24	Maria Luzinete de Almeida
25	Maria Salete Xavier da Cruz
26	Maria Selma Aleantara Guerra
27	Maria Valdílea Fonseca
28	Marinete Silva Bezerra
29	Mayre Eglay Batista
30	Monika Sigrid Bechrndt
31	Sulamita Marinho Vieira
32	Tamara Iwanow
33	Zeraide de Souza Maia
34	Valfredo Guerra Lima



Idalina Castro Wood
Diretor



Dr. Lourival Burgos Macini
Inspetor Federal

ANEXO – Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Divisão de Organização Escolar. Seção de Legislação, 1978. Ofício.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO

Sr.(a) Diretor (a)

De ordem, cumpre-nos comunicar a V.Sª que face ao que determina o Parecer nº 1.706/73 do Conselho Federal de Educação, a autorização que lhe foi concedida finda o seu prazo a 31 de dezembro do ano em curso.

Esclarecemos, ainda, que por não ser renovável a autorização, fica V.Sª impossibilitado, a partir de janeiro de 19 79, a assinar qualquer documento escolar.

Atenciosamente,

Prof.


Chefe da SELEG

Ilmº Sr.(a)

Prof.(a)

GLEIDE MARIA DA LUZ MENEZES
SERVIÇO DE ENSINO INTEGRADO - SPEI
PAULO AFONSO - BAHIA

6



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Salvador, 18 de dezembro de 1974

" A U T O R I Z A Ç Ã O Nº 0023/74 "

Face ao requerido pela Professora GLEIDE MARIA DA LUZ MENEZES, através do Processo Nº 05701/74 e com / base no Parecer 1706 do Conselho Federal de Educação do ano de 1973, autorizo a requerente a exercer, a título precário, por 5 (cinco) anos a função de Secretária do Serviço de Ensino Integrado - SPEI, situado em Paulo / Afonso, Estado da Bahia.

ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Educação e Cultura
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
Departamento de Ensino de 2º Grau

PROF. PEDRO SANCHÓ DA SILVA
Diretor

Prof. José Edelmundo Soares
Diretor do D.E.S.G.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU - SEC
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PAULO AFONSO CR/06

Of. Circular nº 04/82

Senhor (a) Diretor (a),

Para conhecimento de V.Sa., estamos transcrevendo o ofício circular nº de Sr. Diretor de DES/SEC, no seguinte teor:

" Prez(a) Senhor (a),

Visando simplificar a burocracia interna, eliminamos 06(seis) documentos de autorização para lecionar e 07(sete) para diretor, vice-diretor e secretário. A partir de agora são exigidos apenas os seguintes documentos:

Autorização para lecionar:

- requerimento ao diretor do ensino 2º Grau
- diploma professor primário ou equivalente para os candidatos a lecionar no interior
- para Educação Moral e Cívica acrescentar atestado do diretor da escola

Reunida a documentação entrar pela CRE.

Autorização para diretor, vice-diretor e secretário

- requerimento ao diretor ensino 2º Grau
- apresentação da carteira de identidade
- diploma ou certificado da Faculdade ou outros títulos.

Atenciosamente,

Luiz Gonzaga do Amaral Andrade
Diretor "

Atenciosamente,

Anamélia Almeida Fonseca
Anamélia Almeida Fonseca
Coordenadora Administrativa CR/06



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

48 06 87

RESOLUÇÃO N.º CEE-1.793/87

Prorroga prazo de vigência da autorização precária para o exercício das funções de Secretário e Secretário Adjunto de Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º graus.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos do Parecer CEE-390/87 - exarado no Processo N.º CEE-015/87,

R E S O L U Ç ã o :

Artigo 1.º - O Secretário de Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º graus, que tenha obtido autorização conforme o disposto na Res. CEE-599/79, em exercício de sua função, tem prorrogada a vigência de sua última autorização até 05 (cinco) anos a partir da data da publicação desta Resolução.

Artigo 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 13 de março de 1987;

RAYMUNDO JOSÉ DA MATTA
Presidente

/rvf.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 188 278

NOME Lúcia Lúcia de Lima Cavalcanti

CURSO Letras

ESCOLA Univ. Federal de Pernambuco

PROCESSO Nº 05109/1977

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 188 278

NOME Lúcia Lúcia de Lima Cavalcanti

CURSO Letras

ESCOLA Univ. Federal de Pernambuco

PROCESSO Nº 05109/1977

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 125396

NOME ROBERTO RICARDO DO AMARAL

CURSO GEOGRAFIA-1972

ESCOLA UNIV. CAT. DO SALVADOR

PROCESSO Nº 001327/76

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 188 213

NOME Jurandir Vasconcelos Botte

CURSO Letras

ESCOLA Univ. Federal de Pernambuco

PROCESSO Nº 04741/1977

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 188 213

NOME Jurandir Vasconcelos Botte

CURSO Letras

ESCOLA Univ. Federal de Pernambuco

PROCESSO Nº 04741/1977

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Delegacia Regional (DR-2)
Certificado de Registro de Professor
REGISTRO "L" - Nº 188 213

NOME Jurandir Vasconcelos Botte

CURSO Letras

ESCOLA Univ. Federal de Pernambuco

PROCESSO Nº 04741/1977

Disciplinas	Ciclo
PORTUGUÊS	1º - 1ª
XXXXXXXXXXXX	XXXXXX
XXXXXXXXXXXX	XXXXXX
XXXXXXXXXXXX	XXXXXX



Válido para locais onde houver falta de licenciados na forma da Port. 142/65.

Paula Maria Reis

22/7/69

255.496/68

CHAVES

MARIA DA SAIXIA REIS

Registro nº D 49.675

Cartão de Registro de Professores

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

HABILITAÇÃO	GRAU
PORTUGUÊS	1º 2º
INGLÊS	1º 2º
XXXXXXXXXXXX	XXXX



Estado da Bahia
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - DIREC

AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA

Salvador, 20 de maio de 19 94

Processo Nº 000218729



Paula Maria Reis

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL

Paulo Afonso da Silva

GERENTE

Nº 0131/94 Validade: 03 Anos

Nome PAULA MARIA REIS

Local PAULO AFONSO/DA

DIREC 10

nº 1

GINÁSIO PAULO AFONSO
PAULO AFONSO B A R I A

Médias aproximadas de acôrdo com a Portaria 128 de 16-4-59, art. 1º § único.

Ata Geral de Exames de Admissão, realizados na 1ª época de 1961

Nos dias cinco, seis e sete do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta nesta cidade de PAULO AFONSO presente o Inspector Federal, Newton Roberto de Oliveira Couto e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professôres Aluis Tenório de Brito, Carlos Veloso de Melo, Zila Magalhães de Oliveira, Mário Barbosa de Moura Sobrinho e Estelinda Viana Martins

sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
1- Adão Freire Costa	8,00	7,00	7,50	10,0	-	10,0	9,30	-	9,30	9,80	-	9,80	9,20
2- Adauto Xavier de Silva	5,00	7,00	6,00	1,00	-	1,00	6,50	-	6,50	5,90	-	5,90	4,90
3- Adailton Pasidônio Tenório de Brito	7,30	7,50	7,40	4,00	-	4,00	7,40	-	7,40	6,70	-	6,70	6,40
4- Amilton Tenório de Brito	7,50	7,50	7,50	1,00	-	1,00	7,00	-	7,00	6,10	-	6,10	5,10
5- Ana Maria Brandão Cavalcanti	6,50	7,50	7,00	6,00	-	6,00	7,00	-	7,00	4,60	-	4,60	6,20
6- Ana Maria de Lima	5,20	7,00	6,10	1,00	-	1,00	6,40	-	6,40	4,40	-	4,40	4,50
7- Ana Maria Florinda Barbosa	6,50	7,00	6,75	2,00	-	2,00	5,40	-	5,40	3,20	-	3,20	4,33
8- Antônio Carlos Nunes Duarte	5,50	7,00	6,25	2,00	-	2,00	6,10	-	6,10	6,10	-	6,10	5,11
9- Antônio José Diniz	6,50	6,50	6,50	8,00	-	8,00	8,90	-	8,90	7,20	-	7,20	7,70
10- Antônio Martins Gonçalves	7,70	7,00	7,35	3,00	-	3,00	9,10	-	9,10	7,50	-	7,50	6,73
11- Apolônia de Oliveira	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12- Clarice Ribeiro Granja	7,50	7,50	7,50	8,00	-	8,00	8,00	-	8,00	6,30	-	6,30	7,50
13- Graça de Araújo Silva	6,30	7,50	6,90	4,00	-	4,00	8,00	-	8,00	7,00	-	7,00	6,73
14- Djalma Dias de Carvalho	6,20	7,00	6,60	2,00	-	2,00	5,80	-	5,80	3,20	-	3,20	4,40

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUES			ARITMETICA			GEOGRAFIA			HISTORIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
5. Raimar Gomes Silva	5,50	7,00	6,25	2,00	-	2,00	7,10	-	7,10	3,90	-	3,90	4,81
6. Edvaldo da Souza Cruz	6,80	7,00	6,90	6,00	-	6,00	6,70	-	6,70	7,10	-	7,10	6,70
7. Eliete Henrique Santos	5,00	7,00	6,00	3,00	-	3,00	6,40	-	6,40	5,20	-	5,20	5,20
8. Elcy José da Carqueira Neto	7,50	7,00	7,25	0,20	-	0,50	8,68	-	8,60	6,20	-	6,20	5,81
9. Emília de Oliveira	5,50	5,00	5,25	8,00	-	8,00	6,30	-	6,30	5,10	-	5,10	6,20
0. Enaide Rodrigues de Souza	6,00	7,00	6,50	3,00	-	3,00	5,20	-	5,20	5,40	-	5,40	5,02
1. Eunice Ferreira de Lima	6,20	6,00	6,10	3,00	-	3,00	7,20	-	7,20	5,40	-	5,40	5,42
2. Eury Barros de Freitas	5,00	7,00	6,00	6,00	-	6,00	5,70	-	5,70	5,50	-	5,50	5,80
3. Eva Freire Costa	8,50	8,00	8,25	2,00	-	2,00	8,50	-	8,50	8,10	-	8,10	6,71
4. Felinto Pereira de Souza	7,70	7,00	7,35	2,00	-	2,00	8,90	-	8,90	7,80	-	7,80	6,51
5. Francisca Ferreira da Silva	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Francisco de Sales Reis de Santana	6,50	7,00	6,75	4,00	-	4,00	8,20	-	8,20	8,10	-	8,10	6,80
7. Gildete Santiago da Silva	5,00	7,00	6,00	1,00	-	1,00	7,10	-	7,10	6,50	-	6,50	5,20
8. Gilvanete Pontifício de Arruda	5,50	5,00	5,25	4,00	-	4,00	5,20	-	5,20	4,70	-	4,70	4,80

Eu, Etelinda Viana Martins, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os membros das Bancas Examinadoras e pelo Inspetor Federal.

Antônio Magalhães de Almeida

Antônio Magalhães de Almeida

Inspetor Federal

NEWTON ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR



nº 1 A

GINÁSIO PAULO AFONSO
PAULO AFONSO **B A H I A**
Médias aproximadas de acordo com a Portaria 128 de 16-4-59, art. 1º único.

Ata Geral de Exames de Admissão, realizados na 1ª época de 1961

Nos dias cinco, seis e sete do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta nesta cidade de PAULO AFONSO presente o Inspetor Federal, Newton Roberval de C. Couto e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores: Aluis Tenório de Brito, Carlos Veloso de Melo, Zilá Magalhães de Oliveira, Mário Barbosa de Moura Sobrinho e Etelinda Viana Martins

sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1.ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
29- Inaldo Amorim Ferreira	6,80	6,00	6,40	8,00	-	8,00	7,50	-	7,50	6,20	-	6,20	7,02
30- Jerônimo de Almeida Pinheiro de Melo	6,90	9,00	7,95	6,00	-	6,00	8,70	-	8,70	7,70	-	7,70	7,60
31- Jivanil Caetano de Farias	5,50	7,00	6,25	3,00	-	3,00	6,70	-	6,70	3,00	-	3,00	4,73
32- José Correia da Silva	6,50	7,00	6,75	2,50	-	2,50	8,50	-	8,50	7,00	-	7,00	6,20
33- José Fraga Sobrinho	7,50	6,50	7,00	4,00	-	4,00	8,60	-	8,60	8,20	-	8,20	7,00
34- José Justino de Góis	5,00	5,00	5,00	4,00	-	4,00	5,40	-	5,40	6,20	-	6,20	5,20
35- José Reinaldo Barreto	6,50	7,50	7,00	2,00	-	2,00	8,30	-	8,30	6,50	-	6,50	6,00
36- José Souza Cruz	7,50	6,00	6,75	2,00	-	2,00	9,10	-	9,10	8,30	-	8,30	6,53
37- Juraci Francisca de Oliveira	6,20	6,00	6,10	2,00	-	2,00	5,20	-	5,20	5,00	-	5,00	4,80
38- Lucy Barros de Freitas	5,00	6,00	5,50	1,50	-	1,50	5,10	-	5,10	4,90	-	4,90	4,30
39- Madalida da Silva Leite	7,70	6,50	7,10	2,00	-	2,00	5,60	-	5,60	5,40	-	5,40	5,02
40- Marcos Antônio Dalgado Salgado	6,00	7,00	6,50	3,00	-	3,00	9,30	-	9,30	6,50	-	6,50	6,32
41- Maria do Carmo Benzote de Carvalho	3,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42- Maria do Carmo Silva	6,50	6,00	6,25	10,0	-	10,0	7,40	-	7,40	4,70	-	4,70	7,20

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUES			ARITMETICA			GEOGRAFIA			HISTORIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
27- Maria do Livramento Correia	5,50	7,00	6,25	3,00	-	3,00	4,60	-	4,60	5,50	-	5,50	4,83
28- Maria Eliza de Lima	8,50	7,50	8,00	8,00	-	8,00	8,60	-	8,60	8,30	-	8,30	8,22
29- Maria Fátima de Oliveira	5,00	7,50	6,25	6,00	-	6,00	4,80	-	4,80	3,70	-	3,70	5,20
30- Maria Gadelva Santos	5,00	7,00	6,00	1,00	-	1,00	4,30	-	4,30	4,60	-	4,60	4,00
31- Maria Helena Araújo Freixo	8,00	6,50	7,25	6,00	-	6,00	9,70	-	9,70	8,00	-	8,00	7,73
32- Maria José Tavares Guimarães	6,00	6,00	6,00	4,00	-	4,00	7,60	-	7,60	6,60	-	6,60	6,10
33- Maria Lany Araújo Batista	5,00	6,00	5,50	3,00	-	3,00	7,80	-	7,80	5,60	-	5,60	5,50
34- Maria Luiza Nunes	5,00	7,00	6,00	5,00	-	5,00	4,60	-	4,60	4,20	-	4,20	5,00
35- Maria Mathias Barbosa	6,00	7,00	6,50	10,0	-	10,0	7,10	-	7,10	5,30	-	5,30	7,22
36- Maria Ricardo de Lima	6,20	7,00	6,60	5,00	-	5,00	5,00	-	5,00	4,30	-	4,30	5,22
37- Maria Salate Soares	5,00	7,00	6,00	7,00	-	7,00	5,80	-	5,80	4,30	-	4,30	5,80
38- Maria Socorro do Nascimento	5,00	6,00	5,50	1,00	-	1,00	6,00	-	6,00	6,00	-	6,00	4,62
39- Marilza de Barros Sobreira	8,30	7,00	7,65	3,00	-	3,00	9,20	-	9,20	6,70	-	6,70	6,63
40- Milton Peitoza da Silva	6,00	6,00	6,00	1,50	-	1,50	7,30	-	7,30	5,50	-	5,50	5,10

Eu, Estelinda Viana Martins, Presidente da Comissão Examinadora, laurei a presente ata que vai assinada por todos os membros das Bancas Examinadoras e pelo Inspetor Federal.

[Assinatura]

[Assinatura]

Inspetor Federal [Assinatura]

GINÁSIO PAULO AFONSO
PAULO AFONSO B A H I A

Médias aproximadas de acôrdo com a Portaria 128 de 16-1-59, art. 1º único.

Ata Geral de Exames de Admissão, realizados na 1ª época de 1961

Nos dias cinco, seis e sete do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta nesta cidade de PAULO AFONSO presente o Inspetor Federal, Nestor Roberto de Oliveira Couto e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores Aluíz Tenório de Brito, Carlos Veloso de Melo, Zila Magalhães de Oliveira, Mário Barbosa de Moura Sobrinho e Estelinda Viana Martins sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
57. Nélia Correia da Silva	6,60	7,00	6,80	2,00	-	2,00	6,60	-	6,60	6,50	-	6,50	5,50
58. Faúlio Barbosa dos Santos	6,50	6,00	6,25	2,00	-	2,00	7,50	-	7,50	7,60	-	7,60	5,83
59. Pedro Carlos Marcatti Couto	5,50	7,00	6,25	4,00	-	4,00	9,60	-	9,60	8,00	-	8,80	7,20
60. Pedro de Souza Cruz	7,00	7,00	7,00	10,0	-	10,0	8,10	-	8,10	9,30	-	9,30	8,60
61. Fátima Meneses de Carvalho	7,00	7,50	7,25	1,00	-	1,00	8,20	-	8,20	8,70	-	8,70	6,30
62. Quitéria Alves da Silva	6,00	6,00	6,00	4,00	-	4,00	6,10	-	6,10	3,10	-	3,10	4,80
63. Raimunda Nonata Ribeiro da Silva	6,00	7,00	6,50	6,00	-	6,00	7,70	-	7,70	9,20	-	9,20	7,40
64. Rivaldo Correia da Costa	3,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65. Romildo dos Santos	3,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66. Rosália Ribeiro da Conceição	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
67. Rubens de Oliveira Calado	6,10	6,00	6,05	2,00	-	2,00	6,60	-	6,60	6,00	-	6,00	5,20
68. Sônia Maria Martins de Lima	6,50	7,00	6,75	1,00	-	1,00	5,60	-	5,60	3,90	-	3,90	4,31
69. Yana de Alcântara Lopes	6,00	6,00	6,00	1,00	-	1,00	3,20	-	3,20	3,60	-	3,60	3,50
70. Zemira Cartorilho Ramos	7,00	7,00	7,00	8,00	-	8,00	8,70	-	8,70	8,60	-	8,60	8,10

[illegible]

GINÁSIO PAULO AFONSO

PAULO AFONSO

B A H I A

SALÁRIO AULA-BASE DOS PROFESSORES.

Excetuando os professores contratados - Aluis Tenório de Brito, e Carlos Veloso de Melo e Zilá Magalhães de Oliveira com salário mensal de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), todos os demais professores recebem a título de gratificação por aula efetivamente dada, o salário base de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros).



NEYDE CERQUEIRA LIMA
Diretora



NEWTON ROBERVAL DE OLIVEIRA COUT
Inspetor



Ginásio Paulo Afonso

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

Relatório Sobre os Professores

A Sra^a HEIRICE PEREIRA DA SILVA, Licenciada pela Faculdade Fluminense de Filosofia, Cadeiras Neo-Latinas. Deu entrada Ministério Educação registro de seu diploma conforme Port. Nº 3055/57, distribuído em 11/1/57 à Div. de Ensino Superior-Guia 493. Requeru à Diretoria de Ensino Secundário, registro em 23/1/57.

Sr. FRANCISCO PIRES BRAGA, licenciado em 1957 pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Recife-Pernambuco. Cadeiras Neo-Latinas Encaminhou documentos Ministério Educação intermédio Faculdade.

Sr. Dillon Alvares Silva, Aprovado no Exame de Suficiência.

Dr. BRUNO IÓLAS DE CERQUEIRA LIMA, não prestou exame de suficiência.

Dr. HÉLIO CADEIRA DE ABREU, aprovado no exame de suficiência.

Dr. EDISON TEIXEIRA BARBOSA, aprovado no exame de suficiência.

Dr^a NILEA FELISHINA PINHEIRO MORAIS, não prestou exame de suficiência.

Sr. MÁRIO BARBOSA DE MOURA SOBRINHO, aprovado no exame de suficiência.

D. ELVIRA FERREIRA ROCHA, aprovada no exame de suficiência.

Dr. JOSÉ GOMES BARBOSA, aprovado no exame de suficiência.

D. LINDINALVA CANAL DOS SANTOS, não possui registro de Trabalhos Manuais.

Sr. ADEMAR BATISTA DA SILVA, aprovado no exame de suficiência.

Sr. HÉLIO JÚLIO FERREIRA CANAL, aprovado no exame de suficiência.

D. MARIA DE LOURDES MENDES CARNEIRO, não possui registro de Canto Orfeônico.

-segue-



Ginásio Paulo Afonso

Continuação, Relat. Professores.

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

D. IRENA IWANOW, aprovada no exame de suficiência.

Sr. CLÁUDIO MADEIRA DE MELO, aprovada no ex. de suficiência.

Sgt. IVAN FRANCISCO ESTEVES, possui diploma de monitor de Educação Física e já encaminhado para a Divisão de Ed. Física, para legalizar sua situação como professor dessa disciplina.

REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Professor FRANCISCO PIRES BRAGA, recebe Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, livre de despesas, conforme contrato, feito com o mesmo.

A Professora HEINICE FREIRE DA SILVA, recebe uma gratificação de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais.

A Prof.ª ELVIRA PIERREIRA ROCHA, recebe Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por aula.

Os demais membros do Corpo Docente do Ginásio Paulo Afonso, são colaboradores; nada percebem como professores.

Paulo Afonso, 2 de Abril de 1957

Newton Reberval de Oliveira Couto
 Newton Reberval de Oliveira Couto

COLEGIO PAULO AFONSO

AV. MARCONDES FERRAZ, 125
PAULO AFONSO - BAHIA

COEPA-123/72

Paulo Afonso,

19 de junho de 1972

À Secretaria de Educação e Cultura
Salvador - Bahia.

Assunto:- Relatório de Inspeção

Em anexo, enviamos a V. Sa. o RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, cursos ginásial (turnos diurno e noturno) e científico (noturno), sobre as atividades deste Estabelecimento no ano letivo de 1971 e início de 1972.

O presente relatório compõe-se das seguintes partes:-

- I)- Plano Curricular e Carga Horária;
- II)- Relatório dos Professores em exercício;
- III)- Relatório nominal dos Concluintes do 1º ano;
- IV)- Relatório nominal dos concluintes do 2º ano;
- V)- Quadro de matrículas para 1972;
- VI)- Relações com número de alunos aprovados e reprovados em 1971;
- VII)- Relações com número de transferências expedidas e recebidas em 1971;
- VIII)- Observações sobre o cumprimento das normas contidas no Art. 23 da LDBEM.

Por questões de ordem administrativas, informamos que não enviamos em data apurada o nosso "Relatório de Inspeção", pelo que pedimos nossas desculpas e asseguramos nos sejam enviados dados para elaboração do referido relatório, tendo em vista a existência de Inspeção Federal para Estadual.

Na oportunidade, renovamos sinceros votos de elevada estima e alto apreço.

Atenciosamente,

Fausto Figueiredo Leal da Silveira
DEUTER

RAPB.

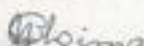
ANO LETIVO DE 19. 59

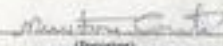
CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO

CURSO Ginásial - Diurno

Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º de registro	Reservado para o visto da Seção de Registro
1ª	Port.	Edmar Uchôa Q. Pierre	D-13268	
	Latim	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Francês	Carlos Veloso de Melo	C.F.Pil.	
	Mat.	Carlos Veloso de Melo	C.F.Pil.	
	H.Brasil	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Geog.O.	Maria Dalva Ribeiro Neves	Licença	
	Trab.N.	Lindinalva Cabral Santos	D-29.941	
	Desenho	Carlos Veloso de Melo	C.F.Pil.	
	Canto O.	Maria de Lourdes Benó Carneiro	Licença	
2ª	Port.	Edmar Uchôa Queiroz Pierre	D-13268	
	Latim	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Francês	Carlos Veloso de Melo	C.F.Pil.	
	Inglês	Edmar Uchôa Q. Pierre	D-13268	
	Mat.	Carlos Veloso de Melo	C.F.Pil.	
	H.Amer.	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Geog.O.	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Trab.N.	Lindinalva Cabral Santos	D-29.941	
	Desenho	Ademar Batista da Silva	D-26715	
	Canto	Maria de Lourdes Benó Carneiro	Licença	
3ª	Port.	Edmar Uchôa Q. Pierre	D-13268	
	Latim	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Francês	Irina Ivanow	D-26.731	
	Inglês	Claudio Madeira de Melo	D-26729	
	Mat.	Dr. Bret Cerqueira Lima	Eng.Chessf	
	Ciências	Dr. Edison T. Barbosa	D-26.704	
	H.Geral	Aluiz Tenório de Brito	Licença	
	Geog.N.	Mário Barbosa de Moura Sobrinho	D-26.717	
	Desenho	Mélio Julio Pereira Cabral	D-26.730	

-Cont.-


 (Diretor)
 Neyde Cerqueira Lima


 (Inspeção)
 Newton Noberval Oliveira Co


Modelo D. E. Rev. 5/11-7

PAULO AFONSO

GINÁSIO PAULO AFONSO

BAHIA

IIº RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO - 19581 - EXPOSIÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DO ESTABELECIMENTO

O GINÁSIO PAULO AFONSO, que desde o início de suas atividades vem se caracterizando por uma grande regularidade, pela atuação firme da Direção no sentido não só de dar cumprimento exato as disposições legais, mas ainda de conseguir o máximo rendimento da obra educativa, apresentou no corrente ano letivo um nível plenamente satisfatório sob todos os aspectos:

- a) Foi ampliado o Corpo Docente com o contrato de mais um professor com registro definitivo;
- b) Iniciadas as aulas em 1º de março, o total de dias letivos exigidos pela port. nº 80/55 foi ultrapassado, contando-se 169;
- c) As duas únicas cadeiras em que se verificou déficit de aulas dadas devido à ausência forçada de professores funcionários da HIDROELÉTRICA, receberam aulas suplementares antes da realização das 2ªs provas parciais;
- d) A realização dos exames quer parciais, quer finais quer de Admissão ao Ginásio, tanto pelas medidas práticas adotadas quanto pela orientação já tradicional da Direção e do Corpo Docente, atingiram índices de lisura e seriedade realmente invejáveis e difíceis de encontrar nos grandes Estabelecimentos de Ensino de nossas Capitais, o que tem como consequência o número relativamente alto de reprovações definitivas e de dependências de 2ª. época, como podera ser devidamente apreciado através dos diversos itens que integram o 1º Relatório de Inspeção que será enviado a essa Inspeção Seccional em março próximo;
- e) Ainda como consequência desse critério de rigorosa disciplina e obediência aos preceitos legais, quatro alunos (dois meninos e duas meninas) que atingiram ou ultrapassaram 25% de faltas em Educação Física, foram impedidos de prestar exames finais em 1ª. época, só devendo fazê-lo em fevereiro próximo;
- f) Um constante esforço de emulação sadia foi desenvolvido pela Direção e Docentes, promovendo-se classificação de exames e mensal com prêmios ao esforço dos estudantes;
- g) A festa da Independência nacional foi celebrada com a realização da 1ª OLIMPIADA DO GINÁSIO PAULO AFONSO que durante três dias mobilizou a juventude de ambos os sexos num louvável esforço de competição física, indispensável complemento da educação moderna;
- h) A prática dos Trabalhos Manuais foi levada a sério; tão a sério que entre os alunos que deverão fazer exames em 2ª. época, encontram-se dois na dependência exclusiva desta disciplina. E como parte das comemorações do encerramento do ano letivo, será inaugurada, a treze do corrente, a Exposição dos Trabalhos realizados pelos alunos das duas primeiras séries.

(Continua)

15/3/1956

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ESCOLARES DURANTE O
EXERCÍCIO DE 1955
ANO LETIVO 1955
MARÇO DE 1956

- 1 - Os resultados obtidos no ano letivo de 1955, que foi encerrado em 28 de fevereiro de 1956, com os trabalhos de 2ª época, incluem o movimento de matrícula para o exercício de 1956.
- 2 - Como demonstram as folhas anexas de estatística de aproveitamento em 1955 e quadro geral de matrículas para 1956, podemos resumir as atividades do Ginásio Paulo Afonso nos seguintes resultados:
 - a) Matrículas no início do ano letivo:

20	alunos	na	1ª	série
13	"	"	2ª	"
11	"	"	3ª	"
 - b) Transferências expedidas:

2	para	alunos	da	1ª	série
1	"	"	"	2ª	"
2	"	"	"	3ª	"
 - c) Transferências recebidas:

2 de alunos da 1ª série, sendo uma durante o ano letivo, e uma em época letal.
 - d) Matrículas canceladas por desistência:

2	alunos	da	1ª	série
1	aluno	da	2ª	série
1	aluno	da	3ª	série
 - e) Promovidos:

13	alunos	da	1ª	série
10	"	"	2ª	"
9	"	"	3ª	"

Auto
Antônio Costa

15/3/1956

cont. fl. 2

f) Não promovidos:

6 alunos da 1ª série 4 Fm
 2 " " 2ª " 1 m. A F
 2 " " 3ª " 2 Fm

5 - Para iniciar o exercício de 1956 contamos com a matrícula de 71 alunos assim distribuídos:

1ª série 37 alunos
 2ª série 15 alunos
 3ª série 13 alunos
 4ª série 6 alunos
 Total matrícula: 71 alunos

4 - Curso de Admissão:

O Curso de Admissão, que funciona anexo ao Ginásio, conta com 42 alunos frequentes.

Contamos ainda com certo número de alunos que estão sendo preparados no 5º ano do Grupo Escolar "Diretor Adonin da de Oliveira", da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

5 - O Corpo Docente do Ginásio, é constituído exclusivamente de funcionários da CNEEP - Engenheiros, Médicos e Funcionários graduados que vêm colaborando com a máxima boa vontade sem remuneração. Este ano contamos com 2 professores gratificados e um contratado, gratificação esta de R\$40,00 (quarenta cruzeiros por aula), pagos pela Companhia, acima citada.

Paulo Afonso, 15 de março de 1956

Neyde Bramirakima
 Diretora

VISTO DO INSPECTOR

Leandro Costa

15/3/56

Relatório sobre os Professores

A Sra. MEIRICE FREIRE DA SILVA, é formada pela Faculdade Fluminense de Filosofia, já lecionou alguns anos e está com seus papéis encaminhados para a repartição competente, afim de serem registrados. (Formada em néu-latinas)

O Sr. FRANCISCO PIRES BRAGA, é igualmente formado em néu-latinas, pela Faculdade de Filosofia de Recife, e já encaminhou seus papéis para a Seccional de Salvador.

A Profª Elvira Ferreira da Rocha está se preparando para fazer o exame de suficiência; para isso já se inscreveu na Seccional de Salvador sob o nº 549/55.

O Sr. DILON ALVES DA SILVA, cursou mais de um ano na Faculdade de Filosofia do Distrito Federal e lecionou vários anos sob condições, no Rio de Janeiro.

Os demais professores conforme explicamos no Relatório anexo, sobre as atividades escolares, não têm registro nem licença para dar aulas.

Paulo Afonso, 15 de março de 1956

Neyde Carquejal Lima
Diretora

Antônio Roberto da Silveira Brito
Inspetor Federal

Obs. O SRR. FRANCISCO PIRES BRAGA, foi contratado com Cr\$ 6.000,00 mensais, livre de despesas. (seis mil cruz.)
A Sra. MEIRICE FREIRE DA SILVA, recebe uma gratificação de Cr\$ 2.000,00, mensais. (dois mil cruz.)
A Profª Elvira Ferreira da Rocha, Cr\$ 300,00 (trinta cruzeiros) nos autos



Ginásio Paulo Afonso

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ESCOLARES

DURANTE O EXERCÍCIO DE 1956

ANO LETIVO DE 1956

MARÇO DE 1957

1 - Os resultados obtidos no ano letivo de 1956, encerrado em 28 de fevereiro de 1957, com os exames de 2ª época, incluem o movimento de matrícula para 1957.

2 - Como prova as folhas anexas, referentes ao aproveitamento em 1956 e às matrículas para 1957, pode-se resumir as atividades do Ginásio Paulo Afonso, nos seguintes resultados:

a) MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO LETIVO DE 1956:

57 alunos na 1ª série, sendo 14 masculinos e 23 femininos

15 " " 2ª " " 4 " " 11 "

13 " " 3ª " " 4 " " 9 "

6 " " 4ª " " 2 " " 4 "

b) TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS - 1956:

1 para 1ª série

1 " 2ª "

c) TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

3 para 1ª série

2 " 2ª "

2 " 3ª "

2 " 4ª "

d) MATRÍCULA CANCELADA POR DESISTÊNCIA - 1956:

2 na 1ª série

1 " 4ª "

-segue-



Ginásio Paulo Afonso

Cont.

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

e) ALUNOS PROMOVIDOS - 1956:

25 alunos de Admissão para a 1ª série, sendo: 12 masculinos e 13 femininos.

14 alunos da 1ª para 2ª série, sendo: 6 masc. e 8 fem.

6 " " 2ª " 3ª " " 2 " " 4 " "

8 " " 3ª " 4ª " " 4 " " 4 " "

6 " concludentes da 4ª série.

f) ALUNOS NÃO PROMOVIDOS - 1956:

19 na 1ª série.

8 " 2ª " "

5 " 3ª " "

3 - Para iniciar o exercício de 1957 contamos com a matrícula de 86 alunos, assim distribuídos:

40 alunos para a 1ª série, sendo: 14 masc. e 26 fem.

22 " " 2ª " " 10 " " 12 " "

15 " " 3ª " " 5 " " 10 " " sendo

uma matrícula condicional, autorizada-Inspetor Seccional pelo ofício nº 431 de 14 de março de 1957.

9 na 4ª série sendo 4 masc. e 5 fem.

4 - CURSO DE ADMISSÃO AO GINÁSIO:

Anexo ao Ginásio temos o Curso de Admissão, o qual conta com 44 alunos frequentes, sendo: 11 masc. e 33 fem.

5 - CORPO DOCENTE:

O Corpo Docente do Ginásio Paulo Afonso, é constituído principalmente de funcionários da CHERP, que vêm colaborando gratuitamente, excetuando 1 professor contratado e 2 que são gratificados; ambos os casos são remunerados pela CHERP.

Paulo Afonso, 2 de abril de 1957

Visto do Inspetor

Neide Perceira Lima
Diretora



Ginásio Paulo Afonso

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

Relatório Sobre os Professores

A Sra. HELENICE PEREIRA DA SILVA, Licenciada pela Faculdade Fluminense de Filosofia, Cadeiras Neo-Latinas. Deu entrada Ministério Educação registro de seu diploma conforme Port. Nº 3055/57, distribuído em 11/1/57 à Div. de Ensino Superior-Guia 493. Requeru à Diretoria de Ensino Secundário, registro em 23/1/57.

Sr. FRANCISCO PIRES BRAGA, licenciado em 1957 pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Recife-Perambuco. Cadeiras Neo-Latinas Encaminhou documentos Ministério Educação intermédio Faculdade.

Sr. Dillon Alvares Silva, Aprovado no Exame de Suficiência.

Dr. HENRI IÓLAS DE CERQUEIRA LIMA, não prestou exame de suficiência.

Dr. HÉLIO CADEIMA DE ABREU, aprovado no exame de suficiência.

Dr. EDISON TEIXEIRA BARBOSA, aprovado no exame de suficiência.

Dr.ª HELEA FELISHINA PINHEIRO MORAIS, não prestou exame de suficiência.

Sr. MÁRIO BARBOSA DE MOURA SOBRINHO, Aprovado no exame de suficiência.

D. ELVIRA PINHEIRA ROCHA, aprovada no exame de suficiência.

Dr. JOSÉ GOMES BARBOSA, aprovado no exame de suficiência.

D. LINDINALVA CARNAL DOS SANTOS, não possui registro de Trabalhos Manuais.

Sr. ADEMAR BATISTA DA SILVA, aprovado no exame de suficiência.

Sr. HÉLIO JÚLIO PEREIRA CARNAL, aprovado no exame de suficiência.

D. MARIA DE LOURDES NUNO CARNEIRO, não possui registro de Canto Orfeônico.

-segue-



Ginásio Paulo Afonso

Continuação, Relat. Professores.

Paulo Afonso - Bahia, 15/3/57

D. IRENA IWANOW, aprovada no exame de suficiência.

Sr. CLÁUDIO MADRIRA DE MELO, aprovada no ex. de suficiência.

Sgtº. IVAN FRANCISCO ESTEVES, possui diploma de monitor de Educação Física e já encaminhou-o para a Divisão de Ed. Física, para legalizar sua situação como professor dessa disciplina.

REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Professor FRANCISCO PIRES BRAGA, percebe Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, livre de despesas, conforme contrato, feito com o mesmo.

A Professora MARINICE FREIRE DA SILVA, recebe uma gratificação de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais.

A Profª ELVIRA FERREIRA ROCHA, percebe Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por aula.

Os demais membros do Corpo Docente do Ginásio Paulo Afonso, são colaboradores; nada percebem como professores.

Paulo Afonso, 2 de Abril de 1957

Newton Roberval de Oliveira Couto
 Newton Roberval de Oliveira Couto

PAULO APOUNSO

GINÁSIO PAULO APOUNSO

BAHIA

1º RELATÓRIO - 1958REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

- 1 - Prof. JOÃO ALVES NETO, tempo integral.....Cr\$8.000,00
- 2 - Prof. ELMAR UCHOA QUEIROZ FILHRE, Idem.....Cr\$12.000,00
- 3 - TODOS OS DEMAIS PROFESSORES QUE INTEGRAM O CORPO DOCENTE DESTE ESTABELECIMENTO SÃO FUNCIONÁRIOS DA CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, COLABORANDO SEM QUALQUER REMUNERAÇÃO.


 NEYDE CASQUEIRA LIMA
 DIRETOR


 NEWTON R. DE OLIVEIRA COU
 INSPECTOR

nº 11

GIMÁSIO PAULO AFONSOPAULO AFONSOB A H I A1) - SALÁRIO AULA - BASE DOS PROFESSORES

Excetuando os professores contratados - ALUIZ TENÓRIO DE BRITO, CARLOS VELOSO DE MELO e ZILÍ MACALHÃES DE OLIVEIRA, com / salário mensal de Cr\$ 14.000,00 (catorse mil cruzeiros), todos os demais professores recebem a título de gratificação por aula efetivamente dada, o salário base de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros).

Reina
NEYDE CUNHEIRA LIMA
DIRETOR

Newton Roberto de Oliveira Couto
NINTON ROBERVAL DE OLIVEIRA COUTO
INSPECTOR

GINÁSIO PAULO AFONSO

AV. MARCONDES FERREZ, 326
PAULO AFONSO - BAHIA

TURNQ - NOTURNOSALÁRIO AULA - BASE DOS PROFESSORES

Exceituando o professor contratado -
JOSÉ CARLOS ALVES GALLINDO, com o salário mensal de
Cr\$119.000,00 (cento e dezenove mil cruzeiros), todos
os demais professores recebem a título de gratifica-
ção por aula efetivamente dada, o salário base de Cr\$...
700,00 (setecentos cruzeiros).

Enoch Pimentel Tourinho
Enoch Pimentel Tourinho
Diretor

Maria Leonina de Alcântara
Maria Leonina de Alcântara
Secretária

GINÁSIO PAULO APONSOPAULO APONSOBAHIA

ANO LETIVO DE 1964

CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO

CURSO GINASIAL - NOTURNO

Série	Materia	NOME DO PROFESSOR	Fls do registro	Reservado para o visto da Seção de Registro
1ª	Português	José Carlos Alves Gallindo	p/ex.suf.	
2ª	"	José Carlos Alves Gallindo	p/ex.suf.	
3ª	"	José Carlos Alves Gallindo	p/ex.suf.	
4ª	"	José Carlos Alves Gallindo	p/ex.suf.	
////////////////////				
1ª	Francês	Jean Lièvre	Prof.tec. Francês	
2ª	"	Jean Lièvre	" " "	
3ª	"	Jean Lièvre	" " "	
4ª	"	Jean Lièvre	" " "	
////////////////////				
2ª	Inglês	Patrícia Maloney	Americana	
3ª	"	Patrícia Maloney	"	
4ª	"	Patrícia Maloney	"	
////////////////////				
1ª	Matemática	Olegário Inácio da Silva	10a.ensino	
2ª	"	Olegário Inácio da Silva	" "	
3ª	"	Olegário Inácio da Silva	" "	
4ª	"	Olegário Inácio da Silva	" "	
////////////////////				
1ª	Ciências	Orlando Passos Azevêdo	Dentista	
2ª	"	Orlando Passos Azevêdo	"	
3ª	"	Orlando Passos Azevêdo	"	
4ª	"	Orlando Passos Azevêdo	"	
////////////////////				
1ª	Hist.Brasil	Enoch Pimentel Tourinho	p/ex.suf.	
2ª	Hist.Brasil	Enoch Pimentel Tourinho	p/ex.suf.	
3ª	Hist.Geral	José Leite Batista	Capitão	

Enoch Pimentel Tourinho
(Diretor)
Enoch Pimentel Tourinho

Maria Leonina de Alcântara
Secretária
Maria Leonina de Alcântara

SINÍSIO PAULO APOINHO
PAULO APOINHO BAHIA

ANO LETIVO DE 19 66

CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO

CURSO GINASIAL 3º TURNO=NOTURNO

Sala	Materia	NOME DO PROFESSOR	N.º da matrícula	Reservado para o uso da Secção de Registro
1ª	PORTUGUÊS	José Carlos Alves Gallindo	Curso CADES	
2ª	"	José Carlos Alves Gallindo	" "	
3ª	"	José Carlos Alves Gallindo	" "	
4ª	"	José Carlos Alves Gallindo	" "	
1ª	INGLÊS	Rubens Sanctos Doring	" LANGUAGE TUITION	CEB
2ª	"	Rubens Sanctos Doring	" " " "	"
3ª	"	Rubens Sanctos Doring	" " " "	"
4ª	"	Rubens Sanctos Doring	" " " "	"
1ª	MATEMÁTICA	José Jackson de Lima Figueirêdo	Aut.675/65	
2ª	"	José Jackson de Lima Figueirêdo	" 675/65	
3ª	"	Sinésio Catarino da Silva	" 674/65	
4ª	"	Sinésio Catarino da Silva	" 674/65	
1ª	CIÊNCIAS	Orlando Passos de Azevêdo	Curso CADES	
2ª	"	Orlando Passos de Azevêdo	" "	
3ª	"	Orlando Passos de Azevêdo	" "	
4ª	"	Orlando Passos de Azevêdo	" "	
1ª	HIST.BRASIL	José Leite Batista	Aut.672/65	
2ª	HIST.BRASIL	José Leite Batista	Aut.672/65	
3ª	HIST.GERAL	José Leite Batista	Aut.672/65	
4ª	HIST.GERAL	José Leite Batista	Aut.672/65	
1ª	GEOG.BRASIL	José Leite Batista	Aut.672/65	
2ª	GEOG.BRASIL	José Leite Batista	Aut.672/65	
3ª	GEOG.GERAL	José Leite Batista	Aut.672/65	
4ª	G.O.P.I.	José Leite Batista	Aut.672/65	
1ª	Desenho	Sinésio Catarino da Silva	Aut.674/65	
2ª	Desenho	Sinésio Catarino da Silva	Aut.674/65	
3ª	"	Sinésio Catarino da Silva	Aut.674/65	
4ª	"	Sinésio Catarino da Silva	Aut.674/65	

José Pimentel Tourinho
José Pimentel Tourinho

Maria Leonina de Alcântara
Secretária
Maria Leonina de Alcântara



COLÉGIO PAULO AFONSO
PAULO AFONSO **PARIA**
QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS

EM 28 DE abril DE 19 66

		1.º CICLO			2.º CICLO						OUTROS CURSOS MANTIDOS					
					CURSO CLASSICO			CURSO CIENTIFICO								
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
TURNO NOTURNO	1.ª Série	*	*	*	*	*	*	23	6	29	*	*	*	*	*	*
	2.ª Série	*	*	*	*	*	*	-	-	-	*	*	*	*	*	*
	3.ª Série	*	*	*	*	*	*	-	-	-	*	*	*	*	*	*
	4.ª Série	*	*	*	XX	XX	XX	XX	XX	XX	*	*	*	*	*	*
	TOTAL	*	*	*	*	*	*	23	6	29	*	*	*	*	*	*
TURNO	1.ª Série															
	2.ª Série															
	3.ª Série															
	4.ª Série				XX	XX	XX	XX	XX	XX						
	TOTAL															

Enoch Fimentel Tourinho
 (Diretor)
Enoch Fimentel Tourinho

Maria Leonina de Alcântara
 (Suplente Secretária)
Maria Leonina de Alcântara



Mod. D. E. Sec. 501-10

GINÁSIO PAULO AFONSO
AV. MARCONDES FERRAZ, 526
PAULO AFONSO - BARRA

O REGIME NOS DOIS CICLOS

* TURMA - NOTURNA *

Este estabelecimento mantém o 1º e o 2º
ciclos - ginasial e científico - em regime de EXTERNA-
TO.

Luiz Pimentel Mourinho
Diretor

Maria Leonina de Alcântara
Maria Leonina de Alcântara
Secretária

